

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO – SERTÕES, METÁFORAS E
PERIFERIAS DA GLOBALIZAÇÃO: OLHARES E INTERPRETAÇÕES
A PARTIR DAS ARTES DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO – SERTÕES, METÁFORAS E
PERIFERIAS DA GLOBALIZAÇÃO: OLHARES E INTERPRETAÇÕES
A PARTIR DAS ARTES DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Jacy Alves de Seixas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383s Ferreira, Gustavo Henrique, 1979-
2013 Memória, história e ficção – sertões, metáforas e periferias da
globalização: olhares e interpretações sobre as artes de Ronaldo
Correia de Brito / Gustavo Henrique Ferreira. -- 2013.
244 f.

Orientador: Jacy Alves de Seixas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Brito, Ronaldo Correia de, 1950- - Crí-
tica e interpretação - Teses. 3. História social - Teses. 4. Historiogra-
fia - Teses. I. Seixas, Jacy Alves de. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO – SERTÕES, METÁFORAS E
PERIFERIAS DA GLOBALIZAÇÃO: OLHARES E INTERPRETAÇÕES
A PARTIR DAS ARTES DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Capelari Naxara (UNESP - Franca)

Prof.^a Dr.^a Mariana Magalhães Pinto Côrtes (UFU)

Prof.^a Dr.^a Jacy Alves de Seixas – Orientadora (UFU)

Com eterna gratidão, com amor incondicional e com a mais profunda admiração é que dedico esta pesquisa a elas: às mulheres da minha vida, Cecília e Vera. E também aos grandes amores, aos dissabores, aos empecilhos, aos caros comparsas, aos gratos oponentes, aos distintos incrédulos, aos sinceros entusiastas e aos amigos de empreitada; sobretudo às musas inspiradoras: Curiosidade e Dúvida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Sinceramente, ao tempo, à sociedade e à família em que nasci, pelos bons e pelos maus exemplos; por todos os ensinamentos absorvidos ao longo dos anos e das experiências vividas; cujos frutos dos ramos das árvores dos Oliveiras, bem como a força da forja dos Ferreiras, enuncio com os nomes: Ana Carolina, Julise Ângela, Odival Antônio (dos Ferreira, Carrijo, Basílio) e Vera Lúcia (dos de Oliveira, Príncipe, dos Reis); e que, na verdade, estendo à todos os entes (e não só aos queridos) pelas possibilidades dos convívios e das superações.

Imensamente, e não apenas por estes estudos, ou muito mais pela transição entre a graduação e o(s) mestrado(s), já que boa parte dos meus esforços intelectuais (e institucionais) foram acompanhados e, substancialmente, delineados pelos incentivos e pelos aconselhamentos dos queridos, e sempre colaborativos, professores e parceiros: Dr. Ademir Cavalheiro, Dr.^a Ana Paula Gomide, Dr. Bento Itamar Borges, Dr.^a Dilma Andrade de Paula, Dr. Eduardo Elias de Lima, Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Dr. Ivan Ribeiro, Dr. Luís Gustavo Guadalupe Silveira, Dr. Marcos Aurélio Batista, Dr. Raphael Alberto Ribeiro, Dr. Ricardo José Santos, Dr. Roberto Camargos e Dr. Ubirajara Coutinho Filho.

Efetivamente, aos colaboradores das minhas mais variadas pesquisas, sobretudo como interlocutores para a minha razão dialógica; pois, só com eles os meus mais recentes estudos alcançaram as suas configurações atuais, tendo em vista a atenção dispensada, ao longo de todas as etapas de suas construções, por meio dos mais variados diálogos estabelecidos com Álvaro Almeida, Anderson Coelho Castro Ribeiro, Anésio Azevedo Costa Neto, Ângelo Barcelos, Arthur Jorge Macedo Moises, Arthur Silva, Bráulio Versiani, Breilla Zanon, Carlos Augusto Almeida, Cássia Nunes, Daniel Melo, Diego Puga, Ivan Jotta Pereira, Eduardo Rodrigues Guimarães, Felipe Nascimento, Felipe Ribeiro, Fernanda de Paula, Filipe Bacci, Gustavo dos Santos Cintra Lima, Iago Luiz da Silva, Leonardo Cardoso, Leonardo Latini, Lucas Clemente Vella, Luciano Tamiozzo, Ludmila dos Santos, Marcelo Soares Pereira da Silva, Márcio Bonesso, Mariana Nascimento do Carmo, Matheus Araújo Aguiar, Matheus Moura Silva, Nádia Ribeiro Yoshi Higa, Natália Oliveira Rodrigues, Neander Luís Silva, Olívia Lima, Paulo Faria, Paulo Renato Duarte, Rafael Reis Pombo, Raphael Machado, Renner Almeida Bernardes Mariano, Rodrigo Alves de Oliveira, Rodrigo Machado Ribeiro, Silvio Vinhal Barbosa, Sirlene Alferes Lopes, Tainá Labrea, Tarcílio Nunes, Thomas Bessa, Vinícius Teixeira, Vitor Marcelino e tantos outros comparsas que, infelizmente, nesta síntese de pressa e de memória já mais que exigida, infelizmente, faz-se tão curta e incompleta esta

lista (muito mais que interminável). No entanto, antes do fim, também expressei todo o meu agradecimento às queridas figuras que, de muitos modos, colaboraram com os capítulos mais recentes da minha vida, inclusive propiciando os “entroncamentos” e as “forquilhas” para que se convergissem elementos e se atualizassem momentos (edificantes de vários dos pilares da minha razão dialógica; nos quais vivenciei bem mais do que “razões”) em que pude conhecer e interagir com vários comparsas supracitados, dentre outras figuras importantes para a minha vida; sobretudo, com uma das figuras mais importantes das minhas vidas; enfim, agradeço à Claise Weiss, ao Jessé Weiss Block, à Jéssica Weiss Block e ao João Carlos Block.

Oportunamente, pela inspiração e pela atenção, e bem mais que especialmente, expressei também minha sincera gratidão ao sertanejo, multimídia, Ronaldo Correia de Brito.

Igualmente, declaro a minha dívida (incalculável) para com os companheiros de linha e os interlocutores, pensadores e provocadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política da Universidade Federal de Uberlândia que, em nome do grupo, agradeço por toda a atenção dispensada por parte da professora Dr.^a Josianne Francia Cerasoli. Ademais, também estendo os meus sinceros agradecimentos aos sempre colaborativos mestrados da minha turma, particularmente à Aline Ludmila de Jesus, ao Thiago Destro Rosa Ferreira e ao Eduardo Garcia Valle; mas, também, aos de turmas anteriores e posteriores, especialmente ao Thiago Lemos Silva, à Fayga Marcielle Madeira de Oliveira e ao Munís Pedro Alves.

Do mesmo modo, ainda expressei a minha gratidão e a minha sincera admiração aos esforços da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, cujos agradecimentos materializo com a lembrança dos nomes do Dr. Paulo Almeida, da Dr.^a Kátia Rodrigues Paranhos, da Secretária da Coordenação, Josiane Braga Soares e do, sempre prestativo e colaborativo, Stênio Alves. Sobretudo, também externo os meus agradecimentos aos professores e aos pesquisadores, Dr. Túlio Barbosa, pela confiança, pelos diálogos e pela parceria; bem como ao Dr. Mauro Machado Vieira, pelas palavras, pela atenção e pelos bons exemplos; e, em particular, aos professores Dr. Leonardo Ferreira Almada e Dr. Gabriel José Corrêa Mograbi, pelas portas abertas e pelas luzes lançadas em aspectos tão mais que importantes (para além desta pesquisa); porém, e principalmente, agradeço aos mais precisos dentre os orientadores nessas etapas atuais da vida acadêmica: Dr. Guilherme Amaral Luz, Dr.^a Jacy Alves de Seixas, Dr.^a Joana Luiza Muylaert de Araújo, Dr. João Marcos Alem, Dr.^a Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro; e, pela presteza com que acolheram nosso convite, à Dr.^a Márcia Regina Capelari Naxara e também à Dr.^a Mariana Magalhães Pinto Côrtes.

Diariamente, e para além dos debates científicos, pela presença das minhas queridas companheiras, amigas, e musas afetivas, Cecília de Sousa Neves e Vera Lúcia de Oliveira.

“A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

(João Guimarães Rosa, 1994)

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Esta pesquisa parte da seguinte reflexão: em que dimensão se consolida a mística sertaneja nas artes de Ronaldo Correia de Brito? Salientando, desde já, que esta mística em questão não é a mística d'O Sertão, mas sim a mística do sertão de Ronaldo Correia de Brito, e, então, funda-se a pergunta: seria possível encontrarmos uma mística sertaneja nas obras do autor em estudo? Assim, busca-se uma investigação acerca da contemporaneidade deste sertão, (re)interpretado, aqui, como periferia do mundo globalizado. Ressaltando que o objetivo de tais movimentos é investigar o sertão de Ronaldo Correia de Brito, sobretudo por meio de metáforas materializadas a partir de narrativas encontradas ao longo das obras do autor em foco; mas, obviamente, sem deixar de avaliar as tonalidades das tensões que se fazem notar, por exemplo, entre o tradicional e o globalizado; tendo em vista os conflitos e os confrontos que estão presentes para além deste sertão que também há de ser desbravado.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade. Historiografia Política. Sertão. Artes. Ronaldo Correia de Brito.

ABSTRACT

This research part of this reflection: in which dimension consolidate the mystical of the Inner Land in the works of Ronaldo Correia de Brito? Noting at the outset that this issue is not mystical of The Inner Land, but the mystical of the Inner Land of Ronaldo Correia de Brito, and then founded on the question: could we find a mystical of the Inner Land in the works of the author on the study? Thus, we seek an investigation of this contemporary Inner Land, (re)interpreted here as the periphery of the globalized world. Emphasizing that the purpose of such movements is to investigate the Inner Land of Ronaldo Correia de Brito, mainly through metaphors found throughout the works of the author in focus, but obviously while evaluating the shades of tensions between traditional and globalized in view of the conflicts and confrontations that are present in the Inner Land to be explored.

KEY-WORDS: Modernity. Political Historiography. Inner Land. Arts. Ronaldo Correia de Brito.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Prólogo	13
1.2	Considerações Iniciais	18
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE CAMINHOS E BALIZAS PARA AS INTERMEDIações COM AS OBRAS DE RONALDO CORREIA DE BRITO	49
2.1	Breves comentários acerca dos necessários <i>como e por quê?</i>	49
2.2	<i>Poíesis</i> e poéticas nas historiografias – interpretação e arte, para qualquer parte	61
2.3	<i>“Era uma vez...”</i>	74
2.4	Os domínios e as fronteiras vivas entre as memórias, as histórias e as ficções	96
a)	<i>“Lá e de volta outra vez”</i>	98
b)	<i>“Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos...”</i>	107
c)	<i>“O que lembro, tenho”</i>	127
3	MÍSTICAS E SERTÕES EM MEIO ÀS GLOBALIZAÇÕES: OLHARES E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ARTES DE RONALDO CORREIA DE BRITO	147
3.1	Prelúdios para (re)leituras, alegorias e metaforizações	147
3.2	Luas, mitos e tradições: no sertão dos Inhamuns e numa Galileia globalizada	156
a)	<i>Lua Cambará – tragédias e barbáries, num retrato sertanejo da modernidade</i>	<i>168</i>
b)	<i>Mitos, místicas e dramas do contemporâneo – ecos dos pilares da modernidade ...</i>	<i>184</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	224

1 INTRODUÇÃO

1.1 Prólogo

Como prelúdio da introdução, julgo extremamente salutar mencionar que minhas pesquisas e minhas inquietações¹ possuem como epicentro as noções de crise da modernidade². E, oportunamente, desde as propostas iniciais, busquei manter o foco central deste estudo em questões que gravitassem, por assim dizer, os núcleos formados pelos dramas do contemporâneo³. Para tanto, pretendia mergulhar nos sertões de Ronaldo Correia de Brito⁴ a fim de retirar os substratos necessários para a presente dissertação. Enfim, no decorrer do caminho (e não só por conta do amadurecimento da pesquisa, mas, muito mais, tendo em vista o necessário aparar de arestas, realizado ao longo das orientações), tudo aquilo que, a princípio, seria o foco central; no caso, tudo o que falaria diretamente às crises das modernidades⁵, passou a figurar como periferia neste estudo. E, como se encontrará ao longo do texto que aqui se inicia, o sertão de Ronaldo Correia de Brito (periferia da globalização) passou a funcionar como objeto histórico (central) para a concretização do presente trabalho.

¹ Dito isso não apenas e tão somente por conta da pesquisa de mestrado ou a partir da pesquisa que aqui se apresenta, pois, em verdade, tanto as minhas preocupações anteriores quanto todas aquelas que me alcançarão para além desta dissertação, e na medida do que posso afirmar, terão por eixo principal esse mesmo epicentro.

² Conceito que se liga às proposições de Jean-François Lyotard e aos desdobramentos da ideia de pós-modernidade; mas, sobremaneira, perpassam as lições de Gianni Vattimo, as de Jürgen Habermas, as de Leo Strauss, dentre outros. Ademais, por várias razões, tal noção também possui suas origens nas pesquisas e nas descobertas alcançadas por Albert Einstein, por Werner Heisenberg e por Niels Bohr; e ainda se filia aos avanços decorrentes dos estudos de Kurt Gödel, sujeito que, habilmente, contesta o rigor matemático e os seus inabaláveis fundamentos e axiomas, a partir de desconcertantes paradoxos. Em suma, restando claro que as críticas (ou as autocríticas) da modernidade são muito anteriores aos postulados pós-modernos. Cf. SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 23-28.

³ Terminologia preferida, por exemplo, pelo professor Dr. João Marcos Alem, e que alcança a mesma essência do termo ‘crise da modernidade’. Situação que me faz lembrar as considerações do professor Dr. Roberto Machado, que sempre salienta que ‘o nome’ importa bem menos do que o conteúdo que o mesmo carrega.

⁴ Na presente pesquisa, como pedra fundamental das nossas fontes, trabalhamos com as seguintes obras literárias de Ronaldo Correia de Brito: *O Livro dos Homens*, *Faca e Galileia*; além de textos elaborados para peças de teatro, sobretudo as que foram concebidas para o público infantil, a saber: *Arlequim de Carnaval*, *Pavão Misterioso* e *Baile do Menino Deus*; bem como as obras cinematográficas: *Lua Cambará*, longa-metragem de ficção (narrativa que também foi adaptada para os campos da dança, com diversas montagens no referido nicho de espetáculos), e os documentários: *Caboclinhos* (obra realizada para a TV Universitária), *Brincadeira de Mateus* (também realizado para a TV Universitária) e *Maracatus* (documentário realizado para a TV BBC), além de *Cavaleiro Reisado* e *Brincadeira de Reisado* (obras realizadas para o cinema).

⁵ Os plurais aqui se fazem presentes por conta de que, primeiro, vemos algumas ‘fases’ ao longo da modernidade; ademais por tal termo se referir, no fundo, às crises inerentes ao contemporâneo ou dos dramas do contemporâneo. Crises, dramas e demais plurais bem mais que presentes nos momentos mais atuais do período entendido como modernidade. Ademais, lança-se o plural também por conta das próprias proliferações de conceitos, sintomas e terminologias que acompanham o surgimento das ideias de pós-modernidade, ou seja, o plural também remete aos conceitos subsequentes, no caso, a ultra, a super, a trans e a hipermodernidade.

Estudo materializado com uma escrita ensaística e respaldado pelas análises e pelas leituras mais contemporâneas do materialismo histórico-dialético⁶. Espaço em que nos valem das atualizações advindas da dialética negativa, sobretudo das mediações consolidadas nos limites e com as prerrogativas da paralaxe do real⁷. Esforços e escolhas que serão convergidos na busca de se alcançar as dimensões e as naturezas do que chamamos de mística⁸ do sertão, na obra de Ronaldo Correia de Brito. Ressaltando que a investigação desta mística em questão não se trata de uma busca pela mística d'O Sertão, compreendido de modo geral; mas sim da busca por uma mística do sertão de Ronaldo Correia de Brito, encarado em sua singularidade. E ainda a partir de pontos e confrontos que se espalham para além da obra do referido autor e que, nesta pesquisa, se atualizam, sobretudo, com as preocupações de como 'mediar' com as referidas fontes, ou seja, não só através das tensões e dos eventos decorrentes dos conflitos entre o universo sertanejo e o mundo globalizado; pois, inevitavelmente, ainda pretendo abordar, com profundidade e atualidade, os fundamentos essenciais para problematizarmos (como metáforas) sobre temas e questões inerentes aos dramas do contemporâneo, que saltam deste 'sertão periferia da globalização'. Claro, sem nacionalismos, sem ufanismos, caminhando pelas fronteiras vivas que se fazem (ou que não se fazem) notar entre os limites dos reinos das memórias, das não-ficções (ou das narrativas historiográficas) e das ficções; a partir do substrato cultural alcançado pelo mergulho nas obras de Ronaldo Correia de Brito.

⁶ André Lalande, tratando do materialismo dialético de Marx e Engels, ressalta que, nesta perspectiva, o universo material está envolto por uma evolução ascendente, com o surgimento de novas mudanças qualitativas, regidas pela dialética. Ainda salienta o autor que tal materialismo histórico designa uma visão associada que dá ênfase aos fatos econômicos como constituintes da base e das causas determinantes de todos os fenômenos históricos e sociais. Cf. LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 651-3. Todavia, ressaltamos que não somos ortodoxos; nem neste, nem em qualquer outro sentido ou assunto. Contudo, no presente histórico, ou seja, diante dos eventos transcorridos nos momentos mais agudos do que se compreende por democracia liberal, realmente, nos parece impossível não enxergar os tais fatos econômicos como constituintes das bases e como uma das causas mais decisivas na esmagadora maioria dos fenômenos históricos e sociais; por mais que esta não seja uma premissa atemporal ou hermeticamente formulada.

⁷ “A definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente ‘subjética’, em razão do fato de que o mesmo objeto que existe ‘lá fora’ é visto a partir de duas posturas ou pontos de vistas diferentes. Mais do que isso, como diria Hegel, sujeito e objeto são inerentemente ‘mediados’, de modo que uma mudança ‘epistemológica’ do ponto de vista do sujeito sempre reflete a mudança ‘ontológica’ do próprio objeto.” Cf. ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 32.

⁸ Inspirado pelas noções de mística que perpassam os estudos e os diálogos de Theodor Adorno, de Walter Benjamin e de Benjamin Scholen, mediaremos com a expressão “mística do sertão” como síntese do que pode ser compreendido a partir da interação com os sertões (assim como com quaisquer outros entes, em tantas outras místicas) quando os mesmos são elevados, em sua condição, a uma natureza divina ou espiritual; ou até mesmo como nas situações em que o conteúdo da causa ou instituição [...] desperta respeito e devotamento. Aliás, há de acrescentar, [...] respeito e devotamento da mais alta intensidade. Cf. MISTICA. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 507.

Indo além, e ainda tratando das transformações ou dos caminhos percorridos até aqui, julgo oportuno mencionar que se pretendia mediar com tal constelação a partir da seguinte linha de questionamento: seria possível encontrarmos uma mística sertaneja em Ronaldo Correia de Brito? Se sim; a partir desta mística do sertão do autor em estudo, como poderíamos analisar e avançar com os elementos que gravitam a já mencionada crise da modernidade? Se não; até que ponto a ausência desta mística seria, por assim dizer, um reflexo da decadência (ou da morte) daquilo que se entende como rural⁹ (ou do próprio universo sertanejo; obsoleto e ultrapassado no mundo globalizado)? Porém, ainda nos cabe ressaltar que esta dicotomia se desdobraria para muito além dos limites dos referidos “sim” e “não” (hipóteses naturais, mesmo que não sejam as únicas, em qualquer sorte de interrogação; obviamente, desde que não se trate de uma pergunta retórica). Aliás, também cabe ressaltar que esta não é a redação proposta desde os primeiros momentos dissertativos; pois, de fato, partindo do epicentro da investigação, tal questionamento se dava apenas com a primeira interrogação, ou seja, seria possível encontrarmos uma mística sertaneja nas obras do autor?

Então, durante a pesquisa, quer seja ao mergulhar no sertão de Ronaldo Correia de Brito, quer seja ao buscar subsídios para avançarmos com nossos estudos, por exemplo, ao nos valermos do aporte de outros trabalhos que tratavam tanto do sertão quanto do rural, entre outras coisas, nos deparamos com o elemento ‘morte’; seja do próprio rural, por meio das colaborações do professor João Marcos Alem, seja ao perceber nas obras consultadas (e fruídas) o quanto o tema recorrente da morte se fazia notar como um dos pontos em que, sem sombra de dúvidas, se consolidava a referida mística sertaneja. Claro, e isso não só nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Assim sendo, na medida em que a pesquisa avançava, o questionamento inicial, a saber, se seria ou não possível encontrarmos uma mística sertaneja na obra do autor escolhido, de fato, deixava de ser uma pergunta propulsora; ou ainda, cada vez mais, até as considerações finais, esta passaria a figurar como uma espécie de pergunta retórica. Deste modo, tendo em mente a mística do sertão contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito e a hipótese de que a mesma se materializaria nos contornos de um sertão que se insere nas periferias do mundo globalizado, o tema morte (res)surgia como um dos elementos mais marcantes desta mística sertaneja contemporânea. Aliás, evidentemente, *Thanatos* também é um catalisador de grande atenção de outros pesquisadores e trovadores, quer seja do sertão, quer seja do rural, quer seja da vida, encarada e compreendida de um modo geral.

⁹ A pergunta que gravita o “fim do rural”, de fato, foi tomada por empréstimo de um grande colaborador nestes processos da dissertação, a saber, do Prof. Dr. João Marcos Alem. Estudioso das temáticas que abrangem os universos e as identidades rurais e quem, originalmente, se pergunta (e quem, inclusive, ressalta a não-atualidade de tal questão) a partir da referida interrogação, ‘então o rural estaria morto (ou mesmo morrendo)?’

Afinal, não seria esta a dicotomia capital? Sinceramente, não nos parece forçoso encarar o par, ‘vida e morte’, como sendo a dicotomia primeira. Mesmo que, com isso, não estejamos a revalidar nem os posicionamentos das psicanálises ou das religiões, nem sequer pretendamos adotar a condição biográfica da ‘experiência’, seja por meio de fenomenologias ou de ontologias, para manter-se a seta do tempo apontada para o ‘futuro’, com sua precedência sobre presente e passado, quer seja por meio da angústia, da busca por redenção, por progresso ou de quaisquer modos de manifestação da ‘consciência’ (ou de antropocentrismos) como motores ou delimitadores das realidades; cristalizando, assim, na noção de ‘projeto’ (ou no ‘projetar’) a condição essencial do existir¹⁰. Por várias razões, não seguimos por essa trilha.

Em suma, com o amadurecer da pesquisa, a pergunta pela mística do sertão contemporâneo, em Ronaldo Correia de Brito, passou a figurar como uma premissa; aliás, com o passar do tempo, a pergunta inicial começou a funcionar, mesmo, como uma pergunta retórica. Cujas dicotomia, sim e não, seria um dos propulsores dos movimentos dialéticos com que se pretendia atualizar a mesma, ou seja, percebíamos cada vez mais claramente as razões para sustentarmos o “sim”, para além de abordarmos os pressupostos das hipóteses do “não”, no transcurso das buscas de sintetizarmos o sertão como periferia do mundo globalizado. E, como dito, tínhamos tais intenções, sobretudo, para abordarmos questões inerentes aos dramas do contemporâneo ou mesmo para tratarmos de alguns aspectos cotejados das crises das modernidades, a saber, a globalização, as crises de identidade e as tensões entre o universo masculino e o universo feminino, tudo isso, obviamente, encarado e mediado a partir dos elementos condensados nos traços encontrados no sertão de Ronaldo Correia de Brito.

Assim sendo, as questões sobre a mística do sertão, nas obras do autor eleito para este estudo, ao serem reelaboradas, passaram a figurar com as dimensões já apresentadas, ou seja, buscou-se dar mais ênfase sobre como seria possível (ou se seria possível), a partir desta mística sertaneja, problematizarmos acerca dos dramas do contemporâneo. Logo, por conta da tal impossibilidade, mesmo que encarada enquanto possibilidade levantada, tratávamos da hipótese de que, até que ponto, a não observação de uma mística poderia ser decorrente da morte do rural ou do próprio sertão? Contudo, e sem deixar de observar as profundas transformações ocorridas nos seios do referido cenário, desde o princípio, não pudemos deixar

¹⁰ Em menção aos esforços e aos posicionamentos, modernamente, materializados desde o *cogito* cartesiano; sobretudo no pensamento de Martin Heidegger, consolidado com a magistral escrita de *Ser e Tempo*. Entretanto, não podemos nos filiar aos entendimentos que inscrevem o ‘existir’ como “faculdade de quem pensa”. Neste caso, em Heidegger, na precedência da projeção (ou no projeto de futuro) como pressuposto essencial para que a condição de existência dos seres se encontre como noção atualizada num grupo restrito de entes. Aliás, deste tipo de entendimento (ou seja, destas noções do existir como atributo dos seres pensantes ou, acima de tudo, dos entes que se reconhecem como seres e que projetam outras realidades ou as ideias de futuros sobre si mesmos) é que se desdobram os existencialismos, e não só o “humanismo” de Jean Paul Sartre.

de vislumbrar o quão profícuo eram os retratos de Ronaldo Correia de Brito e, deste modo, quão prenhes de linhas, de formas e dos demais elementos constituintes de um sertão contemporâneo suas obras se faziam dar conta. Ademais, sobre a ‘morte do sertão’ (ou do rural), ainda se fazem necessárias as breves ressalvas de que esta condição de ‘falência múltipla dos órgãos’ não são questões (ou bem mais que perguntas) cabíveis apenas a esse espaço tão mais que bem cantado, sobretudo, por Gonzagão, o eterno “Rei do Baião”; pois, como se faz saber de tantos modos¹¹, ‘a morte’ é uma pergunta (e um diagnóstico) que acossa, por exemplo, a cidade cantada por Adoniran, por Caetano, por Criolo e por tantos outros. Entretanto, diante da pergunta sobre a possibilidade (ou sobre as possibilidades) de se alcançar (ou sobre como se alcançar) o sertão contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito, os caminhos afirmativos (e não positivados, por mais que positivos), efetivamente, passaram a figurar como uma premissa. Já que, por um lado, se fazia perceber que a mística sertaneja contemporânea do autor se materializava com as imagens (em movimento) de um sertão inscrito nas bordas do mundo globalizado, bem como, por outros lados, ‘a morte’ (quer seja no sertão, quer seja do sertão) também surgia como um elemento constituinte de tal cenário. Assim, cada vez mais, nos parecia bem mais que possível abordar os dramas do contemporâneo a partir deste sertão materializado como periferia do mundo globalizado; e, por muitos modos, os pontos lançados no polo negativo da dicotomia apresentada serviriam como ganchos ou como camadas narrativas para avançarmos com a dissertação em desenvolvimento. Por mais que, inegavelmente, e mesmo que a maturação deste entendimento tenha se dado tão tardiamente, é bem mais que evidente que tais intentos não seriam cabíveis em uma pesquisa de mestrado, obviamente, por conta do renomado binômio ‘espaço-tempo’.

Dito isso, e antes de iniciarmos, efetivamente, os debates da introdução, tendo em vista os campos teóricos e os aparatos metodológicos mobilizados para o presente estudo, cabe também o esclarecimento de que, como em todo e qualquer esforço balizado pela dialética negativa, nenhuma destas sínteses surgiriam com os contornos das sínteses promovidas por dialéticas idealistas (ou por dialéticas afirmativas), ou seja, nenhuma síntese perseguida aqui teria (ou tem) como função uma resposta final, uma acomodação ou uma solução; mas sim a missão de ser um novo núcleo, um novo ponto de partida para novas problematizações. Em outras palavras, as sínteses que aqui se pretendia (e se pretende) buscar, de fato, são pontos iniciais para novos movimentos paraláticos. Não são respostas e

¹¹ Por exemplo, como se faz saber a partir dos estudos dos pesquisadores Paulo Hilário Nascimento Saldiva e Evangelina da Mota Pacheco Alves de Araújo Vormittag, veiculados pelos mais distintos meios de comunicação, sejam os jornalísticos, sejam os de divulgação científica. Cf. SALDIVA, P.; VORMITTAG, E. Check-up de São Paulo. *Scientific American Brasil*, nº 95, abr., p. 28-39, 2010.

sim, no máximo, interpretações. Não são pontos finais, mas sim, preferencialmente, novos pressupostos e novas prerrogativas para novos pontos de partida, para novas interrogações.

1.2 Considerações Iniciais

A escolha de Ronaldo Correia de Brito, para além das qualidades literárias do autor, se liga diretamente ao fato de que o mesmo reconhece em si, e também traz para as suas obras, uma série de elementos daquela condição que se tornou delineadora dos aspectos relativos aos sujeitos da pós-modernidade¹², ou aos indivíduos pós-modernos. Dimensões subjetivas, ou ganchos decorrentes desta autodenominação do sujeito/autor¹³, que quando aliadas a todos os elementos objetivos advindos dos conflitos inevitáveis entre os universos sertanejos e os cenários que compõem os panoramas do mundo globalizado, de fato, dão forma aos conjuntos culturais emergentes nesta pauta de investigação, nesta somatória de suportes, de narrativas e de sintomas, ou de condições, através dos quais pretendemos dar formas finais para a presente dissertação. Assim, a partir das mediações com as obras de Ronaldo Correia de Brito, tomando como ponto de partida desta pesquisa os seus sertões e as questões acerca de sua mística sertaneja, efetivamente, também se pretende buscar referenciais para consolidarmos uma contribuição autoral, no âmbito dos debates mais atuais acerca do contemporâneo e sobre os estágios mais agudos do que se vive na famigerada modernidade (e nas suas crises de paradigmas). Em suma, tendo em vista esta incursão em busca da mística sertaneja, de Ronaldo Correia de Brito, pretende-se abordar o conjunto universo de suas narrativas¹⁴ que tratam (e que traçam os contornos mais contemporâneos) deste tão mais que bem escrito, bem lido e vastamente percorrido sertão, a partir da efetivação de leituras simbólicas (ou poético-

¹² O conceito de pós-modernidade (como uma “mudança radical na condição humana”), desde o final da década de 1970, encontra-se ligado às proposições de Jean-François Lyotard. Contudo, para além do ‘pós’, também foram cunhados outros termos, como exemplos, desde o início da década de 1990, surgiram os conceitos de ultramodernidade, de Stephen Pfohl; seguido do conceito de supermodernidade, de Marc Augé e de transmodernidade, cunhado por Enrique Dussel. Além da hipermodernidade, de Gilles Lipovetsky e de Sébastien Charles que, de certo modo, busca atualizar os termos anteriores; principalmente a partir das noções e ideias (bem como das imprecisões ou incertezas) que se lançam com os motes e as matrizes ‘pós-modernas’.

¹³ BRITO, R. C. de. *Imagem da Palavra*. Belo Horizonte: Rede Minas, 08 de junho de 2010. Programa de televisão.

¹⁴ Como já dito, anteriormente, neste trecho da pesquisa, ou seja, acerca da mística sertaneja, trabalharemos com as seguintes obras literárias de Ronaldo Correia de Brito: *O Livro dos Homens*, *Faca* e *Galileia*; além de textos elaborados para peças de teatro, sobretudo as que foram concebidas para o público infantil, a saber: *Arlequim de Carnaval*, *Pavão Misterioso* e *Baile do Menino Deus*; bem como as obras cinematográficas: *Lua Cambará*, longa-metragem de ficção, e os documentários: *Caboclinhos*, *Brincadeira de Mateus* e *Maracatus*, realizados para a TV; além de *Cavaleiro Reisado* e *Brincadeira de Reisado*, feitos para o cinema.

historiográficas) de duas narrativas de Ronaldo Correia de Brito, a saber, o conto *Lua Cambará*¹⁵ e o romance *Galileia*¹⁶, respectivamente, como metáforas da modernidade e da pós-modernidade¹⁷.

Então, dando seguimento com as considerações iniciais, e retendo a nossa atenção ao autor em questão, a sua origem nos remete aos confins de um bem mais que famoso sertão ou, mais precisamente, ao interior do sertão de Inhamuns, em Saboeiro, no Ceará. Foi lá que, em 1º de outubro de 1950, nasceu Ronaldo Correia de Brito. Mais um sertanejo, mais um nordestino, que aos cinco anos de idade mudou-se para o Crato – no Cariri cearense ou no ‘oásis do sertão’ – e aos dezoito anos mudou-se para o Recife; elegendo a capital do Pernambuco como domicílio até o presente momento. No entanto, ainda assim vivendo no semiárido, nos domínios (culturais, mitológicos e climatológicos) do agreste e do sertão nordestino. Localidades e circunstâncias em que, dentre outras atividades, a partir dos dezoito anos de idade, Ronaldo passou a dedicar o seu tempo aos estudos da medicina¹⁸. E, de lá pra cá, para além dos ofícios da psicanálise, este sertanejo se enveredou pelas artes, e não só por meio da literatura, mas também através do cinema e do teatro. Como cronista de sua própria realidade, e depois de quase duas décadas nessa militância interartes, Ronaldo Correia de Brito lançou, em 2008, o seu primeiro romance, *Galileia*, depois de oito anos de um árduo processo de criação. Aliás, sobre o ofício de escritor, em entrevista a Antônio Gonçalves Filho, em ocasião do lançamento do referido romance, o autor ainda comenta que “escrever”

[...] é um ofício custoso. É necessário ler muito, aguentar o tranco da solidão, ser capaz de uma viagem interior e estar sempre aberto às novas experiências da escrita. É um ofício amargo, duro, uma verdadeira ascese. Não vejo nenhum glamour em ser escritor.¹⁹

Em suas obras, Ronaldo Correia de Brito materializa o ‘Sertão’ para muito além dos títulos ou dos cenários, pois, ao percorrermos as mesmas, tende a ficar cada vez mais claro e

¹⁵ BRITO, R. C. de. *Lua Cambará*. In: _____. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 139-169.

¹⁶ Idem, *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁷ Oportunamente, creio que seja cabível o destaque para o fato de que, ao longo da pesquisa, os problemas (ou as perguntas) que norteiam tal estudo, sobretudo a pergunta sobre a mística do sertão, ou as razões para a sua formulação, retornam (compulsivamente), principalmente, no decorrer da fundamentação teórica e metodológica para a pretendida leitura metafórica das obras mencionadas. E, com a conclusão do estudo (suas revisões e críticas), suspeito que isso tenha se dado, muito mais, como um exercício (mesmo que infrutífero) de não ver na condição de ‘rompido’ o famigerado e indispensável ‘fio de Ariadne’; tão mais que salutar para alcançar, ao final do processo, a saída dos labirintos que, voluntariamente, me predispos a construir e percorrer.

¹⁸ RONALDO CORREIA DE BRITO. In: Pavilhão Literário: Literatos do Ceará. *Singrando Horizontes*. Disponível em: <<http://singrandohorizontes.wordpress.com/2009/12/16/ronaldo-correia-de-brito-1950/>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

¹⁹ BRITO, R. C. de. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

evidente, por tantos modos quanto os possíveis, não apenas como, mas também por quais razões este tema, ou o universo sertanejo, se encontra tão presente nas suas realizações. Uma vez que o autor experimentou, em vastas medidas, de tal recorte espaço-temporal, caminhando de mãos dadas com esta entidade mitológica desde as suas primeiras infâncias; neste cenário se constituindo como sujeito histórico e como homem das artes. Além disso, por hora, sem poder tratar de todas as controvérsias ou dos pormenores do quão delicado ou até mesmo do ‘impossível’ em que se consolidam os esforços de ‘conceituar’, ou mesmo de ‘delimitar um entendimento racional’ sobre o ‘Sertão’, aqui, com as palavras de um sertanejo e de um trovador destas entranhas geográficas e culturais, nos valeremos das considerações de Ronaldo que, em entrevista a Lívio Oliveira, assim (não) define o sertão:

O sertão tanto pode significar um espaço mítico como um acidente geográfico. Santo Agostinho perguntava sobre o tempo: o que é o tempo? Se não me perguntam eu sei, se me perguntam, desconheço. O que é o sertão? Se não me perguntam eu sei, se me perguntam desconheço. O sertão é abstrato ou real como o tempo. E continuará sendo assunto para muita literatura, sempre.²⁰

Todavia, nos compete (mesmo que com a consciência desperta para a impossibilidade do cumprimento cabal de tal missão) ao menos esboçar os desdobramentos possíveis para os sentidos e os usos da referida terminologia, no caso, nos cabe problematizar acerca das dimensões deste tão mais que bem sabido (e indefinido) sertão. Para tanto, diante da atual urgência, nos valeremos dos estudos de Gilberto Cezar de Noronha, que em trabalho apresentado por ocasião do XXVI Simpósio Nacional de História, cujo título é *O sertão como espaço do político ou o oeste de Minas é o que chamam de sertão?*²¹; assim abre os debates:

Aquele que acompanha a utilização do termo sertão no “desenrolar do processo histórico brasileiro”, quase sempre, chega à conclusão de que como categoria geográfica ele vai perdendo sua função generalizadora e homogeneizadora. Ao contrário do que ocorre com sua significação social e cultural, o termo deixa de ser aquela primeira apropriação do espaço físico desconhecido pela nomeação de “um todo não-litorâneo”, e se torna categoria de regionalização [...].²²

Aponta o professor Gilberto Cezar de Noronha para o fato de que as formas mais bem estabelecidas de tal termo têm os seus usos definidos a partir dos limites do que se convencionou chamar de “Polígono das Secas”; e, citando Valter Benjamim Soares, esclarece que tal ‘recorte geográfico brasileiro’ “[...] compreende a região Nordeste e o norte do estado

²⁰ BRITO, R. C. de. Entrevista. *Casa das Musas*. Entrevista concedida a Lívio Oliveira. Disponível em: <http://www.casadasmusas.org.br/entrevista_ronaldo_brito.htm>. Acesso em: 06 jul. 2010.

²¹ NORONHA, G. C. de. *O sertão como espaço do político ou o oeste de Minas é o que chamam de sertão?* In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1306978517_ARQUIVO_comunicacaoAnpuh.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.

²² Ibidem, p. 1.

de Minas Gerais”²³. Porém, isso não impede que Dona Helena Meireles se reconheça como sertaneja²⁴, com todo o seu orgulho pantaneiro, de sangue mestiço pan-americano, dos índios das regiões do sul da América, dos negros e dos brancos do além-mar. Sem sombra de dúvidas, nesta violeira também encontramos outro bom exemplo de um ‘sertão globalizado’. Ademais, em meio a outras formas geométricas; longe das secas e para além dos alagados do pantanal mato-grossense, aqui mesmo no cerrado, o que hoje se chama de Uberlândia também já foi denominado de “Sertão da Farinha Podre”. Logo, a delimitação de um bioma, seja o semiárido ou a caatinga das secas, seja o território indígena pantaneiro, seja o cerrado das entradas e das missões de tantos bandeirantes e sertanistas, como bem se sabe, já não serve mais para atualizar os contornos daquilo que, por exemplo, ultrapassa tanto as tradicionais dicotomias ‘litoral e interior’, quanto as condições ontológicas, alegóricas ou imateriais, de tudo aquilo que já foi imortalizado por João Guimarães Rosa, de tantos modos, mas também ao nos dizer que “[...] o sertão está em toda parte.”²⁵

Acerca destas problematizações, com sua tese de doutoramento *Viagem aos sertões enunciados: conphigurações do oeste de Minas Gerais*²⁶, Noronha desenvolve um trabalho esclarecedor; para além de análises históricas das formas de regionalização do oeste de Minas Gerais. Todavia, nos valem do estudo citado, anteriormente, para transcrever mais um ponto elucidativo sobre o sertão, tendo em vista o intento em curso na presente dissertação:

[...] Ainda que mantenha até hoje sua força de nomeação de espaços diversos em todo o país, nos *sertões* de várias regiões, ele parece cada vez mais nomear características físicas de espaços específicos do que como se prestar a recurso de generalização. [...] Por outro lado, insistindo nessa mesma perspectiva diacrônica, quando atentamos para a utilização de sertão como categoria do pensamento social, nomeando formas de vida social e de apropriação do espaço, acompanhando o contato [trágico?] dos agentes de colonização européia com os nativos, poderíamos concluir que o termo percorreu caminho inverso. De referência a pequenas ilhas de colonização e mestiçagem que desafiaram a característica litorânea da colonização, ocupando a terra distante da costa, domando as feras, pacificando o gentio, foi-se generalizando como designação e reconhecimento de certo “modo de vida” do sertão. Espaço conquistando pouco a pouco, feito território, adentrado pelos vaqueiros no nordeste ou pelos bandeirantes paulistas, seguindo o curso dos rios, estabelecendo roças e pousos, expandindo o domínio colonial em diversos pontos do espaço, de forma ambivalente mestiçando-se e civilizando-o. Nas narrativas gerais da história da colonização do Brasil, do século XVI até o século XX, sertão é cada

²³ SOARES, V. B. 2009 apud NORONHA, G. C. de. op. cit., p. 1.

²⁴ DONA HELENA. Direção: Dainara Toffoli. Filme documentário em longa-metragem que traça uma breve biografia sobre a vida da violeira Helena Meireles. Brasil: M. Schmiedt (Coprodução: Elástica; Distribuição: Europa Filmes), 2004. 1 filme em DVD (55min), son., color.

²⁵ ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1994, v. 2, p. 4.

²⁶ NORONHA, G. C. de. *Viagem aos sertões enunciados: conphigurações do oeste de Minas Gerais*. 2011. 390f. Tese (Doutorado em História)-Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

vez mais uma designação para enfatizar características sócio-históricas de um todo rural de um espaço que já, e ainda, é o Brasil.²⁷

Nesses debates, por sua vez, Antônio Fernando de Araújo Sá, com *O Sertão globalizado em Galileia*, de Ronaldo Correia de Brito, apresentado no 1º Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários e 4º Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários, na Universidade Estadual de Maringá, assim dá início às suas elaborações:

Pensar o sertão na contemporaneidade faz-nos retomar a tradição intelectual dos séculos XIX e XX, que o coloca como síntese do diverso histórico, geográfico, simbólico, natural e cultural. Considerada como uma expressão da brasilidade, a noção de sertão é, ao mesmo tempo, realidade e metáfora; é abrangente e circunscrita. [...] Neste início do século XXI não foi diferente. [...] Ao lado da revitalização de estudos históricos, sociológicos e antropológicos, é perceptível uma vigorosa releitura literária do sertão. Ainda que, nos últimos tempos, a literatura brasileira tenha adquirido, cada vez mais, um cunho acentuadamente urbano e até metropolitano, com a conseqüente retirada do regionalismo literário do centro da cena, há uma representativa tendência de reescritura da tradição literária do sertão, oriunda dos trabalhos seminais de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.²⁸

E, ainda acerca das ‘indefinições do sertão contemporâneo’, Antônio Fernando de Araújo Sá, citando Albertina Vicentini, aponta para como, em *Galileia*, as noções atualizadas na contemporaneidade, tanto dos cenários quanto das narrativas, em muito, dialogam com “categorias de uma cultura historicamente diferenciada (e que se diferencia historicamente a cada dia) mediante estruturas sociopolíticas e econômicas.”²⁹ E, indo além, assim sintetiza a proposta de trabalho do texto que, mais adiante, usaremos na elaboração de um breve diálogo:

É dessa metamorfose transcendente da matéria do sertão, misturada à secura da escrita, que encontramos a obra romanesca de Ronaldo Correia de Brito, *Galiléia* (2008a). Nossa proposta é estudar, por meio deste livro, a revitalização da temática sertaneja na atual produção cultural, estabelecendo um diálogo com o mundo globalizado, em que a luta constante entre a tradição e a modernidade transborda no cotidiano citadino do sertão nordestino. Percebe-se, exemplarmente, neste texto literário a dificuldade de se determinar o sertão hoje, quando as identidades que o definem encontram-se diluídas e os postulados culturais são atualizados, nas releituras da tradição literária do sertão.³⁰

Avançando, Antônio de Araújo Sá retoma as lições de Ismail Xavier ao relembrar do quanto o sertão, hoje, está presente nas diversas imagens cinematográficas e representações

²⁷ NORONHA, G. C. de. *O sertão como espaço do político ou o oeste de Minas é o que chamam de sertão?* In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 1-2. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1306978517_ARQUIVO_comunicacaoAnpuh.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.

²⁸ SÁ, A. F. de A. *O Sertão globalizado em Galileia*, de Ronaldo Correia de Brito. In: Anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, p. 1. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/57.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

²⁹ VICENTINI, A. 2007 apud SÁ, A. F. de A. op. cit. p. 2.

³⁰ SÁ, A. F. de A. op. cit. p. 2.

literárias como um *topus* do imaginário social; tornando-se uma experiência que compõe um sistema literário, iconográfico e sonoro, condensado tanto pelas nuances das relações com a natureza, quanto pela carga dramática dos episódios históricos ocorridos em tais localidades³¹. Ademais, ao se lembrar das lições de Francisco Dantas, Araújo Sá ainda ressalta que uma das principais preocupações dos novos escritores é demonstrar que é possível trilhar por novos caminhos, mesmo dialogando com as heranças deixadas, por exemplo, desde ‘os sertões’ de Guimarães Rosa, mas se lançando por veios ainda inexplorados de uma literatura “ambientada no campo e nas pequenas cidades” como “legítimo fundador da nossa contemporaneidade.”³²

E a respeito destas realidades Ronaldo Correia de Brito escreve com maestria (em dimensões líricas) e com propriedade (nas instâncias antropológicas), pois, como sertanejo o autor vivenciou o êxodo, migrou do interior rural para os centros urbanos e conhece o sertão como a palma da sua lírica³³, em todos os seus encantos e com as suas mais íntimas misérias. Cronista de sua própria realidade, o sertanejo versado nas artes retóricas, em seu primeiro romance, *Galileia*, realiza bem mais do que uma confissão sertaneja, ao escrever: “O sertão a gente traz nos olhos, no sangue, nos cromossomos. É uma doença sem cura.”³⁴ De tal sorte que, inicialmente, a nossa hipótese foi que, na globalização, este ente sem cura, e tudo o que se liga ao universo tradicional sertanejo, se inscreveria como periferia do mundo globalizado.

Dito isso, faz-se necessário ressaltar que, ao menos a partir dos referenciais que norteiam a consolidação de minha estrada acadêmica (incluída a presente pesquisa), a possibilidade de pensarmos em “periferias”, mesmo que diante de uma realidade ‘global’ e ‘plural’, tal qual a própria (ideia de) ‘globalização’, se dê a partir da interpretação do contemporâneo experimentado nos termos de uma ‘democracia liberal’, na medida em que tal matriz político-econômica, tão mais que comum e essencial ao mundo globalizado, faz com que os ‘direitos’, os ‘acessos’ e suas ‘efetividades’, quer seja no campo político, quer seja na esfera econômica ou mesmo em várias nuances (e em muitos aspectos) do que pode ser pensado (e vivido) como universo cultural, por inúmeras razões, não sejam atualizados dos mesmos modos, ou com as mesmas intensidades e efetividades ao redor da famigerada ‘aldeia global’. Em outras palavras, tendo em vista as questões que ultrapassam as dinâmicas

³¹ XAVIER, 2002 apud SÁ, A. F. de A. op. cit., p. 1.

³² DANTAS, 2002 apud SÁ, A. F. de A. *O Sertão globalizado em Galileia, de Ronaldo Correia de Brito*. In: Anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, p. 1. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/57.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

³³ Em menção aos versos do poema *Curitiba* de Paulo Leminski: “Conheço essa cidade/como a palma da minha pica./Sei onde o palácio/sei onde a fonte fica,/Só não sei da saudade/a fina flor que fabrica./Ser, eu sei; Quem sabe, esta cidade me significa.” Cf. LEMINSKI, P. *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 16.

³⁴ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 19.

postuladas e positivadas nos discursos (ou ao superarmos as letras frias e as ideias) da própria ‘democracia de mercado’ ou mesmo ao pensarmos nas ‘benesses da globalização’ (e as suas tecnologias e modernidades), de muitos modos, nota-se que a afluência ou a precariedade da efetivação de tais potenciais, quer seja do que é vendido como ‘democracia’, quer seja do que percebe como ‘globalização’, efetivamente, tudo isso se atualiza (ou não) na medida em que os ‘sujeitos’ são (ou não) ‘sujeitos economicamente ativos’; por isso, aqui, poderemos pensar nas tais ‘periferias’. Ressaltando que tal relação, ‘centro’-‘periferia’, não se dá nos limites da polarização de ‘dentro’ ou ‘fora’, mas sim ao pensarmos nos obstáculos e na precariedade que se percebe no efetivo acesso, seja tecnológico, seja político-econômico-cultural, que ultrapassam as relações entre o ‘norte’ e o ‘sul’, e também se fazem perceber, por exemplo, com as décadas de atraso tanto no que se referem às tecnologias, tais quais as possibilidades ou as velocidades de conexão à rede mundial de computadores, vulgo *internet*, quanto nas modalidades de serviços disponíveis aos telefones móveis com ampla transmissão de dados, ou seja, os tais *smartphones*; tecnologia que, no mundo globalizado, ao ‘norte’ é infinitamente superior às disponíveis ao ‘sul’. Nestes termos, estamos nas ‘periferias’ de tais tecnologias.

Ademais, os referidos ‘atrasos’, ou outros destes aspectos de ‘periferia’, se fazem notar, também, em nuances negativas da ‘globalização’, por exemplo, através das crises dos mercados de capitais, sobretudo as provocadas pelo crescimento do endividamento público e privado, ou mesmo pelas bolhas oriundas dos mercados imobiliários, quadros que chegaram ao ápice dos dissabores, ao ‘norte’, no final de 2008; e que, ao ‘sul’, ainda acumulam elementos que, por várias razões, poderão desembocar em cenários semelhantes ao experimentados desde 15 de setembro de 2008, com a quebra de instituições financeiras, mercados, Estados e sociedades de consumo. E, antes do fim, ressalta-se também que tais relações entre ‘centro’ e ‘periferia’ são percebidas para além dos eixos ‘norte’ e ‘sul’, posto que, como exemplo, mesmo nas metrópoles globalizadas, tais quais São Paulo, que (resguardadas as devidas proporções e observadas as disparidades entre as condições técnicas, no sentido de urbanização, e tecnológicas, nos campos dos serviços de telecomunicações) se encontra totalmente inserida ‘no centro da globalização’, ainda assim, serão notórias e mais que agudas as condições de ‘periferia’; tendo em vista as mais variadas vias que consolidam os elementos da ‘globalização’. Então, tendo por foco ‘o centro da cidade de São Paulo’, e por não nos esquecermos da população globalizada³⁵ de moradores de rua que ‘vive’ na região da

³⁵ A qualquer um que ande, atentamente, pelas ruas do centro de São Paulo-SP; sobretudo na região da subprefeitura da Sé, principalmente no distrito da República, pode ser comum a sensação de se encontrar na Babel bíblica. Tendo em vista a enorme quantidade de estrangeiros, sobretudo de africanos e de asiáticos, que

Praça da República, nas calçadas das Avenidas Ipiranga e São João, ou naquelas regiões que ficaram ampla e tragicamente conhecidas por ‘cracolândias’; enfim, mesmo no ‘centro’ se efetiva a ‘periferia’, seja no campo político, econômico ou cultural da referida ‘aldeia global’.

Dito isso, retornando nossa atenção aos aspectos que compõe o binômio ‘autor-obra’, ultrapassa o natural e beira o inevitável que as obras de Ronaldo Correia de Brito gravitem sobre este prisma que, até o momento, se mostra como aquele que é o mais caro ao autor em questão, ou seja, é natural que este sertanejo, versado nas trilhas literárias e nas artes retóricas, se dedique a tratar do sertão. De sorte que, acerca de tal universo, o artista produziu vários textos para teatro, além de roteiros para cinema, entre tantos contos e outros escritos incluídos nos diversos gêneros de literatura. E, a respeito de gêneros textuais, por hora, não poderíamos deixar de sublinhar as considerações de Luiz Antônio Marcuschi que, sobre o tema, salienta:

[...] Não é possível realizar aqui um levantamento sequer das perspectivas teóricas atuais. Nem é este o nosso interesse no momento. [...] Atualmente, a noção de gênero já não mais se vincula apenas à literatura, como lembra Swales, ao dizer que “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. É assim que se usa a noção de gênero textual em Etnografia, Sociologia, Antropologia, Retórica e na Linguística.³⁶

Deste modo, como já mencionado, é para muito além da literatura (ou dos diversos gêneros literários) que buscaremos abordar as obras de Ronaldo Correia de Brito. Pois, desde já, ressalta-se que é tendo em vista uma vasta intersecção propiciada entre o texto literário e os corpos em movimento que, em verdade, teremos em mente a missão de perscrutar as dimensões do ‘sertão’ na produção do referido autor. Para tanto, tomaremos como ‘o conjunto da obra’ de Ronaldo não apenas a sua literatura, mas também o seu teatro (que, de fato, aqui será alcançado como texto, e não como as montagens das peças) e também o seu cinema; seja o de ficção, sejam os documentários. E, como se pretende deixar claro, faremos isso para que seja possível pensar acerca ‘da mística sertaneja’ nas artes do autor em foco; pois, por exemplo, como nos compete esmiuçar mais adiante, os traços delimitadores de tal cenário, ‘sertão contemporâneo’, varia, substancialmente, entre as obras *Faca*³⁷ e *O livro dos homens*³⁸. Ademais, ainda mostra-se oportuno salientar que estas escolhas compõem (e não limitam) os caminhos de nossa investigação; e são efetivadas, sobretudo, a fim de ampliarmos os esforços

se fazem perceber, das formas mais variadas, na referida região; e que se comunicam através de seus dialetos e línguas maternas, sejam estes moradores de ruas, pequenos comerciantes, proprietários de LAN houses, etc.

³⁶ MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, Análise de gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008, p. 23.

³⁷ BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

³⁸ Idem, *O Livro dos Homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005.

de diminuir os muros entre a ‘razão’ e a ‘sensibilidade’, bem como para tornar ainda mais evidente os limiares da contemporaneidade que ecoam desde os primórdios da modernidade.

Deste modo, para darmos início às considerações acerca das nossas escolhas metodológicas, principalmente nestes campos da mediação com as fontes (e tendo em vista as distintas origens das fontes desta pesquisa), serão cabíveis as seguintes colocações a respeito das estratégias referentes à “iluminação mútua das artes”, ou seja, aos ‘estudos interartes’:

Intermedialidade é um conceito que, nos últimos quinze anos, tornou-se conhecido internacionalmente, sendo utilizado para referir-se, de modo abrangente e a partir de uma perspectiva diferente, aos Estudos Interartes e a certos aspectos dos Estudos sobre o Cinema, as Mídias e a Comunicação. Todos esses campos de estudo têm atraído o interesse de pesquisadores no Brasil, podendo-se observar sua institucionalização em várias universidades.³⁹

Então, daqui por diante, avançaremos com estas questões relativas à intermedialidade, sobretudo, salientando o quanto todas as nossas fontes de pesquisa são obras de arte (literatura, teatro e cinema) e, desta forma, nos deteremos nos limites dos estudos interartes. Em suma, daremos sequência com esta matéria, mais uma vez, com as lições de Claus Clüver; pois, em artigo intitulado de *Inter Textus/Inter Artes/Inter Media*, o pesquisador retoma com mais fôlego e maior atenção o debate iniciado no editorial supracitado; ao declarar que:

Há décadas, na condição de comparativista, tenho trabalhado com a “comparação” da Literatura com algo que, embora seja de outra ordem em relação à Literatura, possa ser submetido, juntamente com esta, a um conceito geral que costumamos chamar de “arte”. Minha área de interesse foi denominada nos EUA, por muito tempo, “Artes Comparadas”, termo compreensível apenas para aqueles que o associavam a “Literatura Comparada”.⁴⁰

E, ainda neste sentido, Claus Clüver, em busca de elucidações sobre o tema, anota que:

Na tentativa de esclarecer o que se pensa atualmente quando se fala de Estudos Interartes, podemos tomar como ponto de partida o Comparativismo que, desde a publicação, em 1968, de *Introdução à Literatura Comparada*, de Ulrich Weisstein, propôs discutir a “iluminação mútua das artes” como um dos âmbitos de interesse da área, seguindo o exemplo do primeiro manual norte-americano, publicado em 1961 – ambos produtos do Programa de Literatura Comparada da Indiana University, que tem oferecido cursos sobre Literatura e outras Artes desde 1954.⁴¹

³⁹ CLÜVER, C.; DINIZ, T. F.; REIS, E. L. de L. Editorial. In: *Aletria: revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 14. p. 7. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_14/ale14_ed.pdf>. Acesso em 16 dez. 2008.

⁴⁰ CLÜVER, C. Inter textus/ Inter artes/ Inter media. *Aletria: revista de estudos de literatura*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 14, p. 11. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_14/ale14_cc.pdf>. Acesso em 16 dez. 2008.

⁴¹ Ibidem, p. 12-13.

Todavia, e como se percebe desde os esforços empreendidos por Dionísio Longino⁴² e retomados, modernamente, por Edmund Burke⁴³, ou até mesmo como se faz notar a partir das lições de Jean-Jacques Rousseau⁴⁴, com suas especulações acerca da origem das linguagens e das línguas; ou seja, não só pelas discussões acerca do ‘belo’ e do ‘sublime’, por parte de Longino e de Burke (debates que, inclusive, servem de inspiração para Immanuel Kant⁴⁵), mas também por conta dos estudos estéticos, sobretudo no campo da interdisciplinaridade artística, de Gotthold Ephraim Lessing; inegavelmente, ‘as artes’ se encontram entrelaçadas desde as suas mais remotas origens. Assim sendo, essas investigações acerca das suas afecções, suas matrizes, suas capacidades ou seus processos, de muitos modos, desde os autores citados, como exemplos (e não de modo exaustivo), se deram por meio dos germes daquilo que, hoje em dia, se compreende como (e se denomina por) “estudos interartes”. Por mais que, com tais colocações, de nenhum modo, estejamos equiparando os processos atuais com as possibilidades iniciais que, por hora, são citadas quase que a título de ‘genealogia’ ou ‘arqueologia’ de tais saberes. Muito embora reste claro que a partir do momento em que as artes passaram a existir por si mesmas, de modo “autônomo”, desvinculadas de outras práticas culturais que lhes deram origem⁴⁶ ou, em outras palavras, desde que a arte se fez notar a partir de seu próprio ideal artístico, de fato, não se pode encontrar nenhum outro parâmetro melhor para a sua referenciação a não ser as próprias artes ou as próprias medidas humanas; quer seja através das apropriações, quer seja na condição de promotores de tais práticas culturais.

Logo, essa busca por ‘iluminação mútua das artes’ se dá bem antes da própria consolidação do Comparativismo, bem como, antes mesmo das possibilidades decorrentes da Literatura. Ademais, e como se mostra de forma esclarecedora e edificante ao longo da série

⁴² LONGINO, D. *Do Sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁴³ BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Paipurs/Editora da UNICAMP, 1993.

⁴⁴ ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

⁴⁵ Cf. KANT, I. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas: Papirus, 2000.

⁴⁶ Como exemplo, podemos nos lembrar do mais antigo ancestral do audiovisual (que se tem registro), concebido em uma tribo nativa do que hoje se chama de Austrália, e que cumpria o papel de transmissor dos conhecimentos acumulados por tal grupo. Cf. HOW ART made the world (Como a arte fez o mundo). Direção: Robin Dashwood, Mark Hedgecoe, Ben McPherson, et all. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de Nigel Spivey. Reino Unido: BBC; Estados Unidos: KCET, 2005. 1 série em TV (300min), son., color. E por mais que, de fato, as artes – e até mesmo os produtos de uma conhecida *Indústria Cultural* – ainda se mostrem como peças fundamentais de inúmeras práticas socioculturais, indubitavelmente (ou por mais que sejam cabíveis críticas acerca de apontamentos, tais quais, “arte pela arte” ou “arte engajada”), de muitos modos, a arte se manifesta de modo autônomo; mesmo que não de modo absolutamente autônomo. Aliás, onde caberiam as tais noções de ‘absoluto’ e de ‘autônomo’ conjugadas em meio aos campos de debates, de ideias e de práticas advindas do universo cultural, social e político?

de documentários *How art made the world*⁴⁷, da BBC, essa relação entre as artes e os seres humanos se apresenta, intimamente, como parte fundamental das próprias condições humanas, seja enquanto espécie animal, seja por conta das resultantes dos processos culturais. Neste sentido, acerca dessas questões, Joseph Addison, com a sua série de onze ensaios⁴⁸ intitulados de *On The Imagination*⁴⁹, também se insere, genealogicamente, nas dimensões do que, hoje, se costuma abordar como estudos interartes; ao promover uma aproximação dos mais variados suportes artísticos, dentre os possíveis à sua época, para se pensar sobre as impressões e as sensações causadas tanto na imaginação, de modo geral e abstrato, quanto nas dinâmicas e nas relações com os espectadores do seu tempo, de modo individual e concreto.

Nestes termos, ou indo além, esta indissociação das artes também se faz notar a partir de questionamentos e de investigações que, modernamente, se lançaram no intuito de tentar responder certas perguntas sobre tal temática. Contudo, sabe-se que tais pontos já se mostravam claros, por exemplo, em *Do Sublime* (que se consolida como uma genuína “antologia do Sublime”) atualizada por Dionísio Longino, em sua tentativa de preservar o ‘sublime’ da decadência de sua época. Então, sobre essas investigações (interartes) acerca das próprias noções, funções ou ideias de arte, Helena Barbas, em seu estudo *O Sublime e o Belo – de Longino a Edmund Burke*⁵⁰, assim sintetiza algumas das etapas modernas de tais buscas:

Sumarizando, encontram-se grandes interrogações, formuladas de um modo peculiar, durante o século XVIII. Em primeiro lugar, o que é a arte? Sendo todo o conhecimento resultado de sensações, de que modo particular funciona a paixão que suscita o sentimento estético, seja na sua expressão (o que é a originalidade?), seja no reconhecimento dessa expressão (o que é o gosto?). Seguidamente, como se pode medir a arte? Sendo o gosto o instrumento que permite avaliar a obra, qual a regra que orienta essa medida (qual o padrão do gosto?). Qual o objecto a medir (o que é o belo, e relativamente a que se define?). Sem modelo, desligada do ideal e reduzida ao homem e suas sensações, a arte não pode invocar a busca do verdadeiro. Recua para a área do sentimento e da emoção concebidos como puros, ou separados dos objectos de conhecimento, que anteriormente eram pertença do seu campo. Os conceitos vacilam: inspiração, génio, invenção, belo, sublime, catarse, e a própria noção da arte, do seu fim e utilidade, exigem uma redefinição de acordo com as novas perspectivas. A ideia que fica, é que esta necessidade é pressentida mas não consciente, e vai revelar-se por uma inquietação latente, tanto nos filósofos, como em críticos e nos próprios criadores, que os leva a uma preocupação particular com os problemas da arte.⁵¹

⁴⁷ HOW ART made the world (Como a arte fez o mundo). Direção: Robin Dashwood, Mark Hedgecoe, Ben McPherson, et all. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de Nigel Spivey. Reino Unido: BBC; Estados Unidos: KCET, 2005. 1 série em TV (300min), son., color.

⁴⁸ Estudos que foram publicados, originalmente, pelo periódico *The Spectator*, entre as edições 411 e 421, com o título de *Pleasures Of Imagination*, em 1712.

⁴⁹ ADDISON, J. *Essays Moral and Humorous also Essays on Imagination and Taste*. Edinburgh: William and Robert Chambers, 1839, p. 112-122.

⁵⁰ BARBAS, H. *O Sublime e o Belo – de Longino a Edmund Burke*. 2002. Disponível em: <http://helenabarbas.net/papers/2002_Sublime_H_Barbas.pdf>. Acesso em 15 jul. 2012.

⁵¹ Ibidem.

Desta forma, se tais considerações se fazem presentes desde muito antes da própria modernidade, com as suas preocupações formais, sistemáticas e rigorosamente formuladas; ainda mais contemporaneamente é possível notar no campo das neurociências, sobretudo na neuroestética⁵², um vasto horizonte que se abre nas buscas pela compreensão dos processos mentais e neurológicos (quer sejam ‘sensíveis’ ou ‘racionais’) tanto na criação, quanto na fruição das obras de arte. Aliás, e por mais que essa proposição possa parecer paradoxal, principalmente aos racionalistas, é também nas ciências da mente (sobretudo nas neurociências) que se estabelecem os diálogos e as pesquisas mais decisivas para a destruição do famigerado muro que, há tempos, separa sensibilidade e razão⁵³. Do mesmo modo, também surgem novos indícios que soam como terremotos para ideias controversas e enraizadas, tais quais, a de que o cérebro funciona como uma espécie de máquina ou de computador⁵⁴. Entretanto, ainda cabe ressaltar que os estudos interartes, nesta pesquisa, tanto nos servirão como via de mediação com as fontes mais variadas, ou seja, tanto deverão funcionar como uma perspectiva de iluminação mútua das artes, já que trabalharemos com obras de naturezas artísticas distintas, bem como, tais estratégias interartes também hão de se somar ao prisma metodológico do trabalho, dito de outros modos, os estudos interartes também se juntarão aos materialismos dialéticos, atualizados pela paralaxe do real, como ferramentas metodológicas para as investigações acerca do sertão contemporâneo nas obras de Ronaldo Correia de Brito.

⁵² A neuroestética origina-se na investigação da natureza biológica e psíquica da experiência estética e, inevitavelmente, na pergunta pela função da arte. Sobretudo, a neuroestética estrutura-se em dois níveis fundamentais: em primeiro lugar, a elucidação das atividades cerebrais envolvidas neste processo particular, através de analogias com outros processos neurológicos como, por exemplo, o conhecimento; cujos mecanismos podem ser situados nas bases das experimentações artísticas. Neste sentido, a arte pode ser considerada como uma extensão da atividade fundamental do cérebro visual, que é adquirir conhecimento do mundo. Em segundo lugar, encontra-se o questionamento da experiência artística em função das relações entre ‘o sujeito que percebe’ e ‘o mundo que é percebido’. Assim sendo, a experiência estética é um elemento fundamental da percepção que um sujeito tem do mundo, isso significa afirmar que o ser humano não se inscreve em um cenário cujos elementos estão factualmente dados, tampouco se relaciona com estes de forma direta, unívoca e pré-definida, sua experiência é, sobretudo, simbólica, ou seja, o sujeito experimenta e reflete sobre este mundo através de uma constelação de sentimentos, emoções, perspectivas, expectativas e fantasias. Cf. MALDONATO, M.; DELL’ORCO, S.; ANZOISE, I. Desvendando a Mente Estética, *Scientific American Brasil*, n. 90, nov. 2009, p. 78-80.

⁵³ De acordo com Antônio Damásio, em sua obra *O Erro de Descartes*, se faz urgente um novo modo de pensar as tradicionais dicotomias: *corpo e mente*; *razão e emoção*. Uma vez que, por meio de seus trabalhos e de suas pesquisas, afirma o cientista que a mente humana habita um organismo vivo; no qual o cérebro e o corpo se encontram intimamente integrados. O cérebro é parte do corpo e não coincide com a mente. Os argumentos do neurocientista são de que os estímulos sensoriais e as emoções resultantes são fatores fundamentais na estruturação do edifício orgânico; logo, do próprio modo (e do aparato) de pensar. Em suma, tendo em mente os avanços de suas pesquisas e as descobertas de outros estudiosos da área, de fato, o neurocientista chega ao ponto de inverter a máxima de Descartes e, sem pestanejar, sustenta que: *existo (e sinto), logo penso*. Cf. DAMÁSIO, A. *O Erro de Descartes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁵⁴ LESTIENNE, R. O cérebro não é uma máquina. *Mente e Cérebro*, Edição Especial – Cérebro, muito além da “máquina perfeita”, n.º. 34, p. 07-11.

Neste sentido, explicita-se que não construiremos, na presente dissertação, panos de fundo para investigações acerca da originalidade, do gosto, do belo, do sublime, nem tampouco sobre os sentimentos estéticos, as afecções, as paixões ou as possibilidades de mensuração, de crítica ou mesmo de quais seriam as funções da (ou sequer do que viria a ser a própria) arte. Dito isso, ainda nos compete deixar claro que não realizaremos uma pesquisa que trate de crítica literária ou cinematográfica, pois, diante das obras de Ronaldo Correia de Brito nos interessa a possibilidade de nos apropriarmos das mesmas para pensarmos questões que nelas se destacam; a partir dos cenários de um sertão contemporâneo, que possa ser pensado a partir dos desdobramentos das buscas pela referida mística sertaneja. Assim sendo, também salientamos que, sobre os aspectos literários das obras do autor que nos serve de guia pelo sertão, tanto Nathália Perry Clark, com o seu estudo *Faca-face de um feminino sertanejo – Impressões do regionalismo contemporâneo em Ronaldo Correia de Brito*⁵⁵, quanto Gregore Silva Braga, com a sua dissertação, ainda em andamento, no curso de mestrado em Teoria Literária no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFU⁵⁶, por exemplo, nos servem de referências e sintetizam boas partes daquilo que não buscaremos nesta pesquisa que se inicia.

Em suma, acreditamos que as linhas e os fotogramas de Ronaldo Correia de Brito são os suportes mais adequados para que se alcancem o teor e a natureza de suas obras, bem como, pretendemos sim nos apropriar das mesmas, mas não para realizarmos um aprofundamento de suas formas ou de seus conteúdos; reconhecidamente, não temos talento para tanto, nem nutrimos tais intentos. Ademais, não tomaremos este rumo, principalmente, porque as nossas inquietações sempre estiveram mais voltadas para as problematizações políticas do que para as questões que se aprofundam nos contextos culturais; claro, dizendo isso sem operar cisões impertinentes, tais quais as que se promovem entre a sensibilidade e a razão. Contudo, ainda ressalto que, por mais que pudesse parecer menos complicado optarmos por um mergulho cultural, em Ronaldo Correia de Brito, com o intuito de, por exemplo, pensarmos as transformações contemporâneas do sertão, a partir das representações culturais alcançadas na obra do referido autor, de fato, esta seria uma missão que classificariamos como sendo, literalmente, “impossível”. Então, optaremos por outros caminhos não só por conta do viés político-social que salta tanto desta quanto de quaisquer outras pesquisas, mas, principalmente, por conta dos pressupostos e dos suportes teóricos com os quais avançaremos nestes trabalhos. Uma vez que, como se pretende demonstrar ao longo do estudo, nos

⁵⁵ Dissertação de Mestrado defendida, no ano de 2011, na Universidade de Brasília, no Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, no Programa de Pós-Graduação em Literatura.

⁵⁶ Dissertação de Mestrado a ser defendida, no ano de 2013, na Universidade de Uberlândia, no Instituto de Letras e Linguística, no Programa de Pós-Graduação em Letras, pesquisa elaborada em Teoria Literária.

propomos, sim, a fazer uma investigação sobre as transformações culturais no sertão, a partir das obras de Ronaldo Correia de Brito; porém, por meio de interpretações (ou de metáforas) que abordem tanto o cenário artístico quanto o contexto social que se atualiza nas fontes desta pesquisa. Todavia, não daremos ênfase aos campos das formas e dos conteúdos, nem tampouco efetivaremos relações de semelhança ou de identidade entre essas obras acerca do sertão e as experiências e os fatos vividos no sertão (quer seja por um ‘viés semiótico’, quer seja por um ‘viés de crítica de arte’). Como dito, e como se pretende explicitar mais adiante, não optamos por tal proposta porque este nunca foi o foco do estudo; igualmente, tendo em vista tudo o mais que o mesmo se vale e busca apresentar, tais vias tornar-se-iam impossíveis.

Na presente pesquisa, efetivamente, pretende-se tratar do sertão como periferia do mundo globalizado, encarando as transformações retratadas ao longo das fontes consultadas, a fim de se pensar sobre a mitologia e a mística sertaneja nas obras Ronaldo Correia de Brito, em face aos dramas do contemporâneo e às crises de paradigmas das ciências (ou da própria condição das ciências), bem como de suas necessárias superações. Posto que, inegavelmente, este estudo tem como uma de suas maiores fontes de inspiração a obra *História depois do fim da história*⁵⁷, de Joseph Fontana; bem como as lições de Jim Sharpe (que avança com os posicionamentos de Edward Palmer Thompson), militante de uma historiografia em que seja possível assumir o papel de agente político e de autor engajado; e isso para muito além das perspectivas de uma ‘história vista de baixo’. Neste sentido, como também nos servem de exemplo Michel Foucault, Jürgen Habermas, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Edward Said, István Mészáros, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros, no âmbito dos estudos dos fenômenos sociais, quando do desenvolvimento das nossas pesquisas nas humanidades (ou quando inseridos nos tais cenários histórico-culturais pesquisados), não só podemos, bem como, acima de tudo, por exercício de funções sociais, devemos nos posicionar politicamente, atuando de modo ético, agindo moralmente. Também por isso, enquanto pesquisadores das humanidades, *a priori*, compete-nos reconhecer que não fazemos ciência (ou parte das ciências), por mais que possamos (e devamos), sim, avançar racionalmente e buscarmos as melhores fatias (dentre as possíveis) em meio a todas e quaisquer ‘quase-verdades’⁵⁸ encontradas (ou encontráveis) nos nossos campos de pesquisa; sempre com as melhores teorias e com os métodos mais adequados. Contudo, tanto devemos reconhecer as nossas suspeições e limitações, como não negarmos as nossas paixões; sem deixarmos de admitir as

⁵⁷ FONTANA, J. *História depois do fim da história*. Bauru: EDUSC, 1998.

⁵⁸ Termo evocado de acordo com os entendimentos de Newton da Costa, um dos formuladores da *Teoria da* ‘quase-verdade’ ou, como também é conhecida, da “Teoria da verdade parcial” (inicialmente denominada de ‘verdade pragmática’); elaborações consolidadas com os pesquisadores Rolando Chuaqui e Irene Mikemberg.

nossas parcialidades, atuando com as maiores (e as melhores) concentrações possíveis de tudo o que se alcança com as melhores vias da racionalidade, no caso, com a razão comunicativa⁵⁹.

Esclareço, sumariamente, que enxergo a racionalidade efetivada para além dos campos das “ciências”, ou seja, reconheço a natureza e a condição (ou mesmo os processos) do conhecimento construído nas humanidades (incluindo as ciências sociais aplicadas) como algo que, qualitativamente, pode ser lido (ou visto) como um pensamento maior, melhor e até mesmo mais sublime do que os alcançados nos limites científicos; mesmo que, ao dizer isso, não pretenda promover qualquer inversão, pernicioso, de posições, de “precedência” ou “hierarquização” que se perpetra, sobretudo, a partir das tais “ciências”. Explico melhor, a racionalidade estabelecida para além dos limites das ‘ciências’ permite não só pensarmos os pressupostos científicos, éticos, morais; bem como alargarmos, ou apurarmos, os horizontes em que a racionalidade e as matrizes culturais estabelecem os contornos do mundo enquanto espaço transformado pelo referido conhecimento. Dito isso (e caminhando com tudo isso), em síntese, e não só no presente estudo, buscamos mediar com aquilo que nos soa como o mais urgente e o mais atual nos campos da historiografia política, ou seja, nos preocupamos com as dimensões do ‘contemporâneo’, mantemos nossos focos nas cristas das ondas das crises da modernidade. E, por mais que essas discussões não sejam aprofundadas no presente texto, inegavelmente, esses vetores compõem as estruturas narrativas (da teoria ao método), as perspectivas autorais (de quem fala, de como fala, de onde fala e para quem fala), dentre todas as outras possibilidades de idiossincrasias, quer sejam nas frentes materializadas como ensaios, especulações ou demais pesquisas, quer seja em tudo o mais com que se

⁵⁹ Conceito elaborado por Jürgen Habermas e que fundamenta a *razão* como uma faculdade a ser atualizada socialmente, no processo de interação dialógica dos sujeitos, através dos discursos. Pois, por meio da ação comunicativa, cada interlocutor suscita uma pretensão de validade quando se refere a fatos, normas e vivências; e existe, aí, uma expectativa que seu interlocutor possa contestar essa pretensão de validade de uma maneira fundada (*begründet*), isto é, argumentativamente. Essa é a racionalidade em Habermas, ou seja, a “razão comunicativa”. Logo, a razão não é aquela faculdade abstrata inerente ao indivíduo isolado, mas um procedimento argumentativo através do qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre verdades, justiça e autenticidades. Em suma, tanto nos diálogos cotidianos, quanto nos demais modos de discursos sociais, todas as verdades anteriormente consideradas válidas e inabaláveis podem ser questionadas. Todas as normas e valores vigentes têm de ser justificados. Todas as relações sociais são consideradas como resultados de negociações nas quais se busca o consenso e se respeita a reciprocidade, sempre a partir do melhor argumento. Assim, a razão comunicativa se consolida não só como um conceito, mas, sobretudo, como uma *práxis* em que o questionamento e a crítica são elementos fundamentais. Nestes termos, tais movimentos não se dão por meio de monológicas, como na *Dialética do Esclarecimento* ou na *Dialética do Concreto*, e sim de forma dialógica, em face das situações sociais, nas quais as verdades resultam dos diálogos entre os pares, seguindo a lógica do melhor argumento. Logo, restando bem mais do que presumida e assumida a sua condição de “construção”, de “jogo de valores” ou de “metáforas”. Cf. FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 59-60. Neste sentido, ainda ressaltamos que tais perspectivas de “jogo de valores” ou de “metáforas”, no tocante aos debates sobre “verdade”, também são ecoados, por exemplo, pelo pensamento de Friedrich W. Nietzsche. Cf. NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. *Coleção - Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 51-60.

consubstanciam os contornos e os conteúdos não só do que pode ser tomado como biografia; sobretudo daquilo que é percebido (e sorvido) como a vida. Logo, se a princípio esse espaço foi pensado com o fim de abordarmos os desdobramentos práticos e teóricos do que se classifica como ‘pós-modernidade’, esclarece-se que tal busca se concentraria, muito mais, nas problematizações daquilo que foi atualizado por Gilles Lipovetsky e Sébastien Charles, com suas apologias aos vieses democráticos e liberais dos nossos tempos; principalmente na obra *Os tempos hipermodernos*⁶⁰. Pois, como tratamos em outros estudos, e a despeito do que elaboram os referidos autores, acerca de como a hipermodernidade democrática e mercantil ainda não deu o seu canto de cisne, posto que esta se encontra no começo da sua aventura histórica (ao nos lembrarmos de que os cisnes não são ‘pássaros canoros’, tampouco o cisne branco é uma ‘ave muda’; e sem deixar de salientar o quanto a modernidade, ou mesmo a fusão forjada, política e economicamente, pela democracia-liberal é ruidosa); e ainda por termos em vista aquilo que nos inspira Tchaikovsky, de fato, acreditamos que o tal canto de cisne, enfim, só poderia mesmo ser aquele com que a ave se lança para a morte; se jogando no abismo, dando ação a toda falta de peso e de sentido, por conta do tamanho do vazio. E, como podemos supor, fazendo isso sem alcançar, na derradeira ação, qualquer tipo de libertação (ou redenção); por um lado, abdicando do progresso (ou do ‘futuro’), e, nestes termos, desistindo de viver com Siegfried, o príncipe encantado; ou também abrindo mão das possibilidades de redenção (ou da ‘eternidade’), projetadas na quebra do feitiço lançado por Von Rothbart.

Nestes termos, tratando de pontos cruciais que são problematizados no presente estudo, Giorgio Agamben, em um ensaio intitulado *O que é o contemporâneo?*⁶¹, se coloca diante das seguintes perguntas: “De quem e do que somos contemporâneos? E, antes de tudo, o que significa ser contemporâneo?”⁶² Assim, a primeira inclinação nos caminhos de delinear os limites do ‘contemporâneo’ o remete à filosofia; mais precisamente, à obra *Considerações Extemporâneas*⁶³, em que Nietzsche buscou acertar algumas contas com o seu tempo. Então, partindo desses pressupostos, mas, ampliando suas possibilidades a partir das considerações de Barthes, quem, por sua vez, sintetiza o que é contemporâneo como aquilo que é intempestivo, Agamben conclui que é contemporâneo aquele que: “Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo aquele que não coincide perfeitamente com

⁶⁰ LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

⁶¹ AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

⁶² Ibidem, p. 57.

⁶³ NIETZSCHE, F. W. *Considerações Extemporâneas*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, 267-271.

este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatural.”⁶⁴ Deste modo, sintetiza o filósofo italiano que é exatamente por isso, por causa dessa espécie de ‘deslocamento necessário’, que ao sujeito contemporâneo compete perceber e apreender o seu tempo. Sendo esta condição (de deslocamento) uma propriedade fundamental, ou seja, sendo imprescindível uma não coincidência com o tempo presente para se lançar ao esforço de compreendê-lo. E no intuito de explicitar melhor, ou de maneira mais lírica, suas concepções de contemporâneo, o autor analisa *O século*, de Osip Mandel’stam, poeta russo, que viveu até 1938; texto que tem seus primeiros versos grafados da seguinte forma: “Meu século, minha fera, quem poderá/ olhar-te dentro dos olhos/ e soldar com o seu sangue/ as vértebras de dois séculos?”⁶⁵. Assim, Agamben avança dos versos de Mandel’stam retomando a linha de raciocínio já elaborada: “Aqueles que coincidem muito plenamente com a sua época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque [...] não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.”⁶⁶

Deste modo, quando não trazemos o foco para os debates acerca das democracias liberais, também buscamos problematizar sobre as dimensões das narrativas, para além das discussões já travadas acerca das lutas que podem vir a ser utilizadas no exercício de se encarar as realidades⁶⁷. Em suma, oportunamente, pretende-se tratar de tais pontos para além dos debates sobre as fontes, sobre as formas de escritas ou sobre as condições e as possibilidades inerentes tanto às não-ficções, quanto às ficções; literalmente, busca-se analisar quais são as razões com que, em nosso contemporâneo, insiste-se em dizer que não existe mais espaço para as longas narrativas (de esclarecimento ou de emancipação, ou de qualquer pressuposto decorrente de um fracasso que, na pressa, atribuem à referida modernidade). Enfim, lançamos nossos esforços no intuito de abordar as noções que se desdobram de taxações, tais quais, os eventos históricos, hoje (ou desde o advento do capitalismo como o ‘ismo’ vencedor), não se dão mais por meio de longas narrativas, em longos períodos de tempo ou na longa duração, ou ainda, a modernidade fracassou e, também por conta disso, não existe mais espaço para as utopias no presente em que vivemos; não existem contrários; é

⁶⁴ AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 58.

⁶⁵ MANDEL’S TAM, O. 1923 apud AGAMBEN, G. op. cit., p. 59.

⁶⁶ AGAMBEN, G. op. cit., p. 60.

⁶⁷ Abordamos, por via de regra ou como cláusula pétrea, as noções de “Real” e de ‘realidades’ a partir de tudo aquilo que nos remetem as considerações de Newton da Costa, bem como ao que já expôs o neurocientista e psicólogo Timothy Leary, questões que serão debatidas ao longo das páginas e das sessões seguintes. Destacando ainda que as tais ‘realidades’ sempre serão alcançadas, mediadas e interpretadas a partir das perspectivas possíveis, dentre as mais plausíveis e as mais viáveis, mas, obviamente, não menos suspeitas; hajam vistas a complexidade das relações e as multiplicidades de abordagens das tramas e dos dramas de tudo aquilo que, em conjunto, por via de múltiplas narrativas, constituem os recortes ou as constelações possíveis, em quaisquer ‘realidades’, em quaisquer tratativas residuais com o “Real”.

o fim das eras das revoluções. Assim, nos valem das próprias palavras de François Lyotard: “[...] simplificando ao extremo, considera-se que o ‘pós-moderno’ é a incredulidade em relação às metanarrativas.”⁶⁸; bem como, tomamos por contraponto as críticas de Anderson: “Com A condição pós-moderna, Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava atingir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico.”⁶⁹

De tal sorte que, seja com este, seja com qualquer outro trabalho, e resguardadas as devidas proporções, temos intenções vizinhas àquelas que alcançaram Adorno em seu ensaio sobre *A Atualidade da Filosofia*⁷⁰, do mesmo modo, também buscamos convergência e sinergia com os esforços empreendidos por Fausto Castilho, em suas *Considerações sobre o Processo de Descosmificação*⁷¹. Principalmente quando eles chamam a atenção para o quanto, afinal, ainda fazem filosofia ou se busca fazer ‘ciência’, sobretudo nas humanidades, a partir de noções e conceitos que não se sustentam mais no presente advindo dos campos de estudo das demais áreas do conhecimento. Aliás, com quais razões seria possível encararmos estas vias investigativas como ciências (sejam essas puras ou particulares, sejam humanas, sejam lá quais forem suas naturezas ou condições) que possam ser chamadas de “x-modernas”⁷²? Ou ainda, como supor que estas ciências produzem resultados ou que estes cientistas pesquisam a partir de paradigmas “x-modernos”? Boaventura de Sousa Santos, com *Um discurso sobre as ciências*⁷³, a bem da verdade, aborda os referidos tópicos com desenvoltura e propriedade⁷⁴.

Então, a partir de um viés político-social, nossas propostas (ultradissertativas) surgem da intenção de apontar para a necessidade de radicalização e de superação (não só em termos

⁶⁸ LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 12.

⁶⁹ ANDERSON, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 39.

⁷⁰ ADORNO, T. W. La Actualidad de La filosofía. In: _____. *Actualidad de La filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991, p. 135-204.

⁷¹ O *Processo de Descosmificação* é um dos temas sobre os quais Fausto Castilho pesquisa e trabalha atualmente. Por ocasião, realizou-se uma conferência que foi apresentada como aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia; ministrada em 21 de março de 2012, no anfiteatro do Bloco 3Q, no Campus Santa Mônica. Na cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais.

⁷² Hajam vistas tantas ondas, tantas modas e os demais motes que se desdobram de tudo aquilo que é pós-ultra-super-trans-hiper-moderno, logo, lançamos mão do termo “x”-modernos.

⁷³ SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

⁷⁴ A obra é uma versão ampliada da *Oração da Sapiência*, proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1985/86. Em suma, e com as palavras do próprio autor, este estudo pode ser entendido pelo seguinte viés: “[...] Vivemos um tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. [...] Daí também a idéia, hoje partilhada por muitos, de estarmos numa fase de transição. Daí finalmente a urgência de dar resposta a perguntas simples, elementares, inteligíveis. [...] Começarei por caracterizar sucintamente a ordem científica hegemônica. Analisarei depois os sinais da crise dessa hegemonia, distinguindo entre as condições teóricas e as condições sociológicas da crise. Finalmente especularei sobre o perfil de uma nova ordem científica emergente, distinguindo de novo entre as condições teóricas e as condições sociológicas da sua emergência [...]”. Cf. SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13; 18-20.

de compreensão dos conceitos, tais quais, tempo e narrativa, mas, sobretudo, do enfrentamento) dos postulados e das noções decorrentes das condições pós-modernas (e seus dogmas), como, por exemplo: é tudo ficção; a modernidade fracassou; não existe mais espaço para as utopias ou para as longas narrativas no nosso contemporâneo... Em suma, tudo isso, tendo sempre em vista a urgência em avançarmos por esses caminhos que podem nos ser úteis nas transposições das crises das modernidades ou na superação dos obstáculos e dos incontáveis momentos, tão mais que pontiagudos, que vivenciamos atualmente.

Neste sentido, nos valem das considerações de Fausto Castilho ao tratar das imprecisões que, hoje em dia, derivam-se do conceito de *cosmos* (entendido em seu significado literal e primordial de ‘ordem’, ‘harmonia’ ou até mesmo de ‘finito’; tendo em vista toda a estabilidade em cima da qual se inscreveram as cosmologias, desde os clássicos, passando pelos medievais até alcançar os modernos). Deste modo, mantendo o foco na necessidade de se pensar a partir de balizas mais atuais e com dados mais contemporâneos, Fausto Castilho afronta o dogmatismo das ‘categorias’ no ‘processo de conhecimento’, contestando a sustentação das noções decorrentes do conceito de ‘substância’ (*ousía* ou, em grego, *οὐσία*). Uma vez que, atualmente, tais conceitos se mostram com aplicações tão descabidas quanto as próprias noções e as ideias formadoras das premissas que foram tomadas como matéria-prima na consolidação das cosmologias gregas, latinas, católicas, protestantes e afins. Nestes termos, com suas habilidades costumeiras, o autor citado busca enfrentar as matrizes das mitologias cosmológicas que, sem mais volta, começaram a desmoronar com as descobertas possíveis a partir da ‘postura’ de Galileu, que com a sua *poíesis* (ou para além de sua interpretação filosófica da realidade, ou muito mais, com a sua experimentação metódica e com os pressupostos lançados por Copérnico), a partir de suas obras, acabou por desbancar todas as teorias que sustentavam “a terra como centro do universo”. Contudo, como relembra Fausto Castilho, e com os novos elementos atualizados a partir do Iluminismo, lamentavelmente, nós ainda nos encontramos do lado de dentro da prisão que deriva desta falácia, para não se dizer da noção, de que o “homem é o centro do universo”. Ademais, e ainda dos saldos de tais considerações, para estas (e para futuras) inquietações, também vejo a necessidade de destacar ou de dar a devida ênfase a dois pontos cruciais para tudo aquilo que, ultrapassada a presente dissertação, busca-se debater e (re)pensar, política e paralacticamente.

Primeiro, com as minhas interpretações das leituras de Fausto Castilho⁷⁵, e no sentido oposto do que dizem alguns autores encarados como pós-modernos, inegavelmente, percebe-

⁷⁵ Cabe esclarecer que, na referida conferência, o professor abordou as transformações sofridas pelo conceito (e as noções) de *cosmos*, bem como as reformulações de suas respectivas *cosmologias*, ao longo da história do

se que foram, sim, experimentadas seguidas (e distintas) mudanças nos ‘modos de explicação da(s) realidade(s)’, ao longo de todos os séculos que se seguiram desde o fim da Idade Média; no entanto, isso não encerrou, nem de qualquer modo ameaçou dar cabo na tal modernidade. Sendo possível, inclusive, observar a longa duração em eventos modernos, que se estendem desde os germes da referida modernidade e que se fazem presentes até os suspiros mais atuais do nosso contemporâneo. Explico melhor, tanto as matrizes fundamentais da modernidade se fazem presentes (continuamente) no contemporâneo, quanto os modos de explicação de cada realidade (ou os modos de interpretação de cada momento histórico) se dão a partir dos contornos de cada espaço-tempo ocupado por toda e qualquer sorte de sociedades políticas, com os seus próprios incrementos de tecnologia, bem como, por meio das suas próprias e peculiares ideologias. Ou seja, diante daquilo que nos é contemporâneo, sinceramente, atentamos para as particularidades dos aspectos tecnológicos e ideológicos (ou até mesmo ‘sensológicos’⁷⁶, como se costuma dizer atualmente), contudo, nós não apenas nos vemos diante de fatos históricos que se dão na longa duração, como também, inegavelmente, ainda experimentamos alguns fatos (e os seus respectivos desdobramentos) que se dão ao longo de toda a percepção (ou toda a duração) da própria modernidade. Principalmente a partir dos idos do século XVII; e não apenas nos campos das cosmologias, das políticas ou das artes.

Então, por mais que as nossas tratativas não sejam amplamente tributárias da Escola dos *Annales*, em qualquer uma de suas fases, nem sequer naquela que ficou conhecida por *nouvelle histoire*, inegavelmente, em muitos aspectos temos para com seus argumentos, suas escolhas metodológicas ou suas perspectivas para mediações, bem mais do que apreço (e

pensamento ocidental. Dando ênfase, entre os pensadores modernos, principalmente aos honoráveis Descartes, Hegel, Kant e Leibniz. Em síntese, Fausto Castilho salientou que tais transformações tanto derivam dos vieses possíveis nos modos de interpretação da realidade (que se caracterizaram, dentre outras vias, pelo *estruturalismo*, pelo *existencialismo*, pelo *materialismo*, pelo *positivismo*, pelo *idealismo*, pelo *racionalismo*, pelo *empirismo*; e por seus pressupostos ou por suas variáveis), quanto pelos vieses decorrentes de um sem número de pesquisas atualizadas a partir das ciências particulares e as imensuráveis revoluções causadas, por exemplo, por conta dos estudos de Giordano Bruno, de Galileu Galilei ou de Copérnico, dentre os cientistas citados por Fausto Castilho; mas, ainda por parte das nossas lembranças, citamos também Albert Einstein, Werner Heisenberg, Niels Bohr, Ilya Prigogine, Kurt Gödel e Antônio Damásio.

⁷⁶ E seguindo dos entendimentos correntes, de fato, se outrora o mundo ‘bipolar’ se dividia entre as teorias e as práticas de um “mundo capitalista” antagonizado por um “mundo socialista”, de sorte que, as ideias, digo, as ideologias conflitantes davam o tom dos debates e dos embates, nem sempre tão frios; por hora, o que era ideologicamente definido na oposição “capitalismo” x “comunismo”, enfim, bem pode chegar a resultados muito próximos, daqueles, a partir da oposição entre “democracias liberais” x “terrorismos islâmicos”. De tal sorte que “o terror”, como “sentimento geral”, dá o tom destas matrizes “sensológicas” que, nas palavras de Mario Perniola, podem ser definidas da seguinte forma: “Pergunto-me, agora, se não seria justamente a comunicação essa nova forma de ideologia que batizei com o termo de *sensologia*. Por exemplo, orientações coletivas em que a comunicação desempenhou papel muito importante, como o neobelicismo e o neopacifismo, a globalização e a antiglobalização poderiam ser consideradas neo-ideologias (como sugere Fitoussi) ou – fato que não cria maiores diferenças – sensologias?” Cf. PERNIOLA, M. *Contra a Comunicação*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2006, p. 21.

tantas reconsiderações). Posto que, também para nós, ‘o tempo’ não pode ser encarado apenas como uma cronologia astronômica, tampouco como um conhecimento da essência espiritual da humanidade. Afinal, também nos afastamos dos dogmas cristalizados pelas ideias do motor da história, da história contínua, progressiva (e progressista), cuja finalidade única se caracteriza na completa e irreversível atualização de uma consciência capaz da famigerada ‘reflexão total’, seja como progresso, seja como comunismo; porém, não relegamos ao segundo plano os tais ‘acontecimentos’. Aliás, e não só nesta matéria, evitamos as tais polarizações, tão comuns àqueles que, frequentemente, ao pensarem acerca das críticas cabíveis ao positivismo, infelizmente, se perdem nos labirintos dos ‘relativismos’, ou ainda, diante da necessária redefinição dos paradigmas (em quaisquer campos de pesquisa), põem-se a criticar um dos polos, por exemplo, o “da verdade positivada”, ao criar raízes no extremo oposto, tecendo apologias acerca da “incredulidade em relação às metanarrativas”. Enfim, e obviamente, por não fazermos coro ao “fim da história” (seja de Hegel, seja de Marx, seja de Fukuyama), nem de longe, em qualquer via, poderemos negar a existência (ou decretaremos o fim) da “longa duração”⁷⁷; ou seja, em nossas considerações e interpretações, ainda reconhecemos “as narrativas derivadas da vida política, das atividades econômicas, das organizações sociais e das psicologias coletivas”⁷⁸ e as suas transformações em andamento.

Assim sendo, e para além das questões levantadas por Fausto Castilho (que alcançam os objetos de estudo da astrofísica), por minha vez, e para deixar o debate em uma seara mais político-social, creio que ainda seja possível citar três dos pilares mais fundamentais da modernidade; a saber, o Estado nacional, o mercado liberal e a família patriarcal burguesa. Todos estes, atualmente, em crises agudas (ao menos assim nos parece e conforme buscamos demonstrar, se não ao longo desta, por meio de outras pesquisas); contudo, esses três pilares ainda se mostram como elementos bem mais que delimitadores e como fatores notórios nos pressupostos do que pode ser compreendido como contemporâneo. As três instituições citadas ainda se fazem notar como vetores, como fundamentos ou componentes essenciais dos

⁷⁷ Oportunamente, esclarece-se que não nos filiamos aos estruturalismos, tampouco propagamos outros modos de ortodoxias, porém, ainda levamos em conta as lições de Fernand Braudel, ao reconhecermos, para nossas construções, ao menos três nichos de tempo nos movimentos históricos, a saber, *a superfície* (habitat dos acontecimentos que se inserem com fôlego curto, o prato cheio para as concepções positivistas, até mesmo, paradoxalmente, para que se percebam os decretos do *fim da história* ou do fim da *longa duração*); *a meia encosta* (o bioma característico de uma análise conjuntural, em que se abordam eventos de um ritmo mais lento do que os acontecimentos e mais dinâmicos que as alterações dos pilares, dos alicerces ou das estruturas dos quadros histórico-culturais); e, por fim, *a profundidade* (campo dos eventos necessários para a consolidação e para a alteração das estruturas sociais, ou seja, este é o campo da *longa duração*, ambiente em que se pode colocar em foco tanto as causas imediatas ou os referidos acontecimentos, bem como os seus pressupostos e os seus desdobramentos e ainda as suas respectivas conjunturas; assim, obviamente, analisando as matrizes ou as transformações mais profundas e elementares que ocorram, ou que venham a ocorrer, ao longo dos séculos).

⁷⁸ BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2003, p. 119.

contornos sociais das nossas realidades; ainda se mostram bem mais do que representativas e determinantes em cada uma das facetas ou dimensões das crises das modernidades.

Ademais, ou como segundo ponto-chave a ser levantado das referidas considerações de Fausto Castilho, cabe ainda darmos o destaque necessário para aquilo que deriva do que já foi retomado desde Einstein até Galileu Galilei, ou seja, da constatação da “condição relativa dos movimentos dos corpos”. Posto que, a partir dos bem sabidos referenciais “em constante deslocamento” (por mais que, contemporaneamente, esta noção se aplique não só aos movimentos dos corpos celestes; e por mais que a própria noção de ‘corpo’ também tenha sido alvo de tantas e tão profundas transformações) ou, em outros termos, já que, inegavelmente, a vida e o universo (ou os modos de percepção das realidades) são dinâmicos, Galileu (desde os germes da modernidade, e mesmo que sem inaugurar os tais debates, porém, com muito mais que precisão e propriedade) já disse que: “O movimento dos corpos é relativo”⁷⁹. Mote que, a partir dos primeiros capítulos do apogeu da física moderna, resguardadas as devidas proporções, chega ao ponto de ser cunhado como “tudo é relativo”; ensinamentos que hoje se estabelecem para além das fronteiras do senso comum. Além do mais, contemporaneamente, tais colocações ainda dão sentido para que Stephen Hawking e Leonard Mlodinow possam trabalhar (e propor que os demais trabalhos se efetivem) a partir de investigações decorrentes de um “realismo dependente de modelo”⁸⁰. Por mais que ainda caibam as ressalvas de que, com ‘teorias’, ‘relativismos’ e ‘relatividades’ a parte; de fato, não se mostram razoáveis ou propícias as sentenças (pós-modernas) de que “é tudo ficção” ou as

⁷⁹ Como leciona a obra *Estudos de História do Pensamento Científico*, de Alexandre Koyré (1892-1964), esta teoria remonta aos postulados do filósofo e teólogo italiano Giordano Bruno (1548-1600) que defendeu com seu livro, *De l'Infinito Universo i Mondi*, o heliocentrismo e a pluralidade dos mundos habitados (a ponto de ser queimado pela Inquisição). No entanto, tais considerações já haviam sido levantadas pelo astrônomo, matemático e filósofo, Cardeal Nicolau de Cusa (1401-1464). Ademais, para além de Giordano Bruno e Nicolau de Cusa, os matemáticos ingleses Leonard Digges (c.1520-c.1559) e Thomas Digges (c.1546-1595) também escreveram sobre a independência dos movimentos, abordada por Galileu. Sabe-se que, em 1576, Thomas Digges publicou uma nova edição do livro *A Prognostication of Right Good Effect*, escrito por seu pai Leonard, por volta de 1555, e reeditado em 1556, sob o nome de *A Prognostication Everlasting*. A nova edição conta com um apêndice intitulado *A Perfit Description of the Caelestiall Orbes*, no qual os Digges afirmam que se uma pessoa se colocasse no extremo do mastro de um navio deslocando-se com velocidade constante e jogasse um corpo no pé desse mastro ou em um ponto qualquer do tombadilho do navio, tal corpo seguiria uma trajetória retilínea na direção do alvo escolhido. Koyré ainda aponta que uma afirmação análoga a dos Digges e de Bruno foi apresentada pelo astrônomo e físico italiano Galileu Galilei (1564-1642) em carta escrita em 1624, para seu amigo Francisco Ingoli (1578-1649). E muito embora, na referida carta endereçada a Ingoli, Galileu tenha dito que realizou tal experimento, com claras controvérsias, em seu livro *Dialogo supra i due Massimi Sistemi Del Mondo Tolemaico e Copernicano*, publicado em 1632, Galilei afirma que nunca tentou fazer esse tipo de experiência, por achá-la desnecessária. Ademais, cabe ainda a ressalva de que foi com este livro que se teve acesso ao *Princípio da Relatividade de Galileu*, que, como se expõe brevemente, deriva dos estudos dos Digges, de Bruno e de Cusa, bem como, alcançam as pesquisas do filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650) sobre o movimento relativo dos corpos. Cf. KOYRÉ, A. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 23-28.

⁸⁰ HAWKING, S.; MLODINOW, L. A (esquiva) Teoria do Tudo, *Scientific American Brasil*, n. 102, nov. 2010, p. 25-26.

demais vias dogmáticas, decorrentes dos seus respectivos “relativismos absolutos”. Como amplamente debatido por Perry Anderson, em *As Origens da Pós-Modernidade*; obra em que se encontram as mais contundentes críticas de Anderson à Lyotard. Autor a quem o historiador marxista atribui o crédito de ser o primeiro a pensar a pós-modernidade como uma mudança radical na condição humana. Contudo, Perry Anderson reconhece, também, que as influências de Lyotard cresceram na proporção inversa do seu interesse intelectual, ao sintetizar que “A condição pós-moderna tornou-se inspiração para um relativismo vulgar que, tanto aos olhos dos amigos quanto dos inimigos, passa por ser a marca do pós-modernismo.”⁸¹

Enfim, é nesse sentido de afastamento das ‘sínteses derradeiras’, mas sem descambarmos para as ditaduras dos ‘relativismos absolutos’, que nos apartarmos tanto dos relativismos quanto das dialéticas afirmativas (ou idealistas) ao nos valermos da atualização do materialismo dialético realizado por Theodor W. Adorno. Autor que, dentre outras explicações, assim aborda alguns dos pontos em que se consolidam os presentes debates:

[...] A distinção infantil entre causa mais profunda e ocasião mais extrínseca tem a seu favor o fato de indicar grosseiramente ao menos o dualismo entre imediatidade e mediação: as ocasiões são o imediato e as assim chamadas causas mais profundas são o elemento mediador, sobrepujante, que incorpora os detalhes. [...] Até mesmo aquilo que fica para trás nas forças produtivas de uma classe não é absoluto, mas relativo unicamente ao progresso dos outros momentos. A construção filosófica da história necessita do conhecimento de tudo isso. Exatamente por essa razão, tal como acontece já em Marx e Hegel, a filosofia da história se aproxima da historiografia, assim como a historiografia, enquanto intelecção daquilo que é encoberto pela facticidade, não é mais possível senão enquanto filosofia.⁸²

E muito embora a confecção deste estudo se encontre, sobretudo, amparada pelos pressupostos e pelos fundamentos da paralaxe do real – sistema que, em muito, é tributário da dialética negativa – julgamos salutar, mais uma vez, retomarmos as lições de Adorno:

Mesmo sob esse aspecto, a dialética não é um modo de jogo pautado por visões de mundo, uma posição filosófica a ser escolhida entre outras em um cardápio de modelos. Assim como a crítica dos conceitos filosóficos supostamente primeiros impele à dialética, ela é requerida por uma exigência que vem de baixo. É somente quando é remetida de maneira brutal a um conceito estreito de si mesma que a experiência exclui de si o conceito enfático enquanto um momento autônomo, ainda que mediatizado. Se é possível objetar a Hegel que, ao deificar aquilo que é, o idealismo absoluto se transformou justamente naquele positivismo que ele atacava enquanto filosofia da reflexão, então, em contrapartida, a dialética hoje requerida não se contentaria em ser apenas uma acusação da consciência dominante, mas, colocando-se à sua altura, ela seria o positivismo levado a si mesmo, e, por meio disso, o positivismo que nega a si mesmo. A exigência filosófica de descer até o detalhe, exigência que não é dirigida por nenhuma filosofia vinda de cima, nem por nenhuma intenção infiltrada nela, constituía já um aspecto de Hegel. O único ponto é que a realização dessa exigência em Hegel se enredou em uma tautologia: o seu

⁸¹ ANDERSON, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 33.

⁸² ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 251-252.

modo de descer até o detalhe traz à tona como que com hora marcada o espírito que tinha sido posto desde o começo como algo total e absoluto.⁸³

Nestes termos, e não só por conta do que se aprende com Adorno, faz-se claro o necessário enfrentamento dos pressupostos idealistas que catalisam, em vias dialéticas, as visões e as noções de ‘progresso’, ou mesmo (a depender das tendências de quem escreve) as possibilidades ou as impossibilidades do positivismo, bem como os seus ‘motores’ e as ‘finalidades da história’. Processos em que as variáveis modernas do racionalismo-idealista, com suas ‘fórmulas’ e ‘leis’ (sejam estas racionais, via teoremas; ou empíricas, via leis experimentais) acabam por ser apresentadas, sistematicamente, em oposição ao conhecimento vulgar e ao famigerado idealismo transcendental, em outros termos, à tão mais que atacada e controversa metafísica. Logo, há de se declarar que neste trabalho (elaborado nos campos teóricos da historiografia política, no caso, do materialismo histórico), mesmo que por um viés de estudos interartes, manteremos como aparato teórico-metodológico fundamental o trinômio formado por materialismo histórico-dialético, dialética negativa e paralaxe do real. Sendo esta, nas palavras do próprio Žižek, sinteticamente, apresentada da seguinte forma:

A definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente “subjetiva”, em razão do fato de que o mesmo objeto que existe “lá fora” é visto a partir de duas posturas ou pontos de vistas diferentes. Mais do que isso, como diria Hegel, sujeito e objeto são inerentemente “mediados”, de modo que uma mudança “epistemológica” do ponto de vista do sujeito sempre reflete a mudança “ontológica” do próprio objeto. [...] O materialismo não é afirmação direta de minha inclusão na realidade objetiva (tal afirmação pressupõe que minha posição de enunciação é a do observador externo capaz de perceber a realidade como um todo); ele reside, antes, na torção reflexiva por meio da qual eu mesmo me incluo na imagem constituída por mim; é esse curto-circuito reflexivo, essa duplicação necessária de mim mesmo ao mesmo tempo fora e dentro da minha imagem, que dá testemunho de minha “existência material”. O materialismo significa que a realidade que vejo nunca é “inteira” – não porque grande parte dela me escapa, mas porque ela contém uma mancha, em ponto obscuro, que indica minha inclusão nela.⁸⁴

Deste modo, tendo em vista as obras e os pensamentos de Slavoj Žižek e Theodor Adorno, parece-nos claro o quanto a paralaxe do real está para a dialética negativa, assim como a dialética negativa está para o materialismo dialético. Posto que uma se apresenta como projeção da outra; por meio de atualizações ou por dar atualidade aos preceitos e às possibilidades já definidas previamente. Como exposto, quer seja na dialética negativa, em relação ao materialismo dialético, quer seja por meio do método formulado e atualizado por

⁸³ ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 252-253.

⁸⁴ ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 32.

Žižek, em relação ao antissistema apresentado por Adorno, um se projeta a partir do outro. Então, indo além, mas ainda mantendo o foco nas referidas interseções e nas questões que se ligam aos problemas da metafísica, ao final de *A visão em paralaxe*, aponta Slavoj Žižek que:

Superar a metafísica não significa reduzir a dimensão metafísica à realidade física ordinária (ou, de maneira mais “marxista”, mostrar como todos os espectros metafísicos surgem dos antagonismos da vida real), mas reduzir a diferença entre a realidade material e outra realidade “mais elevada” à diferença, à lacuna imanente entre essa realidade e seu próprio vazio que separa a realidade material *de si mesma* [...] ⁸⁵.

Então, evidencia-se que, ao longo desta dissertação, não nos aprofundaremos nas lições alcançadas nos referenciais tradicionais, sejam os ortodoxos ou os heterodoxos, dentre aqueles clássicos autores do materialismo histórico-dialético; nem iremos nos faltar das linhas esclarecedoras do próprio Adorno. Perceptivelmente, com citações diretas, não nos deteremos nas interpretações de Slavoj Žižek, neste estudo sobre a mística do sertão na obra de Ronaldo Correia de Brito. No entanto, no modo de operar com os referenciais teóricos, com os fatos e com as fontes, ou tendo em vista os objetos e os objetivos em questão, sem dúvida, partiremos do materialismo histórico-dialético até chegarmos às dinâmicas da paralaxe do real; por meio de tudo que nos possibilita a dialética negativa. Assim, nos afastamos de noções, tais quais, ‘é tudo ficção’, sem chegarmos nem perto de (re)cair nos abismos positivistas ou idealistas e seus famigerados dogmas; quer sejam aqueles que podem ser encontrados nos esforços dos praticantes da ‘taxonomia do real’, quer sejam aqueles outros que permeiam os estudos e os ensinamentos de sujeitos que, paradoxalmente, prolatam sentenças cristalizadas a partir dos controversos ‘relativismos absolutistas’. De fato, empreendemos nossos esforços a fim de analisar e de demonstrar algumas dimensões, ou funções, inerentes às narrativas, incluídas aqui as longas narrativas; bem como, com o claro objetivo de lançar luz sobre as suas presenças, tão mais que notórias, nos momentos mais agudos e mais atuais da crise da modernidade. Para tanto, contestamos algumas apropriações pontuais de sintomas inegáveis do contemporâneo e, provisoriamente, apontamos para as sínteses possíveis destes movimentos dialéticos (ou paraláticos), a serem atualizados mediante problematizações que se apresentam para além das questões que são debatidas na presente dissertação. Pois, tendo em vista a máxima clareza, reitero que este estudo tem por foco a mística sertaneja que se percebe ao longo das obras literárias, teatrais e cinematográficas de Ronaldo Correia de Brito.

Neste sentido, ao retomarmos os saldos do que se pretendia desde o projeto de pesquisa, bem como, de tudo aquilo que, de fato, trataremos aqui; ressalta-se que,

⁸⁵ ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 499.

inicialmente, abordaríamos a recepção da obra *Galileia*, por parte de uma parcela (tão mais significativa quanto o possível) do que se entende por crítica (ou mídia) especializada. Em verdade, tais mobilizações buscariam, sobretudo, a problematização de questões que gravitam as noções decorrentes da expressão ‘eixo Rio-São Paulo’; lançando mão de publicações voltadas à crítica literária (em mídias diversas: televisão, revistas, jornais, etc.,) e, também, em periódicos acadêmicos de todo e qualquer viés, das mais distintas tendências. Como, por exemplos, *Carta Capital*, *Cult*, *Bravo!*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Piauí* e tudo o mais que se alcança, dentre outros caminhos, a partir da plataforma SciELO ou de páginas eletrônicas dos Programas de Pós-Graduação em Teoria Literária e outras áreas afins.

Porém, tendo em vista outros pontos que (a nosso ver) mereceram mais atenção, e que tomaram bem mais do que muito ‘tempo’ e bastante ‘espaço’ na elaboração deste estudo; em verdade, abrimos mão deste ramo da pesquisa. Entretanto, ainda acerca dos debates abandonados, sumariamente, poderíamos dar como exemplo as ocorrências de que, na *Folha de São Paulo*, as primeiras menções a Ronaldo Correia de Brito se deram quando da relação dos indicados ao *Prêmio Telecom Portugal*, em meados de 2006; e ao *Prêmio São Paulo de Literatura*, em meados de 2009. Não obstante ao fato de que, após a tal premiação, o autor passou a frequentar as páginas da referida publicação, seja como entrevistado, seja como notícia ou mesmo como colaborador. De fato, situações semelhantes também se percebem em relação às outras mídias citadas, de sorte que, honestamente, acreditamos que tratar dessa ‘polarização cultural’, concentrada no tal eixo Rio-São Paulo, ou no máximo nas regiões Sul-Sudeste, seria abordar uma série de questões que já foram bem mais que debatidas e revisitadas. Entretanto, compete-nos ao menos noticiar que, por exemplo, na lista dos melhores livros de ficção de 2010, formulada na revista *Veja*, a obra de contos *Retratos Imorais*⁸⁶, de Ronaldo Correia de Brito, não foi relacionada. Sendo notória a sua ausência inclusive por parte de alguns dos leitores da referida mídia. E, ainda acerca desta lista, vale a ressalva de que, dos cinco autores indicados, três eram cariocas e dois curitibanos, por mais que um destes curitibanos tenha, na realidade, nascido na cidade de Lages, em Santa Catarina.

Desta forma, ou mesmo que de passagem (levantando pautas a serem retomadas em outras paragens), nos cabe a constatação do quanto, por meio dos mais variados modos, nesta (bem/mal) dita globalização, aponta-se para uma suposta integração, com discursos embotados que promovem verdadeiras odes à ‘diversidade cultural’ (com vastas apologias falaciosas a uma ilusória pluralidade ou à alteridade cultural), mas claro, tudo isso como mero

⁸⁶ BRITO, R. C. de. *Retratos Imorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

‘discurso’. Pois, nas práticas, notam-se as mais lucrativas e as mais imbecilizadas vias de pasteurização ou de homogeneização (ou mesmo de esterilização) daquilo que é genuinamente diverso, plural, periférico ou tradicional; enfim, sempre em detrimento do que é mais espontâneo e do que é nativo, tendo em vista o que é mais lucrativo e mais alinhado aos projetos totalizantes daquilo que pode ser abarcado, nas esteiras da globalização, pela ideia de indústria cultural. Ademais, sobre tais dinâmicas, também são peculiares as linhas de Walther Moreira Santos, outro indicado ao *Prêmio São Paulo de Literatura* de 2009; em seu *blog*, o referido autor assim escreve: “Doze anos de literatura, 21 livros publicados e outros tantos ilustrados, 170 mil exemplares vendidos, mais de 100 prêmios literários, três peças teatrais montadas – e você nunca ouviu falar de mim??? Mas se chegou aqui, está perdoado(a).”⁸⁷

E acerca do que já se encontra exposto, ainda é necessário salientar que desde as primeiras investidas em busca de referenciais para a presente pesquisa, principalmente na rede mundial de computadores (vulgo, *internet*), quer seja de modo geral, quer seja na especificidade das buscas por publicações ou por comunicações de estudos apresentados em eventos acadêmicos ou veiculados em periódicos nos campos das ciências humanas, bem como da literatura, da linguística e das artes, ou pelas demais modalidades de pesquisas eletrônicas em searas acadêmicas, felizmente, é bem mais do que notório o crescimento das ocorrências em relação ao autor em voga e, obviamente, ao que se refere aos seus trabalhos e às publicações que se debruçam sobre as suas obras; sobretudo nas que retratam a contemporaneidade do sertão. Entretanto, ainda cabe a nota de que, em se tratando de acervos disponíveis em bibliotecas públicas ou em bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior, e não somente nos limites do referido eixo Rio-São Paulo, infelizmente, a diversidade de títulos encontrada, como exemplo, nas prateleiras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ainda se faz perceber (e se é que se faz perceber) como uma lastimável exceção.

Posto que, em comparação até mesmo com a USP ou com a UNICAMP, em verdade, o acervo pessoal mobilizado para a presente pesquisa supera, facilmente, a ‘pluralidade’ das obras encontradas nas bibliotecas universitárias citadas. No entanto, ainda neste campo de considerações, nos cabe relatar que a biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia é uma das que menos detêm obras do autor em estudo. No caso, apenas duas, se mostrando ausente, inclusive, a obra vencedora do *Prêmio São Paulo de Literatura*, a saber, o seu romance *Galileia*; de sorte que, na UFU, se encontram apenas os conjuntos de contos *Faca*⁸⁸ e *Livro*

⁸⁷ SANTOS, W. M. Literatura Premiada. Disponível em: <<http://walthermoreirasantos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

⁸⁸ BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

*dos Homens*⁸⁹. Porém, casos ainda piores são os da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará, que não tem nenhuma das obras deste ilustre cidadão cearense; ou até mesmo o da Biblioteca da Universidade de Brasília, que possui em seu acervo apenas e tão somente o livro de contos *Faca*. E, de mais a mais (ou de menos a menos), ainda empata com a UFU, com duas obras, o acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco, que tem em suas prateleiras as obras *Galileia* e *Arlequim de Carnaval*⁹⁰. Ademais, esclarece-se que a biblioteca da UNICAMP supera a da UFU (que, como dito, detém as obras *Faca* e *Livro dos Homens*) com o acréscimo dos livros *Galileia* e *O Pavão Misterioso*⁹¹. E, também com quatro obras, nota-se na Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais o livro *Galileia* e as peças de teatro infantil *O Pavão Misterioso*, *Baile do Menino Deus*⁹² e *Arlequim de Carnaval*. Enquanto que na Biblioteca da USP encontram-se cinco títulos de Ronaldo Correia de Brito, especificamente, eles não possuem a peça infantil *O Pavão Misterioso*, porém contam com as outras peças teatrais infantis publicadas a partir da década de 2000, *Baile do Menino Deus* e *Arlequim de Carnaval*, além do romance *Galileia* e dos contos de *Faca* e *Livro dos Homens*.

Destacando, por fim, que no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ainda se encontram as obras *As noites e os dias*⁹³ (um raro livro de contos, publicado na década de 1990), *Bandeira de São João*⁹⁴ (outra de suas peças de teatro pensadas para o público infantil, entretanto, a mesma também foi publicada em meados da década de 1990, o que faz desta obra outra raridade⁹⁵), e um dos mais novos trabalhos de Ronaldo Correia de Brito, lançado em 2010, *Retratos Imorais*⁹⁶ (mais um livro de contos); publicação que, tendo em vista a sua temática, em verdade, escapará do enfoque proposto para a presente pesquisa. Uma vez que o *locus* destas narrativas (mesclas formidáveis entre as memórias e as ficções) se caracterizam, primorosamente, a partir dos cenários cinematograficamente narrados por meio da visão que o autor carrega da cidade de Recife, capital do Pernambuco. Nestes termos, ressalta-se, enfim, que essas três obras, citadas por último, não figuram como objetos culturais (ou como fontes) desta dissertação. Porém, destacamos mais uma vez que, para além da sua literatura, bem como de seus teatros (que aqui serão encarados como textos literários) nesta busca pela

⁸⁹ BRITO, R. C. de. *O Livro dos Homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005.

⁹⁰ Idem, *Arlequim de Carnaval*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

⁹¹ Idem, *O Pavão Misterioso*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2009.

⁹² Idem, *Baile do Menino Deus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

⁹³ Idem, *As Noites e os Dias*. Recife: Ed. Bagaço, 1996.

⁹⁴ Idem, *Bandeira de São João*. Recife: Ed. Bagaço, 1996.

⁹⁵ Cabe ainda a ressalva de que a editora Objetiva, em 2012, reeditou o mencionado livro; dando seguimento na série de peças teatrais infantis de Ronaldo Correia de Brito que, atualmente, são publicadas pelo referido selo.

⁹⁶ BRITO, R. C. de. *Retratos Imorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

materialidade da mística sertaneja contemporânea, dentre as obras abordadas no estudo, também nos deteremos sobre o cinema de Ronaldo Correia de Brito, como já foi mencionado.

Desta forma, e se o acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, infelizmente, não pôde ser o meu oásis, não pôde ser o meu Cariri do sertão cearense, ou não se mostrou como o solo de terra fértil, neste cerrado que foi lavrado ao longo da dissertação; honestamente, para as minhas pesquisas que extrapolam os debates acerca do sertão contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito, felizmente, pude tirar o meu sustento, a contento, ao beber da fartura e da fortuna condensada no material humano que, de tantos modos, se faz notar no seletíssimo corpo docente da referida instituição. Principalmente ao longo das disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, a partir das quais, para além das elaborações atuais, pude reformular e amadurecer várias questões inerentes a presente pesquisa e seus desdobramentos.

“Na própria precisão com que outras passagens lembradas se oferecem, de entre impressões confusas, talvez se agite a maligna astúcia da porção escura de nós mesmos, que tenta incompreensivelmente enganar-nos, ou, pelo menos, retardar que perscrutemos qualquer verdade.

Nenhum, nenhuma.”

(João Guimarães Rosa, 2005)

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAMINHOS E BALIZAS PARA AS INTERMEDIações COM AS OBRAS DE RONALDO CORREIA DE BRITO

2.1 Breves comentários acerca dos necessários *como e por quê?*

Muito embora algumas questões teóricas, metodológicas e conceituais já se encontrem presentes desde o capítulo anterior, deu-se início em tais debates, ao longo da introdução, por causa dos seguintes fatores: em primeiro lugar, pode-se levar em conta o binômio ‘tempo-espaço’, ou seja, os referidos debates foram inaugurados tão logo quanto o possível para que, oportunamente, se pudesse aprofundar e ampliar os necessários esclarecimentos. Além do mais, também se optou por tal via ao levarmos em conta os fatos de que, inegavelmente, a estrutura do ‘pensar’ e do ‘fazer’ deste estudo remonta aos campos e as possibilidades compreendidas na proposta (prática e teórica) da antropologia filosófica⁹⁷. Assim sendo, hajam vistas as amplas imbricações de campos teóricos e de universos conceituais com que se atualizam os movimentos de paralaxe do real, diante do sertão contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito, sem dúvidas, busca-se, no transcurso da presente pesquisa, apresentar (da melhor forma) não só os pressupostos para as perguntas e as interpretações que hão de ser atualizadas mediante as fontes, os fatos e os objetos históricos em foco, bem como, escolhemos estes caminhos para que sejam possíveis as mais densas e as mais bem elaboradas estruturações dos campos e das possibilidades de interpretações das realidades em estudo. Ou seja, optamos por este rigor e por todos os movimentos inerentes aos esforços de

⁹⁷ Por mais que toda e qualquer antropologia se interesse pelos pressupostos e pelos desdobramentos do que nos torna humanos, de fato, é possível identificar ao menos três ramos antropológicos. A saber, a antropologia natural (que se vale, principalmente, de dados biológicos, anatômicos e fisiológicos para investigar ‘o humano’; e que se estabelece nos limites da paleontologia e da genética, por exemplo); a antropologia cultural (que media com dados culturais, ou seja, com as resultantes do que é atualizado pelos homens, desde o meio cultural em que se vive até os costumes e os saberes de um povo; assim, um antropólogo cultural tende a definir o ser humano como um animal cultural, social e político, entendimentos fortemente ligados à etnologia); e, por fim, temos também a mencionada antropologia filosófica (que, de fato, não procura mediar com dados, e sim com reflexões; não se lança em busca de descobertas, mas sim de novas concepções e de entendimentos mais atuais acerca das questões biológicas, políticas, sociais e culturais; trata-se de um saber que prefere uma mediação que não seja meramente biológica ou cultural, para que se possa pensar os contornos das dimensões ‘humanas’, ao considerar ‘o humano’ como algo que, por um lado funde, mas por outro transcende o biológico e o cultural). Em linhas gerais, a antropologia filosófica é uma perspectiva em que se privilegia não só as dimensões biológicas e os saberes culturais; é uma forma de investigação antropológica que se diferencia das demais, mas que também contempla as vias naturais e culturais da antropologia. Estas três perspectivas antropológicas, a nosso ver, se completam, se fundem e não se confundem, por mais que seus objetivos sejam os mesmos: buscar compreender os elementos, as condições e as fronteiras que permitem que um *homo sapiens* se torne um ‘ser humano’. Em suma, o que muda de uma para outra são os métodos a partir dos quais cada antropólogo se coloca diante dos campos de pesquisa e como tais estradas serão percorridas.

fundamentarmos, da melhor forma, cada um dos horizontes desta pesquisa para que, enfim, não se atualize uma transdisciplinaridade frouxa; a partir da qual, quando diante de uma perspectiva, ou quando nos limites de um dos campos teóricos, com os quais avançamos nesta dissertação, não se ceda às tentações de se atribuir a outros domínios, de se apontar para outros campos ou de se delegar para as perspectivas de outros pontos de vistas as condições necessárias para as interpretações que aqui pretendemos alcançar, através da paralaxe do real. Então, em sintonia com os avanços mais atuais que se fazem saber a partir dos mais distintos campos do conhecimento, desde as ciências mais exatas até os saberes mais socioculturais; aqui, e por se tratar de uma dissertação de mestrado, não deixaremos de ‘desviar’ de (ou de ‘contornar’) algumas questões que, para os devidos esclarecimentos, talvez não fosse possível o necessário enfrentamento nem mesmo no ‘espaço-tempo’ de uma tese de doutoramento.

Dito isso, e tendo em vista as lições decorrentes do primeiro volume da obra *Teoria da História* de José D’Assunção Barros⁹⁸, também levamos em consideração os fatos de que, nas ciências, a ‘teoria’ está para o ‘ver’ assim como o ‘método’ está para o ‘fazer’. Logo, e mesmo com todos os cuidados necessários ao proceder acadêmico nos campos das humanidades, ou dito de outros modos, tanto por entendermos que a história ou a filosofia, assim como a economia ou o direito não são ciências, de fato, manteremos as nossas convicções de que a infinita maioria das (intercambiáveis) áreas do conhecimento englobadas pelas ciências humanas e pelas ciências sociais aplicadas, diferentemente das ciências particulares, duras, puras, naturais ou exatas, de fato, não podem (e não devem), ao pé da letra, ser encaradas (ou engessadas) como ‘ciências’. Mesmo assim, ainda manteremos em vista a melhor racionalidade e os rigores necessários para caminharmos em busca das ‘quase-verdades’ inerentes às narrativas historiográficas (ou às demais filosofias e doutrinas, as tais metanarrativas sociais). Então, a partir deste ponto, pretendo esmiuçar as escolhas mais elementares por meio de uma analogia que caminhará junto com os verbos ‘ver’ e ‘fazer’; lançando mão do trecho para, mesmo que brevemente, dizer acerca dos tais ‘como’ e também sobre alguns dos recorrentes ‘por quês’? Ao tratar dos parâmetros com que pretendo elaborar, promover e sustentar as escolhas aplicadas no universo teórico-metodológico desta pesquisa.

Pois bem, se tomarmos a função (ou a imagem) dos ‘óculos’, em relação análoga ao papel da ‘teoria’, de fato, os meus óculos (ou as minhas ferramentas para ‘ver’) são de armação de historiografia política; com as especificidades, ou com as lentes, do materialismo histórico. No caso, com as resinas formadas, especialmente, para quem vai lidar com o

⁹⁸ BARROS, J. D’A. *Teoria da História - Volume 1: Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

materialismo histórico-dialético como prerrogativa metodológica; posto que, inegavelmente, a teoria e o método, quando não são pares necessários, afinal, serão (no mínimo) reciprocamente influenciáveis. E é nesse universo teórico-metodológico que pretendo me amparar ao longo deste exercício de, ao menos em tentativas ou ensaisticamente, colaborar com a transformação das realidades em que estou inserido (como se faz saber, este é um dos pressupostos do materialismo histórico); para além do ‘enxergar’ e do ‘analisar’ dos meus objetos de estudo, ou do ‘escolher’ e do ‘mediar’ com as fontes, ou dos demais pormenores do processo de delimitação e de aproximação dos fatos que motivam as presentes interpretações.

Assim, é mantendo em mente tudo isso que faço menção ao binômio ‘teoria-método’, como caminhos ou padrões de mediação, de interpretação (ou de *poíesis*) das realidades, dos fatos e nas relações com as fontes que me são caras, ou seja, aqui atuaremos no campo teórico da historiografia política e do materialismo histórico, sobretudo, nos limites do que se compreende por materialismo histórico-dialético, atualizado pelas possibilidades da paralaxe do real, como método de investigação. E, indo além, se pensarmos em uma máquina de escrever (ou em qualquer ferramenta análoga) como o meio de se ‘tecer’ (ou de ‘fazer’) as narrativas historiográficas, ou como um modo de se atualizar, racionalmente, as investigações nos campos das humanidades, ou seja, tendo em vista as especificidades das prerrogativas metodológicas aplicadas ao ‘presente histórico’ em que vivemos, inegavelmente, esta minha máquina de escrever é a da paralaxe do real. Sistema que, sem dúvida (ou explicitamente), tem como uma de suas prioridades (ou finalidades essenciais) a revitalização do materialismo dialético; neste caso em particular, busca-se, por meio da paralaxe do real, uma mediação atual com as prerrogativas do materialismo histórico-dialético, com as sínteses da política, da economia e da cultura que, no exemplo, Žižek expõe a partir das estratégias que parafraseio⁹⁹.

Não seria a maior paralaxe marxiana a que se alcança entre a economia e a política, atualizada por meio da “crítica da economia política”, e sua lógica de mercadorias, de um lado; e, por outro lado, a luta política, com sua lógica de antagonismos? Polos que se apresentam irreduzíveis, um em relação ao outro, em suas lógicas que ultrapassam as dimensões ôntico-empíricas e fundam raízes nos solos que brotam as lógicas “transcendentais”. Assim, por mais que uma se projete em direção à outra, tais projeções, tão recíprocas, são distorcidas para se evitar maiores contatos diretos. Nas palavras de Žižek:

[...] a luta de classe está inscrita no centro da economia, mas tem de permanecer ausente, não tematizada – lembrem-se de como o manuscrito do terceiro volume do *Capital* de repente acaba com ela; e, em última análise, a luta de classe é “sobre” as

⁹⁹ ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 82-83.

relações de poder econômico. [...] qualquer tradução direta da luta política em mero reflexo de “interesses” econômicos está fadada ao fracasso, assim como qualquer redução da esfera da produção econômica a uma sedimentação “reificada” secundária do processo político básico subjacente [...].¹⁰⁰

Dando sequência, Slavoj Žižek se refere aos pensadores Alain Badiou, Jacques Rancière e Étienne Balibar como propositores de debates acerca da “política pura”, mais jacobinos do que marxistas, ressaltando o quanto estes autores encontraram como grandes adversários os pesquisadores filiados aos Estudos Culturais anglo-saxões (e seus colaboradores nos esforços e nas lutas por reconhecimento), contudo, levanta ainda como traço comum aos grupos antagônicos “a degradação da esfera econômica”. Žižek explicita que, no campo do Político, as novas teorias francesas (ou de orientação francesa), desde Balibar, Rancière e Badiou até Laclau e Mouffe, se atualizam a partir da “redução da esfera da economia (da produção material) a uma esfera ‘ôntica’ privada de dignidade ‘ontológica’”. Nestes termos, não haveria mais espaço para se pensar a partir da “crítica da economia política” marxiana, pois, as estruturas do universo de mercadorias e capitais, como apresentado no *Capital*, não seria apenas o microcosmos (mesmo que macroeconômico) da esfera empírica limitada pelas realidades, e sim uma espécie de *a priori* sociotranscendental; matriz geradora das totalidades de relações sociais e políticas possíveis (atuais ou virtuais):

Em última análise, a relação entre economia e política é a mesma do conhecido paradoxo visual dos “dois rostos ou um vaso”: ou se vêem dois rostos, ou se vê um vaso, nunca os dois ao mesmo tempo – é preciso optar. Do mesmo modo, ou nos concentramos no político e o campo da economia se reduz ao “fornecimento de bens” empírico, ou nos concentramos na economia e a política se reduz a um teatro de aparências [...]. A crítica “política” do marxismo (a afirmação de que, quando reduzimos a política a uma expressão “formal” de algum processo socioeconômico ‘objetivo’ subjacente, perdemos a abertura e a contingência constitutivas do campo político propriamente dito) deveria, por tanto, ser completada por sua contrapartida: o campo da economia, *por sua própria forma*, é irreduzível à política – esse nível da forma da economia (da economia como forma determinante do social) é o que os “pós-marxistas políticos” franceses não conseguem ver quando reduzem a economia a uma das esferas sociais positivas. Em Badiou, a raiz dessa noção de “política” pura, radicalmente autônoma em relação à história, à sociedade, à economia, ao Estado e até ao Partido, está na oposição que ele faz entre Ser e Evento – e é aqui que Badiou continua “idealista”. Do ponto de vista materialista, o Evento surge “de nenhum lugar” dentro de uma constelação específica do Ser – o espaço do Evento é a distância mínima “vazia” entre dois seres, a “outra” dimensão que reluz através dessa lacuna.¹⁰¹

E a respeito de outras mediações possíveis Žižek esclarece que, nestes campos, a ‘paralaxe’ significa que o “próprio colocar entre parênteses produz seu objeto”. E ainda avança ao enunciar que a ‘democracia’, enquanto forma, só surge com a inscrição

¹⁰⁰ ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 82.

¹⁰¹ Ibidem, p. 82-83.

(paraláctica) dos parênteses necessários quando nos encontramos diante das texturas das relações econômicas e das lógicas inerentes aos aparelhos políticos do Estado:

[...] ambas tem de ser abstraídas [...]. O mesmo acontece com a “lógica da dominação”, a maneira como o povo é controlado/manipulado pelos aparelhos de sujeição: para discernir com clareza esses mecanismos de poder, temos de abstrair não só o imaginário democrático (como fez Foucault na análise da Microfísica do poder, mas também como faz Lacan na análise do poder no *Seminário XVIII*), mas também o processo de (re)produção econômica. Finalmente, a esfera específica da (re)produção econômica só surge se pusermos metodologicamente entre parênteses a existência concreta da ideologia política e estatal – não é de admirar que os críticos de Marx se queixem que falta à “crítica da economia política” de Marx uma teoria de poder e de Estado. E, é claro, a armadilha a ser evitada aqui é exatamente a de tentar formular a totalidade, cujas partes são a ideologia democrática, o exercício do poder e o processo de (re)produção econômica: se tentarmos manter todos à vista, acabamos não vendo nada, os contornos desaparecem. Esse colocar entre parênteses não é apenas um colocar epistemológico, ele diz respeito ao que Marx chamava de “abstração real”: a abstração do poder e das relações econômicas está inscrita na própria realidade do processo democrático, e assim por diante.¹⁰²

Inegavelmente, estas elaborações (acerca da paralaxe do real) se aplicam mais diretamente a outras preocupações que me são mais frequentes; especialmente ao contexto político-econômico, sobretudo aos abismos da ‘democracia liberal’. Porém, ao longo da obra citada, observada a forma ‘difusa’ com que o autor apresenta o seu sistema de mediação com o real, tendo em vista o presente trecho da dissertação, optamos por transcrever essas ‘escolhas’ e ‘procedimentos’ como uma oportunidade de demonstrarmos em quais dinâmicas a paralaxe do real se consolida como um esforço de Slavoj Žižek em atualizar o materialismo dialético. Do mesmo modo que, Adorno, em seu tempo e com seus meios, também contribui neste processo, com a dialética negativa; tendo em vista o fato de que, deste novo movimento dialético, amplamente difundido pela Teoria Crítica¹⁰³, nota-se que a sua essência não é somente a de superação do positivismo, e de suas referentes ortodoxias, como também de afastamento das dialéticas idealistas ou afirmativas, ou ainda, da metafísica, encarada pela perspectiva de ‘idealismo transcendental’. Aparatos que, por um lado, já foram capazes de propor o mote “progresso ou barbárie”, mas, por outros, como é largamente reconhecido,

¹⁰² ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 82-83.

¹⁰³ Oportunamente, destacamos que o uso de tal termo não surge em displicência às advertências de Perry Anderson, elucidações que foram apresentadas ao longo da obra *A Crise da Crise do Marxismo – Introdução a um debate contemporâneo*. Bem como, e no mesmo sentido do que já foi dito outrora, aqui não comungamos com qualquer posicionamento de modo hermético ou ortodoxo; aliás, mediante as considerações cunhadas no campo da Teoria Crítica, também nos valem das autocríticas realizadas pelos autores da Escola de Frankfurt, sejam estas feitas por meio das reformulações tardias, sejam estas feitas por meio do desdobramento de uma tese, atualizada e reformulada por parte de outro pensador que não detinha, originalmente, a autoria da mesma. Além do mais, também damos atenção às críticas realizadas, nos campos políticos, culturais, econômicos e sociais, que visem à atualidade do debate ou mesmo o afastar de argumentos que não mais se sustentem, hajam vistas os fatos de que, como se sabe, os primeiros autores deste núcleo escreveram numa época em que tanto alguns avanços tecnológicos ainda eram dignos de ficção científica, bem como, algumas descobertas científicas ainda estavam sendo esboçadas, em meio a teorias que, por assim dizer, transitavam entre ficção e metafísica.

também foi hábil o suficiente para ditar sobre “comunismo ou barbárie”, a partir dos quais, e iluminismos à parte, saltam claramente o teor idealista ou metafísico de tais proposições, sejam estas realizadas à direita ou à esquerda nos campos políticos. Enfim, Adorno com o seu (anti)sistema filosófico, de crítica ferrenha aos idealismos e às ortodoxias, buscou apontar para o fato de que a partir de quaisquer sínteses, promovidas por movimentos dialéticos e materialistas, todas e quaisquer construções são (e serão) respostas provisórias. Uma vez que estas sínteses não encerram quaisquer questões, pois, apenas lançam novas premissas a serem, dialeticamente, atualizadas em seus tempos, com novos (e intermináveis) movimentos; o que, por sua vez, Slavoj Žižek consolida a partir das noções da paralaxe do real; amplamente tributária das ‘constelações’. Neste sentido, tanto Žižek quanto Adorno, cada qual aos seus modos, dão suas contribuições contemporâneas ao campo do materialismo histórico-dialético.

Dito isso, e avançando, no que me refiro à ‘escrita historiográfica’ ou acerca da ‘escrita na história’, entendendo tal ‘escrita’¹⁰⁴ como um evento que surge a partir da materialização – ou dos exercícios de consolidação – dos resultados advindos do que foi interpretado (analisado e sintetizado) através do ‘ver-teórico’ (do materialismo histórico) e processado (mediado) a partir do ‘fazer-metodológico’ (da paralaxe do real, logo, do materialismo histórico-dialético), como estilo ou como forma de escrita¹⁰⁵ optamos pelo viés ensaístico; sobretudo, a partir do que se estabelece no texto *O ensaio enquanto forma*¹⁰⁶, de Theodor W. Adorno. Aliás, já no referido ensaio se mostram presentes algumas das bases do antissistema proposto pelo autor citado, para quem a função de sua filosofia, ou da nossa historiografia, não seria a de dar significados (ou sentidos), de modo pronto, acabado e definitivo ao “Real”, mas sim de promover reflexões (com todas as particularidades e as limitações de cada sujeito e tempo), atualizadas a partir das nossas *poíesis* (entendidas como interpretação das realidades, e sobre as quais dedicaremos mais espaço na sessão subsequente)

¹⁰⁴ E nos lembrando da fusão entre a antropologia cultural e natural, pensamos no que já foi dito por Clifford Geertz, em sua obra, *A interpretação das culturas*, ao mencionar que faz mais sentido trocar o termo “escrever” pela situação de “inscrever”. Assim, anota o citado autor: “O etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente [...]”. Contudo, para além da condição de que o etnógrafo “inscreve” e não “escreve” acerca de culturas ou realidades, ou autor ainda ressalta que “[...] a maior parte da etnografia é encontrada em livros e artigos, em vez de filmes, discos, exposições de museus, etc. Mesmo neles há, certamente, fotografias, desenhos, diagramas, tabelas e assim por diante. Tem feito falta à antropologia uma autoconsciência sobre modos de representação (para não falar de experimentos com elas)”. Cf. GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 14. Oportunamente, mesmo que sem descermos a fundo nos pontos levantados por Geertz, mais adiante, trataremos um pouco mais (e melhor) sobre ‘as artes’ e as ‘representações sociais’.

¹⁰⁵ Caminho pavimentado mediante as sugestões, ou as gratas sentenças, do professor Dr. João Marcos Alem.

¹⁰⁶ ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p.15-45.

e longe dos dogmas da ‘taxonomia do Real’, consolidando (com as suspeições e as limitações), racionalmente, os esforços interpretativos mediante as realidades que nos cercam.

Desta forma, retornando às lições do professor José D’Assunção Barros¹⁰⁷, é sabido que a teoria remete tanto à maneira como concebemos os objetos de conhecimento, quanto pelos modos como nos aproximamos dos mesmos, ou recortamos uma determinada realidade a fim de ser examinada. Ou seja, os campos teóricos são os pontos (ou os planos) a partir dos quais delimitamos “dispositivos específicos que são os conceitos e fundamentos teóricos de diversos tipos”, do mesmo modo, a teoria (ou o campo teórico) “também se refere à maneira como o pesquisador ou cientista enxerga a sua própria disciplina ou o seu próprio ofício”. Além do mais, no tocante à metodologia, e ainda com as linhas de José D’Assunção Barros, esta sempre remete ao modo de se mediar ou de se trabalhar com algo, se liga ao modo de “eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo pesquisador”. Esclarece o autor citado que a metodologia vincula-se a um conjunto de ações e de elucidações dirigidas à resolução de uma determinada questão; ou seja, o método é algo que está para além do pensamento, posto que, inegavelmente, o método nos remete à ação. “Assim, enquanto a teoria refere-se a um modo de pensar, a metodologia refere-se a um modo de fazer. Estes dois verbos – Ver e Fazer – constituem os gestos fundamentais que definem, respectivamente, Teoria e Método”. Neste quadro, sinteticamente, nos resta claro que ‘fazer’ às cegas seria uma tarefa tão árdua quanto detestável, assim como ‘ver’ sem que isso seja o pressuposto de uma ação (ou como materialização da indiferença) remete, na melhor das hipóteses, ao nível de elevação espiritual digno dos monges budistas ou, na pior das hipóteses, as mais clássicas das covardias, patronas da omissão. Seja como for, não é este o nosso caso. Por mais que ainda nos caiba a ressalva de que o ‘fazer’ (ou o método) volta-se para o ‘ver’ (ou para a teoria), como em um circuito fechado; de onde se parte de um determinado ponto, repetidamente (re)visitado a cada uma das voltas, ou das elipses possíveis através da paralaxe.

Oportunamente, me valho das contribuições autorais de Adorno e de Žižek que visam superar as crises dos paradigmas experimentados pelo materialismo histórico-dialético, ou seja, eu ‘vejo’ pelo prisma do materialismo histórico e ‘faço’ a partir do materialismo histórico-dialético, no caso, por meio da dialética negativa e da paralaxe do real. Contudo, no tocante aos esforços de investigar as artes de Ronaldo Correia de Brito, a fim de buscar um saldo suficientemente apto para pensarmos este sertão contemporâneo, de fato, para os

¹⁰⁷ BARROS, J. D’A. *Teoria da História* – Volume 1: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 222-267.

referidos trechos da pesquisa, lanço mão de algo que, de muitos modos, se aproxima dos limites traçados por praticantes dos estudos interartes, mesmo ao atualizarmos tais percursos sem as prerrogativas semióticas ou as demais relações com ‘as artes’ enquanto ‘forma’¹⁰⁸ ou enquanto ‘representação’¹⁰⁹. Posto que, e como se debate mais adiante, as obras de Ronaldo Correia de Brito serão mediadas nas fronteiras das possibilidades da arte enquanto ‘expressão’¹¹⁰ e da arte enquanto ‘experiência estética’¹¹¹. Porém, de qualquer modo, ou em qualquer movimento, não nos afastaremos dos focos centrais, seja o teórico, na historiografia política, do materialismo histórico; seja metodológico, da paralaxe do real. Assim sendo, os estudos interartes estarão fundidos aos quadros teórico-metodológicos já descritos, servindo como parte da metodologia e como via para as mediações com as fontes; consolidadas a partir de um conjunto heterogêneo alcançado dentre as obras de arte de Ronaldo Correia de Brito.

Então, inegavelmente, para produzir a dissertação, como um todo, eu usarei a máquina de escrever da paralaxe do real, mas, por exemplo, na parte específica de consolidar um saldo das relações interpessoais, dos conflitos subjetivos, dos contornos sociais e das nuances do contemporâneo, a partir do sertão de Ronaldo Correia de Brito, ou seja, neste trecho de estudos interartes, ao invés das folhas datilografadas pela máquina de escrever da paralaxe do real, de fato, eu poderia lançar mão de desenhos, rascunhos, esboços (desde pontos de fuga até contornos ou figuras), fotografando ou escrevendo versos que, não raramente, serviriam de legenda para as tais fotografias. Enfim, poderei produzir narrativas por outros ‘meios de escrita’, que não aquelas teclas da máquina de escrever; ainda que, durante todos estes processos, tanto os ‘óculos’ continuariam com a mesma armação e as mesmas lentes, quanto o ‘barulho das teclas’, da paralaxe do real, jamais pararia de ecoar, nem sairia de minha mente. Além do mais, honestamente (ou bem mais que obviamente), farei deste modo para que, na somatória destas partes, tudo o que tenha sido datilografado, pela máquina de escrever, só possa fazer sentido junto com as páginas feitas à mão, ou produzidas a partir de outras artes.

Dito tudo isso para reforçar que, tendo em vista as intenções de nos apropriarmos dos textos das peças que foram pensadas para o teatro (infantil e adulto), ou mesmo das obras do autor que foram realizadas para o cinema e, também, tendo em mãos o conjunto (formado pelos contos e pelo romance) que abarcam as narrativas literárias do referido sertanejo, honestamente, não vemos caminhos melhores, para tais trechos, além daqueles alcançados por meio da “iluminação mútua das artes”. Igualmente, esclarecemos que se fosse o caso de

¹⁰⁸ Cf. CARROLL, N. *Filosofia da arte*. Lisboa: Edições Texto & Gráfica, 2010, p. 125-174.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 31-72.

¹¹⁰ Ibidem, p. 73-124.

¹¹¹ Ibidem, p. 175-228.

optarmos, exclusivamente, pela literatura do autor, a partir das trilhas da historiografia literária, por termos em vista, de um lado, tudo o que as demais manifestações artísticas puderam acrescentar, bem como a própria pluralidade que se encontra em meio às obras de Ronaldo Correia de Brito, em muito, as propostas fundamentais de pensarmos acerca da contemporaneidade do sertão, ou ainda sobre a sua mística sertaneja, ao menos a nosso ver, restariam prejudicadas; por conta de focarmos tão somente em suas obras literárias ou, de outros modos, por elegermos uma ou outra de suas obras, sejam os contos, seja o romance ou quaisquer outras manifestações artísticas, que viessem a ser encaradas em suas singularidades.

Assim sendo, seguindo dos pontos levantados, sem sombra de dúvidas, se os objetos desta pesquisa fossem as obras literárias do autor em estudo, inegavelmente, para este trecho a melhor escolha seria focar nas questões da historiografia literária brasileira. Entretanto, por conta dos interesses de também abordarmos os documentários e a ficção cinematográfica *Lua Cambará*, levando em consideração também o teor das peças teatrais do citado autor, e não apenas as que foram feitas para o público adulto, diante de tais intentos, para os presentes esforços historiográficos, tanto vejo como viável, bem como arrisco pensar que se mostra como fundamental o emprego das lições advindas dos estudos interartes, a saber, das possibilidades de diálogos entre as artes. Mesmo que, como já mencionado, tais práticas de “iluminação mútua das artes” não sejam novidades promovidas a partir da “literatura comparada”, muito menos, aqui, atualizadas a partir de teorias semiológicas. Aliás, como se busca deixar bem mais que claro, as nossas intenções não são as necessárias para a promoção de análises semiológicas ou para tecer críticas literárias, quando da apropriação de tais objetos culturais, mas, sim, de levantar um saldo sociocultural que seja o suficiente para traçar algumas considerações que serão problematizadas nessa pesquisa acerca do sertão contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito. Do mesmo modo, por esses caminhos historiográficos, buscaremos fazer isso sem ficar cambaleando entre as teorias da história cultural e as da história política. Por mais que, sinceramente, ao nos apropriarmos de fontes e de objetos que estão inseridos nos campos culturais, e sem negar o próprio caráter cultural de tudo o que é humano; logo, de tudo o que é político; sinceramente, bem sabemos o quanto buscaremos sintetizar tais campos, político e cultural, ao tomarmos por empréstimos, da nova história cultural, estes tratamentos que serão dados às fontes e aos nossos objetos de pesquisa, por exemplo, o cinema e a literatura. Elementos essenciais ao nosso estudo historiográfico.

Enfim, a esta altura, é possível delimitar a proposta do trabalho nos limites de um trinômio formado por história – arte – política, a partir do qual buscaremos perscrutar as dimensões da mística do sertão contemporâneo, nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Logo,

a partir da (inter)mediação com os elementos que compõem as tramas narrativas do autor em foco, pretende-se abordar algumas questões decorrentes das noções e dos fatos que se dão nos contornos do que pode ser compreendido como os dramas mais contemporâneos às presentes linhas. Então, já que concentraremos as nossas atenções não só nos suportes textuais, mas também sobre o audiovisual (tanto como fonte, quanto como referenciais para a pesquisa), desde já, nos lembramos do que leciona Jean-Claude Bernardet, destacando que tais debates ultrapassam os limites da cinemática enquanto expressão estética, atualizada por meio dos jogos ou das magias entre as luzes e as sombras; pois, alcança, sobretudo, as pautas das discussões que são travadas acerca das ‘ficções’ e das ‘não ficções’. Assim sendo, destacamos que não se pode deixar de considerar que “o cinema, como toda área cultural, é um campo de luta, e a história do cinema é também o esforço constante para denunciar este ocultamento e fazer aparecer quem fala”¹¹². Portanto, aqui operaremos com tais fontes cinematográficas não apenas ao comungarmos do ponto de vista de Marc Ferro ao considerarmos que os filmes são documentos, são testemunhas e testemunhos das sociedades que os produziram, bem como, caminharemos com todas as advertências possíveis de que os mesmos também refletem valores, costumes, mentalidades. E ainda sobre o cinema (ou ainda acerca desta simbiose entre os rastros das realidades e as infinitas portas e possibilidades abertas pelas ficções), diante da vastidão das suas dimensões artísticas e documentais, Marc Ferro, afirma que a forma como as imagens surgem nos filmes, inevitavelmente, materializam uma ideologia¹¹³.

Neste sentido, e para muito além dos filões lucrativos de um mercado (ou de uma indústria) do entretenimento, ou para muito além de tais condições econômicas, em vários aspectos, é também por conta disso que os reguladores daquilo que Heidegger chamou de “emolduramento da vida” (ou que Adorno chamou de “mundo administrado”, bem como, com as suas razões, Foucault chamou de sociedade estruturada nos pilares “da disciplina e da punição” ou “dos discursos e dos poderes”); ou seja, é justamente por (re)conhecerem os conjuntos universos, possíveis, de todos esses elementos advindos da seara da cultura e, contemporaneamente, do poder do audiovisual é que os tais ‘controladores’ (se não das realidades ao menos dos mercados financeiros) perceberam o potencial perigoso e profícuo do cinema (principalmente ao levarmos em conta “o caráter negativo da cultura”¹¹⁴). E é neste cenário que os adoradores e administradores do *status quo* buscam, aos seus modos, e com

¹¹² BERNARDET, J-C. *O que é cinema?* São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 131.

¹¹³ FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹¹⁴ Cf. MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1997. Especialmente os ensaios Comentários para uma redefinição de cultura. In: _____. op. cit., p. 153-175; e Sobre o caráter afirmativo da Cultura. In: _____. op. cit., p. 89-136.

todas as ferramentas, mantê-lo ao seu serviço; bem como as autoridades, sempre que necessário e por todos os meios possíveis, buscam torná-lo submisso. Como conclui Ferro:

[...] cineastas conscientemente ou não, estão cada um a serviço de uma causa, de uma ideologia, explicitamente ou sem colocar abertamente as questões. Entretanto, isso não exclui o fato de que haja entre eles resistência e duros combates em defesa de suas próprias idéias.¹¹⁵

E é nestes quadros que o crítico cultural, filósofo e psicanalista (bacharel em letras, bacharel e doutor em filosofia e também doutor em psicanálise), Slavoj Žižek, toma parte no documentário *O Guia Perverso do Cinema*. Com os apontamentos transcritos a seguir, como um psicanalista que analisa o cinema, assim ele dá início e apresenta a referida obra:

O problema não é se nossos desejos se encontram satisfeitos ou não... O problema é saber o que desejamos. Não há nada de espontâneo, de natural no desejo humano. Nossos desejos são artificiais, devem nos “ensinar” a desejar. O cinema é a arte perversa por excelência, não te dá aquilo que você deseja, te diz como desejar.¹¹⁶

É nestes termos que Žižek inicia o seu ‘guia’; sendo que o primeiro filme que se encontra sob a ótica do crítico cultural, bem como, o primeiro objeto de estudo a ser abordado, enquanto filósofo, com a sua *Visão em Parallaxe*¹¹⁷ é o longa-metragem intitulado, no Brasil, de *Paz para Luiza* (*Possessed*¹¹⁸, de 1947, dirigido por Curtis Bernhardt). Assim sendo, em cima da exibição de um trecho do referido filme, com tais construções, e com os seus modos peculiares, é por este viés que o autor ponderara acerca do cinema:

[...] o que tiramos [...] é um comentário sobre a mágica arte cinematográfica dentro de um filme. Temos uma garota comum da classe trabalhadora vivendo em uma cidade operária que, de repente, se envolve em uma situação onde a própria realidade reproduz a mágica experiência cinematográfica. Ela se aproxima da via. O trem passa. A imagem de uma pessoa parada em frente ao trem que passa é análoga à do espectador observando a magia da tela. Temos uma cena muito verossímil até o espaço interior da heroína, como se suas fantasias fossem projetadas; de maneira que toda a realidade está visivelmente ali: o trem, a garota... Parte da realidade, tanto na percepção dela quanto na do espectador, foi elevada a um nível mágico; se torna a tela de seus sonhos. Isto é arte cinematográfica em sua maior expressão.¹¹⁹

Desta forma, e antes de caminharmos para o fim da presente sessão, por mantermos em vista o arcabouço daquilo que já se encontra inaugurado, recorreremos às lições de um dos

¹¹⁵ FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.14.

¹¹⁶ THE PERVERT’S Guide to Cinema (O Guia Perverso do Cinema). Direção: Sophie Fiennes. Filme documentário em longa-metragem apresentado por Slavoj Žižek. Reino Unido: Lone Star Productions; Amoeba Film; Holanda: Kasander Film Company; Áustria: Mischief Films, 2006. 1 filme em DVD (160min), son., color.

¹¹⁷ ŽIŽEK, S. *A Visão em Parallaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹¹⁸ Obra que em nada se assemelha aos títulos com nomes idênticos, mas que, em verdade, contemporaneamente se encontram nas prateleiras do “terror”, do “suspense”, do “mistério” em tantas videolocadoras.

¹¹⁹ THE PERVERT’S Guide to Cinema (O Guia Perverso do Cinema). op. cit.

mais dedicados pesquisadores da arte e da estética, no século XX, para evidenciarmos as condições artísticas da cultura (para além de sua dimensão de fonte documental). Do mesmo modo, lançaremos tais intentos também para apurarmos melhor as dimensões estéticas do que se diz arte, ou artes. Mas, sobretudo, sem a intenção de trilhar os caminhos da taxonomia do real, ou mesmo de só nos referirmos às ‘artes’ desde que as mesmas contemplem certas modalidades culturais, políticas ou sociais, para que, assim, se tornem manifestações artísticas. Ou seja, declaramos o quanto a perspectiva de arte vivenciada como um “conceito aberto”, alcançada a partir do neowittgensteinianismo, se mostra sedutora e, por muitos modos, convincente, por mais que a mesma também apresente os seus calcanhares de Aquiles¹²⁰. Contudo, aqui não pretendemos delimitar ‘o que é arte’; mas, por meio de um conceito (estético e abrangente) pode-se definir ‘o que não é arte’: seja por conta de ser manifesta a ausência de intencionalidade ou dos demais mecanismos antropológicos de manifestação de sensibilidade ou de sentido (na função de ‘se expressar’); bem como, e geralmente, principalmente por termos em vista um único fator nas suas produções (cada vez mais próxima de meios industriais), no caso, a vocação exclusiva de se alcançar o lucro, independentemente do modo que se diga e, também, pouco importando por quem ou por quais canais se faz ser ouvido. Então, com todo este sentido de ‘geral e abstrato’ é que são bem mais que cabíveis e extremamente esclarecedoras as lições de Étienne Souriau:

A arte consiste em nos induzir à impressão de transcendência em relação a um mundo de seres e coisas que ela coloca por intermédio exclusivo de um jogo concertante de *qualia* sensível, sustentado por um corpo físico, ordenado para produzir esses efeitos.¹²¹

De tal sorte, com magnitude própria e capacidade notável, o autor trata de tudo aquilo que se liga à facticidade inerente à criação artística, ao mesmo tempo em que toca no cerne (fundamental) da própria função cultural do que pode ser compreendido como obra de arte. Em suma, com as palavras do citado autor, mas ultrapassando as possibilidades de criação artística referentes à argila, ao mármore, à tinta e à tela, até chegar a uma das nossas fontes neste estudo, quais sejam, às luzes, às sombras e às suas sonoridades, assim, salienta Souriau:

Para o verdadeiro homem de cinema, um dado qualquer, mesmo inteiramente abstrato ou puramente moral ou sentimental, se traduz imediatamente e se exprime soberanamente por fatos filmoscópicos, por sombras, luzes e formas animadas num quadro filmofônico.¹²²

¹²⁰ Cf. CARROLL, N. *Filosofia da arte*. Lisboa: Edições Texto & Gráfica, 2010, p. 229-294.

¹²¹ SOURIAU, E. *A correspondência das artes*. São Paulo, Cultrix, 1983, p. 70.

¹²² Idem, 1947 apud AGEL, H. *Estética do Cinema*. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 7.

Ao longo da dissertação retomaremos os debates acerca das teorias estéticas¹²³, sobretudo quando das considerações acerca da contemporaneidade e da mística sertaneja nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Entretanto, antes disso, seguimos com as necessárias fundamentações teóricas, metodológicas e conceituais que viabilizarão as tais interpretações.

2.2 *Poíesis* e poéticas historiográficas – interpretação e arte, para qualquer parte!

Avançando com os esclarecimentos que se atualizam desde as considerações iniciais, julgo oportuno mencionar que as dimensões poéticas, de que se fala, consolidam-se como a ocupação de um *ethos* nos campos de pesquisas que me são caros (e fundamentais), para muito antes e, claro, para bem depois dos debates desta dissertação. Pois, hajam vistos os fatos de que, seja pelo viés artístico, mais voltado para as possibilidades da poesia (seja no audiovisual, seja no campo gramatical), bem como pelo viés poético, materializado na interpretação da realidade, ou seja, na fusão das teorias e das práticas, por meio das necessárias *poíesis*, de muitos modos, busco me dedicar aos estudos da arte, da poética e da imaginação para refletir a respeito das dimensões, dos suportes e das dinâmicas que dilatam as margens das realidades, nos vastos e nos bem mais que multifacetados labirintos criativos decorrentes de tais processos (ou de tais práticas) culturais, sociais e políticas. Desta forma, esclarece-se ainda que, nos tais circuitos, busco problematizar acerca destas constelações sem me perder pelos labirintos de um ‘fim da arte’¹²⁴, muito menos pelas aporias de um ‘fim da história’¹²⁵; e tampouco ousar elevar ‘a arte’ ao pedestal da ‘alta cultura’, ou quaisquer movimentos que os valham. Uma vez que, essencialmente, o que se mostra como o mais urgente é salientar e recordar que, ao se tratar das obras de arte, se faz necessário mediar com a ‘fantasia’ e a ‘imaginação’ como pontos fundamentais de tais práticas culturais. Então,

¹²³ Admito que, na conclusão (e, sobretudo, na revisão da pesquisa), notei o quanto, por razões óbvias, não retornei, com o fôlego inicialmente desejado, aos referidos debates. Entretanto, pretendo (por todos os modos possíveis) retomar os temas relativos à estética, com debates acerca das muitas possibilidades das artes.

¹²⁴ Sobre essa matéria, remetemos o leitor ao ensaio de Fredric Jameson “*Fim da arte*” ou “*fim da história*”?; publicado, no Brasil, no livro *A Cultura do Dinheiro* – Ensaio sobre a globalização. Cf. JAMESON, F. A *Cultura do Dinheiro* – Ensaio sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, p.73 -93.

¹²⁵ Proposições elaboradas por uma *direita planetária*, principalmente nos anos que sucederam a derrocada do regime socialista soviético, da qual Francis Fukuyama funcionou como maior escriba e como mais ativo arauto; e também como o mais visado saco de pancadas por parte de uma *esquerda planetária*. Conceito cunhado a partir de uma apropriação comprometida e irresponsável dos postulados de filósofos tais quais Hegel e Marx, através do qual buscavam atestar o *fim da história* para além de qualquer limite teleológico; condenando o século XXI à uma espécie de *presente contínuo*, porém, subvertendo toda e qualquer leitura crítica da noção criada por Norbert Lechner.

salientamos que nenhum dos meus esforços esparsos, muito menos o atual trecho do estudo em curso, são consolidados com aspectos e com vocações estoicas (ou antagônicas ao gozo máximo, ao prazer, à diversão, ao riso sincero e saudável ou quaisquer elementos que os valham); aliás, muito pelo contrário, pois, em verdade, pretende-se com tais pesquisas (e com todas as suas possibilidades práticas e teóricas) celebrar e abordar a arte enquanto manifestação do espírito humano e como suporte para a condição do pleno prazer e do gozo saudável de todos os sentidos¹²⁶.

Em tais percursos, não se busca um estudo cético acerca das contradições que pairam sobre os ‘fins das artes’ ou as suas ‘finalidades’; entretanto, pretende-se dar ênfase aos rumos mais profícuos, ou aos caminhos mais condizentes, de um projeto mais bem resolvido de cultura, de progresso, de arte e de humanidade¹²⁷; nos quais a fantasia, a imaginação e a sensibilidade reconquistem os espaços surripiados pela forçosa e (in)cômoda amplitude das impossibilidades¹²⁸ decorrentes das famigeradas ditaduras de uma irrefletida racionalidade (monológica e instrumental) e da amplamente divulgada, e tão “democrática” quanto mórbida, ‘diversão’¹²⁹. Em tais termos, remetemo-nos às teses elaboradas por pesquisadores da ‘Teoria Crítica’ e, acima de tudo, relembramos da função da fantasia¹³⁰ no processo de conhecimento; ou seja, não nos esquecemos das lições de Adorno acerca do dualismo entre a ‘imaginação’ e a ‘diversão’. A partir das quais resta claro o quanto a ‘imaginação’ está mais ligada aos campos da ‘fruição estética’, e dos demais atributos inerentes ao universo cultural das obras

¹²⁶ Acerca destes temas, destaco outros estudos realizados que se somam aos quadros apresentados. Por exemplo, trato destas relações entre a ‘imaginação’ e a ‘razão’ em estudo que foi aceito para o Congresso Internacional Fantasia e Crítica, realizado pelo Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da UFOP, com o título de *A phantasia e a poiesis como superação do mero entretenimento e da mera diversão – Da Escola de Frankfurt à Paralaxe do Real*; porém, por razões de força maior, não pude apresentar o mesmo. Entretanto, acerca das poesias e das poéticas, no Colóquio Internacional de Poesia e Dramaturgia em homenagem a Federico García Lorca, apresentei o trabalho (com a publicação do ensaio) *Entre luzes, sombras, cores e texturas: A poesia audiovisual de Cao Guimarães – Andarilho, um poema impresso em fotogramas*. Cf. FERREIRA, G. H. Entre luzes, sombras, cores e texturas: A poesia audiovisual de Cao Guimarães – Andarilho, um poema impresso em fotogramas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POESIA E DRAMATURGIA EM HOMENAGEM A FEDERICO GARCÍA LORCA, 1, 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Grupo de pesquisa: A dramaturgia poética de Federico Garcia Lorca e outras dramaturgias da Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 1-12.

¹²⁷ Nos termos em que se fundamentam as críticas ao *progresso (quantitativo)*, à *cultura* e à *arte*; por parte dos teóricos e dos pesquisadores da *Escola de Frankfurt*; sobretudo de Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

¹²⁸ Conceito elaborado por Leibniz e consolidado com a sua fórmula célebre: “Adão não pecador é impossível com nosso mundo”. Sobre o qual Deleuze comenta nos seguintes termos: “Ser impossível não é a mesma coisa que ser contraditório, é uma outra relação”.

¹²⁹ E como mencionado por Jesus Martín-Barbeiro e Germán Rey, em diversas conferências e estudos, também nos remetemos àquilo que Neil Postman constrói em suas elaborações acerca das expressões mais atuais e derivadas dos dilemas contemporâneos, sobre o espetáculo e o divertimento, a partir da sua obra *Divertir-se até morrer*. E, ainda sobre tal tema, digo, sobre os dilemas da *Diversão* (ou sobre as dicotomias entre a *Emancipação* e o *Esclarecimento* ou a *Diversão*), também são colaborativas as teses de Muniz Sodré, encontradas em várias de suas obras, sobretudo, em sua entrevista ao programa da Rede Cultura, Roda Viva.

¹³⁰ ADORNO, T. W. La Actualidad de La filosofía. In: _____. *Actualidad de La filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991, p. 99, tradução nossa.

de arte, ao passo que a ‘diversão’ se conecta, sobretudo, às questões e aos quesitos derivados do mero preenchimento do ‘tempo livre’ e de tudo o mais que decorre da ‘indústria cultural’.

Como se pretende deixar claro, abordaremos e experimentaremos a arte a partir do que se preza desde os primórdios das ‘belas artes’ (ou desde muito antes), qual seja, a arte como um dos suportes para a sublimação das pulsões reprimidas (repressões geradoras do que se entende, desde Freud, por “mal-estar da civilização”¹³¹); ou ainda, da arte enquanto terreno e campo fértil para as sensibilidades, e para ‘a interpretação das realidades’. Evidentemente, para muito além dos limites ou das limitações decorrentes dos elementos que constituem a própria realidade (ou o real)¹³²; tendo por contraponto tudo aquilo que, cada vez mais, não só as neurociências e a neuroestética (ou os demais avanços das ciências particulares) nos impele a (re)pensar. Em suma, nos valeremos de nuances estéticas em que se consegue tratar com leveza de temas duros, ásperos ou pesados, mas, também, sem deixar de levar em conta a capacidade de tornar ainda mais tenaz, mais densa e mais intensa as dimensões das condições humanas que compõem as nossas realidades. Desta forma, e para encerrarmos esse prelúdio, salientamos que (desde a atual dissertação que segue em curso, bem como em outros estudos esparsos) buscamos manter, tão mais claramente quanto o possível, bem delineados os ramos entrelaçados (ou os limites originais a partir dos quais se prolongam os territórios que formam as referidas fronteiras vivas dos reinos) das memórias, das ficções e das não-ficções. Todas estas, com as suas particularidades, encaradas como modos de narrativa; peças fundamentais aos nossos intuitos de especularmos acerca da efetiva participação, de cada uma delas, na consolidação das noções, ou na atualização das sensações, que caracterizam as dimensões das mencionadas realidades ou, no caso particular, da mística decorrente desse bem sabido sertão.

E, em linhas gerais, acerca do modo como lançamos nossos olhares, ou de como retemos nossa atenção sobre a obra de Ronaldo Correia de Brito, julgamos necessário tratar dos limites e das vias de abordagem que damos aos termos (ou às ideias de) *poíesis*, bem como do alcance daquilo que, por vezes, nos referimos como poética¹³³. Para tanto,

¹³¹ FREUD, S. *O Mal-Estar na Civilização*, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹³² Como já mencionado, abordamos, como cláusula pétrea, essas noções de “Real” e de ‘realidades’ a partir do que nos inspiram as considerações de Newton da Costa, bem como ao que já expôs o neurocientista e psicólogo Timothy Leary. Destacando ainda que as tais ‘realidades’ sempre serão alcançadas, mediadas e interpretadas a partir das perspectivas possíveis, dentre as mais plausíveis e as mais viáveis, mas, obviamente, não menos suspeitas.

¹³³ Para a elaboração deste tópico foram imprescindíveis as lições do Prof. Dr. Manuel Antônio de Castro e os seus estudos sobre a questão da interpretação, quer seja através de suas aulas, palestras e conferências, ou ainda de textos publicados sobre a temática poética e *poíesis*. Cf. CASTRO, M. A. de. Poética. *Vidya – ficção, história, poéticas*, Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, v. 19, n. 33, p. 215-236, jan./jun. 2000.

prestaremo-nos aos cuidados de inquirir as raízes de tais conceitos. Neste sentido, lembramos que, em grego, ‘realizar’ diz-se como *poiein*; sendo justamente de *poiein* que se originam as palavras poeta, poema e *poíesis*. André Comte-Sponville define a *poíesis* nos seguintes termos: “O nome grego da produção, da fabricação, da criação. Reconhece-se a *poíesis* pelo fato de que ela visa sempre um resultado exterior, que lhe dá sentido e valor (é a obra que julga e justifica o operário). Opõe-se, a esse título, à *práxis*, que só produz a si mesma”¹³⁴. Deste modo, ou como reflexão em torno do que se atualiza em razão de toda e qualquer *poiein* ou em toda e qualquer ‘realização’, a nosso ver, é bem aí que se encontram as colunas primordiais da fundação (e da função) das poéticas. Já que, atualmente, há de se pensar em tais termos para além das dimensões do que se alcança a partir da *Arte Retórica e Arte Poética*¹³⁵ (sem deixarmos de mencionar as inúmeras dificuldades que decorrem da tradução e da absorção dos ensinamentos oriundos de uma obra fragmentária, esotérica e, sobretudo, endógena), pois há de se pensar a poética para além das representações (das caricaturas ou das imitações) que de *mimesis* e *katharsis* geram tanto as comédias quanto as tragédias, passando por epopeias e, claro, para muito além do teatro, da poesia, da música, da retórica, da pintura.

Em outras palavras, a ‘poética’ também pode ser compreendida como a ‘interpretação histórico-filosófica’ do que se atualiza (ou do que pode vir a ser atualizado) com as artes, por consequência, com os poetas, os poemas, as *poíesis*, bem como com os demais aspectos das nossas vidas. E há quase três mil anos a poética tem acompanhado as vicissitudes da filosofia, da história e da arte na cultura ocidental. Porém, ao lado da poética filosófica ou historiográfica, que busca pensar as realizações artísticas por um paradigma que lhe é externo, podemos também pensar em outra poética, que se origina nas dinâmicas do próprio fazer artístico. Portanto, mediaremos com essas duas dimensões poéticas, uma que advém das interpretações dos críticos sociais e outra que decorre das realizações dos poetas. Nesta perspectiva, temos um duplo caminho (não necessariamente contraditório; muito menos autoexcludente, tal qual o da racionalidade e o da ciência ou até mesmo o da sensibilidade e o da razão); pois, de um lado temos a poética histórico-filosófica que define o que é a *poíesis* a partir da sua concepção de conhecimento; e por outro lado temos uma *poíesis* que tem o seu lugar na poética (ou nas realizações e nas obras, ou ainda nas interpretações de suas realidades por parte) dos poetas ou dos artistas. Logo, quer seja a partir das reflexões dos pesquisadores, quer seja pelas obras dos espíritos sensíveis, ou quaisquer híbridos possíveis destas duas

Porém, principalmente o texto, do mesmo autor, acerca da questão da interpretação, a saber, *Poética e poíesis*: a questão da interpretação. *Veredas*, Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, v. 2, p. 317-340, dez. 1999.

¹³⁴ POÍESIS. In: COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 457.

¹³⁵ ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

perspectivas, as poéticas e as *poíesis* se encontram ligadas, intimamente, com a questão da ‘interpretação’. E aqui nos lembramos, mais uma vez, das lições de Adorno; quando este se dedica a esclarecer sobre o quanto não é função da filosofia “[...] investigar as intenções ocultas e preexistentes da realidade, mas sim interpretar uma realidade carente de intenções, mediante a capacidade de construção de figuras, de imagens a partir dos elementos isolados da realidade [...]”.¹³⁶ Então, no presente estudo, as ‘*poíesis* historiográficas das realidades’ serão atualizadas nos moldes do que se propõe com a paralaxe do real, de modo que, examinar os diferentes aspectos da interpretação, ao que nos parece, é também abordar e especular acerca das raízes e das possibilidades das poéticas e das *poíesis*.

Desta forma, mostram-se necessárias as análises etimológicas da palavra ‘interpretação’: sabe-se que ‘interpretar’ vem do termo latino *interpretatio* que, por sua vez, é a tradução do termo grego *hermeneia*, derivado do verbo *hermeneuein*, que significa, obviamente, ‘interpretar’. Ainda é curioso observar que o termo latino *interpretatio* tem origem na feira, nos negócios, nas discussões sobre o preço (*pretium*), nas quais os interlocutores assumem posições antagônicas, de sorte que o *inter-pretium* surgiria como resultado dos acordos, dos debates, dos consensos ou dos denominadores comuns produzidos nessas negociações comerciais. Como se faz claro, a palavra *inter-pretium* tem como seus elementos o prefixo *inter*, seguido do tema *pretium*. Neste sentido, *inter*, quando traduzido por ‘entre’, traz para o foco da atenção o ‘diálogo’, o ‘debate’. Por outro lado, o ‘preço’ aparece como algo ‘mutável’, literalmente, em ‘constante (re)construção’; como algo que se define no decorrer (e por consequência) dos diálogos, ou seja, é o que está em ‘jogo’, é o que se encontra sempre em ‘(re)elaboração’. Análises (etimológicas) que, inevitavelmente, remetem-nos aos usos da razão comunicativa (ou da razão dialógica), tratada por Habermas.

Ora, como se pode supor, o ‘diálogo’ que se estabelece em torno desse ‘jogo’, acerca dos ‘valores’, se faz a partir do lugar no qual os debatedores se posicionam; e tal lugar de abertura e de possibilidades de debates (ou mesmo de embates) os gregos, comumente, chamaram de *ethos*. Assim, é das tensões e das relações decorrentes do *inter*, como diálogo, e do *pretium*, como valor (nos limites de cada *ethos* em que tais disputas ocorrem), que se concretizam as dimensões do que pretendemos abordar como ‘interpretação’, ou seja, é a partir desta noção de ‘barganhar’ ou até mesmo de ‘especular’ que, aqui, nos propomos a mediar com os elementos constitutivos das ideias e das ações consolidadas no ‘interpretar’.

¹³⁶ ADORNO, T. W. La Actualidad de La filosofía. In: _____. *Actualidad de La filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991, p. 89, tradução nossa.

Logo, é desta matriz que atualizaremos as presentes ‘*poíesis* historiográficas’; entendendo que todo interpretar implica na ocupação de um *ethos*, no diálogo, na barganha e na especulação.

Então, se a tarefa do intérprete, diante de todos os elementos que, supostamente, outrora repousavam ocultos, em uma obra de arte ou nas tramas que compõem as realidades, de fato, não é a de esclarecer os seus sentidos e trazê-los à tona, como normalmente se ensina e se pratica, nos limites bem mais que conhecidos de uma engessada e não menos comprometida ‘taxonomia do real’; logo, ainda se fazem necessárias as seguintes interrogações: o que seria o interpretar? Não seria a interpretação uma ação que implique no diálogo, na construção e na ocupação de um *ethos*, a partir da especulação e sem os apegos clássicos ou contemporâneos de dogmatismos, quer sejam positivistas ou relativistas? Não seria a interpretação uma ação vital em qualquer realização (que, em grego, se diz a partir do termo *poiein*)? Não seria a interpretação o denominador comum tanto da *poíesis* quanto da poética? Assim, se interpretar as artes e as realidades não significa ‘trazer à tona’ quaisquer ‘sentidos’ que nelas se encontravam ‘ocultos’, quase que dormentes, a espera de sábios e providentes ‘redatores da realidade’; enfim, seria possível encararmos a interpretação, de modo geral, a partir da ocupação do ‘real’ como um *ethos*, ou até mesmo como a disposição saudável de se entregar ao debate, ou a intenção irredutível de se buscar as mais genuínas e urgentes especulações. Pois, é no permanente caminhar, no constante agir, no necessário barganhar ou até mesmo ao especular em busca de superações que o ‘interpretar’ se constitui como um caminho e uma experiência poética. Desta forma, entre os polos do “penso logo, existo” e do “sinto, logo penso, logo existo”, nos campos das sínteses da ‘razão’ e da ‘sensibilidade’, nos arriscaremos a dizer que ‘interpreta-se, logo existimos’. E destas sínteses, de Damásio e Descartes, lembro ainda do que já foi ventilado por Heráclito, ao me inspirar nas lições de Manuel Antônio de Castro, pois, o ‘interpretar’ poderá soar como um mantra formidável para ser entoado durante a concentração necessária à “espera do inesperado”.

E tendo em vista as demais discussões que, necessariamente, serão apresentadas neste capítulo (e ao longo deste estudo), desviarei ao máximo dos abismos epistemológicos, e buscarei dar vazão ao referido debate em outros espaços (ou até mesmo em outros esforços); por mais que eu ainda pretenda incluir estas constelações ao longo das sessões que antecedem o derradeiro ponto final. Dito isso, e lembrando ainda do que já se encontra apresentado, por ocasião das considerações iniciais, quando dos debates acerca da “iluminação mútua das artes”, uma vez mais, nos valeremos dos esclarecimentos presentes nas teses de Jean-Jacques Rousseau; especificamente, quando o autor especula acerca da origem da música ao traçar as suas relações com a língua (lições que também são apontadas por outros autores e em outros

estudos que abordam a poesia a história da linguagem): “[...] os versos, os cantos, a palavra, têm uma origem comum. Ao redor das fontes que falei [...] fizeram nascer, com a língua, a poesia e a música, ou melhor, tudo isso não era outra coisa senão a própria língua [...]”.¹³⁷

Assim, nos lembramos das funções iniciais das poesias, das poéticas e das *poíesis*, e não apenas como forma de discurso ou expressão artística; posto que estas serviam para muito mais do que a sublimação das pulsões reprimidas nos germes de um processo civilizatório. Em seu berço, os versos (e as eloquências dos artífices das palavras) eram, frequentemente, utilizados para se tratar sobre toda e qualquer coisa; sendo a poesia uma das formas primárias do processo de interpretação, de circulação e de troca de impressões e de sensibilidades. Todavia, há de se esclarecer que no nosso modo de abordar e de problematizar com estas constelações consideramos a interpretação (ou até mesmo a razão dialógica) como uma modalidade de *poíesis* (e não apenas como *práxis*), hajam vistos os fatos de que as ‘obras’, em tais ‘realizações’, podem ser compreendidas como as ‘transformações das realidades’, a partir da construção e da ocupação de um *ethos*; no caso, das próprias realidades (como dito, na ocupação do real). Práticas pelas quais se busca a construção de consensos, preferencialmente, sem as ortodoxias e ao abdicarmos das mazelas do agir estratégico e da razão unidimensional.

Deste modo, e se é possível notar, contemporaneamente, tamanha semelhança entre ‘a razão’ e ‘o agir comunicativo’, de Habermas, com uma especulação etimológica acerca do próprio interpretar (olhares que nos remetem às suas mais profundas raízes e não somente àquilo que se refere à linguagem, mas, sobretudo, às práticas sociais que estão materializadas ‘no termo’ e em todo o dinamismo dos ‘jogos de valores’); de fato, bem mais que nos ecoa a dúvida: qual seria a novidade trazida pela “virada linguística” (principalmente nos apontamentos que se lançam, a partir da mesma, com o atestado de que ‘os problemas’, na realidade, são do campo linguístico e não do campo social ou filosófico)? Como não reconhecer tais reminiscências ao longo da própria história do pensamento? Onde estaria a ‘virada’ deste movimento, se não naquilo que nos soa como uma acelerada troca de polo? Por exemplo, deixando as propostas forjadas pelo positivismo, no qual a ‘taxonomia do real’ transformou ‘o interpretar’ em um esforço de ‘classificar a realidade’, de modo idealista e universal, como se fôssemos “arqueólogos do presente”; mas, de tal sorte que, na ‘virada’, notam-se os estudiosos fincando suas raízes nos polos do pós-estruturalismo, com tudo de fluido, de não fixo e de instável que surge com a apologia de uma perspectiva que vislumbra não só o destronar das consciências e dos sujeitos, bem como ressaltam o teor provisório das

¹³⁷ ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 145.

proposições com que se constituem os múltiplos e intercambiáveis discursos a partir dos quais as realidades são consolidadas.

Talvez, o que exista de novo (e de menos eficiente), nisso tudo, seja a caça (ou a sentença de morte) das metanarrativas. Estas elaborações que, em alguns casos, são tão mais que contaminadas por idealismos, pela busca do universal, pelo atemporal e por tudo o mais que se consegue com (ou sem) os positivismos, com as ideias *a priori* ou com quaisquer outros aspectos de uma razão que não seja dialógica e que seja bem mais que idealista e transcendental. Porém, ainda podemos nos perguntar: até que ponto esta inversão de polo resolveria, realmente, a questão do ‘interpretar’ ou da ‘linguagem’? O que se ganha com o declínio do sujeito e da razão? Não seria mais eficaz refundar tais possibilidades ‘no meio termo’, no meio do caminho entre “A Verdade” e o “não há nenhuma verdade” (ao invés de, simplesmente, trocarmos de polo)? O que se ganha ao deixar de reconhecer o ‘real’ como aquilo que leva o selo da ‘realeza’ ou como aquilo que é herdeiro das categorias “mais racionais” (e mais idealistas ou monológicas), para nos lançar, por meio de estruturalismos e suas variáveis ou inversões, num campo em que, por assim dizer, o ‘real não existe’, a ‘verdade não existe’ ou ‘é tudo ficção’?

Troca-se o peso do “documento”, pelo peso da “estrutura”, desloca-se de um polo para o outro. Realmente, parece-nos que a tal ‘virada’ se atualiza como a ‘guinada’ ou como a ‘troca’ de posição entre os referidos extremos. Pois, afinal, Rousseau (desde os primórdios da modernidade) já não é um grande crítico da ‘Razão’? E não estão em Nietzsche estas críticas às noções de ‘verdade’, desde os ‘conceitos’ até as demais ‘fixações linguísticas’, com as quais tanto se busca atender aos impulsos morais, na consolidação da famigerada ‘Verdade’?

No sentimento de estar obrigado a designar uma coisa como “vermelha”, outra como “fria”, uma terceira como “muda”, desperta uma emoção que se refere moralmente à verdade: a partir da oposição ao mentiroso, em quem ninguém confia, que todos excluem, o homem demonstra a si mesmo o que há de honrado, digno de confiança e útil na verdade. Coloca agora seu agir como ser “racional” sob a regência das abstrações; não suporta mais ser arrastado pelas impressões súbitas, pelas intuições, universaliza antes todas essas impressões em conceitos mais descoloridos, mais frios, para atrelar a eles o carro de seu viver e agir. Tudo o que destaca o homem do animal depende dessa aptidão de liquefazer a metáfora intuitiva em um esquema, portanto de dissolver uma imagem em um conceito. Ou seja, no reino daqueles esquemas, é possível algo que nunca poderia ter êxito sob o efeito das primeiras impressões intuitivas: edificar uma ordenação piramidal por castas e graus, criar um novo mundo de leis, privilégios, subordinações, demarcações de limites, que ora se defronta ao outro mundo intuitivo das primeiras impressões como o mais sólido, o mais universal, o mais conhecido, o mais humano e, por isso, como o regulador e imperativo.¹³⁸

¹³⁸ NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p.57.

Enfim, mais uma vez, resta-nos a impressão de que, no fundo, o problema não é com a metanarrativa, mas sim com a ‘metafísica’; sobretudo com a materialidade das suas mazelas sociais. E pensando a questão por um ponto de vista mais contemporâneo, não seria a *Teoria da Quase-Verdade*, do lógico Newton da Costa, uma formulação melhor (e não por ser, primeiro, pensada matematicamente) para se dizer boa parte do que, por exemplo, a partir das noções de “tropos” e das elaborações das “viradas linguísticas”, de tantos modos, se reeditam? Perspectivas e proposições mais contemporâneas, mas não menos modernas, muito próximas do que já foi dito por Nietzsche, acerca de como o sujeito é uma ‘ficção da linguagem’ ou, mais precisamente, ao usarmos a tradução de Paulo César de Sousa, um ‘hábito gramatical’.¹³⁹

E do que se pode aprender com os ‘erros’, os ‘acertos’ e os ‘ensaaios’, ao longo da história do pensamento ocidental, não se percebe, aí, as reminiscências da maioria destes debates, tão mais que fundamentais? Afinal, com um mergulho na história (ou na história da filosofia), e tendo em vista o que se passou nos últimos séculos (ou ainda mais nas últimas décadas), não parece ter sido “a filosofia da consciência” (ou a “filosofia do sujeito”) um dos paradigmas mais afrontados (e acossados) ao longo dos últimos dois mil e quinhentos anos? Entretanto, e para além do(s) óbvio(s) do(s) exagero(s), e como já mencionado, também nos distanciamos dos paradigmas do “[...] *cogito, ergo sum*”; resguardando da referida expressão, principalmente, a premissa do “duvido, logo [...]”. Pois, nos termos do que apresenta Antônio Damásio, levamos em conta a perspectiva do “sinto, logo penso, logo existo”; logo, não nos deslocamos de um polo para o outro. Não só nos afastamos da noção de ‘existir’ como faculdade inerente (ou exclusiva) daqueles que se reconhecem como ‘seres’ e que lançam sobre si ‘projeções’ de temporalidades ou situações não vividas (ou, em outros termos, idealizadas); bem como reconhecemos que tais processos, de ‘percepção’ e de ‘inscrição’, resultam, também, nas próprias historicidades e nas vias adotadas por quaisquer historiologias; com seus ‘sujeitos’, suas ‘estruturas sociais’, as ‘relações intersubjetivas’, as ‘consciências’ (e os seus ‘congressos’ ou os tais ‘edifícios de almas’) além de todas as sínteses, as aglutinações, as possibilidades ou as metamutações decorrentes de tais universos.

Assim, muitas vezes, ao ler os debatedores que avançam por estes campos, que não se restringem às filosofias, propriamente ditas; sinceramente, nos parece que os propositores da mencionada virada linguística, e não só nas ciências sociais (aplicadas, inclusive), não raramente, assemelham-se a guias de um ‘museu de novidades’. E nos parece que, no fundo,

¹³⁹ NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, § 17, p. 21-22.

isso tudo só pode soar como algo tão ‘novo’, e de modo tão ‘original’, por conta de existir certa razão no pessimismo daqueles que dizem que a modernidade matou não só a memória, como também o narrador. Aliás, após a morte do narrador, também querem ver mortas certas narrativas, sobretudo as metanarrativas. Por mais que, de fato, ainda seja necessário destacar que, sim, sem qualquer sintoma de dúvida, alcança-se nas teses de muitos destes pensadores (da virada, e não só no campo da filosofia, para além da analítica) discussões que são tão mais bem elaboradas quanto dotadas de uma profunda razão, ou de preocupações bem mais que “legítimas”. Dentre eles, Richard Rorty (que, aos seus modos, se afastou de tal ‘polo’), nos parece ser um dos mais esclarecedores e indicados, nas necessárias superações das querelas:

O propósito do presente volume é fornecer material de reflexão sobre a maior parte da revolução filosófica recente, a da filosofia linguística. Com a expressão “filosofia linguística”, me refiro aqui a uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam se resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão acerca da linguagem que usamos atualmente.¹⁴⁰

Em outros termos, é disso que também trata Habermas, com a *Teoria do Agir Comunicativo*. Além do mais, Nietzsche já havia apontado para a hipótese de que a linguagem articulada é uma prerrogativa para a manifestação da consciência; ressaltando o quanto a consciência é o mais recente (e por isso, menos confiável) dos órgãos humanos. Logo, para além de uma dada “imaturidade”, na tal consciência, ainda existe nestes processos ‘o problema da linguagem articulada’. E, nestas esferas, também são notórios os estudos de Ludwig Wittgenstein ou mesmo de Martin Heidegger. Por mais que, de fato, não possamos concordar com todas as proposições dos ilustres pensadores. Especificamente, afastamo-nos daquilo que é levantado por Friedrich Nietzsche, acerca de que a linguagem articulada é imprescindível à consciência (postulando sobre ambas como uma espécie de gêmeas siamesas), pois, diante destes pontos, nos arriscamos a pensar que, na realidade, a consciência prescinde de qualquer sorte de linguagem gramaticalmente convencionada. E, ao tratarmos disso, nos lembramos tanto das formas mais naturais de linguagens, aspectos que também já foram debatidos, por exemplo, no *Ensaio sobre a origem das línguas*, por Rousseau, bem como avançamos com as tentativas de reconciliação entre as sensibilidades e a razão. Uma vez que, ao que nos parece, nós ainda podemos deter plena consciência, inclusive, daquilo que é inefável (ou do ‘não dito’); logo, insistimos na hipótese que a ‘consciência’ nasce bem antes de qualquer esboço dos artifícios ‘racionais’ e das demais ‘fixações’ fundamentais à bem sabida elaboração acerca da ‘precedência da razão’. Neste sentido, e por mais que o ser

¹⁴⁰ RORTY, R. Introduction – Metaphilosophical difficulties of linguistic philosophy. In: _____. *The Linguistic turn: essays in philosophical method*. The University of Chicago Press: Chicago, 1992, p. 3, tradução nossa.

humano seja um animal social, bem como a linguagem uma ferramenta também social, ainda consideramos pertinente (e possível) a existência de qualquer sorte de “linguagem privada”.

Nestes pontos nos opomos à retirada de Wittgenstein, ao levarmos em conta não só as questões relativas à integração da sensibilidade e da razão; posto que, nos parece razoável conceber a atualização de formas de linguagens não articuladas como suportes para a manifestação das ‘consciências’. Pensando tais questões a partir da própria multiplicidade de ‘interlocutores’ que encontramos em cada um de nós, enquanto indivíduos (ou, mais uma vez nos lembrando das expressões de Nietzsche, por termos em mente a condição de “edifício de almas múltiplas”¹⁴¹ que cada um de nós sempre foi e será). Obviamente, dizendo isso tanto sem nos ancorarmos, hermeticamente, mas também sem nos apartarmos, completamente, das teorias da consciência, ou ainda do inconsciente e do subconsciente, que se fazem presentes nas psicanálises. Esferas nas quais, talvez, as mais recorrentes mediações remetam às teses de Freud, de Jung e de Lacan, pelas quais, o inconsciente, os arquétipos e a tríade ‘Id, Eu e Super-eu’, materializam um congresso de interlocutores que, ao que nos parece, já debateria, exaustivamente, antes mesmo da própria consolidação das linguagens de convenção.

De fato, como já insistimos desde o início, é nas fronteiras dos avanços mais decisivos das ciências da mente, principalmente nos campos das neurociências (da neuroestética, da neurofilosofia, da neurolinguística e de áreas afins) que nos parece surgir os horizontes que, sem falsos otimismo, permitirão reconduzir o ‘sujeito’ e a ‘consciência’ ao foco dos debates, de um modo esclarecedor. Sem cometermos os erros do passado ou do presente, sobretudo, sem colocarmos o ‘Eu’ num pedestal, muito menos relegá-lo à condição de subalterno, de periferia, de escravo das estruturas ou dos desejos inconscientes de um passado ancestral.

Porém, diante dos compromissos e das necessidades que se fazem presentes neste capítulo, teremos que avançar com os debates atuais, para tratarmos acerca das ‘narrativas’, mas, antes disso, ressaltar que retomaremos estas discussões sobre a ‘linguagem’, ou sobre os problemas da linguagem (ou mesmo das querelas das metanarrativas), quer seja ao longo da presente pesquisa ou depois de suas considerações finais. Entretanto, mais uma vez nos lembramos do que já foi dito por Žižek, acerca do problema da metafísica não se resolver com a redução desta à realidade física ordinária, e sim com a busca pela redução “[...] da diferença entre a realidade material e outra realidade ‘mais elevada’ à diferença, à lacuna imanente entre essa realidade e seu próprio vazio que separa a realidade material *de si mesma*”; por fim, a esta altura dos debates, nos lembramos do que, também, já foi formulado por Henri Bergson:

¹⁴¹ NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, § 19, p. 22-24.

Estimo que os grandes problemas metafísicos são geralmente malpostos, que eles freqüentemente se resolvem por si mesmos quando lhes retificamos o enunciado, ou ainda que são problemas formulados em termos de ilusão, que se desvanecem assim que olhamos de perto os termos da fórmula. Nascem, com efeito, do fato de transpormos em fabricação aquilo que é criação.¹⁴²

Logo, cabe encarar, dos melhores modos, tanto a questão da linguagem, quanto da metafísica. Igualmente, faz-se necessário o enfrentamento da condição (ou da natureza) dos saberes que se inscrevem nos campos das humanidades; aliás, tais preocupações se fazem urgentes não só aos campos das humanidades. Sem dúvida, a contribuição da “virada linguística” se faz perceber para além das searas da filosofia (seja analítica, seja qualquer outra), por mais que, para nós, tal “virada” não diminua a importância das metanarrativas; desde que estas se encontrem desvestidas das intenções de serem, por assim dizer, pilares de quaisquer tipos de fundacionismos. Ficando a cargo de todas as modalidades de saber, sobretudo àqueles que estão enraizados nas ditas ‘ciências humanas’, as prerrogativas de serem muito mais descritivos, ou interpretativos, do que formuladores (ou “enformadores”) de quaisquer outros pontos de visão (ou de quaisquer pontos partida). De sorte que, com isso, não estejam encerradas as possibilidades de ‘transformações’ quando do ‘interpretar’ as realidades que são os campos e os objetos de estudo; desta forma, ainda serão possíveis novas perspectivas (e mesmo novas imagens) de nossas realidades (e de nós mesmos), com retratos mais atuais e, sobretudo, mais contemporâneos; mais condizente aos dramas do nosso tempo.

Ademais, também nas ciências humanas, os avanços da mencionada “virada” podem ser percebidos, por exemplo, na consolidação da historiografia como um modo de narrativa; por mais que, ao que nos parece, o ponto nevrálgico desta questão repouse no ‘movimento’ com que se pretendeu transformar “a sua fragilidade institucional em hegemonia intelectual”¹⁴³. Enfim, faz-se necessário (re)pensar tudo isso, com toda a urgência, mas sem ficarmos presos aos polos, ou aos extremos. Seja nos termos de um ‘mundo bipolar’, que dizem não mais existir (há décadas), por mais que, frequentemente, notem-se os seus ecos em questões tão mais que graves, como na condição em que se encontra a Síria, e os impasses em relação ao governo de Bashar Al Assad, ou até mesmo naquilo que, recentemente, aconteceu na Líbia, com os eventos que decorrem (do antes, do durante e do depois) da queda do regime de Muammar Gaddafi (e sem deixar de mencionar o quanto, sobretudo no século XXI, as ‘bipolaridades’ de outrora, forjadas nas disputas do ‘capitalismo’ contra o ‘comunismo’, agora, se atualizam nos termos de guerras, nada frias, entre as ‘democracias liberais’ e os

¹⁴² BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente*: ensaios e conferências. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 109.

¹⁴³ CHARTIER, R. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002, p. 14.

‘terrorismos fundamentalistas’). Mas, seja lá como for, para além dos campos políticos, retomemos o que já foi dito por Bergson, acerca de como os “[...] problemas metafísicos são geralmente malpostos [...] são problemas formulados em termos de ilusão, que se desvanecem assim que olhamos de perto os termos da fórmula [...]”]; ou seja, de fato, percebe-se claramente o quanto a reformulação da linguagem soa como um grande avanço nas tentativas de se solucionar os problemas filosóficos; contudo, não vemos fundamento em se propor que ‘todos os problemas’ são ‘puramente linguísticos’, e não socioculturais ou espaços-temporais (ou não filosóficos, não de ordem política e cultural, decorrente das próprias historicidades).

E certas distorções são ainda mais perceptíveis quando tais inversões (ou ‘fabricações’, tomadas como se fossem ‘criações’) se dão, por um lado, como novas modalidades de metanarrativas fundacionistas, que lançam os dogmas de que ‘não existe mais contrários’, de que ‘não existe verdade’, de que ‘é tudo ficção’, de que ‘a modernidade fracassou’, de que ‘não há mais espaço para as utopias’ ou de que ‘já se encerrou a era das revoluções’. Além do mais, por outros lados, isso soa ainda mais estranho quando se atualiza sem nos darmos conta de que, por exemplo, a tal ‘busca pela redução da diferença entre a realidade material e outra realidade mais elevada à diferença’, como dito por Žižek, ou as investigações acerca da ‘lacuna imanente entre essa realidade e seu próprio vazio que separa a realidade material *de si mesma*’, hoje, se dá por meio de outras narrativas científicas que buscam formular ‘metanarrativas fundacionalistas’ que, talvez, jamais tenham sido esboçadas ao longo da história do pensamento ocidental. Principalmente tendo em vista os avanços da física moderna, sobretudo no que se refere à *Teoria do Tudo*¹⁴⁴. Mesmo que, ainda assim, ou seja, mesmo nas searas das ciências exatas (e por mais que, com a licença poética, os ‘físicos puros’ tenham as suas razões para insistir em chamar a ‘física quântica’ de ‘metafísica’), os

¹⁴⁴ Contemporaneamente, e não só no tocante às investigações acerca do *tempo*, duas frentes científicas dividem o cenário acadêmico nos limites da astrofísica e da física quântica. De um lado estão os que buscam aproximar alguns modelos e alguns conjuntos teóricos aparentemente antagônicos, tais quais, as *teorias da relatividade* (geral e especial), a *teoria das cordas* e a *teoria do laço gravitacional* (ou do *loop gravitacional*) *quântico*. Assim, de maneira diferente de outros pesquisadores que enxergam tais modelos como sendo contraditórios, como sendo opostos, ou seja, como sendo mecanismos intelectuais antagônicos, desde as últimas décadas do século XX, um contingente considerável de cientistas vem trabalhando com esses modelos e com essas teorias de modo complementar, se valendo de uns para certas abordagens, bem como, lançando mão de outros, quando os objetos de estudo e as perspectivas das pesquisas também mudam. Nessa linha de frente estão alguns físicos e matemáticos que buscam a consolidação de uma Teoria Unificada ou de uma Teoria do Tudo, dentro dos campos da astrofísica, da física quântica e dos entroncamentos dessas áreas das ciências. Contudo, por outro lado, outros cientistas apontam não só para a inaplicabilidade (ou a falta de espaço) para uma Teoria do Tudo, bem como, ainda mais radicalmente, afrontam a própria possibilidade de o *tempo* existir de maneira palpável, como um elemento físico, tal qual a matéria, ou ainda, tal qual o espaço. Neste grupo, que desabona a possibilidade de se desenvolver uma Teoria do Tudo, está o físico Stephen Hawking que, junto com Leonard Mlodinow, publicou *The Grand Design*. Cf. HAWKING, S.; MLODINOW, L. *The Grand Design*. New York: Bantam Books, 2010. Abordo tal tema, com mais profundidade, no ensaio *Considerações sobre as dimensões do tempo e as possibilidades das narrativas – (Re)leituras a partir da obra literária Caím*; texto ainda inédito.

tais esforços não se atualizam sem suspeitas, contraposições ou querelas (ainda mais fervorosas ou polarizadas do que as que surgem, noutros campos, a partir das tais “viradas”).

2.3 “Era uma vez...”

Assim sendo, para retomarmos os pontos mais centrais deste debate, recordaremos as lições de René Rémond, para quem as dimensões políticas estão inseridas nas práticas e nas causalidades dos acontecimentos sociais, em suas mais amplas e imbricadas condições. Então, eis que o cerne de uma entidade político-social ultrapassa as soluções e as edições postuladas em gabinetes de aparatos institucionais, pois, em verdade, é no seio das relações culturais; é na rua; na praça; na panela ou na ponta dos dedos que se perpassam e que se configuram os focos cruciais das relações políticas e sociais. Lembrando ainda que

[...] o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará, no entanto, a exercer alguma influência insuspeitada. [...] o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva. Um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha.¹⁴⁵

E foi nestes termos que René Rémond advogou por uma renovação da historiografia em sua dimensão de história política, posto que esta, inicialmente, fora amplamente censurada (e rechaçada) com a consolidação da Escola dos *Annales* (a partir de 1929). Uma vez que, *a priori* (ou assim como já foi muito bem provocado por Yves Lacoste, tendo dito que a “geografia serviria, primeiro, para se travar as guerras”), no entendimento dos historiadores ligados ao referido grupo de teóricos, a historiografia política, mormente, serviria para dar lastro ao capital da ‘história oficial’ de agentes e de grupos que (ao se proclamarem ou se elegerem como ‘heróis’) acostumaram-se a ser ‘eternizados’ como ‘vencedores’. Neste sentido, para além das linhas de René Rémond, o ‘retorno’ ao político propiciou que outras problematizações ganhassem terreno e fossem estudadas como formas de abordar os movimentos e as dinâmicas das sociedades políticas organizadas; assim, outros elementos que se consolidavam no seio das mesmas passaram a ter mais foco. Com o tempo, viu-se ganhar mais espaço e campo os estudos historiográficos que se dedicavam a uma aproximação com as artes (em seus aspectos visuais, cênicos e musicais), com a antropologia e com a literatura;

¹⁴⁵ RÉMOND, R. Do Político. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 449-450.

sempre tendo em vista as investigações políticas e sociais. Então, ainda com as lições Rémond, no tocante às tais transformações, deve ser ressaltado o quanto esta renovação foi

[...] estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. [...] É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência – encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para com ela como o ar de que ela precisa para respirar.¹⁴⁶

Tais realidades, em consideráveis medidas, derivam-se das experiências obtidas a partir de estudos realizados por cientistas sociais e políticos, por historiadores e por outros pesquisadores advindos dos mais intercambiáveis e multifacetados campos de atuação das ciências humanas, além dos demais críticos sociais, estes e aqueles, personagens da terceira geração dos *Annales*. Dito isso, e na medida em que se aprofundam os debates sobre tais temas, torna-se impossível não rememorarmos aquilo que aponta Michel de Certeau, na quarta parte de seu livro *A Escrita da História*, qual seja, no oitavo capítulo da referida obra, especificamente, no trecho intitulado de *O que Freud fez da História – A propósito de “Uma neurose demoníaca no século XVII”*. Construções que abrem a sessão *As Escritas Freudianas*:

Ter-se-ia pelo menos, graças à “clarificação” freudiana e porque esta se opera no terreno da história, um “modelo” científico tornando preciso o que nós chamamos de *interdisciplinaridade*? Este encontro permitiria definir as condições de uma diferença e de um confronto entre ciências afins, no caso, entre a história e a psicanálise. Por aí se ofereceria uma oportunidade de liquidar esta *interdisciplinaridade* frouxa que hoje se insinua nos interstícios dos campos definidos pelas ciências, que só se *aproveita* do seu jogo como de um espaço entre elas, vacante, incerto e inconfessável, ou que deixa a cada uma a facilidade de atribuir a outras o além de sua explicação. A interdisciplinaridade de que se poderia tratar busca antes apreender constelações epistemológicas que estão se dando um novo recorte de seus objetos e um novo estatuto de seus procedimentos... Mas Freud não escuta por esse ouvido.¹⁴⁷

Pois bem, nestes quadros, já em 1975, no mesmo ano em que *L'Écriture de l'Histoire* foi publicada pela *Édition Gallimard*, a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* passou a se estruturar com as dimensões de Universidade, tendo sua direção ficado a cargo de Jacques Le Goff. Na oportunidade, como exemplos, Le Roy Ladurie, Marc Ferro, ao lado de Paul-Michel Foucault, como dito, buscaram convalidar uma abordagem historiográfica assentada ainda mais nas vias descritivas do que nas prerrogativas quantitativas¹⁴⁸. Nestes cenários, as inovações nos campos das pesquisas e das escritas historiográficas causaram, consequentemente, novas querelas e outras adversidades. Um dos debatedores dessa nova

¹⁴⁶ RÉMOND, R. Uma história presente. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 29.

¹⁴⁷ CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 284.

¹⁴⁸ REIS, J. C. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 113.

historiografia política e cultural, François Dosse, a denominou de *História em Migalhas*¹⁴⁹; classificando-a como uma via de análise e de escrita historiográfica que apenas encarava de forma fragmentária os seus objetos de estudos. Fatos que, para Dosse, representariam tanto o ‘desencorajamento’ quanto o ‘desencantamento político’¹⁵⁰ e, em maior monta, ainda caracterizariam uma negação da proposta inicial lançada pelos *Annales*; que deflagraram, como projeto principal, a redação de uma ‘história total’ das sociedades políticas analisadas.

Por tais razões, no campo desses embates, surgiram defensores que buscaram legitimar não apenas o uso da literatura, mas também das demais manifestações artísticas das sensibilidades e dos pensamentos, como formas de se problematizar e de se investigar as relações sociais. Assim, a incorporação dessas disciplinas, principalmente a literatura, deu novas perspectivas para a interpretação da história social. Nestes campos, Roger Chartier designou três noções fundamentais para a efetivação dessa acepção: ‘representação’, ‘prática’ e ‘apropriação’. Estas três características, articuladas pelo historiador, visavam abordar o texto literário como mais uma das possibilidades de se buscar novos caminhos para a compreensão das tramas e das dimensões de uma organização social. Todavia, em tais procedimentos, seria importante que o pesquisador buscasse, através das variações de leituras, da maneira mais apurada e sóbria, alcançar os discursos imbricados, apropriados e praticados pelas diferentes formas que estes textos pudessem ser produzidos e vivenciados. Ou seja, através da análise da materialidade destes suportes, o pesquisador deveria se encontrar diante das possibilidades de interrogar as relações que as obras mantinham com o mundo social. Entretanto, tal caminho só se mostraria possível desde que fosse guardada a distância necessária da tentação de se reduzir os textos literários a um mero estatuto documental, haja vista a necessidade de se compreender, por exemplo, a instabilidade dos mesmos e as suas correlações com as condições de leitura silenciosa ou de interação social com as referidas narrativas, para que, enfim, se tornasse possível avançar com a tarefa de se pensar acerca das realidades socioculturais em que os tais textos alcançariam os seus públicos¹⁵¹.

A incorporação de novas disciplinas, como já foi dito e repetido, trouxe novas modalidades (ou novas possibilidades) para o exercício interpretativo da história social. Sobre tal matéria, também são memoráveis outras proposições lançadas pelo próprio Roger Chartier:

¹⁴⁹ DOSSE, F. *História em Migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

¹⁵⁰ DOSSE, F. 2003 apud REIS, J. C. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 113.

¹⁵¹ CHARTIER, R. História e Literatura. In: _____. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 259.

A existência de uma oposição entre o texto ora como “monumento” ora como “acontecimento” nos foi sugerida pela historiadora de literatura clássica Florecen Dupont num livro em que salienta a insuficiência das categorias tradicionalmente associadas à noção de literatura quando se deseja compreender de que maneira os textos eram produzidos [...].¹⁵²

E ainda problematizando acerca de tais questões, aponta o citado historiador:

Quais são estas noções fundamentais que constituem a “instituição literária”? Primeiramente, a identificação da obra com um texto escrito fixo, estabilizado e que, graças a esta permanência, presta-se à manipulação. Em seguida, a idéia de que a obra é produzida para um leitor – e um leitor que lê silenciosamente, para si e sozinho, ainda que esteja num espaço público. Em terceiro lugar, a caracterização da leitura como uma procura de sentido, um trabalho interpretativo, uma busca de significados. Os principais gêneros da literatura grega ou romana mostram que devemos nos distanciar destas três suposições para poder entender os motivos de suas elaborações, as modalidades de suas *performances* e as maneiras como foram recepcionados.¹⁵³

E, a esta altura dos debates, creio que também seja cabível a ressalva de que, neste estudo, avançamos com as lições alcançadas, por exemplo, a partir das obras de Raymond Williams, *Marxismo e Literatura*¹⁵⁴; *Cultura e Sociedade*¹⁵⁵ e *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*¹⁵⁶. Com o claro intuito e com os devidos cuidados de se pensar a ‘cultura’ não como um elemento exterior ou complementar a quaisquer ordens sociais. Pois, como já foi dito anteriormente, vemos tanto as condições ‘culturais’ quanto as dimensões ‘políticas’ como elementos essenciais de toda e qualquer sorte de sociedades inseridas no mundo social. Assim, a cultura tem papel fundamental na constituição político-social; aliás, percebe-se aí, tal como nos campos das narrativas, diante da metáfora das trigêmeas siamesas, ‘história, memória, ficção’, um tripé elementar daquilo que se entende por ‘civilização’ ou ‘mundo’, cujas funções e qualidades são, sem dúvida, reciprocamente influenciáveis.

Ademais, cabe ainda a ressalva de que, nesta pesquisa, por mais que nossos objetos históricos sejam os sertões, tendo em vista a contemporaneidade e a mística sertaneja, na obra de Ronaldo Correia de Brito; de fato, estes dados culturais também nos servem como ‘fontes’ para as observações de outros ‘fatos histórico-sociais’ decorrentes daquilo que, desde o início, nos referimos e mediamos como sendo os ‘dramas do contemporâneo’ ou as ‘crises das modernidades’. Desta forma, ainda acerca dos ‘objetos históricos’, do ‘fazer histórico’, de seus desdobramentos e de suas implicações, nos lembramos das considerações de Paul Veyne,

¹⁵² CHARTIER, R. *Do palco à página: publicar teatro e ler romance na época moderna (séculos XVI-XVIII)*.

Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 19.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

¹⁵⁵ Idem, *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

¹⁵⁶ Idem, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ao apontar para o fato de que “as coisas não são mais do que as objetivações de práticas determinadas, cuja determinação é necessário trazer a luz do dia”¹⁵⁷ ou, ainda, ao sintetizar que a história “[...] é a descrição do individual através dos universais”¹⁵⁸. Assim sendo, e para voltarmos aos debates propostos por Roger Chartier, nos valeremos das suas problematizações acerca destas ‘querelas sobre os universais’, pois, ao avançar com estas colocações de Paul Veyne; Chartier expõe que tal perspectiva, a respeito da História, em suma

[...] designa claramente uma das tensões mais importantes com a qual se defronta o conhecimento histórico, habituado a manejar, como se elas fossem evidentes, categorias aparentemente estáveis e invariáveis. Os objectos históricos, quaisquer que sejam, não são “objectos naturais” em que apenas variariam as modalidades históricas de existência. Não existem objectos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica [...] É apenas ao identificar as partilhas, as exclusões, as relações que constituem os objectos em estudo, que a história poderá pensá-los [...].¹⁵⁹

Dito tudo isso, cabem também as ressalvas de que, mesmo nos apropriando da ideia de ‘longa duração’, ou seja, ao termos em mente que alguns processos históricos se dão ao longo dos anos, das décadas, dos séculos, de nenhum modo, compactuamos com quaisquer projetos de ‘história imóvel’, ou de ‘objetos históricos naturais’, ‘universais’, ‘atemporais’ ou ‘imutáveis’. Aliás, por absorvermos boa parte das reconsiderações acerca da história cultural, principalmente as realizadas por François Dosse, é que, por hora, buscamos um ‘fazer histórico’ que problematize acerca do ‘desencanto’ ou do ‘desencorajamento político’, observando ‘as discontinuidades’, ‘as rupturas’ e ‘os fatos’; porém, sem acreditarmos nas fórmulas rígidas e universalizantes de um modelo que, ainda hoje, aproxima-se daquilo que pode ser encarado como uma matriz única “d’O fazer histórico” ou, pior, de uma matriz única da própria “História”, ou mesmo de uma espécie de motor/modelo universal teórico-metodológico da história, a partir dos quais, dicotomicamente, a história se daria de modo ‘contínuo ou descontínuo’, por meio de ‘rupturas ou de desdobramentos dos acontecimentos’.

Enfim, e como se busca deixar claro, temos a justa pretensão de um ‘fazer histórico’ que se materializa de modo politizado e engajado, nas peculiaridades de um ‘fazer histórico-filosófico’, tendo em vista algumas das urgências do nosso contemporâneo e de certas questões que nos são mais pontiagudas, mas, ainda assim, bem mais que desprezadas e negligenciadas; a saber, ‘as ditaduras das democracias liberais’ e os colapsos perceptíveis nos ‘acontecimentos’ que se dão ao longo dos dias vividos na crista das ondas das crises das

¹⁵⁷ VEYNE, P., 1978 apud CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 78.

¹⁵⁸ VEYNE, P., 1971 apud CHARTIER, R. op. cit., p. 78.

¹⁵⁹ CHARTIER, R. op. cit., p. 78.

modernidades. Então, daremos vazão às nossas especulações, aos nossos diálogos, aos nossos exercícios de interpretação das realidades, por meio das nossas *poésis* historiográficas. E, redirecionando o foco do debate, mais uma vez, para as questões teórico-metodológicas, nos apropriamos de Chartier, em seus diálogos com Paul Veyne, ao sintetizar que: Ao identificar as partilhas, as exclusões, as relações que constituem os objetos em estudo é que a história pode, então, pensá-los; não como figuras circunstanciadas de uma categoria supostamente universal, mas, pelo contrário, como constelações individuais ou mesmo particulares¹⁶⁰.

Exemplificando tais dinâmicas podemos citar uma passagem de *Lua Cambará*¹⁶¹. Conto que remonta ao mito popular nordestino; adaptado, tantas vezes, para os mais variados suportes artísticos, desde espetáculos de dança até o cinema, e muitas vezes por inspiração desta versão de Ronaldo Correia de Brito, publicada no livro *Faca*¹⁶². Na referida obra pode-se ler: “[...] Na frente, quatro pedestais de mármore de Carrara, encimados por quatro estátuas de mesmo mármore e procedência. As quatro estações representadas por elas sobravam em duas na compreensão do povo, que só conhecia inverno e verão [...].”¹⁶³ Assim, avançamos com as questões levantadas por Chartier; que nos apropriaremos para a reelaboração das mesmas:

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando.¹⁶⁴

Assim, mesmo que, ‘subjettivamente’, as ‘quatro estações’ restem em duas para os sertanejos que só conhecem o ‘inverno’ e o ‘verão’, a Terra, em sua dança cósmica, continua com o seu ciclo astronômico e, ‘objetivamente’, a superfície dela continua vivenciando (em ambos os hemisférios) as tais ‘quatro estações’, com seus dois solstícios e seus dois equinócios, ano após ano, sem falhas ou faltas, sem as necessidades de ‘interpretações’ ou da efetiva ‘consciência’ das particularidades antropológicas (ou antropomorfizadas), para que se faça perceber, enfim, a ‘existência’ das matrizes do que pode ou não ser ‘representado’¹⁶⁵.

¹⁶⁰ VEYNE, P., 1971 apud CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 78.

¹⁶¹ BRITO, R. C. de. Lua Cambará. In: _____. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 139-169.

¹⁶² Idem, *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

¹⁶³ Idem, Lua Cambará. In: _____. op. cit., p. 144.

¹⁶⁴ CHARTIER, R. op. cit., p. 27.

¹⁶⁵ Oportunamente, e sem inaugurar mais um capítulo para quaisquer discussões intermináveis, ainda vejo a necessidade de ressaltar, ao menos em nota, os meus distanciamentos de certos entendimentos, ou até mesmo o meu ‘preconceito’, inicial, em relação aos termos (e as impressões que me causavam) a tal da ‘teoria da

Logo, é bem mais que claro que, mesmo sendo os tais dados (e não só os geográficos ou os estatísticos) preponderantemente ‘objetivos’, de fato, por nascerem em terrenos culturais os mesmos serão amplamente “contaminados” por questões ‘subjetivas’, do mesmo modo que, e tendo em vista os procedimentos da racionalidade, nas ditas ‘ciências humanas’, em muito, os meios como os mesmos serão abordados também estão amplamente condensados por matrizes de ‘subjetividades’. E, acerca dessas relações, as teses das representações sociais acrescentam várias vias de intermediações ao lançar luz sobre tal terreno, promovendo avanços inegáveis.

A ideia de representação social é cada vez mais recorrente em trabalhos das mais distintas áreas do conhecimento (não só nas artes, nas ciências humanas ou nas ciências sociais aplicadas), situação que reforça a necessidade de se pensar, mais a fundo, acerca do que se trata a tal *Teoria das Representações Sociais*¹⁶⁶, para além das propostas de Roger Chartier. Pois, desde a sua ascensão, por meio da psicologia social, a teoria das representações

representação social’; aliás, querela que já foi, devidamente, superada. Explico melhor, as minhas aversões às ideias de ‘adequação’ ou mesmo de ‘representação’, de fato, remontam às suas raízes filosóficas e dão os seus frutos, mais espinhentos, nas noções de ‘arte enquanto representação’; tendo em vista as questões apontadas, por exemplo, pelo filósofo Nicola Abbagnano e que estão materializadas nas elucidações lançadas, a contento, no verbete *Adequação*: “Um dos critérios de verdade, mais precisamente aquele segundo o qual um conhecimento é verdadeiro se está adequado ao objeto, isto é, se lhe é apropriado e correspondente de tal modo que reproduz o mais possível a sua natureza. [...] A noção de adequação (ou acordo, ou conformidade, ou correspondência) é pressuposta e empregada por muitas filosofias, mais precisamente por todas as que consideram o conhecimento como uma relação de identidade e semelhança [...]” Problemas que (para além das ‘fissuras da linguagem’) ainda trazem as suas raízes mais profundas dos entendimentos formulados nas relações da metafísica, enquanto campo dos idealismos transcendentais, tais quais, os que se apresentam nas ideias de que: “[...] As coisas naturais, cuja ciência nosso intelecto recebe, são a *medida* do intelecto, visto que este possui a verdade só na medida em que se conforma às coisas. As próprias coisas são, por sua vez, *medidas* pelo intelecto divino, no qual subsistem suas *formas* tal como as formas das coisas artificiais subsistem no intelecto do artífice. Deus, portanto, é a verdade suprema porquanto o seu entendimento é a medida de tudo o que é e de todos os outros entendimentos [...]” Cf. ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 16. E ainda acerca da ‘representação’, nas mesmas fontes, podemos apontar para as seguintes linhas como justificativas das suspeições já superadas: “Vocábulo de origem medieval que indica *imagem* ou *idéia*, ou ambas as coisas. O uso desse termo foi sugerido aos escolásticos pelo conceito de conhecimento como ‘semelhança’ do objeto. ‘Representar algo’ – dizia Thomas de Aquino – ‘significa conter a semelhança da coisa’ [...]. Ockham distinguia três significados fundamentais: ‘[...] Em primeiro lugar, designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa. Em segundo lugar, por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar. Em terceiro lugar, por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento’. [...] Esses são, na realidade, todos os possíveis significados do termo, que voltou a ter importância com a noção cartesiana de *idéia* como ‘quadro’ ou ‘imagem’ da coisa e foi difundido sobretudo por Leibniz, para quem a *mônada* era uma representação do universo. [...]” Cf. Ibidem, p. 1007. Em suma, ao longo do texto avanço, conforme as atuais possibilidades, nos referidos debates, suas variáveis e nos meus posicionamentos e apropriações de tais noções.

¹⁶⁶ A atualização do presente trecho tem como epicentro o artigo de Robert Farr, acerca do tema e suas trilhas. Cf. FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.31-59. Além do mais, tendo em vista os intuítos iniciais, de se pensar acerca das relações entre o ‘universo feminino’ e o ‘universo masculino’, a partir das obras de Ronaldo Correia de Brito, e por mais que tais caminhos não sejam perseguidos nesta pesquisa, para estes debates, acerca das ‘representações sociais’, também nos amparamos no estudo de Ângela Arruda, *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*. Cf. ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

se faz perceber, vivamente, desde a antropologia até a sociologia, bem como na história das mentalidades ou nas vastas fronteiras da história cultural; e não que as suas incursões se encerrem nos limites dos domínios citados. Em primeiro plano, cabe ressaltar que o seu passado mais remoto nos leva aos debates travados a partir da década de 1960, quando o crescente interesse pelos campos do ‘simbólico’ fizeram os pesquisadores, cada vez mais, ampliar os seus estudos a partir das noções de ‘imaginário’ ou mesmo da ‘consciência’. Logo, as raízes da ‘representação social’ se expandem pelos mesmos solos em que florescem as ideias e as teorias sobre a ‘memória social’, sendo que as tais sementes (inicialmente rechaçadas) se tornariam árvores (com frutos e novas espécies) a partir da década de 1980.

Neste caso, o conceito de representação social, que nos remete aos estudos de Durkheim, alcança o arcabouço de ‘teoria’ a partir das pesquisas de Serge Moscovici, nos campos da psicologia social; com elaborações que foram retomadas (e aprofundadas) por Denise Jodelet. Desde então, a ‘teoria das representações sociais’ foi incorporada aos mais distintos modos de narrativas sociais, alcançando, inclusive, outros campos de pesquisa para além das humanidades. Por exemplo, podemos citar estudos sobre o meio ambiente ou mesmo sobre a saúde coletiva; ocasiões em que, não raramente, tal ‘teoria’ se apresenta com particularidades e especificações referentes aos tais cenários. Contudo, antes de um breve relato das teses centrais de Moscovici e Jodelet, faz-se necessário pontuar que a psicologia social busca mediar com as representações sociais, principalmente, a partir da relação ‘indivíduo-sociedade’; ou seja, a partir dos pontos de vista e das formulações de tais saberes, de seus objetivos e de seus objetos de estudos, intermediados através da cognição. Então, podemos sintetizar que a psicologia social leva em consideração a busca por modos de pensar sobre como os indivíduos e os grupos sociais edificam os conhecimentos a partir das suas inscrições sociais, culturais, políticas, bem como, nas medidas em que as sociedades desvelam (ou mesmo cerceiam) e estruturam estes conhecimentos, junto com os sujeitos e com grupos sociais que as compõem. Pois, é desta interação entre sujeitos e sociedades que se estabelecem os contornos e os horizontes possíveis às bem sabidas realidades sociais. Mosaicos consolidados por meio das linguagens ou através das demais comunicações sociais.

Neste sentido, assim como outras contribuições importantes, com claros sintomas de contemporaneidade, tal ‘teoria’ não coincide completamente com o seu tempo, e contraria os paradigmas dominantes nos idos da década de 1960, tanto na psicologia quanto nas ciências sociais. E tendo em vista o ‘solo nativo’ da ‘teoria das representações sociais’, ou seja, a psicologia social, sabe-se que a psicologia da época exaltava o behaviorismo, com seu ‘imperativo experimental’ ditando o tom do que haveria de ser considerado como ‘científico’;

não obstante aos fatos de que as ‘crises’ de tais ‘paradigmas’, quer seja nas humanidades, quer seja nas ciências sociais aplicadas, inegavelmente, já estivessem semeadas ou anunciadas, desde então. Em suma, a matriz de tal teoria se encontra na obra de Moscovici, *La Psychanalyse, son image et son public*, editada em 1961. Serge Moscovici, em suas pesquisas, se debruça sobre fatos e objetos delimitados por um claro teor subjetivista, de sorte que estes, por regra, eram mediados indiretamente. Assim, Moscovici empregava em seus estudos métodos estranhos à psicologia da época, pois, como se faz perceber, para avançar em suas pesquisas, o autor dependia de um vasto esforço ‘interpretativo’, incomum aos padrões das ciências comportamentais em meados do século XX. Ao passo que, nas ciências sociais, a interpretação (dogmática) do marxismo, cristalizada na relação (ou na subordinação) do desenvolvimento superestrutural aos pilares da infraestrutura, de fato, cerceava (ou mesmo inviabilizava) a autonomia dos atores e dos promotores das tramas tecidas nas superestruturas.

No entanto, como relembra Denise Jodelet¹⁶⁷, com a circulação das teses de Althusser, e a inclusão das discussões dos ‘aparelhos ideológicos do Estado’, nestes quadros, cada vez mais se encontraram ampliados os debates acerca da diversidade (ou da multiplicidade) da produção de pontos de vista no seio de um mesmo grupo (ou classe social), assim, dilatando ou mesmo criando interpretações heterodoxas em relação ao ‘determinismo da infraestrutura’, a partir do materialismo histórico-dialético de Engels e Marx. E, como ressaltam as discussões de Emir Sader ou mesmo de Herbert Marcuse, nota-se que o período que se estende do final da década de 1960 e vai até o princípio dos anos 80, como dito por Sader, trouxe à cena “novos personagens”. E é nestes termos que Marcuse se interroga acerca de qual o potencial ‘revolucionário’ – capaz de suprir a lacuna deixada pelo ‘estado de bem-estar social’ e o arrefecimento das mobilizações promovidas pelo ‘proletariado’ – que poderia ser encontrado na ascensão de movimentos feministas, estudantis ou de luta por direitos civis e de inclusão social, promovidos por afro-descentes nos Estados Unidos. Além do mais, também se fazem notar os novos impactos causados por tais atores sociais, dado os fatos de que estes grupos, rompendo com paradigmas e perspectivas instituídas, ao apresentarem as suas demandas incutiam (tanto nas ciências, quanto nas sociedades) novos conceitos que passaram a incorporar as análises e as interpretações de tais realidades; retomando, assim, a urgência de se repensar as ‘categorias’ e os ‘processos de conhecimento’, ou os ‘valores sociais’ para se encarar as atuais condições instauradas com o aparecimento destes novos movimentos sociais.

¹⁶⁷ JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

E ainda no tocante as inovações semeadas com as ‘representações sociais’, o trabalho de Serge Moscovici apresenta, sistematicamente, uma revalidação do ‘senso comum’, da ‘sabedoria popular’, do ‘conhecimento’ forjado no ‘cotidiano’ ou, nos termos de Berger e Luckmann¹⁶⁸, do “conhecimento pré-teórico”. Pois, se tais ‘modalidades de saberes’ – seja no campo da psicologia ou das ciências sociais –, costumeiramente, foram ‘classificados’ como ‘vagos’, ‘instáveis’, ‘confusos’, Moscovici também os reabilita a partir do questionamento da ‘racionalidade científica’; opondo-se às ideias de que as pessoas comuns, ou os promotores e os detentores do ‘senso comum’, formulariam, consolidariam e circulariam tais ‘saberes’ de modo irracional. No campo da ‘teoria das representações sociais’ nota-se, desde a referida ‘obra inaugural’, a ofensiva contra as velhas barricadas ou a busca por superação dos limites pré-estabelecidos com as clássicas dicotomias: ‘razão e senso comum’, ‘razão e sensibilidade’, ‘sujeito e objeto’. A partir de tais discursos, reforça-se o fato incontestável de que as realidades são construídas socialmente, logo, os saberes (científicos e populares) também são construções de tais sujeitos (ou grupos); mesmo que não seja, assim, debelada a crucial implicação dos limites percebidos em suas ‘inscrições sociais’. Na gênese de tal teoria, Moscovici apresenta uma ‘psicossociologia do conhecimento’, com firme amparo sociológico, contudo, dando ênfase aos aspectos ‘subjetivos’ e ‘cognitivos’. Ademais, consoante às teses de Moscovici, nenhuma consciência se encontraria livre dos condicionamentos sociais inscritos pelas ‘representações’ inerentes ao seu tempo-espaço¹⁶⁹.

Aliás, este também é o entendimento de Jodelet¹⁷⁰, qual seja, de que a ‘representação’ se consolida a partir das práticas dos atores sociais (individuais ou coletivos) circunscritos pelas particularidades de seu ‘espaço’ e ‘tempo’, surgindo desta amálgama a consolidação das matrizes para a mediação com um dado objeto. Em sua obra, Jodelet trabalha com três vetores constituintes das representações: a cultura; a comunicação social e as perspectivas relativas aos níveis socioeconômicos, institucionais, educacionais e ideológicos de cada sujeito ou grupo. Com as palavras de Jodelet, podemos ler que as ‘representações sociais’ se atualizam como “[...] uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”¹⁷¹ Assim, a ‘teoria das representações sociais’ permite que os pesquisadores passem a mediar com conceitos (geralmente de ordem cultural) a fim de se problematizar temas que

¹⁶⁸ BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado e sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1996.

¹⁶⁹ MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.37.

¹⁷⁰ JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

¹⁷¹ Ibidem, p. 22.

tenham desdobramentos nos campos das ‘práticas sociais’, sobretudo salientando as suas multiplicidades de dinâmicas ou mediações, bem como a inerente diversidade de vozes ou de elaborações possíveis em tais dimensões; em oposição ao ‘objetivismo racional’.

E é também acerca disso que Newton da Costa fala com sua ‘teoria da quase-verdade’; bem como, Adorno e Nietzsche, cada qual aos seus modos, se posicionam nestes debates:

Não é mais possível afirmar que o imutável é a verdade e que aquilo que é movido, perecível, é a aparência, ou seja, não é mais possível afirmar a indiferença recíproca entre o temporal e as idéias eternas; e isso nem mesmo seguindo a explicação hegeliana audaciosa de que o ser-aí temporal serve ao eterno em virtude da aniquilação inerente ao seu conceito, um eterno que se apresenta na eternidade da aniquilação.¹⁷²

Nos limites destes confins e confrontos, ou seja, a respeito do que é crível e sobre a natureza daquilo que nos valem, para muito além de ‘narrativas historiográficas’, Nietzsche, uma das grandes matrizes do pensamento não só de Michel Foucault, bem como de outros críticos da modernidade, avançando nas configurações da constelação abordada, ainda aponta:

O que é uma palavra? A figuração de um estímulo nervoso em sons. [...] Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem. [...] Todo conceito nasce por igualação do não-igual. [...] o conceito [...] é formado pelo arbitrário abandono das diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação [...]. A desconsideração do individual e efetivo nos dá o conceito, assim como nos dá também a forma [...]. O que é verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que são, metáforas que se tornam gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.¹⁷³

Realmente, estas discussões sobre ‘cientificidade’, ‘dureza’, ‘conhecimento asséptico’, ‘verdade’ ou mesmo sobre o “Real”, principalmente quando travadas para além dos campos das ‘ciências duras’, sempre trazem a lembrança do quanto, nestes campos ‘exatos’ ou ‘naturais’, tais debates já se dão, há tempos, em outros termos. Mais uma vez nos remetemos às considerações do professor Newton da Costa e, igualmente, àquilo que já expôs o neurocientista e psicólogo Timothy Leary; segundo os quais, o conceito de ‘realidade’ depende da mente da pessoa que a percebe, como habilmente descrito por Leary, ou ainda, como lecionado por Newton da Costa, ao explicar sobre as necessidades de problematizar, matematicamente, acerca das noções e das implicações científicas de algo vir a ser

¹⁷² ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 299.

¹⁷³ NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 55-57.

considerado como ‘quase verdadeiro’ ou ‘quase falso’, também explicita que: “Por exemplo, a Teoria Quântica de Campos não pode ser interpretada por refletindo exatamente a Realidade, primeiro porque eu não sei qual é a Realidade e nunca vou saber direito como ela é [...]”. Nesse sentido, ainda em suas formulações sobre os limites e as aptidões das ‘ciências’, aponta o ilustre mestre e estudioso de lógica (em suas dimensões matemáticas e filosóficas), lembrando-se das lições de Gochet (filósofo suíço), que, “em Ciência, nós marchamos não de realidade em realidade, mas de horizonte de realidade em horizonte de realidade”; e, completando com suas próprias palavras, afirma que “[...] não marchamos de certeza em certeza, mas de horizonte de certeza em horizonte de certeza.” Em suma, Newton da Costa, acerca da ‘realidade’ e das suas percepções, assim pondera: “As teorias hoje não são verdadeiras no sentido de constituírem retratos do Real. Elas traçam como que uma caricatura do Real, digamos assim, ou um esquema, elas são quase verdadeiras.”¹⁷⁴

Ademais, ainda sobre este tema, são notáveis as lições de Mario Novello, publicadas na *Scientific American Brasil*, em novembro de 2010, com artigo intitulado de *Desconstrução da Realidade Objetiva*¹⁷⁵. Mas, por hora, trabalharemos com outras lições que também são cabíveis, no caso, com elucidações de Leonard Mlodinow e de Stephen Hawking:

[...] A maioria acredita que haja uma realidade objetiva, e nossos sentidos e nossa ciência transmitem diretamente informações sobre o mundo material. A ciência clássica se baseia na crença de que existe um mundo externo cujas propriedades são definidas e independentes do observador que as percebe. Na filosofia, essa crença se chama realismo. [...] A nosso ver, não existe nem quadro nem conceito que seja independente de uma teoria da realidade. Em vez disso, adotamos a visão que chamamos de realismo dependente de modelo: a ideia de que uma teoria física ou representação do mundo é um modelo (geralmente de natureza matemática) e um conjunto de regras que conectam os elementos do modelo a observações. De acordo com o realismo dependente de modelo, não faz sentido perguntar se um modelo é real, e sim apenas se ele está de acordo com a observação. Se dois modelos estiverem de acordo com a observação, nenhum deles será considerado mais real que o outro. Uma pessoa pode usar qualquer modelo que seja mais conveniente na situação considerada.¹⁷⁶

Dito isso, e retomando o debate sobre a ‘teoria das representações sociais’, ressalta-se que a mesma parte da prerrogativa de que existem vias distintas de se mediar e de se elaborar acerca do conhecimento. Aliás, concentrando o foco nas tensões entre o ‘universo científico’ e o ‘universo popular’, poderíamos acrescentar que estas são fórmulas que não devem ser

¹⁷⁴ DA COSTA, N. C. A. Transcrição da entrevista com o Prof. Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa – Águas de Lindóia, 12 de outubro de 1991. História da Ciência (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). Entrevista realizada por: Eliane Morelli Abrahão. Disponível em: <<http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/enewton2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

¹⁷⁵ NOVELLO, M. Desconstrução da Realidade Objetiva, *Scientific American Brasil*, n. 102, p. 28-31, nov. 2010.

¹⁷⁶ HAWKING, S.; MLODINOW, L. A (esquiva) Teoria do Tudo, *Scientific American Brasil*, n. 102, nov. 2010, p. 25-26.

estanques, e que não devem ser encaradas como perspectivas antagônicas, ou abordadas como se, ambas, produzissem sentidos (ou conhecimentos) opostos (como já dito por Karl Popper e por Boaventura de Sousa Santos); ou seja, são construções que se consolidam com interesses e com procedimentos distintos. Em outras palavras, talvez uma forma mais madura de se mediar com as realidades surja, justamente, da amálgama destas duas perspectivas; apresentadas pela ‘teoria da representação social’ nos termos de ‘consensual’ e ‘científica’. E, ainda de nossa parte, reconhecemos que, em ambas, os problemas centrais nos remetem aos mesmos epicentros; ou seja, tanto àquilo que Nietzsche elabora acerca do ‘impulso moral em busca da verdade’; bem como, aos problemas relativos aos usos (e desusos) do complexo órgão social que se apresenta sob os signos e nas práticas que se definem como ‘linguagem’.

E, consoante ao entendimento que se estabelece nos pilares da ‘teoria da representação social’, o conhecimento ‘consensual’ e o conhecimento ‘científico’, cada qual aos seus modos, geram os seus próprios ‘universos’. Porém, cabe salientar que, de um modo saudável, tais diferenças não se fariam por meio de qualquer tipo de hierarquização ou isolamento, mas tão somente por conta de seus objetivos e suas práticas se efetivarem com formas distintas. Por mais que, em muitas situações, infelizmente (e não somente a partir do ‘objetivismo racional científico’), percebam-se vários esforços para se transformar os tais ‘campos de diversidades’ em modalidades de ‘campos hegemônicos’, com movimentos (ou dispêndios de energia) desnecessários, posto que estes sempre se atualizaram como ‘tentativas’ (uma vez que qualquer espécie de ‘hegemonização’, até então, só se deu como ‘processo’ ou ‘tentativa’) e com um caráter de antagonismo tão realçado quanto as suas raízes comuns (e suas problemáticas), em ambas modalidades de elaborações, não foram efetivamente enfrentadas.

No entanto, avançando com as matrizes da ‘teoria das representações sociais’, percebe-se que o ‘universo científico’ se atualiza nos corredores da erudição, a partir das suas teses, suas teorias e seus dogmas, principalmente, por meio dos seus discursos técnicos e das demais nuances deste tipo de ‘linguagem’ e das suas estratificações (por exemplo, nas quais as ciências naturais e exatas consolidam-se com mais “legitimidade e rigor” do que as demais formas de “conhecimentos científicos”). Ao passo que o ‘universo consensual’ se consolida, sobretudo, nos limites da conversação informal, na oralidade, no cotidiano das relações populares. Por mais que, inegavelmente, e como salta até mesmo do termo ‘teoria’, tantas vezes repetido até aqui, as suas ‘inscrições’ também se deem por meio dos campos acadêmicos, ou seja, com a tal erudição, mesmo que com grandes respaldos do ‘universo popular’. Neste sentido, evidencia-se que, apesar de suas perspectivas distintas, ambas são legítimas, eficazes ou até mesmo fundamentais para a consolidação da condição humana;

mesmo que, ainda assim, não se possa negar o fato de que, para um mergulho mais proveitoso (e menos arriscado) no ‘universo científico’, faz-se necessário o domínio da referida linguagem e a familiaridade com seus arcabouços e pressupostos teóricos. No sentido oposto, quanto ‘ao universo consensual’, os saberes estão consolidados na ‘linguagem coloquial’, nos códigos comuns a maioria dos sujeitos sociais de um determinado recorte espaço-temporal. De sorte que, por mais que tal ‘inscrição’, como dito, também possa se atualizar por meio da erudição acadêmica, esta não a restringe, nem a sequestra, como se faz perceber no ‘universo científico’. Então, no campo ‘consensual’, pode-se perceber uma multiplicidade maior de vozes propagadas por amálgamas de detentores tanto das nuances da ‘sabedoria’ quanto dos aspectos ‘populares’; com sujeitos capazes de mediar com uma gama muito mais vasta de temas e assuntos. Fato que, por regra, não ocorre nos meios mais rígidos dos ‘saberes científicos’, nos quais as especificidades e as falas promovidas por ‘especialistas’ delimitam o universo de possibilidades acerca de ‘onde se fala’, para ‘quem fala’ e de quem ‘pode falar’.

Como se faz perceber, a teoria da representação social não aparta o sujeito do contexto e nem contesta a subjetividade na construção do saber; levando em consideração outras matrizes fundamentais aos processos culturais. E no caso da ‘memória’, Jô Gondar¹⁷⁷ salienta que “[...] as representações são apenas uma parte: aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade.”¹⁷⁸ Assim, a memória é vista como processo, um quadro-móvel-circular¹⁷⁹:

[...] é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, modos de querer, pequenos gestos, práticas de si, ações políticas inovadoras. [...] Podemos articular o afeto e a representação na produção da memória como partes integrantes de um mesmo processo. [...] Essa invenção se propaga, se repete e transforma-se em hábito. A partir desses hábitos, os homens se tornam semelhantes.¹⁸⁰

Uma representação social “[...] é algo mais que uma idéia genérica e instituída que se impõe a nós: todas as representações são inventadas e somos nós que as inventamos, valendo-nos de uma novidade que nos afeta e de nossa aposta em caminhos possíveis.”¹⁸¹ Claro, sem deixar de lembrar que ‘ingenuidade’, em qualquer modalidade, é algo que se deve evitar constantemente; logo, é inevitável salientar que as representações sociais também podem vir a ser ‘inventadas’ por caminhos e a partir de apostas alheias. Reconhecendo, assim, não só o

¹⁷⁷ GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 24.

¹⁷⁹ Com tal ‘quimera’ (também inspirada nos paradoxos de Kurt Gödel), fazemos menção aos ‘quadros’ de Maurice Halbwachs, e as incontestâncias das questões sociais, bem como aos aspectos de ‘mobilidade’ (ou de constante reformulação) e de ‘circularidade’ que remetem, por exemplo, às teses de Geertz e Carlo Ginzburg.

¹⁸⁰ GONDAR, J. op. cit., p. 25.

¹⁸¹ Ibidem.

papel da linguagem e da cultura na ‘estrutura’ e na ‘organização’ dos ‘pensamentos socialmente compartilhados’; bem como as participações e as demonstrações de força dos aparatos sociais, tão atuantes nestes processos de ‘invenção (de caminhos e de apostas) das representações’. De sorte que, com maior ou menor coerção (ou sutileza) aplicada aos sujeitos por parte dos pilares da bem sabida ‘estrutura’, consolidam-se os mais variados sistemas de ‘classificação’, de sons, de aromas, de texturas e de todas as possibilidades sensoriais. Ademais, em sociedades audiovisuais, as imagens (mesmo que mentais), atuam, efetivamente, nos processos de ‘descrição’ ou de ‘classificação’; por meio das quais as construções culturais circulam pelas sociedades, dos mais variados modos, ao longo dos espaços-tempos possíveis.

E o mesmo vale para as ‘representações’, as ‘classificações’, as ‘descrições’ e os demais saberes do ‘campo científico’; posto que tais possibilidades implicam na construção de sistemas prévios de conceitos, noções, teorias, imagens e até mesmo dimensões estéticas. Aliás, acerca das ‘dimensões estéticas’ nas ciências (e suas implicações, inclusive, de fundo teológico, monoteísta, judaico-cristão), as considerações a respeito de *Um Universo Elegante*¹⁸² exemplificam muito bem essa situação. Assim sendo, seja por meio dos saberes populares, seja por meio dos saberes científicos; os conhecimentos construídos político-culturalmente se consolidam através de uma estruturação (ou mesmo de uma estratificação)

¹⁸² “[...] Durante milênios, magos e filósofos, crentes e céticos, artistas e cientistas vêm tentando decifrar o enigma da existência, convencidos de que a incrível diversidade do mundo natural tem uma origem única, que a tudo engloba. A essência dessa busca é a convicção de que, de alguma forma, tudo está interligado, de que existe uma unidade conectando todas as coisas. [...] Para representar esta unidade, a maioria das religiões invoca uma entidade divina que transcende os limites do espaço e do tempo, um ser com poderes absolutos que criou o mundo e que controla, com maior ou menor arbítrio, o destino da humanidade. [...] Não muito longe dos templos, em universidades e laboratórios, cientistas tentam explicar as várias facetas do mundo natural a partir de uma noção surpreendentemente semelhante: que a aparente complexidade da Natureza é, na verdade, manifestação de uma unidade profunda em tudo o que existe. [...] Neste livro, veremos que a crença numa teoria física que propõe uma unificação do mundo material – um código oculto da Natureza – é a versão científica da crença religiosa na unidade de todas as coisas. Podemos chamá-la de “ciência monoteísta”. Alguns dos maiores cientistas de todos os tempos, Kepler, Newton, Faraday, Einstein, Heisenberg e Schrödinger, dentre outros, dedicaram décadas de suas vidas buscando por esse código misterioso, que, se encontrado, revelaria os grandes mistérios da existência. [...] A teoria, de uma elegância matemática extremamente sedutora, deu passos importantes em direção a uma teoria unificada, se bem que, como veremos, continua longe do seu objetivo. Milhares de mentes brilhantes continuam tentando aprimorá-la, enquanto outras trabalham em teorias rivais. Todas as teorias de unificação baseiam-se na noção de que quanto mais profunda e abrangente a descrição da Natureza, maior o seu nível de simetria matemática. [...] Ecoando os ensinamentos de Pitágoras e Platão, essa noção expressa um julgamento estético de que teorias com um alto grau de simetria matemática são mais belas e que, como escreveu o poeta John Keats em 1819, “beleza é verdade”. Porém, quando investigamos a evidência experimental a favor da unificação, ou mesmo quando tentamos encontrar meios de testar essas ideias no laboratório, vemos que pouco existe para apoiá-las. Claro, a ideia de simetria sempre foi e continua sendo uma ferramenta essencial nas ciências físicas. [...] O problema começa quando a ferramenta é transformada em dogma. Nos últimos cinquenta anos, descobertas experimentais têm demonstrado consistentemente que nossas expectativas de simetrias perfeitas são mais expectativas do que realidades. Mesmo que, inicialmente, minha mudança de perspectiva tenha sido bastante difícil e mesmo dolorosa, aos poucos fui reorientando minha pesquisa numa nova direção [...]” Cf. GLEISER, M. *Criação imperfeita: cosmos, vida e o código oculto da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 15-16.

da ‘memória coletiva’. No mesmo movimento, ‘os conhecimentos’ também se atualizam a partir de circuitos de reprodução das linguagens que, invariavelmente, refletem os entendimentos anteriormente consolidados. Porém, por outras vezes, estes processos ainda se fazem notar com o levantar das tais âncoras, ocasiões em que o conhecimento se permite velejar pelos oceanos mais contemporâneos de possibilidades que o ‘devir’ consolida como presente e atual (por mais utópicos que possam parecer aos mais céticos); rompendo com certas tradições e atualizando novas invenções mais condizentes aos seus próprios tempos. Grandes avanços são alcançados com estas ‘rupturas’; seja por meio de saberes populares, seja por meio de saberes científicos, ao redor dos conhecimentos construídos culturalmente.

E, nestes campos, ainda nos cabe destacar que as dimensões e as potências das representações não se limitam aos domínios de suas origens sociais (por mais que, de fato, também sejam influenciadas tanto por estes, quanto por quaisquer vetores de ordem cultural); pois dependem das possibilidades de serem atualizadas, compartilhadas e fortalecidas através das ‘tradições’. Assim, a ‘ancoragem’ e a ‘objetivação’ se fazem entender como duas vias para se consolidar/interpretar as memórias. A primeira é responsável pelo movimento das memórias: “[...] está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com o tipo e os rotula com um nome.” Ao passo que a segunda nos leva

[...] para fora (os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. [...] Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.¹⁸³

De fato, avançaremos (como se fizer possível) com os debates sobre as ‘memórias’, a seguir. Contudo, ainda acerca destes processos de ‘representações’, ‘classificações’, ‘descrições’ e das demais possibilidades de consolidação dos saberes, em ambos ‘campos do conhecimento’, como já mencionado, nos retornam as lembranças de outros argumentos (inscritos em tais dimensões) e das presentes elaborações promovidas por Friedrich W. Nietzsche; ao longo dos seus comentários *sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*:

Enquanto cada metáfora intuitiva é individual e sem igual e, por isso, sabe escapar a toda rubricação, o grande edifício dos conceitos ostenta a regularidade rígida de um columbário romano e respira na lógica aquele rigor e frieza, que são da própria matemática. Quem é bafejado por essa frieza dificilmente acreditará que até mesmo o conceito, ósseo e octogonal como um dado e tão fácil de deslocar quanto este, é somente o resíduo de uma metáfora, e que a ilusão da transposição artificial de um estímulo nervoso em imagens, se não é a mãe, é pelo menos a avó de todo e qualquer conceito. No interior desse jogo de dados do conceito, porém, chama-se

¹⁸³ MOSCOVICI, S. *Representações Sociais*: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003, p.63-78.

“verdade” usar cada dado assim como ele é designado, contar exatamente seus pontos, formar rubricas corretas e nunca pecar contra a ordenação de castas e a seqüência das classes hierárquicas.¹⁸⁴

Problematizações que se ligam, diretamente, aos levantamentos realizados por Clifford Geertz, na obra *A interpretação das culturas*. A partir das quais, de saída, julgamos cabíveis os apontamentos de que o termo ‘interpretações’, ao invés do uso no singular, nos pareça soar melhor e de forma mais natural; porém, Geertz, com precisão e procedência, destaca que o etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social, “ele o anota”. Diz o autor, “[...] ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente.”¹⁸⁵ Neste sentido, Clifford Geertz estabelece um diálogo com Paul Ricoeur, de quem toma emprestada a ideia de ‘inscrição da ação’ (que lhe é apropriada de modo amplamente autoral). E, indo além, também relembra da resposta que Ricoeur apresenta, acerca da pergunta “o que é a escrita fixa?”:

[...] não é o evento da fala, mas o “dito” da fala, isto é, a exteriorização intencional constitutiva do par “evento-significação”. O que escrevemos, o que inscrevemos é o *noema* do acto de falar, a significação do evento linguístico, e não o evento enquanto evento. A inscrição, apesar dos perigos que mais tarde evocaremos, seguindo Platão, na segunda parte deste ensaio, é a destinação do discurso. Só quando o *sagen* – “dizer” – se tornou *Aus-sage* – enunciação – só então é que o discurso se realizou como discurso, na plena expressão da sua dialéctica nuclear.¹⁸⁶

E para além das questões decorrentes dos debates sobre as ‘substâncias’ ou as buscas por ‘significados’, bem como das problemáticas do que se pretende apontar como ‘fixo’; e mesmo que sem deixarmos de reconhecer a precedência das ‘interpretações’ ou dos jogos de ‘enunciados’, como pontos possíveis (ou vitais) para a mediação com as realidades culturais, hajam vistas as dificuldades (ou mesmo as impossibilidades) de se alcançar ou de se intermediar com ‘os acontecimentos como acontecimentos’; Clifford Geertz ainda aponta para o quanto, neste contexto da “escrita fixa”, tais considerações de Paul Ricoeur ainda não nos dizem o suficiente. Acrescenta Geertz que “[...] se os filósofos de Oxford recorrem a historietas, os fenomenológicos empregam frases longas”; assim, ele volta ao tema que mobiliza seus argumentos iniciais na obra citada, ou seja, reflete sobre “o papel do etnógrafo”

[...] ele escreve. Isso também pode parecer uma descoberta um tanto surpreendente e talvez até implausível para quem está familiarizado com a “literatura” corrente. Entretanto, como a resposta padrão à nossa questão tem sido “ele observa, ele registra, ele analisa” – uma espécie de concepção de *veni, vidi, vinci* do assunto – ela pode ter consequências bem mais profundas do que na aparência, sendo que talvez a

¹⁸⁴ NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 55-57.

¹⁸⁵ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 14.

¹⁸⁶ RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976, p. 39.

menor delas, a de distinguir essas três fases da busca de conhecimento, pode não ser normalmente possível, na verdade, e de fato, como “operações” autônomas elas podem nem sequer existir. [...] como já foi observado, o que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender. Isso não é tão fatal como soa, pois, na verdade, nem todos os cretenses são mentirosos, e não é necessário conhecer tudo para poder entender uma coisa.¹⁸⁷

E ainda de acordo com as elaborações de Clifford Geertz, tais movimentos fazem a tradicional visão de ‘análise antropológica’, encarada como uma espécie de manipulação conceitual dos “fatos descobertos”, ou uma “reconstrução lógica de uma simples realidade”, por assim dizer, soar um tanto incompleta. Posto que, com as palavras do autor, o impulso de apresentar “[...] cristais simétricos de significado, purificados da complexidade material nos quais foram localizados, e depois atribuir sua existência a princípios de ordem autógenos, atributos universais da mente humana ou vastos, *a priori*, *Weltanschauungen*¹⁸⁸ [...]”, de fato, se consolida com uma prerrogativa carregada de uma ‘cientificidade’ que nos é impossível, e, sobretudo, delimita estes horizontes a partir de (im)possibilidades de intermediações que não seriam atualizáveis. Em tais realidades, acerca deste debate, conclui Clifford Geertz que a análise cultural deveria ser uma espécie de “[...] adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea.”¹⁸⁹ Outra vez, as considerações de Geertz, acerca de suas proximidades e distanciamentos de Ricoeur, nos lembra do que trata Nietzsche, sobre as raízes de boa parte destes problemas:

Esse impulso à formação de metáforas, esse impulso fundamental do homem, que não se pode deixar de levar em conta nem por um instante, porque com isso o homem mesmo não seria levado em conta, quando se constrói para ele, a partir de suas criaturas liquefeitas, os conceitos, um novo mundo regular e rígido como uma praça forte, nem por isso, na verdade, ele é subjugado e mal é refreado. Ele procura um novo território para sua atuação e um outro leito de rio, e o encontra no mito e, em geral, na arte. Constantemente ele embaralha as rubricas e compartimentos dos conceitos propondo novas transposições, metáforas, metonímias, constantemente ele mostra o desejo de dar ao mundo de que dispõe o homem acordado uma forma tão cromaticamente irregular, inconseqüentemente incoerente, estimulante e eternamente nova como a do mundo do sonho. É verdade que somente pela teia rígida e regular do conceito o homem acordado tem certeza clara de estar acordado,

¹⁸⁷ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 14.

¹⁸⁸ O termo, do alemão, pode ser traduzido, literalmente, por ‘visões de mundo’; porém, nesta expressão ressalta-se uma qualidade de ‘compreensão intuitiva’ (ou mesmo ‘crença’) a partir de uma perspectiva de mediação com a complexidade dos problemas, das problematizações e das tramas das situações que consolidam as realidades. Noções que nos remetem aos usos dados por Kant, na *Crítica do Juízo*, com tal termo designando a faculdade humana de ‘perceber as realidades sensíveis’, ou de Hegel, no sentido de ‘experiências de vida’.

¹⁸⁹ GEERTZ, C. op. cit., p. 14.

e justamente por isso chega às vezes à crença de que sonha, se alguma vez aquela teia conceitual é rasgada pela arte.¹⁹⁰

Então, ao avançarmos com os saldos que se alcançam destas sínteses entre ‘as interpretações’ e ‘as representações’, por fim, retomaremos as discussões acerca da ‘teoria das representações sociais’; pois, ainda nos cabe apontar para o que Jovchelovitch acrescenta aos presentes debates. Assim, como muito bem salienta a autora, as ‘representações’ se atualizam por meio da ‘mediação simbólica’; que estão ancoradas na esfera social; ou, ainda lançando mão das palavras de Sandra Jovchelovitch, trata-se de como o “[...] espaço potencial, o espaço dos símbolos, tanto liga como separa o sujeito do objeto-mundo. Daí que é da essência do espaço potencial reconhecer uma realidade compartilhada – a realidade do Outro.” Nesse sentido a autora aprofunda estas discussões ao problematizar os tais espaços, de mediação, como campos “[...] entre sujeito social e alteridade, na luta para dar sentido e entender o mundo, que os trabalhos das representações sociais se encontram.”¹⁹¹ Enfim, ao nos lembrarmos dos ensinamentos que estão radicados nas lições de Serge Moscovici, sabe-se que as ‘representações’ nascem, circulam e se consolidam nos espaços das ‘realidades intersubjetivas’, “[...] as representações substituem o fluxo de informações que chegam até nós do mundo externo: as representações são elos mediadores entre a causa real (estímulo) e o efeito concreto (resposta). Então, os elos são mediadores ou causas aleatórias.”¹⁹²

Ademais, nestes quadros de ‘memórias’, ‘representações’ e ‘interpretações’, mesmo que aqui estejam apresentadas de formas tão efêmeras, também são esclarecedoras as elucidações de Henri Lefebvre. Pois, acerca destes tópicos, segundo o autor, pode-se ler que:

A memória se diferencia da representação por uma qualidade, a experiência. Enquanto há memória, o passado se liga ao atual e conserva a vivacidade mutante do presente; o que não significa uma *presença*, mas uma ausência na presença. Logo que é representado, o passado é fixado e morre tanto na história quanto na memória subjetiva. Além disso, é frequente que o presente, ou o atual, seja representado através do passado, por uma lembrança. O presente nem sempre se apresenta por si mesmo; o que está escondido no presente, ameaçador ou benéfico, se atualiza com a recordação do que ocorreu. “Isso me faz pensar em... me recordo de...” Quando este passado que ainda está vivo morre na representação, esta substitui a memória; ao “sujeito” parece que é mais forte que a memória e acima de tudo mais clara: se aproximando do conhecimento.¹⁹³

¹⁹⁰ NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 58-59.

¹⁹¹ JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.178.

¹⁹² MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 99.

¹⁹³ LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 63, tradução nossa.

E resguardadas as devidas proporções (ou sem descermos à fundo nas problematizações que decorrem destes tons ‘trágicos’ acerca da ‘morte das memórias’, pontos que, de fato, nos fazem lembrar dos diagnósticos de Maurice Halbwachs), este trecho, ao que nos parece, sintetiza as relações atualizadas entre ‘as nossas narrativas’ e ‘os sertões’ (apresentados e representados nas artes de Ronaldo Correia de Brito), que nos servem de fontes para a consolidação da presente pesquisa. Assim, consoante às teses de Lefebvre, é por meio das representações sociais que se atualizam as relações simbólicas, bem como as demais arquiteturas sociais, seja nos campos dos conhecimentos (eruditos ou populares), seja nas demais hierarquias e (re)posições dos elementos constituintes das sociedades; fortalecendo e transformando os sentimentos de ‘identidade’ nos grupos sociais. Posto que as representações ‘circulam’ em torno dos pilares das ‘instituições’, dos ‘símbolos’ e dos ‘arquétipos’, influenciando nos vastos aspectos dessas vivências e dessas práticas, formando amálgamas ou mesmo constructos que, por desvios, podem refletir a diminuição da autonomia social, materializando as mazelas decorrentes das disputas por hegemonia no campo cultural. Então, avançando com as nossas interpretações a partir das lições de Henri Lefebvre, nas esferas socioculturais, as ‘representações’ se situam entre o que foi ‘vivido’ e o que foi ‘concebido’, agindo como mediatrizes das ‘consciências’. Neste sentido, se a ‘inscrição dos parênteses’, via paralaxe do real, possibilitam que no campo político-econômico se realize as intermediações com a ‘democracia liberal’, para que (mesmo sem diluir as bordas de cada uma destas áreas ou sem promover fusões que geram as mais improdutivas confusões), enfim, seja possível atualizar as sínteses entre os campos, frequentemente, apartados da “política” e da “economia”; aqui, por meio da ‘teoria das representações sociais’, também lançamos estes “parênteses paraláticos”, a fim de mediar com os campos socioculturais. Especificamente, neste recorte que delimita um sertão contemporâneo, como periferia do mundo globalizado; oportunamente, traremos destes aparatos teóricos, das ‘representações’, todo o potencial interpretativo que, como visto, deve ser problematizado sem que a crítica ao ‘racionalismo objetivo’ nos transforme em reféns de qualquer sorte de ‘antirracionalismo subjetivista’.

Por fim, esclareço que, em primeiro lugar; apresentamos estes argumentos a fim de fundamentar as nossas escolhas e o nosso proceder; e não para (apenas e tão somente) fazer juízo de valor acerca desta ou daquela teoria (ou posições nos campos do saber). Uma vez que, só nos aprofundamos nestes debates com as sinceras (e urgentes) intenções de apresentar os fundamentos das nossas escolhas; seja na aproximação (ou na apropriação), seja no distanciamento de qualquer teoria ou método adotado nesta pesquisa. Além do mais, optamos por trazer os debates provenientes da epistemologia, da fenomenologia, da filosofia da

ciência, da filosofia da história ou da física (uma das ciências particulares, ou seja, uma das ‘ciências de fato’) para, principalmente, dizer sobre os ataques que eles mesmos fazem às noções de ‘realidade objetiva’, ‘objetividade’ e de ‘verdade’ que, nós, autores das narrativas ou das doutrinas (ou ‘cientistas das humanidades’) ainda nos apegamos. Por vezes, por falta do necessário exercício de superação das crises de paradigmas que importamos das demais ciências. Pois, quase que por sabotagem inconsciente, como uma ‘dupla falta’, fazemos isso, com frequência, sem a necessária atualização dos referenciais transpostos (indevidamente) das ciências exatas, naturais ou mesmo da filosofia, para a realização dos debates mais acalorados e para a utilização destes elementos que, de outros campos do conhecimento, nos foram apropriados. Questões que se apresentam, claramente, nestas críticas de Friedrich Nietzsche.

Continuamos ainda sem saber de onde provém o impulso à verdade: pois até agora só ouvimos falar da obrigação que a sociedade, para existir, estabelece: de dizer a verdade, isto é, de usar as metáforas usuais, portanto, expresso moralmente: da obrigação de mentir segundo uma convenção sólida, mentir em rebanho, em um estilo obrigatório para todos. Ora, o homem esquece sem dúvida que é assim que se passa com ele: mente, pois, da maneira designada, inconscientemente e segundo hábitos seculares – e justamente por essa inconsciência, justamente por esse esquecimento, chega ao sentimento da verdade.¹⁹⁴

Nestes termos, para além do que já dissemos, acerca de não buscarmos quaisquer resoluções a partir das mais instantâneas ‘inversões de polos’, evidenciamos que as nossas posturas também não são, por assim dizer, ‘subjettivistas’; pois, de fato, nos atentamos, entre outros pontos, às advertências feitas por Perry Anderson, tendo em vista os procedimentos de E. P. Thompson. Aqui, sobretudo, relembramos dos apontamentos que surgem ao longo das discussões de Anderson acerca de como Thompson procede na abordagem dos processos históricos, a partir dos quais as ‘classes acontecem’; ou, em outros termos, de como Thompson media com as ocorrências que dão os contornos às experiências ordinárias e cotidianas, através das quais os sujeitos experimentam, sentem, pensam, se posicionam. Articulado a sua própria identidade e condição com as condições e as identidades alheias.

Em Thompson, o caminho possível para delinear esses ‘acontecimentos’, enquanto ‘classe’, está na incessante busca de se capturar a tal ‘existência concreta’, mas não por mapeamentos das estruturas objetivas de uma classe, e sim através dos estudos destas experiências¹⁹⁵. Terminologia entendida, ao longo das análises de Thompson, como as ocorrências por meio das quais os pesquisadores enxergam os modos de se alcançar (ou de se recuperar) “homens e mulheres como sujeitos que vivenciam determinadas condições

¹⁹⁴ NIETZSCHE, F. W. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 57.

¹⁹⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10-12.

objetivas”; porém, também como os modos a partir dos quais os tais sujeitos processam essas ‘experiências’ em suas ‘consciências’ e ‘culturas’, e, por consequência, a forma como reagem mediante as tais condições objetivas¹⁹⁶. Assim sendo, como muito bem apontado por Anderson, também nos lembramos dos problemas decorrentes de se refutar o ‘estruturalismo’ e o ‘marxismo vulgar’, principalmente quando, ao se evitar um polo, mais ou menos voluntariamente, se direciona (ou mesmo se estaciona) os argumentos (ou quaisquer outros tipos de entendimentos ou conhecimentos) em polos radicalmente opostos¹⁹⁷.

Além do mais, apesar das explícitas manifestações, por parte de Thompson, em relação ao seu alinhamento ao posicionamento teórico-metodológico do ‘materialismo histórico’, como apontado por Perry Anderson, de fato, em Thompson, a condição de ‘classe social’ passa a ser definida quase que estritamente em função da sua condição de ‘consciência de classe’; assim, materialmente, só tende a ser considerada como ‘classe’ após o surgimento da referida ‘identidade coletiva’¹⁹⁸. De mais a mais, ao longo desta dialética, entre ‘objetividade’ e ‘subjetividade’, e nos valendo mais uma vez das considerações de Perry Anderson, quando diante da “complexa variedade de determinações objetivas e subjetivas”, de nossa parte, não pretendemos resolver tal equação com “uma simples dialética [...] cujo movimento está imerso na subjetividade.”¹⁹⁹ Pois, a nosso ver, o *ethos* saudável para o desenvolvimento de qualquer projeto civilizatório se encontra no limiar da ‘natureza’ e da ‘técnica’, ou seja, o local no qual a ‘humanidade’ se faz (e, no processo, não se desfaz) como ‘seres humanos’, como ‘animais sociais, culturais e políticos’, se encontra na justa medida de um inalcançável ‘meio termo’, que, ainda assim, sempre deve ser pretendido, mesmo que nunca completamente materializado; porém, que também pode ser atualizado como um efetivo ‘cambalear’ na busca de tal ‘ponto de equilíbrio’. Sendo tais trilhas percorridas, neste eterno ‘cambalear entre os extremos’, sem se aproximar demais (e muito menos se enraizar) nos tais polos. Sempre em busca da justa medida, entre o ‘biológico e o social’, entre ‘a pulsão e a razão’, entre ‘o instinto e a moral’, entre a ‘natureza e a técnica’. Em linhas gerais, ao voltarmos os focos desta elaboração para as pesquisas nos campos das humanidades, indubitavelmente, temos convicção para crer que as mesmas também deverão encontrar o seu

¹⁹⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 183.

¹⁹⁷ E para além das questões decorrentes daquilo que costuma ser definido como ‘formação de classe’; ‘consciência de classe’; ‘luta de classe’; ‘capacidades organizacionais de classe’; ‘localização contraditória de classe’; ‘interesse coletivo’; ‘ator coletivo’; ‘agir coletivo’ e as demais nuances acerca de como a ‘classe’ e a ‘luta acontecem’; elementos que nesta pesquisa não são trazidos para o foco central dos debates.

¹⁹⁸ ANDERSON, P. *Teoria, política e história: Um debate com E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985, p. 36-37.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 43, tradução nossa.

ambiente mais salubre e mais funcional, mesmo que não seja num determinado ponto fixo, ou imutável, que se fará presente entre os rigores da objetividade e os limites da subjetividade.

Então, com a consciência desperta para tudo o que já foi dito, temos em mente o papel de agente político, com ação moral e razão comunicativa, e de interprete de realidades que (por vezes mais, por vezes menos) também fazemos parte; nas quais nos inscrevemos. Logo, reconhecemos não só a suspeição e a parcialidade, bem como os limites subjetivos dos ‘jogos de valores’; sobretudo as instabilidades (não só teóricas e conceituais) de todos os dados e de todos os objetos culturais mediados. É assim que se segue em busca das ‘quase-verdades’ possíveis, cambaleando (com os melhores métodos e as mais apuradas teorias) entre os elementos ‘objetivos’, e em meio a toda a ‘subjetividade’ dos cenários, buscando (para além dos bons-sensos; racional e dialeticamente) o meio-termo entre as objetividades de tudo isso que nunca haveria de deixar de ser político, social, cultural; enfim, humano; logo, subjetivo. Constelações materializadas nos labirintos conceituais, nos museus de metáforas socialmente compartilhadas, em meio aos riscos e às vertigens provocadas pelas fissuras e pelos abismos das linguagens; mas, ainda assim, em busca destas ‘quase-verdades’, provisórias e precárias.

2.4 Entre os domínios e as fronteiras vivas das memórias, das histórias e das ficções

Ao voltarmos as nossas atenções para o universo sertanejo de Ronaldo Correia de Brito ou mesmo antes de pensarmos sobre a contemporaneidade deste ente que transcende as dimensões de um ‘recorte espaço-temporal’, é inevitável mencionar o quanto – de Euclides da Cunha à Rachel de Queiroz, passando por Guimarães Rosa e Graciliano Ramos – o “Sertão” não apenas se constituiu como matéria-prima e como fonte de inspiração para tantos e tantos autores; mas, sobretudo, se consolidou como cenário e como personagem de inúmeros romances e de diversas realizações artísticas²⁰⁰. Acerca deste tema, algumas obras se

²⁰⁰ Como resta claro a partir das abordagens realizadas, como exemplo, por parte dos pesquisadores e professores Paulo Sérgio Nolasco, Paulinho Assunção ou Wille Bolle, nos campos das letras ou da literatura; ou por Diogo Cavalcanti Velasco, com estudos acerca do audiovisual. Enfim, com tais pesquisas (e por mais que estas não tenham o escopo de apenas e tão somente revisitar as inúmeras manifestações de narradores, cronistas, sertanistas, ou tampouco retroceder às dimensões românticas ou ainda de reler os teóricos alemães e os viajantes naturalistas como aqueles pilares que transformaram *O Sertão* em personagem da literatura e da historiografia), com as cores e as dores do contemporâneo, os autores citados analisam a transformação do *Sertão* em personagem não só da literatura, mas também do cinema. Condições que, no seu tempo e aos seus modos, se materializaram como matrizes fundamentais para Guimarães Rosa no desenvolvimento do *Grande Sertão Veredas* e que, hoje em dia, ainda inspiram e motivam tantos outros autores (quer sejam nas academias, quer sejam nos ateliês) de vários modos, em várias linguagens e nos mais variados suportes.

apresentam como referências primordiais e são dotadas de riquezas memoráveis, não apenas na literatura, mas também no teatro e na filmografia brasileira²⁰¹. Tais produções formam um conjunto de peças que se encontram cristalizadas com as matizes mais variadas; pois, por vezes se percebe um teor mais denso em estratégias que se aproximam, aos seus modos, das operações historiográficas, quando da elaboração destes contos, destas crônicas ou destes romances; bem como, em outras ocasiões, tais obras são materializadas com um viés mais autobiográfico (ou memorialista); ademais, não raramente, as mesmas são realizadas a partir dos limites e das porções de liberalidades que, tanto nos campos literários quanto nos demais campos ou possibilidades das artes e das narrativas, costumam ser classificados como ficções.

No caso em questão, em se tratando do universo sertanejo de Ronaldo Correia de Brito, é ainda mais peculiar observar o quanto as diversidades artísticas (literatura, teatro e cinema) e as tais confluências narrativas (históricas, memorialistas e ficcionais) convergem nas muitas artes do autor. Por isso mesmo, da melhor forma possível, julgamos necessário delinear os limites de tais modalidades narrativas. Claro, sem produzirmos discursos taxativos, faremos isso para balizar as matrizes de nossos entendimentos e enunciar os parâmetros conceituais pelos quais consolidaremos as nossas interpretações perante tais objetos culturais, ou seja, quais são os nossos pressupostos para as necessárias mediações com este rico e formidável campo de investigação. Principalmente por termos em vista o fato de que, tanto na literatura, quanto no teatro, bem como no cinema do autor em estudo, em cores vívidas, as suas memórias servem para muito mais do que consolidar temas ou para caracterizar personagens; bem mais que para formular cenários ou panos de fundos em suas narrativas. Aliás, as suas tramas tanto se caracterizam por um viés ficcional, seja na literatura, seja no teatro (pensado para um público adulto), quanto se aproximam (poeticamente) de formas de ‘registros documentais’ (que, aos seus modos, buscam preservar as experiências do sertão, para a posteridade, além de possibilitar que o mesmo transite para além de seus limites naturais), seja pelo cinema, seja por meio de seu teatro infantil; mesmo que, ainda nestes casos, isso se atualize com claros tons memorialistas ou ficcionais. Enfim, sejam nas ficções literárias, seja na ficção cinematográfica, sejam nos textos de suas peças de teatro, os limites entre a liberdade da criação artística, da ‘ficção’, e os retratos da realidade de seu universo sertanejo, quer seja pela ‘memória’, quer seja pelo ‘registro’ de seu tempo histórico,

²⁰¹ Aqui fazendo menção direta para além dos clássicos *Os Sertões*, *Grande Sertões Veredas*, *Vidas Secas*, *O Quinze*, tecendo lembranças para além de Euclides da Cunha, de Guimarães Rosa, de Graciliano Ramos, de Rachel de Queiroz, chegando até *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, da obra de Glauber Rocha. Sem deixar de incluir obras mais contemporâneas, dentre outras, *A Pedra do Reino* ou *O Santo e a Porca*, de Ariano Suassuna; *Árido Movie*, de Lírío Ferreira ou *Cinema, Aspirinas e Urubus* de Marcelo Gomes.

primorosamente, estão condensados nestes entroncamentos narrativos, a partir da pluralidade conjugada de suportes. Assim, Ronaldo Correia de Brito mescla todos estes elementos com a materialização de seu sertão contemporâneo, inscrito na periferia de um mundo globalizado.

a) “*Lá e de volta outra vez...*”

Ao pensarmos sobre estes temas, fez-se inevitável uma aproximação dos debates acerca das “metaficções historiográficas”²⁰²; logo, acreditamos que seja salutar lembrarmos (mesmo que a partir de uma breve síntese) do que Linda Hutcheon acrescenta aos pontos em construção. Ressalta a autora: “Parece haver um novo desejo de pensar historicamente, e hoje pensar historicamente é pensar crítica e contextualmente.”²⁰³ Como também aponta Edgar Morin, ao longo das suas mais distintas elaborações; para além dos paradigmas da ‘complexidade’ do pensamento, e da construção ou da transmissão do conhecimento. Em suma, Hutcheon destaca que “reapresentar o passado na ficção e na história é, em ambos os casos, revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo ou teleológico.”²⁰⁴ E, ainda acerca das problemáticas da escrita da história e das buscas por ‘quase-verdades’, podemos ler nas lições de Hutcheon algumas advertências que (mesmo sendo lugares-comuns ao longo das teses de outros pesquisadores, mobilizados ou não para esta dissertação) também nos dão respaldo no âmbito das narrativas historiográficas: “Atuar paradoxalmente (inserir e depois subverter) pode ser menos satisfatório do que apresentar uma dialética resolvida, mas pode ser a única reação não totalizante possível.”²⁰⁵ Nos termos da pesquisa em curso, isso se atualiza por meio das ‘interpretações histórico-filosóficas’ acerca do sertão globalizado, inscrito nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Por fim, para além das ressalvas acerca das diferenças entre as ‘narrativas historiográficas’ e as ‘narrativas de ficção’, uma vez mais, transcrevemos as linhas de Linda Hutcheon, por vermos aí considerações com as quais pretendemos problematizar:

²⁰² Para Linda Hutcheon a “metaficção historiográfica distingue entre o fato histórico e a ficção e recusa a visão de que apenas a história tem uma pretensão à verdade, por meio do questionamento da base dessa pretensão na historiografia e por meio da afirmação de que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm sua principal pretensão à verdade”. Cf. HUTCHEON, L. *Poética do Pós Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 127.

²⁰³ HUTCHEON, L. op. cit., p. 121.

²⁰⁴ Ibidem, p. 147.

²⁰⁵ Ibidem, p. 136.

[...] a ficção e a história são discursos, e ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado [...] o sentido e a forma não estão nos “acontecimentos”, mas nos sistemas que transformam esses acontecimentos passados em “fatos” históricos presentes.²⁰⁶

E ainda sobre tais questões são memoráveis as considerações de Heidegger acerca de tais relações (e, sobretudo, de suas distinções grafadas em alemão) diferenciando o ‘acontecimento’ (*Geschichte*) da ‘escrita da história’ (*Historie*)²⁰⁷. Contudo, como se faz perceber, ampliaremos esta elaboração a partir da primogênita matriz das narrativas, a saber, ‘as memórias’; completando a constelação em estudo com ‘as ficções’; além de todas ‘as fusões’ possíveis a partir das referidas matrizes. Aliás, creio que também sejam cabíveis as ressalvas (e o retorno às ideias) de que tais modalidades de construções culturais (fatos, memórias, não-ficções, ficções) são como poligêmeas siamesas; pois, assim como são trigêmeas siamesas as memórias, as não-ficções e as ficções; os elementos de tais constelações possuem uma fronteira tão vasta e tão viva que, em determinados aspectos, a busca por definições ou por delimitações do que é uma ou do que é a outra, inevitavelmente, acabaria por comprometer a existência de todas. Então, sem exercícios de homogeneização, ou sem tratarmos de identidades absolutas entre suas formas, seus objetos ou seus conteúdos, muito menos recaindo em contradições; não decretamos a impossibilidade de se distinguir entre os fatos, as memórias, as ficções e as não ficções; enfim, dizemos isso, também, por notarmos o quanto todas elas se conectam, diretamente. E, claro, pensando nisso para além das correlações ‘espaços-temporais’, para além das dicotomias advindas dos deslocamentos entre ‘o presente’, ‘o passado’ e ‘o futuro’; mas, sobretudo, vivenciando cada uma delas (bem como as suas diferenças) na ocupação de um *ethos* e na compreensão do que se efetiva, para além das narrativas, no ‘espaço-tempo’ (principalmente ao levarmos em conta os aspectos culturais e fenomenológicos destas sínteses entre ‘extensão’ e ‘duração’, nos termos que

²⁰⁶ HUTCHEON, L. *Poética do Pós Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 22.

²⁰⁷ Heidegger media com estas diferenças lançando mão do termo *Geschichte* para os eventos, no caso, para a ‘história’, e *Historie* para o estudo de tais eventos, a saber, a ‘historiografia’, ou para ‘o ofício do historiador’. Tal escolha não é arbitrária: *Geschichte* vem de *geschehen*, que quer dizer “acontecer”, enquanto *Historie* vem do *historein*, que desde o grego serve para designar o movimento de “inquirir”. Assim, ao longo do pensamento de Heidegger, e para além dele, a filosofia da história é geralmente dividida em dois tipos: de um lado temos uma filosofia ‘especulativa’ da história, preocupada com a história enquanto transcurso de eventos (*geschehen*), perspectiva que, por regra, busca um padrão de grande escala ou um panorama de eventos que, por assim dizer, escaparia à maioria dos historiadores. E, de outro lado, ainda temos uma filosofia ‘crítica’ da história, preocupada muito mais com os estudos dos historiadores (ou com os atributos da *historein*), que interrogam tais eventos, com ênfase em suas classificações, seus pressupostos, suas condições ou sobre a natureza das explicações históricas, na qual ainda se percebe um teor de objetividade nas suas reivindicações, inclusive como ciência. Cf. HEIDEGGER, M. Temporalidade e historicidade. In: _____. *Ser e tempo*. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 1009-1091. De minha parte, busco sintetizar o que se encontra de melhor nas duas linhas, seguindo com as referidas *poësis* histórico-filosóficas.

Husserl aponta para as qualidades da dimensão de um ‘tempo fenomenológico’). Dito de outro modo, tanto as memórias, as ficções e as não-ficções precisam umas das outras, como a historiografia, os eventos e as entidades já citadas também carecem, reciprocamente, umas das outras para a manutenção ou para a afirmação de suas singularidades. Mesmo que, ao dizer isso, não compactue com diagnósticos de qualquer sorte de ‘impossibilidade’ aos exercícios de lançar luz sobre as suas diferenças, os seus limites ou as suas distintas fontes e condições.

Diante de tais pontos, julgamos salutar explicitar que não nos parece possível anuir às perspectivas ‘isonômicas’ outrora lançadas a partir das teses do crítico literário Hayden White²⁰⁸; com as quais se colocam as narrativas de ficção e as narrativas historiográficas em amplas condições de igualdade²⁰⁹, mesmo que White não diga isso literalmente, como se percebe no exemplo: “O discurso literário pode diferir do discurso histórico devido a seus referentes básicos, concebidos mais como eventos ‘imaginários’ do que ‘reais’ [...]”²¹⁰ E, para além das apropriações derivadas destas teses, ou mesmo sem discordarmos de argumentos tais quais: “[...] os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem [...]”²¹¹, porém, ao retermos a atenção nas lições do crítico literário, no tocante às pretensas identidades entre narrativas historiográficas e literárias, ainda podemos ler que “[...] qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível.”²¹² Proposições que começam a soar problemáticas na medida em que nos lembramos das distinções entre ‘eventos imaginários’ e ‘eventos reais’²¹³, e que se aprofundam, ainda mais, com as lições alcançadas, por exemplo, nas obras *O Ofício*

²⁰⁸ WHITE, H. Teoria da literatura e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 21-48.

²⁰⁹ Ressaltando que as nossas divergências alcançam mais os ‘comentadores’ ou os ‘autores inspirados’ por tais falas, do que o próprio Hayden White. Porém, não podemos deixar de reconhecer que, de fato, White promove certos movimentos que, no mínimo, induzem os demais aos bem sabidos erros, ao pavimentar o “senso comum” de que não se distingue mais ‘estória’ de ‘história’. Por exemplo, diz o autor “O discurso literário pode diferir do discurso histórico devido a seus referentes básicos, concebidos mais como eventos ‘imaginários’ do que ‘reais’ [...]”; contudo, mais adiante, depois de dizer que “[...] qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível [...]”, acaba por colocar tudo a perder quando afirma que “[...] as histórias são ficções”. Ora, sendo as ‘histórias’, como dito por ele mesmo, derivadas da ‘realidade’, ao passo que as ‘ficções’ são relativas ao ‘imaginário’, por mais que ele possa sustentar que seja ‘impossível distinguir entre as formas discursivas e o conteúdo interpretativo de tais vias narrativas’ (alegação que já é, por si só, passível de objeções), tomar uma por outra é o mesmo que igualar ‘realidade’ e ‘ficção’, é esvaziar o debate necessário acerca do famigerado ‘impulso moral em prol da verdade’.

²¹⁰ WHITE, H. op. cit., p. 28.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Ibidem.

²¹³ Destacando, mais uma vez, que o ‘real’ e as ‘realidades’ sempre serão alcançados e interpretados a partir das perspectivas possíveis, dentre as mais plausíveis e as mais viáveis, mas, obviamente, não menos suspeitas; hajam vistas a complexidade das relações e as multiplicidades de abordagens das tramas e dos dramas de tudo aquilo que, em conjunto, por via de múltiplas narrativas, constituem os recortes ou as constelações possíveis, em quaisquer ‘realidades’, em quaisquer tratativas residuais com o “Real”.

de *Historiador* – ou *Apologia da História*²¹⁴, de Marc Bloch, bem como, *A Escrita da História*²¹⁵, de Michel de Certeau. A partir das quais percebemos como se mostra arriscado, tendo em vista o fato de ambas serem modos de narrativa, assentar na mesma prateleira tanto as obras de ficção quanto as obras historiográficas. Contudo, e sem negar o quanto também compactuo, de muitos modos, com várias das premissas que White (e que outros autores) se vale(m) para repensar não só os discursos e as narrativas, mas também as suas relações na consolidação das realidades, talvez, um dos pontos centrais destes nossos distanciamentos, em relação a essas apologias aos ‘tropos’ ou as demais ‘similitudes’ que decorrem das teses de Hayden White, enfim, se encontrem, em síntese, a partir dos trechos apresentados a seguir:

Isso acontece porque as histórias não são vividas, não existe uma estória “real”. As estórias são contadas ou escritas, não encontradas. E quanto à noção de uma estória “verdadeira”, ela é virtualmente uma contradição em termos. Todas as histórias são ficções. O que significa, é claro, que elas só podem ser “verdadeiras” num sentido metafórico e no sentido em que uma figura de linguagem pode ser verdadeira.²¹⁶

E nas tentativas de não nos perdermos nestes labirintos, sumariamente, ressalto que os estranhamentos começam com a confusão/oscilação que se faz no uso dos termos ‘história’ e ‘estória’ (sobretudo ao nos lembrarmos de que, a partir das sínteses das palavras de Heidegger e de White, uma via de narrativa deriva ‘dos eventos’ e a outra ‘da imaginação’); claro, dando ainda o devido destaque para o fato de que, a partir daí, como regra, e para além das teses de White, mantêm-se o uso do termo “história” (mesmo quando se faz menção às ‘estórias’), por mais que, como se sabe, a sentença final afirme que “tudo não passa de ficção”. Além do mais, ainda soa estranha a premissa de que “as histórias não são vividas”; principalmente para os pesquisadores do contemporâneo, ou da ‘história do presente’. Afinal, se tivermos os cuidados de fazer a devida crítica às narrativas historiográficas, bem como diferenciarmos os fatos das narrativas, e por mais que as críticas à escrita da história (ou às narrativas das realidades) sejam legítimas, ainda assim nos parecem perceptíveis as linhas tênues entre ‘as mentiras’ e ‘as ficções’. Então, cabem ainda as ressalvas de que (tendo em vista as pautas que já foram debatidas anteriormente; e que, de certo modo, voltam à tona ao longo de toda a pesquisa), na realidade, o raciocínio que afirma que “a história só pode ser ‘verdadeira’ num sentido metafórico e no sentido em que uma figura de linguagem pode ser verdadeira”, no limite, tal tese se liga a toda e qualquer ‘verdade’, e não apenas às ‘verdades históricas’, como parece esquecer tanto Hayden White, quanto seus intérpretes, por mais que, talvez, tal

²¹⁴ BLOCH, M. *Apologia da História: ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

²¹⁵ CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

²¹⁶ WHITE, H. Teoria da literatura e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 32.

esquecimento esteja mais nas teses de seus leitores do que o próprio autor. Logo, as ‘verdades’ da física, da medicina ou de qualquer outra forma de conhecimento racional, mesmo que estes não sejam científicos, se encontram ‘maculadas’ pelo ‘impulso moral em busca da verdade’, e da sua irrecuperável corruptibilidade. Contudo, tendo em vista os fatos de que todas e quaisquer ‘verdades’ só poderão ser encaradas como ‘metáforas’, ou como ‘figuras de linguagens’, ou seja, mesmo diante da ‘inexistência das verdades duras’, isso nunca impossibilitou que as ciências, ou que outras formas de racionalidade, buscassem mediar com os ‘fatos’ (e não só com os ‘fatos imaginários’, em suma, não se efetivou como se tudo fosse ficção); hajam vistas as possibilidades de se alcançar a já referida ‘quase-verdade’.

Expondo com outros termos, diferentemente da “teoria tropológica”, não lançamos essas dúvidas (bem mais que legítimas) a só um dos polos destas ‘verdades’ (ou somente às ‘verdades históricas’), pois, mesmo que indiretamente, ao que nos parece, mais uma vez nota-se aí um deslocar de extremos. Já que, com as teses de White, tanto se nota uma mediação com a qual não pretendemos proceder, no tocante às ‘representações sociais’, bem como, e por mais que ainda insistam em dizer que com os ‘tropos’ não se igualam ‘literatura’ e ‘historiografia’, ou mesmo que não lançam por terra as diferenças entre ‘ficção’ e ‘realidade’, no mínimo, apontam para tantos argumentos que reforçam a ‘impossibilidade’ de, por assim dizer, ‘diferenciarmos umas das outras’. E por mais que, com o que já problematizado, não se trace, literalmente, uma abolição (ou uma impossibilidade total na delimitação) das fronteiras entre ‘o real’ e ‘a ficção’, enfim, mesmo sem qualquer intenção de adotarmos tipos ou modelos de ‘realidades objetivas’, ainda assim, por mais que tenhamos muitos pontos de convergência tanto com as teses dos autores da “virada linguística”, quanto com o referido crítico literário, acima de tudo, não elevaremos a estrutura da linguagem ao pedestal da “supra-realidade” (como também não faz White), mas tampouco desviaremos dos contornos que se inscrevem entre as ‘realidades’ e as ‘criações’, as ‘ficções’ ou as ‘imaginações’.

Dito isso, nos parece que em decorrência de tais procedimentos (para além da pretensa impossibilidade de detecção das fronteiras do ‘real’ e do ‘fictício’), supostamente, ainda seriam válidas quaisquer tentativas de se igualar (ou de se colocar na mesma prateleira) outras linguagens, tão díspares e de dimensões tão próprias, tais quais a do teatro, do cinema ou mesmo das narrativas gráficas (ou dos tais quadrinhos). Homogeneizando o conjunto universo destas vias de narrativas a partir da conclusão de que todas têm a mesma ‘identidade estrutural’; perante o argumento de que todas se caracterizam como vias de narrativas; ou, ainda pior e mais radical, como se, de qualquer modo, com todo e qualquer tipo de narrativa (e incluídas as memórias), ou com todo e qualquer tipo de suporte, enfim, só pudéssemos

reconstituir fatos e relatos ficcionais, de cunho imaginativo, ou como se não restasse mais distinção entre realidade e imaginação. Partindo, assim, de premissas de desdiferenciação, ou da impossibilidade de aferição das diferenças inerentes a tudo aquilo que é advindo das tramas do ‘real’ e de tudo o mais que nos remete à ‘ficção’.

Desta forma, mediante a clara constatação de que todas estas linguagens são possibilidades narrativas, mas cada uma delas aos seus próprios modos; de fato, também refutamos todas essas condições de identidades absolutas entre perspectivas tão distintas. Logo, seguimos afastando quaisquer propostas isonômicas e de relação idêntica de suas formas ou de seus conteúdos, quer seja entre as narrativas de ficção e as narrativas historiográficas, quer seja entre as linguagens (singulares e reciprocamente influenciáveis) da literatura, do cinema, do teatro ou das narrativas gráficas. De modo que, a esta altura, ainda se faz necessário destacar, ao menos, a diferença ‘objetiva’ advinda das nuances daquilo que, por exemplo, Paul Ricoeur, ao longo de *Tempo e Narrativa*²¹⁷, classifica como “exigência de verdade”²¹⁸, como um elemento presente em toda e qualquer narrativa. E acerca das considerações de Ricoeur, ou também das matérias abordadas na obra citada, traremos as palavras do autor sobre a fundamentação deste projeto:

A primeira parte da presente obra visa expor as principais *pressuposições*, que o resto do livro deverá submeter à prova, das diversas disciplinas que tratam seja de historiografia, seja de narrativa de ficção. Essas pressuposições têm um núcleo comum. Quer se trate de afirmar a identidade estrutural entre a historiografia e a narrativa de ficção, como nos emprenharemos em provar na segunda e na terceira partes, quer se trate de afirmar a profunda afinidade entre a exigência de verdade de cada um dos modos narrativos, como faremos na quarta parte, uma pressuposição domina todas as outras, qual seja, a de que a problemática última tanto da identidade estrutural de função narrativa como de exigência de verdade de toda obra narrativa é o caráter *temporal* da experiência humana. O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como repetiremos várias vezes no curso desta obra: o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal. É a essa principal pressuposição que está dedicada nossa primeira parte.²¹⁹

Então, retomando as lições de Linda Hutcheon, resta claro que nem todas as ‘narrativas ficcionais’ se encontram afastadas das possibilidades de serem materializadas em busca das ‘quase-verdades’; e, avançando, é bem mais que óbvio que nem todas e quaisquer ‘narrativas historiográficas’ trazem consigo (apenas e tão somente por conta de serem narrativas historiográficas) as referidas noções de ‘história quase-verdade’ (ou a necessária ‘quase-verdade histórica’) que se pretende com tais vias. Entretanto, e sem descermos a fundo

²¹⁷ RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v

²¹⁸ Idem, *Tempo e Narrativa* – Volume 1: A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 9.

²¹⁹ Ibidem.

nas questões que se ligam ao ‘tempo’ (ou a sua própria condição de ‘convenção’ ou mesmo as noções de ‘construção cultural’ que decorrem de tais contextos, e ainda sem abordar as disfunções, sejam neurológicas, sejam narrativas que afetam a ‘temporalidade’, mas mencionando a sua possível inexistência cosmológica²²⁰), aqui, retornaremos ao debate acerca da ‘exigência de verdade’, levantada por Ricoeur. Pois, sobre tal ponto, ainda cabe salientar que, de um lado, restam as necessidades que recaem sobre as ficções, uma vez que se estas não forem produzidas com um padrão (por vezes mais rígido, por vezes mais frouxo) de ‘verossimilhança’ aos cenários sociais inscritos nas ditas ‘realidades’, como consequência, tais obras podem sequer vir a despertar o interesse de seus leitores. Em contrapartida, estas necessidades são muito distintas daquelas que se mostram inerentes aos outros modos de narrativa, uma vez que, em absoluto, as ciências (e as demais produções racionais) buscam atingir juízos verdadeiros²²¹, decorrentes dos processos de conhecimento e das atividades cognitivas. Estejam estes esforços ligados a quaisquer tipos de narrativas: antropológicas, astrofísicas, de críticas literárias, filosóficas, historiográficas, linguísticas, metafísicas, etc.

E sobre as vicissitudes que encontram terrenos tão férteis nestes debates, Chartier, dúvida e ironicamente (ou com um ato falho?), expõe acerca de pontos delicados desta matéria:

Ao aplicar em áreas até então estranhas aos interesses da história econômica e social normas de cientificidade e modelos de trabalho freqüentemente decalcados das ciências exatas (como a formalização e a modelização, a explicitação das hipóteses, a investigação em grupo), as ciências sociais conquistadoras iam minando o domínio da história nos campos universitário e intelectual. E ao importar da área das disciplinas literárias novos princípios de legitimidade, que desqualificavam a história enquanto disciplina empírica, tentavam converter a sua fragilidade institucional em hegemonia intelectual.²²²

²²⁰ Acerca de tais debates, na dissertação, nós nos omitimos apenas por questão de coerência e de necessidade; pois, tratar disso na presente pesquisa nos tomaria, em demasia, tanto *tempo* quanto *narrativa*. Contudo, sobre tais temas, como já mencionado, remeto a um estudo intitulado de *Considerações sobre as dimensões do tempo e as possibilidades das narrativas – (Re)leituras a partir da obra literária Caim*; no qual elaborei, com mais atenção, com mais tempo e com mais linhas acerca dos problemas que desdobram desta referida constelação.

²²¹ Ou *quase-verdadeiros*, como esclarece Newton da Costa, como já dito, um dos formuladores da *Teoria da quase-verdade* ou, como também é conhecida, da *Teoria da verdade parcial* (inicialmente denominada de *verdade pragmática*); elaborações consolidadas com Rolando Chuaqui e Irene Mikemberg; e que, em síntese, assim é apresentada por Newton da Costa: “Eu acho que a Teoria da Verdade Pragmática é uma generalização da teoria da verdade comum, [...] nem tinha sentido que em física de fato se procura fazer verdade [...]. Eu diria que a física, essa é a minha teoria, essa minha concepção da física, falo principalmente da física e acho que se aplica a tudo que você procura dominar a natureza lançando uma rede conceitual para dominar a realidade que é pragmaticamente verdadeira, tudo se passa como se ela fosse verdadeira no sentido da palavra, nas posições elementares é quase verdade [...]”. DA COSTA, N. C. A. Transcrição da entrevista com o Prof. Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa – Águas de Lindóia, 12 de outubro de 1991. História da Ciência. Entrevista realizada por: Eliane Morelli Abrahão, p. 27. Disponível em:

<<http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/enewton2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

²²² CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 14.

Assim, sem resgatar querelas ou, ainda pior, sem buscar polos antagônicos para polemizar acerca das distinções inegáveis entre as historiografias e as literaturas, nos perímetros atuais deste campo de aprofundamento das ideias, também serão cabíveis as lições de Jacques Rancière. Considerações propostas em um de seus estudos sobre política, quando ao superar (ou ao atualizar) as clássicas considerações de Aristóteles; estas postuladas também em uma obra acerca da política – e que tratam da sociabilidade inerente aos sujeitos que consolidam a ‘humanidade’, ao definir que “o homem é, por natureza, um animal político”²²³ –; por sua vez, Rancière, contemporaneamente, afirma que “o animal político moderno é, acima de tudo, um animal literário”²²⁴. Desta forma, e por mais que buscaremos retomar essas discussões acerca da condição de “animal político literário” dos sujeitos das democracias e das modernidades, sobretudo, ao abordar os debates sobre a “partilha do sensível”, ao longo das sessões e dos estudos seguintes; em síntese, é por este viés que, desde o início, delimitamos a proposta deste trabalho nos caminhos de um trinômio formado por artes – historiografia – política. A partir do qual, com uma abordagem ensaística, perscrutaremos as dimensões das místicas do sertão na obra de Ronaldo Correia de Brito, para, como possível, problematizarmos acerca das noções e das definições que se consolidam nos limites do que pode ser compreendido como a contemporaneidade do referido sertão. Então, para atualizarmos algumas questões advindas destes entroncamentos entre a história, a política e a arte (com o intuito de avançarmos diante dos elementos e das inquietações advindas das encruzilhadas entre as formas e as fôrmas das historiografias, entre as veias, os veios e as velhas políticas, para além das diversas implicações decorrentes da multiplicidade das modalidades literárias ou para além das demais possibilidades artísticas que aqui serão abordadas), por hora, lançaremos mão das contribuições de Raymond Williams. Esclarecimentos tão mais que fundamentais acerca de um dos temas que nos serão mais caros, a saber, sobre a própria gênese da ‘literatura’; encarada enquanto instituição moderna, e muito mais que essencial aos sujeitos (ou aos animais culturais, sociais e políticos) contemporâneos.

Na obra *Marxismo e Literatura*²²⁵ o autor aponta para o quanto se mostra complicado abordar este ‘fenômeno cultural’ como um ‘conceito’; pois, comumente, este não parece ser mais do que uma mera descrição específica. Williams destaca que a característica especial da ‘literatura’, como conceito, é reivindicar tal importância e propriedade a partir das realizações concretas de grandes obras; em contraposição à ‘abstração’ e às ‘generalidades’ de outros

²²³ ARISTÓTELES. *La Politique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1995. Livre I, Cap. II, p. 28, tradução nossa.

²²⁴ RANCIÈRE, J. *La mésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995. p. 61, tradução nossa.

²²⁵ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

conceitos ou práticas culturais. Então, se por um lado a ‘literatura’ tende a ser definida como “experiência humana plena, central, imediata”, não raramente também é pensada a partir de ‘detalhes’ encontrados em obras e autores específicos. Em contrapartida, a ‘sociedade’ é vista por um viés, essencialmente, geral e abstrato; o mesmo ocorrendo com conceitos correlatos, tais quais, ‘política’, ‘sociologia’, ou ‘ideologia’. Neste estudo, Raymond Williams ainda explicita que, em sua forma moderna, o conceito de literatura não surgiu antes do século XVIII e não se desenvolveu plenamente até o século XIX; porém, os seus germes remontam, vivamente, ao Renascimento. Uma vez que a própria palavra começou a ser usada, em inglês, no século XIV; formulada a partir de expressões francesas e latinas, tendo a sua raiz em *littera*, do latim, uma letra do alfabeto. De modo que, inicialmente, esta literatura era, em verdade, uma situação de leitura, ou seja, a condição de ser capaz de ler e de ser lido. Com seu uso muito próximo do sentido moderno da palavra inglesa *literacy* (alfabetização, estado de alfabetizado); aliás, termo que só surgiria nos idos do século XIX, sendo feita necessária a sua introdução, em partes, por ter a palavra *literature* adquirido um significado diferente. Ou seja, o adjetivo normalmente associado à *literature* era *literate* (em inglês moderno, alfabetizado). Como dito, *Literary* surgiu no sentido de capacidade e experiência de leitura, no século XVII, e não adquiriu o seu sentido, ‘moderno’ e ‘especializado’, antes dos séculos XVIII e XIX²²⁶.

Assim, em sínteses, mas sem trazermos para o debate nem a sombra do que se encontra na obra citada, daí por diante o autor aprofunda as suas investigações acerca do tema, a fim de elaborar suas considerações sobre os entroncamentos entre *Marxismo e Literatura*. Mas, não sendo estes os nossos intentos, recorreremos tão somente a mais uma lição de Raymond Williams, para avançarmos com as nossas investigações acerca das dimensões das místicas do ‘sertão’, nas muitas formas artísticas de Ronaldo Correia de Brito:

O processo de especialização de “literatura” em obras “criativas” ou “imaginativas” é muito mais complicado. É em parte uma importante reação afirmativa, em nome de uma “criatividade” humana essencialmente geral, ante as formas socialmente repressivas e intelectualmente mecânicas de uma nova ordem social: a do capitalismo e em especial a do capitalismo industrial. A especialização prática do trabalho na produção assalariada de mercadorias; do “ser” para o “trabalho”, nesses termos; da linguagem para a transmissão de “mensagens-rationais” ou “informativas”; das relações sociais para funções dentro de uma ordem econômica e política sistemática; todas essas pressões e limites foram desafiados em nome de uma imaginação ou “criatividade” plena e libertadora. Os postulados românticos centrais, que dependiam desses conceitos, têm um âmbito absoluto, significativo, indo desde a política e a natureza até o trabalho e a arte. “Literatura” adquiriu, nesse período, uma ressonância nova, mas ainda não era uma ressonância especializada. Esta surgiria depois, contra as pressões totais de uma ordem capitalista industrial, os postulados se tornaram defensivos e limitadores, quando antes haviam sido positivos

²²⁶ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, p. 50-52.

e absolutos. Na “arte” e “literatura”, as qualidades humanas essenciais e salvadoras devem, na fase inicial, ser “ampliadas”; na fase posterior, “preservadas”.²²⁷

Destes debates, sobretudo a partir dos levantamentos de Raymond Williams acerca de como, “na arte e na literatura, as qualidades humanas essenciais e salvadoras devem, na fase inicial, serem ampliadas e, na fase posterior, preservadas”; bem como ao tratar dos perigos das limitações e dos reducionismos da linguagem para a transmissão de ‘mensagens-racionais’ ou ‘informativas’, por tudo, nos lembramos, também, das discussões realizadas por Jean-Jacques Rousseau, no já citado *Ensaio sobre a origem das línguas*²²⁸. Pois, como se mostra claro, os problemas da ‘racionalização’ não datam dos idos do capitalismo industrial, nem se mostram, definitivamente, como “novidades de museus”, inauguradas com os acontecimentos mais atuais do capitalismo tardio (ou de uma suposta ‘fase pós-industrial’). Enfim, e principalmente por nos lembrarmos dos profícuos apontamentos elaborados com as teorias das representações sociais, também nos parece que, assim como os conhecimentos dos campos ‘científicos’ e ‘consensuais’ não devem ser hierarquizados, tendo em vista um cenário ‘saúdável’, tanto as narrativas decorrentes dos ‘eventos’, quanto as narrativas derivadas da ‘imaginação (ou da criação)’, devem ser encaradas como formas distintas (nos limites em que são distintos os conhecimentos ‘científicos’ e ‘consensuais’; por suas formas diversas de objetivos e naturezas) e, acima de tudo, suas diferenças devem ser ampliadas e preservadas.

b) “Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos...”

Então, para avançarmos com as nossas problematizações, nos valeremos dos apontamentos realizados por Bento Prado Júnior²²⁹, por José Oscar de Almeida Marques²³⁰, por Paul Arbousse-Bastide e por Lourival Gomes Machado²³¹; no intuito de traçar paralelos entre os prejuízos artísticos, sociais e morais advindos dos artifícios, por exemplo, das artimanhas perniciosas das ‘razões instrumentais’ e das suas interferências nos mais distintos

²²⁷ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, p. 55.

²²⁸ ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 95-183.

²²⁹ PRADO JR., B. A força da voz e a violência das coisas. In: ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 7-94.

²³⁰ MARQUES, J. O. A. Rousseau, Rameau e o Ensaio sobre a origem das línguas. In: *I Jornada de Estudos J.-J. Rousseau. Departamento de Filosofia da USP, 24 a 26 de março de 2010*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/ensaio.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

²³¹ ARBOUSSE-BASTIDE, P.; MACHADO, L. G. Ensaio sobre a origem das línguas – Introdução. In: ROUSSEAU, J-J. *Coleção - Os Pensadores*, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 247-256.

suportes culturais. Seja na música, seja na literatura, seja na língua ou em quaisquer outras manifestações antropológicas, originalmente pensadas como matrizes das sensibilidades e das interpretações das realidades político-sociais, por parte da inteligência e das paixões humanas.

Pois bem, o célebre autor do *Contrato Social* acaba sendo mais lembrado por conta do seu *Segundo Discurso*²³², ou seja, por conta do *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, do que pelo seu *Primeiro Discurso*²³³; no caso, o que trata das *Ciências e das Artes*. Peculiar também é observar que a partir de seu *Ensaio em que se fala da melodia e da imitação musical*, e não desde hoje, os debates sobre o texto se encontrem mais ligados (mesmo que por conta das discrepâncias ou das oposições) com as teses que se apresentam no *Segundo Discurso*; em detrimento das problematizações que se assentam no *Primeiro Discurso* elaborado por Rousseau. Uma vez que, no tal ‘discurso primogênito’, consolidado como uma espécie de conferência, e fruto de um debate acadêmico sobre os mencionados temas, o autor expõe, com argumentação ainda atual, acerca do quanto o incremento de tecnologia, nas ciências, e os avanços ou os aprimoramentos, das artes, não implicam, necessariamente, no desenvolvimento moral das sociedades ou das culturas que promovam as bem sabidas revoluções ou os notórios progressos nos campos científicos e artísticos. Elementos que, ao menos a partir das nossas leituras, encontram fortes conexões com os temas abordados por Rousseau no referido *Ensaio da melodia e da imitação musical*.

Ao que nos parece, os distanciamentos destes debates com os temas (‘arte’, ‘ciência’, ‘razão’, ‘moral’) do *Primeiro Discurso*, ou mesmo as frequentes correlações com o *Segundo Discurso*, talvez, ocorram (em certas medidas) por conta do período e das condições em que os mesmos foram elaborados. Mesmo que tal matéria, até bem pouco tempo atrás, tenha sido palco de tantas controvérsias. De todo modo, o parentesco do *Ensaio sobre a origem das línguas* com o discurso sobre a *Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* é facilmente perceptível. Principalmente se tivermos em vista o teor do Capítulo IX, em que Rousseau trata da formação das primeiras organizações socioculturais. Porém, se haveria derivação ou elaborações independentes entre os dois textos, não foi fácil de decidir. Aliás, a precedência das discussões musicais, no *Ensaio*, que praticamente são inexistentes no *Segundo Discurso*, tornou ainda mais difícil caracterizar a posição daquela obra no pensamento do autor. Enfim, as hipóteses e as discussões acerca da gênese e da cronologia do *Ensaio*, em relação ao *Segundo Discurso*, se sucederam por cerca de um século;

²³² ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. In: _____. *Coleção - Os Pensadores*, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 215-320.

²³³ Idem, Discurso sobre as Ciências e as Artes. In: _____. *Coleção - Os Pensadores*, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 165-214.

desenvolvendo-se em três etapas, nas quais Pierre-Maurice Masson, Jean Starobinsky e Jacques Derrida foram personagens centrais. Em suma, tais debates foram travados diante das seguintes questões: Quando se deu a escrita do *Ensaio*? Seria ele posterior ou anterior ao *Segundo Discurso*?

Ao longo da primeira etapa destas discussões, datada entre o final do século XIX até os idos da década de 1960, apontavam para a hipótese dos textos serem concomitantes. Ao passo que, entre a década de 1960 e o ano de 1974, passaram a afirmar que o *Ensaio* era anterior ao *Segundo Discurso*. Aliás, por essas linhas, o *Ensaio* seria uma nota transformada em anexo ao *Segundo Discurso*; tendo sido a sua elaboração simultânea (na primeira etapa das investigações) ou mesmo anterior ao *Discurso da Desigualdade* (conforme as hipóteses levantadas na segunda etapa deste debate). Neste sentido, somente com a descoberta, em 1974, de um manuscrito de Rousseau, intitulado de *Princípio da melodia ou resposta aos erros sobre a música*, é que se tornou possível relacionar a produção deste *Ensaio* com as polêmicas musicais entre Rousseau e Rameau; que remontam à *Querela dos Bufões* e à *Carta sobre a música francesa*. Logo, em relação ao *Segundo Discurso*, enfim, passaram a datar o *Ensaio* como um texto posterior, sendo este *Ensaio sobre a origem das línguas* (ou *no qual se fala da melodia e da imitação musical*), o texto de Rousseau em que a relação entre música e política encontra a sua forma filosófica mais bem desenvolvida, ou de melhor argumentação.

Assim, é possível concluir que o *Ensaio* é posterior ao *Segundo Discurso*, e ressaltamos que o mesmo foi publicado em 1781. Contudo, ainda não se pode precisar a data de sua redação. Possivelmente, tenha sido escrito entre 1756 e 1761, ou entre 1758 e 1761, em Paris; e, de fato, nota-se a ligação óbvia entre o *Segundo Discurso* (escrito entre os anos de 1753 e 1754; e publicado em 1755), principalmente com a parte central do *Ensaio sobre a origem das línguas*, particularmente com o capítulo IX, como já foi mencionado. Então, lançando as bases da obra (*em que se fala da melodia e da imitação musical*), Rousseau expõe que a linguagem (categoria que, basicamente, ele divide em duas formas: as gestuais e as de articulação de diferentes sons) é aquilo que diferencia os homens dos demais animais, já que esta é a expressão genuína dos pensamentos e das sensibilidade humanas. Ressaltando que tanto os gestos quanto os sons podem ser detectados também em outros animais, mas, nestes casos, esses seguem uma determinação natural, pois a linguagem dentro de uma espécie, ao que lhe parece, não apresentaria mudanças ao longo do tempo ou de um grupo para outro²³⁴.

²³⁴ Nesse sentido, por mais acertadas que sejam várias colocações de Rousseau, nestas matérias, de fato, notam-se peculiaridades não só no que se refere às linguagens, e não só em relação aos primatas, mas, por exemplo, fazemos menção ao uso de raízes de árvores, por parte de um grupo de gorilas, ou seja, das manifestas formas

Nos humanos, por outro lado, nota-se aquilo que Rousseau chamou de linguagem de convenção, o que – embora surja muitas vezes como um empecilho para a sua comunicação, quando para além das suas fronteiras culturais – possibilita que haja uma série variável nas línguas (ou mesmo nas linguagens), já que estas não estão totalmente limitadas pela predeterminação natural; mas, sim, serão desenvolvidas e transformadas (ou mesmo racionalizadas e resfriadas) com o passar do tempo. Desta forma, ao longo do *Ensaio*, Rousseau passa a especular sobre as razões que levaram ao desenvolvimento das linguagens de convenção. Nestes termos, ao tratar das questões assentadas nos capítulos de XII-XIX, ou seja, nos espaços que são dedicados aos tópicos musicais, o principal objetivo do autor, em seu fôlego final, é caracterizar a ‘harmonia’ como uma espécie de ‘racionalização’ na criação sonora. Pois, por mais legítima que possa parecer (ou que se pretenda impor), esta se encontra sempre munida da intenção de abafar a ‘invenção melódica’, logo, sempre busca castrar, arrefecer e artificializar o que de melódico (ou de verdadeiramente musical) existe na música. Consequentemente, tais artifícios da ‘racionalização’ também embrutecem tudo o mais de sentimental, de emotivo, de patético e de natural que, desde o princípio ou, literalmente, até mesmo antes da conquista da própria língua (enquanto código social especializado), se encontrava nas expressões mais genuínas e originais, como se pode perceber no decorrer dos capítulos XII a XIV, na *Origem da música e suas relações* ou *Da melodia e Da harmonia*.

Então, Rousseau avança ao demonstrar que os simples estímulos das sensações, por mais calculados (ou mais precisos) que possam ser (ou que se pretendam parecer), não atingem os objetivos maiores da comunicação musical. Posto que estes nos remetem, por via das emoções ou pelas dimensões patéticas, ao despertar das impressões morais, como o autor desenvolve no capítulo XV, *De como nossas mais vivas sensações agem muitas vezes através de impressões morais*. Assim, desabonando a natureza da temporalidade racional da música, ao longo do capítulo XVI, ao tratar da *Falsa analogia entre as cores e os sons* (pois, como autodidata que era, e por vivenciar tão árdua querela com um dos mais renomados compositores de sua época, tendo em vista as suas cismas e suas aversões) o autor busca aproximar a música de tudo o que encontra sentido e lugar nas emoções e nos sentimentos. Apontando para as cores no espaço, bem como para os sons no tempo; mas, sem dúvida, dando aos sons uma temporalidade livre da ditadura da ‘harmonia’, sobretudo, apartando os

de comunicação que escapam dos dotes naturais compartilhados por todos os indivíduos da mesma espécie. Cf. LIFE – PRIMATES (Vida – Primatas). Direção: Marta Holmes. Roteiro: Paul Spillenger. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de David Attenborough e Oprah Winfrey. Reino Unido: BBC; Estados Unidos: Discovery Channel, 2009. 1 episódio de série em TV (50min), son., color.

sons das padronizações cromáticas e espaciais (com esforços, de dissociar ‘tempo’ e ‘espaço’, que, de fato, nos trazem, mais uma vez, as lembranças dos estudos de Henri Bergson²³⁵).

Destes modos, lançando mão de todos os argumentos possíveis, no capítulo XVII, com suas considerações sobre o *Erro dos músicos prejudicial à sua arte*, Rousseau reforça a precedência da melodia sobre a harmonia; tratando de como os músicos mataram a sua própria arte: “[...] já cessou de falar, em breve não mais cantará; e então, com todos os seus acordes e toda a sua harmonia, não terá mais nenhum efeito sobre nós.”²³⁶ E aqui, uma vez mais, nos defrontamos com esta constelação na qual gravita a ‘racionalização’ da linguagem, como na autocrítica de Rousseau, acerca da erudição e da academia, consoantes às condições lógico-formais (ou matemáticas) que, cada vez mais, anulam os campos do sensível e afastam a língua das suas veias iniciais, de expressão dos sentimentos e das interpretações morais dos seres humanos; ‘animais políticos’ ou, mais modernamente, ‘animais políticos-literários’.

Enfim, a partir das lições de Rousseau, apresentadas ao longo do capítulo XVIII, *De como o sistema musical dos gregos não tinha nenhuma relação com o nosso*, tomando por contraponto todas as alegações eruditas em face à música grega, fundadas em referências descabidas e bem mais que anacrônicas (sem deixar de mencionar as impossibilidades fonéticas e os abismos culturais inerentes aos tais esforços); de fato, o autor demonstra que estas “lições” de nada valeriam para deter a degeneração da música moderna, pois, comprometida pela antimusicalidade dos bárbaros, durante toda a Idade Média, tal arcabouço da sensibilidade humana encontrara seu movimento final na ‘racionalização da música’. Em outras palavras, o declínio irreversível da música decorreria da ‘harmonização’, inimiga mortal da ‘melodia’, como faz questão de deixar bem claro no capítulo XIX, *Como a música degenerou*. Destacando, ao final, que a melodia é essencial à música, tais quais os desenhos ou as figuras se fazem essenciais às pinturas; noções que levam Rousseau, extrapolando estes debates, a uma hipótese acerca de uma ‘arte não-figurativa’. Esta sim, em verdadeira sintonia com o que há de mais natural e mais patético nas nossas condições de seres sensíveis. E, como não poderia ser diferente, após a conclusão do presente estudo, pretendemos trazer de volta esses elementos para os nossos debates. E não só para tratarmos da ‘linguagem como expressão da liberdade humana’, a partir das lições de Rousseau, mas, sobretudo para elaborarmos nossas considerações acerca das críticas realizadas, principalmente por parte de Habermas, de Benjamin e de Marcuse, tendo por foco as aporias da ‘razão instrumental’.

²³⁵ BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente: ensaios e conferências*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

²³⁶ ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 165.

Neste sentido, daremos as devidas atenções aos pressupostos da ‘razão comunicativa’ e de tudo o que, desde esta pesquisa, se faz notar como pontos cruciais das constelações em análise.

Deste modo, e ainda nestes campos minados (que começaram a ser debatidos desde as considerações iniciais, e que ganharam mais fôlego quando das discussões acerca das teorias das representações sociais), ao pensarmos sobre a ‘arte figurativa’, as ‘imagens’, seus ‘movimentos’ e seus ‘desdobramentos’, que se notam para muito além dos campos estéticos, sobretudo por conta dos *batalhões móveis de metáforas, metonímias e antropomorfismos*, bem como nas relações e nas tensões que, facilmente, se percebe entre os polos das ‘realidades’ e das ‘imaginações’, ou das ‘não-ficções’ e das ‘ficções’, e ainda acerca de algumas das fontes desta pesquisa, se fazem bem mais que oportunas e condizentes as ressalvas realizadas por Silvio Da-Rin. Considerações atualizadas tendo em vista o cinema, mas que também são bem mais que hábeis para que possamos pensar nos temas problematizados neste estágio do estudo: “[...] essas imagens não são indiferenciadas, autônomas nem inocentes. São produtos sofisticados, células de retóricas que agem permanentemente sobre nós e nos constituem.”²³⁷ Ponto que se coloca ainda mais atual e patente diante das lições de Bill Nichols e Jean-Claude Bernardet; pois, assim aponta Nichols:

Pela capacidade que têm o filme e a fita de áudio de registrar situações e acontecimentos com notável fidelidade, vemos nos documentários pessoas, lugares e coisas que também poderíamos ver por nos mesmos, fora do cinema. Essa característica, por si só, muitas vezes fornece uma base para a crença: vemos o que estava lá, diante da câmera; deve ser verdade.²³⁸

Ao passo que, como ressalta Bernardet, a linguagem audiovisual consegue trabalhar não apenas com as emoções, mas, sobretudo, tais narrativas audiovisuais trazem consigo uma impressão de realidade (herdada da fotografia) que, por vezes, se concretiza de maneira desmedida: “O cinema dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela, brigas verdadeiras, amores verdadeiros. Mesmo quando se trata de algo que sabemos não ser verdade [...]”.²³⁹ Ademais, por outros lados, retornando às teses de Nicholls; ainda podemos ler que

[...] os meios digitais tornam tudo evidente demais, a fidelidade está tanto na mente do espectador quanto na relação entre a câmera e o que está diante dela [...]. Não podemos garantir que o que vemos seja exatamente o que teríamos visto se estivéssemos presentes ao lado da câmera.²⁴⁰

²³⁷ DA-RIN, S. *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azaugue Editorial, 2004. p. 224.

²³⁸ NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papirus, 2005. p.28.

²³⁹ BERNARDET, J-C. *O que é cinema?* São Paulo: Brasiliense, 1980. p.12.

²⁴⁰ NICHOLS, B. op. cit., p.19.

Assim sendo, por sua vez, e no tocante às obras classificadas como “documentários”; Francisco Elinaldo Teixeira possui as suas convicções para declarar que estas muitas denominações dadas ao gênero em questão, por exemplo, “cinema verdade”, “cinema direto”, “cinema do vivido”, “cinema da realidade”, “cinema de não-ficção”, inegavelmente (e mesmo que indireta ou periféricamente), acabam por explicitar

[...] um fato lingüístico revelador de um intenso jogo de estratégias operadas no âmbito de uma política de representação cinematográfica, que ora acirra a oposição dos termos de base real/fictício, ora transforma um em correlato do outro, ora os lança no campo de uma indiscernibilidade.²⁴¹

Logo, dando continuidade nestes debates, buscaremos manter, tão mais claramente quanto o possível, bem delineados os ramos entrelaçados (ou os limites originais a partir dos quais se prolongam os territórios que formam esta bem sabida fronteira viva entre os reinos) das memórias, das ficções e das não-ficções. Atuando sem erigir nenhum tipo de privilégio, de precedência ou de maior consideração por qualquer um desses prismas de mediação. Todos estes, reconhecidamente, encarados como modos de narrativas, como peças fundamentais aos nossos esforços de mensurarmos a efetiva participação de cada um deles na consolidação das noções, ou na atualização das sensações, que caracterizam as dimensões da mística do sertão na obra de Ronaldo Correia de Brito. E, oportunamente, ainda ressaltamos o quanto não corroboramos com as teses de ‘desdiferenciação’ entre estes modos de narrativas tão peculiares. Em suma, por mantermos o zelo necessário no referido processo, mostram-se essenciais as oportunas colocações de Silvio Da-Rin, que afirma que: “Não existe método ou técnica que possa garantir um acesso privilegiado ao real.”²⁴² E, aprofundando estes argumentos, o referido autor ainda se posiciona nos seguintes termos:

Isto não quer dizer que a verdade tenha se tornado intangível e nossos valores devam se atomizar em uma constelação de pura relatividade. A crença em algum tipo de verdade sobre o mundo social e histórico constitui o horizonte remanescente da tradição do documentário. Se um dia esta crença chegou a confundir-se com a impressão de que a verdade se imprime fotograficamente, isso não nos leva ao extremo de substituir um dogmatismo por outro.²⁴³

E, acerca destes pontos, ainda nos adverte o pesquisador Marcus Napolitano: “todo o cuidado com a incorporação das ‘novas linguagens’ é pouco, principalmente numa época de

²⁴¹ TEIXEIRA, F. E. *Documentário no Brasil: tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004. p. 58.

²⁴² DA-RIN, S. *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azaugue Editorial, 2004. p. 221.

²⁴³ Ibidem, p. 223.

desvalorização do conteúdo socialmente acumulado pelo conhecimento científico.”²⁴⁴ No mesmo sentido, mas para além das dimensões que gravitam o eixo conceitual: ‘real’ - ‘fictício’; ao chegarmos até as instâncias de um debate que costuma ser delineado como ‘documento’ - ‘monumento’, lembramos, mais uma vez, das teses de Le Goff, acerca de como os ‘documentos’, em síntese, são,

[...] antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que os produziram [...]. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. [...] No limite, não existe um documento-verdade, todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.²⁴⁵

Uma vez mais, ao retornarmos ao que já foi exposto, tendo em vista as provocações de Le Goff, por hora, e sem tomarmos “ao pé da letra” o que o ilustre historiador nos ensina, bem como, sem escrever, metaforicamente, muito mais do que uma analogia, e o seu prelúdio, ainda problematizaremos acerca das distinções entre as ‘mentiras’ e as ‘ficções’. Então, em primeiro lugar, julgamos impertinente qualquer impulso que possa definir as intenções das ficções como sendo uma forma de se promulgar mentiras; por mais que os tais ‘subterfúgios’, de um modo geral, até possam ser lidos, ou considerados, resguardadas as devidas licenças poéticas, como uma espécie de ‘relato ficcional’. Contudo, as tais ‘mentiras’, assim como as narrativas de não-ficção, necessariamente, derivam dos ‘eventos’, das ‘realidades sociais compartilhadas’; pois se consolidam a partir de fatos sociais (ou então, em suma, seriam ficções, se derivassem, absolutamente, só da imaginação e não fossem materializadas com a intenção de ludibriar, enganar ou distorcer a realidade); além do mais, mesmo que as mentiras sejam proferidas sem ‘adequação’, sem ‘simetria’ ou sem ‘qualquer traço de verdade’, ainda assim elas estão inscritas (e se remetem à eventos e à fatos) nos limites das realidades materiais. Por outro lado, as ficções são livres para criarem relatos que não necessariamente estão ligados aos campos materiais, digo, ficções não necessariamente se referem aos eventos ocorridos nas realidades sociais; ademais, e principalmente, as ficções não surgem com o mesmo ardil (ou não se prestam às mesmas finalidades) que as mentiras. Aliás, justiça seja feita, os historiadores, ou os demais cientistas, mentem (e mentiram) muito mais do que qualquer literato. Então, por fim, busco uma analogia, baseada em uma ficção, que pretendo

²⁴⁴ NAPOLITANO, M. A televisão como documento. In: _____. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 149.

²⁴⁵ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da. Unicamp, 1996. p. 538.

lançar como a derradeira investida neste campo, na presente dissertação. Pensemos no filme *The Matrix*²⁴⁶, para tentar ilustrar melhor esta tênue linha que separam as mentiras das ficções.

Nessa narrativa, máquinas, dotadas de altíssima inteligência artificial, dominaram a Terra e a humanidade. Aprisionando a maior parte da população de seres humanos na referida ‘matriz’; estrutura que reproduz, a partir de uma rede cibernética (que foi consolidada a fim de fazer parecer ser ‘real’, para as mentes humanas, um programa de computador que simula, em ‘realidade virtual’), os anos que soldaram os séculos XX e XXI, nos quais a humanidade vive em seu ‘presente-eterno’, sem saber que, de fato, é escravizada pelas máquinas, a fim de gerar energia suficiente para que as mesmas desenvolvam os seus fatos, seus eventos e seus acontecimentos. Tramas (ou narrativas de não-ficção), do mundo das máquinas, que, por sua linguagem matemática, alcançariam porções inimagináveis, em relação às nossas estratégias (da teoria ao método), nestas buscas por ‘quase-verdades’²⁴⁷; porém, em seu ápice, na estória apresentada com esta trilogia acerca ‘d’A Matriz’, as narrativas de não-ficção, nesta ficção, tratariam das tentativas de seus exércitos mecânicos em dar cabo à resistência de seres humanos que, aos seus modos, conseguiram se desvencilhar das amarras virtuais da Matriz.

De tal sorte que a ‘realidade virtual’, na qual a maioria dos humanos (na ficção dos irmãos Wachowski) vive, de fato, apresenta, por si só, os dois aspectos separados pela mencionada ‘linha tênue’; pois, tanto ela tem a natureza de ficção (nas instâncias da metalinguagem) quanto de mentira (como ardil utilizado na referida ficção). Explico melhor, tendo em vista a perspectiva de um observador neutro, em relação àqueles que passam as suas vidas no ‘presente-eterno’ da matriz, as suas relações, os seus fatos, as suas narrativas (não)reais, como vemos, poderiam ser lidas como ficções; e isso para muito além do que diz Nietzsche sobre o ‘falseamento da realidade’ ou dos decorrentes ‘hábitos gramaticais’, com os quais nos inscrevemos nas narrativas socialmente construídas; posto que, de fato, eles vivem, do nascimento à morte, aprisionados em casulos, a fim de gerar energia bioelétrica suficiente para as usinas de força da civilização formada por tais inteligências artificiais. Entretanto, se o mesmo observador, ao invés de pensar acerca ‘das vidas’, (não)vividas na ‘realidade virtual’, por outro lado, se voltar para a própria ‘estrutura’, proposta enquanto ‘realidade’, ou seja, ao pensar acerca da ‘Matriz’, ao que nos parece (e tendo em vista a tentativa do engodo), ficaria caracterizada a perspectiva da ‘mentira’; pois, as máquinas induzem as mentes à acreditarem que a realidade virtual é, por assim dizer, a única realidade existente. Porém, na ‘realidade dos

²⁴⁶ THE MATRIX (A Matriz). Direção: Andy Wachowski; Lana Wachowski. Austrália: Groucho II Film Partnership; Estados Unidos: Silver Pictures; Village Roadshow Pictures; Warner Bros. Pictures, 1999. 1 filme em DVD (136 min). son., color.

²⁴⁷ Por conta de se consolidarem com menos fissuras e com menos dificuldades provenientes das linguagens.

fatos da narrativa’, nota-se, no mínimo, duas realidades distintas, uma em que os homens lutam contra as máquinas, para libertar a humanidade do sono do presente-eterno; e outra em que as máquinas lutam contra os homens para mantê-los, suspensos, na tal mentira/ficção. Realidade virtual que tanto pode soar como ‘ficção’ (na metalinguagem), se observarmos que as ‘imaginações’ não se ligam, efetivamente, às realidades de fato; bem como pode soar como ‘mentira’ (na referida ficção), uma vez que o ardil das máquinas pretende manter o *status quo*.

Dito tudo isso, obviamente, não podemos fazer eco (ou ainda ampliamos um tanto mais o nosso afastamento) das proposições que apontam para o horizonte de que ‘é tudo ficção’ (por mais que, frequentemente, a partir de tais movimentos, as ‘estórias’ sejam grafadas como ‘histórias’, e não ao contrário; muito embora, como dito, ‘seja tudo ficção’, ou seja, ‘tudo estória’), sobretudo, também nos apartamos da predisposição em enxergar as tais condições de ‘igualdades estruturais’ que, de tantas formas, buscam lançar entre as ‘não-ficções’ e as ‘ficções’, ou até mesmo entre as ‘ficções’ e as ‘mentiras’. Assim, nestes exercícios de desdiferenciação, ainda é peculiar observar que se busca igualar as identidades estruturais destas vias tão distintas; digo, que se busca equiparar ‘narrativas literárias’ com ‘narrativas historiográficas’ por meio de estratégias que, ao que nos parece, beiram a oscilação entre o ‘racional’ e o ‘científico’, ou mesmo entre o ‘memorial’ e o ‘histórico’; por mais que, no fundo, um se mostre tal como o ‘conjunto universo’, do qual o outro é uma ‘delimitação específica’. Pois, como nos é possível compreender, o fato de um pensamento ser ‘racional’ não implica, necessariamente, em ‘cientificidade’, ou seja, tanto a história quanto a física são racionais, mas nem por isso as duas são ciências; do mesmo modo, tanto a história quanto a literatura são narrativas, mas nem por isso as duas são (ou seriam) idênticas; tampouco apresentariam uma única identidade estrutural. E ao propor isso, obviamente, tenho em mente não só os contornos ou os conteúdos, mas, sobretudo, as operações necessárias para a produção de cada uma das narrativas citadas, bem como os seus objetos e as suas intenções; seja na forma de ser (enquanto via de escrita); seja no modo de se dar, como saber ou cultura. Entretanto, como já foi dito, é mais que impossível negar o caráter de ‘ficção barata’ (ou de afronta ao bom-senso e ao senso-crítico) em certas narrativas historiográficas²⁴⁸, bem como

²⁴⁸ Creio que, sobre esse ponto, não faltariam bons exemplos para tratar das *ficções* de cunho positivado pela *história da história*, porém, reforçando o caráter *subjetivo* das escritas das histórias, confesso as minhas predileções para relembrar das versões controversas acerca do famigerado 11 de setembro de 2001. Enfim, sem aprofundar nessa imensidão de pontos obscuros, prefiro me lembrar da notícia de que jogaram um Boeing 757 contra o Pentágono. Nestes termos, cabem as ressalvas de, conforme “a história oficial”, não existe nenhum resquício de tal desastre aéreo por conta do combustível ter consumido todas as peças do avião. Mas, seria mesmo possível? Seria possível que até mesmo as turbinas, do Boeing, de titânio, evaporassem e não deixassem nem rastro de fuligem? Fato é que – para todos ou para a maioria dos que prezam e preservam o bom senso e o senso crítico, ou seja, com exceção apenas daqueles que empurram/engolem esta verdade

são notórias as familiaridades entre estas formas tão distintas de interpretações das realidades, além do mais, não se pode obstar, nem em partes, nem no todo, a busca por ‘quase-verdade’ nas mencionadas ‘metaficções historiográficas’, ou seja lá como venham a ser conceituadas as vias literárias com que se pode refletir, através de críticas sociais, sobre as facetas das épocas.

Assim sendo, sem decairmos nos equívocos promovidos por ‘relativismos absolutos’, ou por quaisquer ‘absolutismos’ ou ‘relativismos’ desmedidos, escaparemos desses extremos e nos apropriaremos da sabedoria implícita naquilo que, supostamente, já foi pauta de diálogo entre Sócrates e Protágoras, a partir da clássica pergunta: *A verdade é relativa?* Ou seja, para as nossas *poíesis*, sempre teremos em mente tudo o que pode nos inspirar tanto na fala de Sócrates, quanto na fala de Protágoras; para além do que se desdobra dos mencionados diálogos e questionamentos. Pois, de fato, a ‘compreensão’ das infinitas ‘interpretações’ que dão forma ao conhecimento histórico, em constante ‘construção’, quer seja pelo o que decorre do Positivismo, do Historicismo, do Materialismo Histórico, quer seja pelo arcabouço condensado pela Escola dos *Annales* ou por aquilo que se conhece como Nova História, indubitavelmente, tais condições nos lançam aos campos do presente esforço com a mente voltada para a necessária revitalização do que se costuma entender por ‘história verdade’, como já dito, abordando a busca pela ‘verdade’, nesta historiografia, a partir na noção do

universal goela a baixo, mundo à fora – tal afirmativa é cientificamente insustentável, já que a física dos materiais (ou a ciência de modo geral) atesta cabalmente o contrário, ou seja, que titânio não pode ser sublimado pela temperatura alcançada na combustão decorrente de um incêndio oriundo da queima da gasolina de avião. Assim, se caiu um avião no Pentágono, em setembro de 2001, de fato, seria o primeiro acidente aéreo (com impacto no solo), em toda a história da humanidade, que não teria deixado destroços. Além do mais, neste episódio (fantasioso ou espetacular), ao que consta dos “registros oficiais”, o combustível que estava no 757 teria consumido todos os destroços do avião, mas, também deixou praticamente intactos o gramado do jardim do Pentágono, que continuava bem verde, e as paredes da fachada (inclusive com muitas janelas intactas e) bem brancas. Seria mesmo possível acreditar nisso? Seria mesmo possível encarar isso como mais um elemento da realidade dos fatos? E, sobretudo, seria mesmo possível que todos esses factóides se constituíssem como memórias individuais e coletivas? Aqui, com todo o respeito e sem digressões téticas, ainda ousa me lembrar de todos os estragos causados pelo choque entre uma aeronave e um prédio, rememorando o trágico acontecimento em que um avião da TAM bateu contra o terminal de cargas da mesma empresa, em São Paulo, para dizer que, infelizmente, aquilo sim é o que o acontece quando um avião se choca contra um prédio... Chega a ser ofensivo (para além de fisicamente impossível) afirmar que, em Washington, não existiam destroços no local porque os mesmos foram consumidos pelas chamas, bem como, por fim, ultrapassa a dimensão de um atestado de ignorância e imbecilidade engolir essa ficção transcrita como história; ao acreditar, acerca desse episódio, que jogaram contra o pentágono um 757 (que é um avião muito maior que aquele *airbus* da TAM), sem que, de qualquer modo, qualquer evidência de tal acidente aeroviário tenha sido encontrada. Cf. RELATÓRIO DO CONGRESSO ESTADUNIDENSE SOBRE OS ATAQUES DE 11/09/2001. *Relatórios decorrentes das comissões mistas de inquéritos instaladas no congresso nacional dos Estados Unidos, com a participação de membros e agentes da CIA e do FBI, durante a apuração dos eventos relativos às referidas ações*, 2007. Disponível em <<http://www.gpoaccess.gov/911/pdf/fullreport.pdf>>, <<http://www.gpoaccess.gov/911/index.html>>. Acesso em 06 dez. 2009. E também Cf. AIRDISASTER.COM. *American Airlines, 77, Washington, D.C, USA*. Disponível em: <<http://www.airdisaster.com/photos/aa77/2.shtml>>. Acesso em 15 jul. 2012; Idem, *TAM Linhas Aeras, São Paulo, SP, Brasil*. Disponível em: <<http://www.airdisaster.com/photos/pr-mbk/3.shtml>>. Acesso em 15 jul. 2012.

lógico Newton da Costa de ‘quase-verdade’; logo, neste exercício historiográfico temos como meta ‘a história quase-verdade’. E, tudo isso, para além dos balanços historiográficos, tendo em vista as escolhas mais adequadas das teorias, dos métodos e das fontes; mas, principalmente, entendendo a necessidade de ‘interrogar’ as minhas ‘testemunhas’ e de ‘mediar’ com os meus ‘objetos culturais’, da melhor forma, preservando a convicção de que percorro tal labirinto a fim de, se possível, demonstrar as ‘quase-verdades históricas’ que, algumas desde o início, e outras tantas ao longo dos processos, vi nos horizontes da pesquisa.

Ademais, e acerca das relações temporais e materiais com os objetos culturais nas análises historiográficas, ou nos campos das humanidades, sobretudo no teor de como me apropriar ‘do sertão’ de Ronaldo Correia de Brito, não tão como ‘memórias’, mas muito mais como ‘representações’, ou seja, como algo ‘mais concebido’ do que ‘vivido’, ainda nos cabem as lembranças do que ensina Marc Bloch, a respeito de tais dificuldades. Sobretudo ao tratar dos riscos, dos labirintos e das complexidades advindas da mediação com os ecos do passado:

As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam só poderíamos falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu [...] Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente “indireto”.²⁴⁹

Desta feita, e por mais que as minhas inquietações e interrogações se materializem, muito mais, mediante aos dramas do contemporâneo, ainda temos em vista o quanto, a rigor, ‘as realidades’ não deixam de ser ‘processos’, transcorridos ao longo dos tempos; então, não só quando se lança o olhar para o passado, tais exercícios de interpretação das realidades, ou essas *poíesis* nos campos historiográficos, são resultantes de uma mediação ‘indireta’ com os objetos culturais e com os quadros histórico-sociais. Assim, sem dúvidas (e como debatido por meio de outras passagens), ela se dá de modo amplamente parcial e pessoal, mesmo que balizada, racionalmente, a fim de se afastar, ao máximo, do famigerado ‘senso comum’ ou dos meros ‘juízos de valores’; e mesmo que esta seja atualizada, a rigor, com as mais hábeis ferramentas metodológicas e os mais apurados referenciais teóricos. Uma vez que, neste caso, as fontes que se encontram disponíveis para tais interpretações sempre serão os ‘testemunhos’ (materializados por ‘documentos-testemunhas’) acerca dos fatos sociais ou dos acontecimentos que, para as tais mediações, serão os objetos destes processos narrativos. Como salienta Marc Bloch, independentemente do seu ponto de aplicação, todo conhecimento

²⁴⁹ BLOCH, M. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 69.

humano, a qualquer tempo (e em qualquer espaço), sempre será edificado a partir dos testemunhos de outras gerações, pois é do passado que advém uma parcela significativa de sua essência²⁵⁰. E, como resta claro, estes campos serão compostos por escolhas que, nos casos (não exclusivos) da historiografia, obviamente, colocam os pesquisadores destas tramas em situações, irreparáveis, em que jamais poderão experimentar, ao longo de seus estudos, quaisquer ‘consciências imediatas’ senão aquelas que derivem dos seus próprios pensamentos e sensações, ou seja, de nenhum modo, nem com todo o êxito historiográfico, tampouco sendo o presente embebido (ou formatado) por tantos “presentes passados”²⁵¹, nestes esforços interpretativos, jamais se busca reconstituir os fatos já ocorridos. Evidentemente, esse é mais um dos aspectos que corroboram para o que já se dissemos acerca do quanto, para além de ‘indireto’, o conhecimento histórico também é ‘subjetivo’ e ‘parcial’; pois, por mais que se cerque de toda a racionalidade possível, ainda assim, desde as matrizes geradoras dos documentos, bem como no decorrer dos exercícios interpretativos atualizados diante dos mesmos, os tais caminhos são amplamente determinados pelas subjetividades e por todos os aspectos que estas lançam sobre as mediações com os objetos culturais, ciclicamente determinados por noções pessoais, nos jogos de valores que constituem tais campos culturais.

Então, seguindo com as advertências e as lições cabíveis neste processo de fundamentação de um viés plausível e racional para nossas narrativas historiográficas, e sem nos esquecermos das advertências de Le Goff, sobre a real necessidade do historiador não fazer papel de ingênuo²⁵², também nos lembramos do que Henri-Irenée Marrou menciona, neste campo de estudo, acerca da relação entre pesquisadores e suas respectivas testemunhas:

Ele [o historiador] não deve adotar, em relação às testemunhas do passado, uma atitude carrancuda, esmiuçadora e rabugenta, que é a atitude do mau policial para quem toda pessoa intimada a prestar depoimento é *a priori* suspeita e tida como culpada até prova em contrário; tal super excitação do espírito crítico, em vez de ser uma qualidade, seria para o historiador um vício radical, que o tornaria praticamente incapaz de reconhecer o significado real, o alcance, o valor dos documentos que estuda; uma atitude desse tipo é tão perigosa em história como, na vida cotidiana, o medo de ser iludido [...].²⁵³

Enfim, tais mediações, essenciais às *poiesis* (ou às interpretações) historiográficas, são elementos que consolidam a ideia de ‘história em construção’; e, mesmo que se pense acerca

²⁵⁰ BLOCH, M. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 70-72.

²⁵¹ Como muito bem salienta José Saramago “[...], em nossa opinião, entender-nos-íamos melhor se lhe chamássemos outro presente, porque a terra é a mesma, sim, mas os presentes dela vão variando, uns são presentes passados, outros presentes por vir, é simples, qualquer pessoa perceberá”. Cf. SARAMAGO, J. *Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.77.

²⁵² LE GOFF, J. *História e Memória*, 4ª ed., Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 538.

²⁵³ MARROU, H-I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 78-79.

disso com todo o cuidado de se evitar uma noção de ‘progresso’ ou de ‘evolução’, de fato, estas ‘construções’ tanto se mostram em constante acúmulo, quanto passam por necessárias ‘transformações’. Assim, para além das noções de Bloch e de Febvre de ‘construção’, no tocante a interpretação de fios e de rastros, ou mesmo das tramas das narrativas/realidades²⁵⁴, tendo em vista os tais vestígios, ou nas necessárias estratégias para a melhor obtenção e interpretação de tais ‘testemunhos’, tanto deve levar-se em conta os exercícios já atualizados (ou, como também se diz, há de se fazer o necessário ‘balanço historiográfico’, no campo dos objetos culturais a serem investigados), mas, acima de tudo, ainda se faz necessário (re)inventar as vias investigativas; além de se colocar nestas trilhas (diante do saldo do que já se encontra realizado), tão mais quanto o possível, com abertura às novas questões e noções:

[...] é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. De tal modo, no entanto, que possa desde o início servir de imã as limalhas do documento. E o explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria de errar eternamente ao acaso.²⁵⁵

Nestes termos, ao longo destas ‘construções históricas’, e mediante as constantes ‘acumulações transformadoras’, ou na elevação de novos andares, com arquiteturas e com traços estéticos (ou até mesmo com materiais e com tecnologias) atualizados de modos não homogêneos, de muitas formas, as mediações com os objetos de pesquisa, as interpretações dessas fontes ou até mesmo a enorme diversidade dos registros documentais abordados, e, sobretudo, com o advento das dinâmicas propiciadas (e reformuladas) pela mencionada Nova História Cultural, quando da implementação dos nossos balanços historiográficos, ou mesmo na delimitação dos campos, e durante a eleição dos objetos e das fontes da pesquisa, cada vez mais, há de se tomar os cuidados de se buscar as balizas que visem, por assim dizer, um saneamento básico, a fim de se blindar, racionalmente, os percursos do estudo. Hajam vista a multiplicidade de abordagens historiográficas (ou por conta do quase insondável universo de fontes ou das várias formas de se interrogar ‘testemunhas’) e as delimitações teóricas e metodológicas que se fazem necessárias desde o primeiro instante no percurso de tal labirinto.

Necessidades que se mostram ainda mais patentes no presente caso, tendo em vista a condição de ‘entroncamento do conhecimento’ que apresenta a Historiografia Política; hajam vistas as suas constantes trocas com outras disciplinas, tanto dentro dos campos das

²⁵⁴ Noções consolidadas a partir das lições de Carlo Ginzburg, Boaventura Sousa Santos, John Stuart Mill, Newton da Costa, Slavoj Žižek, Stephen Hawking, Theodor Adorno, entre outros que se convencem da impossibilidade de construir conhecimento a partir de perspectivas idealistas transcendentais ou de matrizes tão ideais quanto totalizantes, que buscam cunhar significados (e conceitos rígidos) sobre o “Real” e as realidades.

²⁵⁵ BLOCH, M. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 79.

humanidades quanto com relação a outras áreas do conhecimento, tais quais, as ciências sociais, seja por meio da antropologia, da ciência política ou da sociologia; bem como da psicanálise, da economia (sobretudo em sua dimensão política); com as artes, com a filosofia, com a teoria literária, com a análise do discurso, dentre outras. Destarte, tais cuidados, de racionalidade, também precisam ser materializados nas estratégias e nas vias das nossas *poësis* historiográficas; ou, em outros termos (e com toda a sanidade mental necessária, digo, pensando nisso sem darmos sinais de ataques de esquizofrenia, sem delírios ou sem alucinações), também temos de efetivar estas nossas buscas, ou nossas interpretações, ainda nos dedicando aos exercícios de se escutar o que não foi dito; de buscar a identidade do que foi dito por testemunhas ocultas; de captar o indizível, seja do que salta nas entrelinhas dos silêncios que surgem forçados entre as palavras, seja nas reticências, nos trejeitos, nos olhares ou nos gestos eloquentes daquilo que se fala, mesmo quando as tais testemunhas se calam. Sobretudo para não sermos sufocados por berros do que se coloca de modo explícito, forçoso, artificial; a fim de se evitar engolir, sem se digerir, gerando indigestão interpretativa (e bem mais que a mencionada confusão mental). Enfim, e ainda mais diante das minhas condições, a fala de Peter Burke surge, principalmente, como advertência, mas também com certo alento:

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros para as evidências das imagens; outros as estatísticas. [...] Por isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas.²⁵⁶

Oportunamente, nos amparamos nas considerações de Peter Burke para avançar diante da incontestável multiplicidade de entendimentos, de interpretações e de abordagens, ou até mesmo dos infinitos significados, por estes campos do saber histórico²⁵⁷. Uma vez que, como se faz notório, é dessa miríade de estrelas, dessa multiplicidade de vozes, de falas, de fontes e de perguntas que os historiadores buscam suas ferramentas e os seus campos para se lançarem aos esforços interpretativos que, quando são genuínos e honestos, enquanto processos, se materializam para muito além do que se pretende conceber como ‘bem’ e ‘mau’, como ‘certo’ e ‘errado’ ou por quaisquer vias dualistas. Por mais que, enquanto resultado, ao que nos parece, e pelo o que já foi dito, é evidente que a busca por ‘quase-verdades’ há de se dar com ação política, de modo engajado, ou seja, a busca também é pelo ‘bem’ e por aquilo que considera como sendo ‘certo’. Contudo, no tocante ao ‘processo’, o interprete de dados

²⁵⁶ BURKE, P. *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 25.

²⁵⁷ Ibidem.

culturais deve se manter firme nos limites de suas escolhas teóricas e com a máxima eficiência de suas ferramentas metodológicas para singrar por oceanos de instabilidades e pela multiplicidade de significados, ou de interpretações, decorrentes dos objetos de pesquisas nos campos histórico-culturais. Já que, evidentemente, todo e qualquer ‘conceito’ é dotado de uma historicidade particular, e por mais que estes possam ser tão singulares e peculiares, mediante a somatória (ou a instabilidade) de objetos, de fontes e de vias investigativas, enfim, nos saldos (das historicidades, dos conceitos, dos objetos e das fontes), por vezes (e não aleatoriamente), isso tanto pode servir de ‘oxigênio’ (ao ser a justa medida para o que se pesquisa), quanto pode servir de ‘veneno’, por ser impreciso, vago, obscuro ou ineficiente.

Enfim, diante da “História como um universo em expansão”²⁵⁸, tal arcabouço formado por teoria, método, fontes, conceitos e historicidades, sem dúvida, é um grande aliado; aliás, é um fator determinante e indispensável à racionalidade necessária aos processos do conhecimento histórico. Contudo, mesmo lhe sendo indispensável, e como já bem dito por Thompson, não é por meio do ‘processamento linear’ destes elementos que se chegará, a qualquer termo, ao saldo final, ou a uma luz no fim do túnel, nas buscas por quase-verdades ou nesses processos racionais e interpretativos de jogos de valores, cercados de escolhas pessoais, em meio ao dinamismo de objetos culturais. E não que estas ressalvas sejam exclusivamente válidas para as formas de conhecimentos que se edificam nos campos das humanidades; mas, sobretudo, nestes processos racionais que tratam com elementos histórico-culturais, ainda mais, se faz necessária toda clareza de que as pretendidas “quase-verdades históricas”, de fato, somente serão alcançadas a partir da acuidade que se estabelece diante de questionamentos a serem atualizados mediante as testemunhas de tais buscas (incessantes) pelas necessárias evidências na consolidação de tal “história *quase-verdade*”. No caso, é mais que essencial a constante reflexão acerca do *a partir de onde* ou dos *porquês*; ou mesmo de *como e por quê?*; quando das análises de tais objetos decorrentes do quadro histórico-cultural.

E, como dito, durante a formulação das constelações para os estudos, diante dessa miríade de estrelas, dessa multiplicidade de vozes, de falas, de fontes e de perguntas dentre as quais os historiadores se encontram, por vezes, antes mesmo de iniciarem as suas buscas por teorias, por ferramentas, por campos, a fim de se lançarem em novos esforços interpretativos, ou seja, antes mesmo das primeiras definições mediante a tal variedade de formas e de tipos encontrados (e construídos) na história da escrita da história, inegavelmente, os historiadores

²⁵⁸ BARROS, J. D’A. Os Campos Históricos na Atualidade – diálogos interdisciplinares, novas possibilidades teórico-metodológicas e projeções para o futuro. In: *Revista do Mestrado de História*, Vassouras, v.10, n°11, 2008, p. 122.

se percebem com parte de um fenômeno que, sobremaneira, faz com que a ‘diversidade das histórias’, cada vez mais, se torne algo comum (e com vasta e acelerada expansão). Peter Burke, ao tratar destas transformações sofridas ao longo da ‘história da história tradicional’, ao abordar a *Nova História, seu passado e seu futuro*²⁵⁹; ainda nos explica que:

A história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem de competir com a história mundial e a história regional (antes deixada a cargo de “antiquários” amadores) para conseguir atenção. Há muitos campos novos, freqüentemente patrocinados por publicações especializadas. A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova nação, em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural e assim por diante. [...] Tem havido também uma mudança, entre os historiadores econômicos, de uma preocupação com a produção para uma preocupação com o consumo, mudança esta que cria uma dificuldade crescente na separação entre a história econômica e a história social e cultural. A história do gerenciamento é um interesse recente, mas fica obscura se não se dissolvem as ligações entre a história econômica e a administrativa. Outra especialização a história da publicidade, abarca a história econômica e a da comunicação. Atualmente, a verdadeira identidade da história econômica está ameaçada por uma proposta de controle de um empreendimento jovem, mas ambicioso: a história do meio ambiente, às vezes conhecida como eco-história.²⁶⁰

Ademais, nos casos específicos da história política, assim aponta o historiador citado:

A história política também está dividida, não apenas nas chamadas escolas de grau superior e elementar, mas também entre os historiadores preocupados com os centros de governo e aqueles interessados na política em suas raízes. O território da política expandiu-se, no sentido de que os historiadores (seguindo teóricos como Michel Foucault) estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola ou até mesmo na família. Entretanto, o preço de tal expansão é uma espécie de crise de identidade. Se a política está em toda parte, será que há necessidade de história política? Os historiadores culturais estão diante de um problema similar, na medida em que se afastam de uma definição estreita mas precisa de cultura, em termos de arte, literatura, música etc., para uma definição mais antropológica do campo.²⁶¹

Desta forma, as máximas atenções e todos os cuidados são necessários para se que se possa transpor os labirintos resultantes da mencionada ‘construção histórica’ (em constante acumulação e transformação); realidades que também são perceptíveis pela somatória dos novos andares, como dito, elaborados com arquiteturas e com teores estéticos, ou até mesmo com materiais e com tecnologias, não homogêneos. Assim sendo, há de se dar a devida atenção para a interpretação das inúmeras fontes ou mesmo para as dificuldades que surgem diante da enorme diversidade dos registros documentais abordados, ou, sobretudo, por conta das inovações propiciadas com a atualização das *poíesis* historiográficas, por vias mais

²⁵⁹ BURKE, P. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____. *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37.

²⁶⁰ Ibidem, p. 8.

²⁶¹ Ibidem.

oxigenadas e mais contemporâneas às crises de paradigmas inerentes aos estágios atuais da modernidade. Pois, como já advertido por Burke, tais precauções serão necessárias para que possamos trilhar em campos tão diversificados, multifacetados, e bem mais que tributários de outras formas de escrita, na história da história, ou mesmo de outros modos de conhecimentos; com os quais se consolidam uma variedade de problemas de conceituação, de definição de historicidades, de mediação com as fontes, de compreensão, de interpretação e até mesmo de síntese, nas fundações destas escritas historiográficas. Dito isso, e sem nos afastarmos das nossas dimensões definidas (ou tão mais bem definidas quanto o possível) nos campos do materialismo histórico e da historiografia política, ainda assim, ou por conta das nossas fontes e das demais escolhas consolidadas para a construção desta pesquisa, por hora, nos lembraremos, também, das lições de Roger Chartier, quando o historiador (que serve de referência para tantos pesquisadores e estudos), se lança nos campos das histórias culturais:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos [...] Representação, prática, apropriação [...] Por um lado é preciso pensá-la como a análise da representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço.²⁶²

Neste prisma, uma vez mais, julgo salutar retomar as considerações de Newton da Costa, acerca da sua aceção de “caricaturas do real”, em paralelo ao que se entende por ‘representação’; mesmo quando diante dos quadros histórico-culturais, em pesquisas consolidadas no âmbito da história social. Não obstante, com tais ressalvas, lembro que trabalhamos com as ‘representações dos sertões’, nas práticas culturais (ou artísticas) de Ronaldo Correia de Brito, por meio de obras que materializam, primorosamente, práticas socioculturais (ou históricas) de sujeitos (e de objetos) que elencamos, na contemporaneidade do quadro histórico-social, para os nossos estudos. Enfim, nos apropriaremos do conjunto de sua obra a fim de avançarmos com as questões que nos são mais caras, ou seja, para nos dedicarmos aos debates acerca dos dramas do contemporâneo; logo, uma parte das dificuldades que alcançam os trabalhos historiográficos, aqui, não produzirão todos os seus efeitos; já que os objetos culturais, desta pesquisa, bem como as suas perguntas, nestas *poíesis* historiográficas, de fato, se lançam a partir de quadros que derivam do ‘presente histórico’.

E acerca deste ‘recorte temporal’, ou sobre o ‘presente como história’, e as suas implicações, ainda nos serão essenciais as considerações de Eric Hobsbawm; pois, em seu

²⁶² CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 16-17 e 27.

ensaio *O presente como história*²⁶³, o pesquisador ainda chama a atenção para alguns obstáculos que surgem diante das propostas de se traçar uma narrativa tão contemporânea quanto o presente, ou de se tecer narrativas que busquem uma historiografia do presente. Posto que, por um lado, há de se superar a dilatação de noções e de percepções que se fazem notórias entre o próprio historiador, ou entre “a data de seu nascimento”, e os demais sujeitos históricos alcançados por suas narrativas, ou seja, será preciso vencer os obstáculos decorrentes dos elementos constituintes das mentalidades das demais gerações alcançáveis pelas narrativas históricas do presente. Além do mais, ainda notam-se outros pontos de superação quando Hobsbawm atenta para os desdobramentos das situações já citadas, pois, invariavelmente, surgem conflitos de perspectivas entre ‘o passado’ e ‘as lembranças’, ‘as memórias’ ou ‘as representações’ de épocas vividas, bem como de eventos e de fatos que foram compartilhados por (quase) todos os sujeitos do quadro histórico-cultural que fornecem os dados sociais para as tais investigações sobre o ‘presente’. Então, para ilustrar os pontos que expõe, ao tratar de tais complicações, ele lança mão de suas experiências pessoais, tanto como sujeito histórico quanto como sujeito do conhecimento, nos limites da história social:

[...] a diferença entre gerações é suficiente para dividir profundamente os seres humanos. Quando digo a meus alunos nos Estados Unidos que consigo me lembrar do dia em Berlim em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, olham para mim como se eu tivesse dito que estava presente no Teatro Ford quando o presidente Lincoln foi assassinado em 1865. Ambos os eventos são igualmente pré-históricos para eles. Mas para mim 30 de janeiro de 1933 é parte do passado que ainda é parte do meu presente. O aluno que voltava da escola para casa com sua irmã naquele dia e viu a manchete no jornal ainda está em algum lugar em mim. Ainda posso ver a cena, como num sonho.²⁶⁴

Todavia, e a partir dos mesmos sentidos daquilo que nós já problematizamos, e que Anthony Giddens aponta como sendo o ‘consenso ortodoxo’, Eric Hobsbawm, no referido estudo, ainda ressalta que, talvez, a questão mais pontiaguda a ser considerada seja a do ‘consenso histórico’. Pois, desde suas primeiras linhas, o historiador traz tal noção como um dos grandes obstáculos, para as necessárias superações, nas investigações que foquem o presente no exercício historiográfico. Desta forma, após levantar os dois núcleos de contratempos (já abordados anteriormente), Hobsbawm se dedica a tratar daquilo que ele se refere como “o padrão geral das ideias do nosso tempo”; matrizes que, em vastas medidas, quando não estão impregnadas nas observações do quadro histórico-social, ditatorialmente, se

²⁶³ HOBBSAWM, E. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 243-255.

²⁶⁴ Ibidem, p. 245.

impõe sobre as mediações e, inevitavelmente, comprometem as interpretações dos dados culturais levantados para as pesquisas históricas do presente. Em suma, assim expõe o autor:

Gostaria agora de passar ao terceiro problema de escrever a história do século XX. Ele afeta historiadores de todas as gerações e infelizmente é menos sujeito à rápida revisão à luz dos eventos históricos, apesar de felizmente não ser imune à erosão da mudança histórica. Isto me leva de volta à questão do consenso histórico que mencionei antes. Trata-se do padrão geral de nossas idéias sobre o nosso tempo, que se impõe à nossa observação. Vivemos um século de guerras religiosas e isso nos afetou a todos, incluindo os historiadores. Não é só a retórica dos políticos que trata os eventos do século como uma luta entre Bem e Mal, Cristo e Anticristo. A *Historikerstreit* ou "batalha dos historiadores" alemã da década de 80 não discutia se o período nazista devia ser visto como parte da história alemã, ao invés de um parêntese de estranho pesadelo. Não havia discordância real neste ponto. [...] O perigo das guerras religiosas é que continuemos a ver o mundo em termos de jogos de soma zero, de divisões binárias mutuamente incompatíveis, mesmo quando as guerras acabam. Mais de setenta anos de conflito ideológico mundial transformaram em quase uma segunda natureza a divisão das economias do mundo em socialistas e capitalistas, economias de base estatal e privada, e uma escolha excludente entre as duas opções. Se considerarmos o conflito entre elas normal, as décadas de 30 e 40, quando o capitalismo liberal e o comunismo stalinista se uniram contra o perigo da Alemanha Nazista, parecerão anômalas. Mas de certo modo, elas sem dúvida formaram a articulação central da história do século XX. Pois foram o sacrifício da União Soviética e as idéias de planejamento e gerenciamento macroeconômico ali iniciadas que salvaram e ajudaram a reconstruir o capitalismo liberal.²⁶⁵

E como se isso já não fosse o bastante, ou para além das ácidas considerações que Eric Hobsbawm guarda para o desfecho do ensaio, outro ponto crucial para as pesquisas que tratam do ‘presente’, como lapso temporal em análise (ou, sobretudo, como nos arriscaremos ao supor, para os casos de historiadores contemporâneos à ‘revolução da informação’²⁶⁶), talvez, outro grande obstáculo para as pesquisas acerca do presente, como tempo histórico, seja o excesso (quase que incontável e bem mais que intragável) de fontes; quer seja por conta de

²⁶⁵ HOBBSAWM, E. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 252-253.

²⁶⁶ Uma vez que, hoje, nós lidamos com centenas de jornais e revistas, com milhares de canais de televisão e outros milhares de canais de informação, pela rede mundial de computadores. Ambiente virtual em que nos deparamos com trilhões de páginas, mundo a fora, e que também nos propicia infinitas interações e trocas de mensagens pelas correspondências eletrônicas e pelas redes sociais. E, claro, sem deixar de falar dos celulares ou dos outros dispositivos eletrônicos, bem como, no nosso caso em particular, digo, no campo acadêmico, as infinitas possibilidades decorrentes das buscas em plataformas, tais quais, a da SciELO. E, de acordo com um estudo publicado em fevereiro de 2012, nós ainda estamos longe de um *k máximo* nessa “expansão” do conteúdo produzido eletronicamente. “Martin Hilbert e Priscila López, da Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, calcularam a capacidade mundial para armazenamento, processamento e comunicação de informações a partir da análise de tecnologias analógicas e digitais disponíveis de 1986 a 2007. Os resultados incluem números grandiosos. Em 2007, a humanidade era capaz de lidar com 295 exabytes de dados (ou 2,95 vezes 10 elevado a 20). Para se ter uma ideia da dimensão, se cada estrela no Universo fosse um único bit de dado, haveria uma galáxia de informações para cada pessoa no mundo.” Como consta em matéria publicada pela Pesquisa Fapesp, repercutindo o artigo *The World’s Technological Capacity to Store, Communicate and Compute Information* (DOI:10.1126/science.1200970), de Martin Hilbert e Priscila López, que pode ser lido por assinantes da revista *Science*. Cf. AGÊNCIA FAPESP. *Quanto cabe de informação no mundo?* Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/13441>>. Acesso em 15 jul. 2012.

tudo que se percebe por meio de códigos binários, ou a partir das vias digitais; quer seja por conta da “democratização” ou pelo “acesso” aos dados de origem burocrática e documental, nativo das instâncias governamentais (sejam estatais ou paraestatais)²⁶⁷. Aliás, ou até mesmo como Hobsbawm faz questão de ressaltar, não compete ao pesquisador se queixar sobre “a inadequação das fontes”; porém, e sem chegar nem perto de descrever um (inexistente) mar de rosas, que não seja condizente com a realidade dos fatos, ainda nos cabe a lembrança daquilo que, há tempos, já apontava Marc Bloch, tratando da transmissão de conteúdos ou mesmo da manipulação das memórias; uma vez que alguns tipos de arquivos, e mesmo em épocas de “democracia liberal para todos”, ainda são controlados (mesmo que dos modos mais velados). No caso, Bloch faz questão de salientar que é aí que o interprete de dados do presente se encontra, perceptivelmente, com certa desvantagem; pois, o pesquisador do presente (controlado), na ótica do historiador citado, de muitos modos se veria apartado do acesso aos dados que configurariam toda sorte de ‘verdades inconvenientes’. Contudo, por consequência (e mesmo que não por compensação), os mesmos ainda seriam contemporâneos de sujeitos sociais que, voluntariamente, por engajamento e interesse com as causas em questão; ou por desvios de caráter, por atos falhos ou demais indiscrições, enfim, seja como for, os pesquisadores do ‘presente histórico’ ainda poderiam ter acesso a relatos que os “seus amigos” lhe soprariam aos ouvidos²⁶⁸. Por mais que, de fato, sempre caberá aos historiadores a lembrança de que lhes compete não fazer papel de ingênuo, diante de qualquer tipo de fonte ou documento; como já dito por Le Goff, e como sempre valerá a pena, aqui, ser lembrado.

c) “O que lembro, tenho”

Então, por razões óbvias, neste ponto do debate que passa pela percepção das condições de gêmeos siameses vivenciadas por ‘eventos’ e ‘narrativas’, em suas dimensões de ‘memórias’, ‘ficções’ e ‘não-ficções’, bem como, tendo em vista as características das obras

²⁶⁷ E, quanto a isso, que o diga Julian Assange. Uma vez que, indubitavelmente (e como foi amplamente repercutido, tanto pela *grande imprensa* quanto pela *escrita política especializada*, seja acadêmica, seja midiaticizada) o papel ou a contribuição desempenhada pelo acervo/acesso de documentos governamentais atualizado por parte do Wikileaks, indiscutivelmente, representa tanto a vazão de dados indesejados por parte de controladores das fontes ou dos documentos, quanto, sem precedentes, coloca em condição de *observado* os aparatos institucionais que, acima das leis (criadas por eles mesmos), se dedicam a jogar e vigiar sob o alheio.

²⁶⁸ BLOCH, M. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 85.

consolidadas por Ronaldo Correia de Brito, por hora, ainda se fazem necessárias as devidas ponderações sobre o quanto, sobre como ou em quais dimensões, ‘a memória’

[...] é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. [...] memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais [...] construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes [...].²⁶⁹

Assim sendo, para ampliarmos os debates sobre esta matriz de narrativas, julgo salutar tomar por contraponto algumas das lições da professora Jacy Alves de Seixas, sobretudo, para observarmos como esta pesquisadora se posiciona e (re)elabora acerca de tais questões:

Imaginemos um diálogo impossível, situado em alguma fronteira (im)pertinente da narratividade histórica: a memória seria o tema central das discussões. Convoquemos, inicialmente, a filosofia, a literatura, a mitologia... para podermos dimensionar o quão significativo seria o silêncio cuidadoso da história, participante tardia desse debate, ciosa em guardar mais a postura de ouvinte interessada nos argumentos diversificados, algumas vezes dissonantes, do que servir, ainda uma vez, de câmara de eco ao seu próprio discurso balbuciante.²⁷⁰

Em seu estudo sobre *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*, avançando (com a mesma lírica e propriedade), Jacy Alves de Seixas ainda aponta:

Imaginemos ampliar, pouco a pouco, o âmbito desse diálogo abrindo as “portas” da memória histórica à polifonia elaborada em campos diversos do saber e da sensibilidade humana, que se preocuparam, de forma central ou tangencial, com a memória: a psicologia, a psicanálise, a sociologia, a antropologia, a história das religiões, a literatura, as artes plásticas... Esboçam-se assim, caminhos a serem trilhados pelos pesquisadores interessados na memória *histórica*: precisamente promover, visando a problematizar as relações entre memória e história, tais diálogos impossíveis, como se as problemáticas da memória *histórica* se constituíssem menos por iniciativa própria, mas, como sugere Proust, pela intervenção instigante de sua “vizinhança”.²⁷¹

Assim, aumentando o foco sobre a ‘memória’, há de se tomar todo o cuidado ao mediarmos com proposições tais quais as de Pierre Nora, principalmente naquelas em que o autor trata das oscilações entre ‘o memorial’ e ‘o histórico’, ao abordar a perda da memória nacional; tendo por referência a memória nacional francesa, ao sintetizar, por exemplo, que “não se celebra mais a nação, mas se estudam as suas celebrações”. Proposições lançadas no

²⁶⁹ POLLAK, M. Memória e identidade social. In: _____. *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº. 10, Rio de Janeiro, 1992. p. 204. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

²⁷⁰ SEIXAS, J. A. de. Os Campos (In)elásticos da Memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A. de; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 60.

²⁷¹ Ibidem.

seu estudo intitulado de *Problemática dos Lugares, entre memória e história*²⁷²; no qual o autor, aos seus modos, chega ao extremo de apontar para “o fim da história-memória” ou, ainda, ao ponto de afirmar que “não existe mais memória na modernidade”; bem como, nas suas palavras: “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. [...] Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história.”²⁷³ E, ao longo desta mesma linha de raciocínio, Nora ainda propõe que a ‘memória verdadeira’, transformada por sua passagem em ‘história’, dá lugar a uma ‘memória arquivística’, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.”²⁷⁴ Assim, em uma sociedade marcada pelo ‘produtivismo arquivístico’ o vestígio é sacralizado, constituindo-se o arquivo “como a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida, mas não o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida.”²⁷⁵ Para o autor, as memórias procuram escapar da história, sendo sua razão fundamental “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas.”²⁷⁶; termos que, mais uma vez, nos trazem as lembranças do que anota Henri Lefebvre.

No entanto, e por mais que tais colocações sejam construções fortes e expressivas, diante das quais se torna, por vezes, impossível a discordância imediata; sinceramente, o mesmo já não ocorre na análise daquela oscilação ‘memorial-histórica’, muito menos no ‘atestado de óbito da memória’, ou mesmo da ‘história’, na referida modernidade. Enfim, ao pensarmos nas necessárias sínteses ou em um saldo acerca da ‘memória-história’, por tudo isso, não é somente (ou, melhor, ainda não é bem) por esta linha conceitual que seguiremos para, aqui, problematizar acerca da ‘memória’. Uma vez que, na realidade, ainda nos são mais caras as lições de Jacques Le Goff²⁷⁷, de quem nos apropriamos, mais tranquilamente, de algumas teses a respeito da memória, a saber: a sua natureza (ou condição) é expressa em noções que se remetem, mutuamente, a ‘tempo’ e ‘espaço’; ‘suporte’ e ‘sentido’; ‘memória individual’ e ‘coletiva’; ‘tradição’ e ‘projeto’; ‘acaso’ e ‘intenção’; ‘esquecimento’ e ‘lembrança’. Matrizes fundamentais tanto para as operações historiográficas, quanto para as demais relações culturais tecidas a partir das narrativas; seja por um viés mais ficcional, seja por caminhos (‘auto’ ou ‘alter’) biográficos que se mostram possíveis, de tantos modos, como

²⁷² NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez, 1993, p. 7-28.

²⁷³ NORA, P. 1984 apud SEIXAS, J. A. de. Os Campos (In)elásticos da Memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A. de; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 59.

²⁷⁴ NORA, P. op. cit., p. 15.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

genuínas (mas não exclusivas) manifestações destas dimensões da ‘temporalidade’. Nestes termos, tornam-se bem mais que claras e patentes as distinções entre as ‘condições’ das ‘memórias’ nas sociedades ‘com escritas’ e nas sociedades consolidadas em ‘tradições orais’; sendo tal característica uma influência decisiva na constituição social de tais memórias. Então, por isso, também se encontram diferentes modos de memórias ao longo dos registros históricos e das experiências de organizações sociais. Evidentemente, sendo entendida a memória enquanto um objeto de lutas – ou de disputas – entre as forças sociais, de modo que esta se torna, indubitavelmente, uma das mais importantes fontes da identidade (individual e coletiva) nas sociedades políticas, bem como, a matriz fundamental de ficções e não-ficções.

Assim, também devemos apreender, da leitura das teses de Jacques Le Goff, que nos cabe reconhecer em todo ‘documento’ um ‘monumento em potencial’; posto que não existe um ‘documento absoluto’, ‘genuíno’, ‘inócuo’ ou ‘primário’. Uma vez que todo ‘documento’ é um ‘monumento’ na medida em que este resulta dos esforços das sociedades políticas de impor, ao futuro, determinadas ‘imagens de si mesmas’. Sejam tais processos atualizados dos modos mais voluntários e intencionais ou, ainda, sejam tais processos atualizados por vias menos conscientes, mas, quase nunca totalmente involuntárias. No limite, ressalta o autor que não existe um documento-verdade, que todo documento é mentira, ao mesmo tempo verdadeiro e falso, já que todo documento é, antes de mais nada, uma montagem que deve ser desvelada, uma construção a ser desmantelada, analisando-se, sobretudo, as condições de sua produção. Em suma, todo ‘documento-monumento’ deve ser estudado, de modo crítico, como um ‘instrumento’, um ‘artefato’, uma ‘reliquia’ de poder; ou ainda, como muito bem ressalta Jacques Le Goff, nestes processos, “cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.”²⁷⁸

Dito isso, e buscando outras vozes, ainda nos serão válidas as teses de David Lowenthal²⁷⁹, para quem ‘as memórias’, ‘as histórias’ e ‘as relíquias’ se constituem como metáforas mútuas, como “rotas cruzadas em direção ao passado”; logo, vívidas e dúbias fontes de conhecimento. A memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido, sendo imensamente dotada de natureza subjetiva e, como tal, servindo de ‘guia para o passado’, com transmissora de experiências, simultaneamente, seguras e incertas. Sua primeira função “não é preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente”, não se constitui, portanto, “em uma reflexão pronta do passado”, mas como “reconstruções seletivas e ecléticas baseadas em ações subseqüentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais nós delineamos, simbolizamos e classificamos o

²⁷⁸ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 538.

²⁷⁹ LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

mundo.”²⁸⁰ Então, avançando com as teses de Lowenthal, notamos como a memória é processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente. Sendo, a essa altura, ainda pontual salientar que as noções de ‘reliquia’, na perspectiva de Lowenthal, atestam que as mesmas não são ‘processos’, mas sim ‘resíduos de processos’. Pois, como nenhum objeto físico será um guia autônomo para os tempos antigos, de fato, eles só iluminarão o passado quando já soubermos que estas relíquias pertencem ao tal passado. De sorte que, como toda relíquia existe, simultaneamente, no passado e no presente, elas requerem uma interpretação atenta para expressarem o seu papel de relicário. Ademais, ressalta o autor que um passado sem relíquias tangíveis parece ser muito tênue para ter credibilidade; enfim, conclui que é na interpretação das relíquias que a história elabora e amplia as suas ‘memórias históricas’.

Aliás, ainda é possível encontrar na noção de ‘reliquias’, de Lowenthal, uma aproximação com o conceito de ‘suportes da memória’, de Le Goff; pois, este autor menciona que os ‘documentos’ e os ‘monumentos’ são materiais da memória coletiva, diferenciando-os em função de suas características. Assim, os ‘monumentos’ apresentam alguns atributos específicos: são heranças do passado; evocam o passado; ligam-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas e apresentam uma intencionalidade. De outro lado, os ‘documentos’ apresentam um aspecto de ‘objetividade’ que, em tese, se opõe à intencionalidade do ‘monumento’. Constituem-se como uma escolha do historiador, triunfando sobre o ‘monumento’ a partir do positivismo, no século XIX, quando adquire o sentido moderno de ‘testemunho histórico’. Nestes termos, as críticas às noções de ‘documento’, propiciadas pela Escola dos *Annales*, reforçam as teses de que as utilizações dadas pelos pesquisadores, aos seus modos (mais ou menos velados ou perniciosos), podem transformar os ‘documentos’, e toda sua suposta ‘objetividade científica’, em ‘monumentos’.

Acerca destes debates, um conto de Ronaldo Correia de Brito, intitulado de *O que veio de longe*²⁸¹, e que abre a série de narrativas na obra *Livro dos homens*²⁸², aborda com lirismo notório e com profundidade incontestável algumas destas questões. Uma vez que, na mencionada trama, os populares de um lugarejo encontram, após uma enchente, às margens do rio Jaguaribe (personagem recorrente nas narrativas de Ronaldo) um corpo, ferido mortalmente à bala, cujos pertences são guardados e os restos mortais enterrados à sombra de uma oiticica, nas cercanias de onde o desconhecido foi encontrado. Contudo, com o passar do

²⁸⁰ LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.194, tradução nossa.

²⁸¹ BRITO, R. C. de. O que veio de longe. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 6-14.

²⁸² Idem, *O Livro dos Homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005.

tempo e com a somatória de eventos promovidos por algumas das matrizes mais genuínas do ‘sertão’, quais sejam, ‘as intempéries do local’, ‘a fé dos moradores’, ‘as tradições decorrentes da oralidade’ e a sua ‘imensurável devoção’, aquele desconhecido “homem de posses”, trazido pela cheia do Jaguaribe, e enterrado como indigente, acaba por se tornar senhor de um passado glorioso, cujo presente, pós-morte, se materializa de modo sacrossanto ou até mesmo miraculoso. E, desta transição “imemorial-estórica”, transcrevemos os seguintes excertos:

Atentos aos menores sinais, os exilados do Monte Alverne aguardavam o chamado do morto, a hora em que iriam escutá-lo falar. Pressentiam um acontecimento, uma experiência nova. Num meio-dia em que tocava as cabras, uma mulher foi mordida por uma cascavel, ao atravessar um terreno de lajedos. Viu a serpente se afastando e compreendeu a sentença. Quando os primeiros suores se manifestaram, sentiu que morreria sozinha. Os olhos quase fechando, avistou a oiticica, a cacimba e a cruz. Conseguiu chegar até a água. Bebeu com a garganta fechando. Sentou-se amparada na cruz e rogou ao bondoso desconhecido que lhe valesse. Um clarão atravessou o céu, parecendo o anjo da morte. Assim ela relatou o fato para o marido e os filhos, no aconchego da casa. [...] São Sebastião dos Ferros mandou um sinal para nós. E muitos outros mandaria. Pelo vaqueiro que perdeu sua rés e reencontrou-a. Pela mulher com o filho atravessado na barriga, parido a termo. Salvando um menino doente de crupe. Afugentando os gafanhotos que destruíam o milharal. De muitas maneiras o morto falava com a gente que o sepultara, guardando seus pertences como relíquia. Os homens procuravam na memória lembranças que emendavam num relato aventuroso. Construíam para o santo uma vida cheia de juventude, atos generosos e feitos heroicos. Tudo o que faltava nas suas existências comuns.²⁸³

Assim, o tal desconhecido, trazido pelas águas barrentas do Jaguaribe, ganhou o nome do santo do dia em que apareceu na vida daqueles *pastores, vaqueiros, pequenos donos de terra*, de uma *gente que não se aventurava em outros mundos, não decifrava os livros e nunca escrevera o próprio nome* (como muito bem dito por Ronaldo Correia de Brito). E a partir da ‘presença’ de um sujeito que trouxe consigo só a dúvida e a suspeita, desde as suas origens até as causas da sua morte, após a sentença de sua condição de nobre (pelas posses guardadas como ‘relíquias’), com tempo, o morto passou a santo. Enfim, seu passado, antes não sabido, no todo e nas partes, se tornou cada vez mais glorioso, e o personagem de tais feitos, com o acrescer dos pontos, passou a ser cada vez mais generoso, de caráter mais altivo e definido:

Era certo que o alvejaram numa luta contra bandoleiros que roubavam as propriedades, matando e espalhando o terror na região. Uma nuvem baixou do céu resguardando o seu corpo, que mais tarde ressurgiu como espírito de luz. Afirmavam sua castidade, depois de uma juventude cheia de amores. Filho único de um pai rico, entregou-se às orações e à leitura das Escrituras Sagradas, quando se aborreceu da luxúria. Carregava junto ao peito um exemplar d’*As horas marianas*. O livro foi atravessado por uma bala e desmanchou-se nas águas do rio. Ninguém montava cavalos como ele. O potro mais árduo serenava ao toque de sua mão. Curava os doentes com um simples olhar. Morreu nas margens do Jaguaribe, muitas léguas acima, comandando um exército de valentes. Possuía a aura dos santos e encantou-

²⁸³ BRITO, R. C. de. O que veio de longe. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 10-11.

se como o rei Sebastião. O povo eleito do Monte Alverne recebeu as relíquias preciosas para proteger e adorar. Construíram capela, acolhiam visitantes, relatavam os fatos incontestes. Só uns poucos duvidavam.²⁸⁴

E, como dito, só mesmo os mais atrevidos insistiam nas perguntas, mas, mediante o fervor das respostas, sem relutância, se calavam; já que, como diziam, “– Não se remexe nos mistérios consagrados”²⁸⁵; logo, os incrédulos não se atreviam a contestar aquela gente. Sentiam medo de tamanha fé. Enfim, do saldo dos diálogos desses poucos descrentes, na referida narrativa, encontram-se as seguintes considerações: “– Como sabem tantas histórias sobre o desconhecido, se nunca deixaram o Monte? Parecem plantados aqui. – Aprendemos. – A verdade é uma só e atravessa os tempos.”²⁸⁶ Assim, as memórias e as vidas “[...] do Monte Alverne ganhavam brilho e grandeza, resplandeciam de glória”²⁸⁷, até a chegada de outro forasteiro, que não se assemelhava aos moradores, nem aos visitantes do local. Como dito por Ronaldo: “Tinha as maneiras de quem não desconhece a riqueza”²⁸⁸; sujeito que trouxe para o Monte Alverne a revelação não só do nome de batismo de Sebastião dos Ferros, mas muito mais que isso... E mesmo que mediante as claras ameaças de que, a depender do que fosse dizer, seria melhor levantar-se do pouso e seguir seu caminho sem deixar nenhum recado:

O visitante não se intimidaria. A mudez que seguiu às falas foi interpretada como resposta, e o silêncio, como vontade de ouvir o que apenas ele podia revelar. O morto não era quem pensavam, nem herói, nem homem piedoso. Um assassino covarde, isso sim. Matara-lhe a irmã, esfaqueada pelas costas. Fugira em seguida, assustado com o crime. Ele mesmo vingara a inocente, com três tiros certos. O irmão, que estava ao seu lado quando emboscaram o falso santo, confirmaria o acontecido. Infelizmente morreria.²⁸⁹

Então, por conta de uma das premissas mais reformuladas ao longo deste estudo, a saber, tendo em vista a nossa intenção de buscar a atualidade daquilo que nos cerca e de tudo o mais com o que nos cercamos, seja na teoria, no método ou nos demais conceitos necessários ao nosso exercício interpretativo, daqui por diante, caminharemos por outros terrenos, com este saldo das ‘memórias’ (ou das ‘memórias históricas’ ou das ‘memórias históricas’). Pois, ainda pretendemos lançar ‘luzes mais atuais’ sobre as teses de Pierre Nora, de David Lowenthal, de Jacques Le Goff; sobretudo, nos atentando para as discussões de outros campos do conhecimento, que também tratam destas dinâmicas da oscilação ‘memorial-histórica’, salientando as dimensões de (re)construção e de (anti)projeto (ou

²⁸⁴ BRITO, R. C. de. O que veio de longe. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 11-12.

²⁸⁵ Ibidem, p. 12.

²⁸⁶ Ibidem.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Ibidem, p. 13.

mesmo das nuances ultraculturais destes campos de disputas) que se percebem nas memórias, para além dos limites das narrativas historiográficas.

Oportunamente, aprofundaremos estes debates, muito mais, por conta das memórias se consolidarem como fontes imprescindíveis não só para as pesquisas historiográficas, mas também para os projetos de subjetividades e de coletividades, ou seja, por conta das memórias se constituírem como células antropológicas que se apresentam como matrizes e como sínteses de ‘tempo e espaço’; ‘suporte e sentido’; ‘memória individual e coletiva’; ‘tradição e projeto’; ‘acaso e intenção’; ‘esquecimento e lembrança’, sem nos desviarmos do quanto, ainda, não somente os suportes (ou as relíquias), mas também as próprias memórias, ou as somatórias destes elementos, são “metáforas mútuas, rotas cruzadas em direção ao passado”, enfim, “vívidas e dúbias fontes de conhecimento”. Desta forma, aos nossos modos, nos valeremos das lembranças de Jacy Alves de Seixas sobre o que sugere Proust, acerca da intervenção instigante de sua “vizinhança”; porém, encarada aqui para além das disciplinas mais clássicas e mais usuais nas problematizações do tema. Por hora, mesmo sem descermos a fundo, no campo das ciências da mente, julgamos necessário trazer o debate desta matéria às luzes dos avanços mais atuais que, de muitos modos, se alcança nas neurociências.

Dito isso, de início, lembramos das análises de Daniel Greenberg, diante de um ‘ato falho’ do então presidente George W. Bush²⁹⁰, ao notarmos, por outros prismas, o quanto aquela oscilação ‘histórico-memorial’, de Pierre Nora, pode se consolidar como um terreno lodaçal, quando não em um verdadeiro campo minado. Pois, em estudo intitulado de *President Bush’s false “flashbulb” memory of 9/11/01*²⁹¹, Greenberg destaca e problematiza (e com os parêntesis eu enfatizo) sobre como e sobre o quanto (muito mais nos dias atuais) as ações dos meios de comunicação (e seus similares, em outros nichos de interação ou de comunicação social) podem falsear os conteúdos daquilo que, desde 1977, com os estudos de Roger Brown e James Kulik – sobre as memórias do assassinato de J. F. Kennedy – tanto empírica, quanto conceitualmente, passou-se a definir como “lembranças-relâmpagos”²⁹² (no original *flashbulb memories*). No estudo de Greenberg, acerca do mais recente 11 de

²⁹⁰ Por mais que tomar esse sujeito como referência já seja, por assim dizer, uma escolha complicada de ser isenta de intencionalidades sórdidas. Pois, como não é segredo (ou já foi noticiado) em recente biografia, ele afirma, entre outras coisas, que não quis invadir o Iraque, que a história o redimirá, que ele se sentiu enganado e consternado quando não foram encontradas armas de destruição em massa nos arsenais iraquianos, e outras balelas afins.

²⁹¹ GREENBERG, D. President Bush’s false “flash bulb” memory of 9/11/01. *Applied Cognitive Psychology* 18, p. 363-370, 2004.

²⁹² BROWN, R.; KULIK, J. Flash bulb memories. *Cognition*, vol. 5, n. 1, p. 73-99, 1977.

setembro²⁹³, o pesquisador se debruça sobre o depoimento de George Walker Bush, quando o então presidente afirmara que ficou sabendo dos acontecimentos de 11/09/2001 pela televisão. Contudo, como “registram as fontes”, o serviço secreto o informou de que os Estados Unidos estavam sendo atacados enquanto o mesmo visitava uma escola primária na Flórida. Assim, como se sabe, por conta de estar numa sala de aula, ele se encontrava longe de qualquer aparelho de TV; sendo notificado por agentes de sua comitiva sobre o que, forçosamente, entrou para os anais (formais e informais) como o “pior atentado da história da humanidade”.

E ainda sobre ‘atos falhos’, ‘confusões’, ‘lembranças’ e ‘presidentes estadunidenses’, também nos recordamos do que Elizabeth Loftus apresenta na introdução do seu estudo *Tricked by memory*²⁹⁴; quando a autora problematiza elementos alcançados nas entrevistas do então presidente Ronald Reagan, acerca do caso *Irã-Contras* (ou do *Iran-contra affair*, também conhecido como *Irangate*). Por ocasião, Loftus aborda uma situação em que o presidente Reagan também foi ‘enganado por suas memórias’; posto que, em agosto de 1985, Ronald Reagan dava declarações de que teria aprovado o envio do carregamento de armas, por parte de Israel, para o Irã. Apenas destacando que não se lembrava, ao certo, ‘quando’ havia “autorizado o envio dos tais armamentos”. Porém, em fevereiro de 1986, diante dos mesmos fatos, e tendo em vista as dificuldades inerentes ao caso, as suas ‘memórias mudariam’. Em novas declarações, após conversas com os seus assessores mais próximos, no caso, principalmente com Donald Reagan, o político retificaria o que havia sido dito; mencionando que “não se recordava de ter autorizado o carregamento de agosto”; inclusive, se dizia “surpreso” com o envio das armas para o Irã, por parte do governo de Israel. E, ainda naquele fevereiro, o então presidente dos Estados Unidos, assim tentaria sustentar as suas explicações e as demais declarações sobre tais ‘mudanças’ em suas ‘lembranças’:

Na tentativa de recordar dos eventos transcorridos há oito meses, receio que eu tenha me deixado influenciar por outras recordações, que não as minhas. [...] Eu não tenho nenhuma anotação pessoal ou registro que me auxilie nesta questão. A única

²⁹³ Haja vista o quase total banimento (ou o esquecimento forçoso) das memórias de 11 de setembro de 1973; data do golpe militar no Chile, com o qual se promoveu a ascensão do General Augusto Pinochet e a morte de Salvador Allende. Ou seja, existe uma espécie de “dever de esquecimento” diante dos fatos de que um presidente eleito democraticamente (e que, como se sabe, por promover reformas político-econômico-sociais, significativas), a partir da efetiva participação dos Estados Unidos, como algoz em mais este capítulo da história latino-americana, também em 11 de setembro, foi consolidado (com todos os requintes do período e das práticas que se convencionou chamar de Operação Condor) um dos atos mais covardes e controversos no rol dos atentados terroristas promovidos por forças de Estado. Cf. WEINER, T. *Legado de Cinzas: Uma história da CIA*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 341-359. Temas que também são abordados no estudo *11 de setembro, entre memórias e ficções*. Cf. FERREIRA, G. H. 11 de setembro, entre memórias e ficções. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 1, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-12.

²⁹⁴ LOFTUS, E. *Tricked by memory*. In: JEFREY, J.; EDWALL, G. (Org.). *Memory and History: Essays on recalling and interpreting experience*. New York: University Press of America, p. 17-29, 1994.

resposta honesta a dar é dizer que eu tentei, tanto quanto pude, e não me recorde de nada. [...] A verdade, simplesmente, é que não me lembro do ocorrido.²⁹⁵

Claro, aqui não faremos papel de “ingênuo” ao abraçarmos o engodo destes discursos de ex-presidentes da ‘democracia liberal’ mais beligerante do planeta Terra. Nem nos perderemos em meio aos seus frenéticos movimentos de ir e de voltar, de tantos campos de batalhas, ou em suas (in)convenientes e mutantes (pro)posições acerca das *Razões para a Guerra*²⁹⁶. Porém, no mesmo estudo, tratando de experimentos e de discussões desvestidas de ironias ou de provocações, quer seja em relação aos sujeitos, quer seja em relação às estruturas governamentais, Elizabeth Loftus elabora acerca de como, de fato, nós somos ‘enganados’ por nossas ‘memórias’. No caso, a pesquisadora menciona os resultados alcançados em um experimento em que, por meio de uma sequência de *slides*, são apresentadas cenas (fictícias) de um acidente de trânsito; no qual um carro ‘verde’ aparece atropelando um ciclista, ao sair de seu trajeto para evitar a colisão frontal com um caminhão que invadira a contramão. Após a exibição dos quadros, a pesquisadora fazia perguntas do tipo: “Por que o carro ‘azul’ atropelou o ciclista?” E, posteriormente, ao indagar os participantes sobre qual era a cor do carro envolvido no acidente, uma parcela considerável das ‘testemunhas do ocorrido’ afirmava que o carro era ‘azul’ (como ‘sugestionado’ pela pergunta); e não ‘verde’ (como ‘mostrado’ na sequência de *slides*).

No estudo, Elizabeth Loftus comenta que uma das razões para essas ‘falsas lembranças’, ou para as tais ‘distorções’, é que nós não temos ‘memória fotográfica’; então, as ‘nossas memórias’ são ‘construídas’ a partir de dados culturais, e não só do ‘imaginário’, mas, sobretudo, por meio de elementos de origens ‘verbais’ (ou de outros modos que possam ser socialmente trocados e construídos). Dados que, nestes processos, também podem se transformar (mentalmente) em ‘imagens’. Enfim, nestes jogos de ‘construção e acesso’ das ‘memórias’, por meio da (con) fusão da ‘oralidade’, do ‘imaginário’ e dos ‘dados mnemônicos’, de fato, podemos chegar ao ponto de ‘forjar novos elementos’ que venham ‘suprir’ quaisquer lacunas ou até mesmo que surjam para readequar, com ‘melhor lógica’, as narrativas construídas a título de memórias. Não raramente, fazemos isso, inclusive, importando de outros eventos quaisquer dados que possam colaborar no ‘projeto de

²⁹⁵ TOWER, J.; MUSKIE, E.; SCOWCROFT, B., 1987 apud LOFTUS, E. Tricked by memory. In: JEFREY, J.; EDWALL, G. (Org.). *Memory and History: Essays on recalling and interpreting experience*. New York: University Press of America, 1994, p. 17, tradução nossa.

²⁹⁶ WHY WE Fight (Razões para a Guerra). Direção: Eugene Jarecki. Filme documentário em longa-metragem que aborda o fenômeno econômico e cultural da expansão do parque industrial bélico estadunidense. Estados Unidos: Charlotte Street Films; França: Arte; Reino Unido: BBC Storyville; Canadá: Canadian Broadcasting Corporation; Dinamarca: TV2 Danmark, 2005. 1 filme em DVD (98min), son., color.

(re)construção’ das referidas narrativas, digo, das mencionadas memórias; ou seja, não só os meios de comunicação possuem grande influência na (de)formação das ‘nossas memórias’.

Aliás, e nos lembrando do que já foi dito por Maurice Halbwachs, acerca das ‘nossas memórias’, há de se pensar para além das complicações destas serem ou não serem tão ‘memórias’, pois, por vezes, as preocupações recaem sobre os fatos das mesmas nem serem tão ‘nossas’ assim. Discussões que se desdobram, para além ‘das lembranças’, até os campos do ‘esquecimento’; como nos adverte, entre outros, Paul Ricoeur ou mesmo Jacques Le Goff, que assim sumariza a questão: “Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. [...] Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.”²⁹⁷ Evidentemente, mesmo reconhecendo os grandes apontamentos realizados nas teses de Halbwachs, acerca dos quadros histórico-sociais, ou das memórias coletivas²⁹⁸, sem dúvida, temos as nossas razões, que vão para além das questões das neurociências, para acreditarmos também na ‘singularidade das memórias’. Pois, absolutamente, bem sei e bem me lembro de que, ainda sobre o famigerado 11 de setembro de 2001, jamais jogaram um Boeing 757 contra o Pentágono; por mais que a maioria dos ‘sujeitos’ do ‘quadro histórico-social’ das ‘memórias globalizadas’ se “lembrem” deste incidente, mesmo que ele, de fato, nem tenha ocorrido²⁹⁹.

E ainda tendo em vista outro estudo de Elizabeth Loftus, nos campos das distorções das memórias e da participação social na formação das mesmas, lembramos do que a pesquisadora aponta em *Memory distortion and false memory creation*³⁰⁰. Pois, na sessão *informações incorretas das memórias*, Loftus relata que, ao longo das duas últimas décadas do século XX, diversas pesquisas trouxeram inúmeros dados e avanços substanciais sobre como as novas informações, “pós-acontecimento”, influenciam na constituição das memórias acerca dos fatos ocorridos. Posto que, não raramente, acrescentam-se às tais memórias novos elementos narrativos; tanto ‘pós-acontecimento’ quanto decorrentes de eventos ‘nem sequer acontecidos’; sendo que tais acréscimos se atualizam por vezes ‘suplementando’, ou até

²⁹⁷ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 422.

²⁹⁸ Cf. HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. E ainda, do mesmo autor, a obra *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

²⁹⁹ Abordo essa “polêmica”, entre outros apontamentos, ao longo do ensaio publicado (referente à comunicação apresentada) com o título de *11 de setembro, entre memórias e ficções*. Cf. FERREIRA, G. H. 11 de setembro, entre memórias e ficções. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 1, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-12.

³⁰⁰ LOFTUS, E. Memory distortion and false memory creation. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry & the Law*, vol. 24, n. 3, 1996, p. 281-295.

mesmo ‘distorcendo’, bem como ‘adulterando’ os dados mnemônicos ou, em outros termos, alterando as narrativas relativas às referidas ‘recordações’ (pessoais e sociais).

Como exemplo, Loftus menciona uma série de experimentos em que vários indivíduos são apresentados às narrativas de suas infâncias; experiências trazidas por seus próprios pais. Porém, nestes ‘novos relatos experimentais’, outros dados são acrescentados aos ‘acontecimentos narrados’ a partir da lembrança dos pais. Por exemplo, os pesquisadores acrescentaram a presença de um palhaço na festa de aniversário (distorcendo o evento que originalmente aconteceu sem a presença do referido animador). Ressalta-se que, dentre os entrevistados, no primeiro momento, ninguém se recordava dos ‘dados inseridos’, ou seja, desconheciam a presença do tal palhaço. Contudo, em uma segunda entrevista, cerca de 20% dos participantes passaram a se ‘lembrar’ da animação do palhaço. Inclusive até falavam, com detalhes, de como a pitoresca figura, efetivamente, animara a festa. E, ao final, constataram também que quando as pessoas são convidadas a ‘imaginar’ (seja uma cena fictícia, um dado distorcido, um evento adulterado ou qualquer coisa que o valha), as impressões de que ‘o implante’, de fato, ‘havia ocorrido’ apresentaram um incremento que foi considerado como significativo.

Neste sentido, buscando novos contrapontos para as concepções de memória, seja como ‘narrativa’, ou seja, como ‘reelaborações’; ou mesmo como ‘processos fisiológicos’, consolidados em níveis físicos, químicos, neurais e mentais; outros dados, particularmente peculiares, nos campos das ‘ciências da mente’, encontram-se nos estudos das psicólogas Annette Bohn e Dorthe Berntsen. Sobretudo no artigo *Pleasantness bias in flashbulb memories: Positive and negative flashbulb memories of the fall of the Berlin Wall among East and West Germans*³⁰¹; no qual Bohn e Berntsen demonstram a existência de um padrão comportamental (e afetivo) em relação à fidelidade e aos detalhes, bem como à vivacidade dos relatos, ou melhor, da eficácia da ‘reconstrução das lembranças’ na medida em que os sujeitos possuem sentimentos de afeição ou de rejeição em relação aos acontecimentos a serem rememorados (reelaborados).

Consoante aos relatos e aos dados apresentados no estudo; Annette e Dorthe puderam perceber que, cerca de 20 anos após a queda do muro de Berlim, os dois grupos de entrevistados (ou seja, sujeitos que outrora moravam ou na porção ocidental ou na porção oriental da Alemanha) possuíam uma visão claramente distinta dos momentos vividos no bem sabido 9 de novembro de 1989. Notaram que isso, em partes, decorria dos fatos de que, na

³⁰¹ BOHN, A.; BERNTSEN, D. Pleasantness bias in flashbulb memories: Positive and negative flashbulb memories of the fall of the Berlin Wall among East and West Germans. *Memory & Cognition*, vol. 35, n. 3, abril de 2007, p. 565-577.

porção oeste, por regra, as opiniões (entusiasmadas) afirmavam que, dali por diante, se iniciaria uma nova era de prosperidade e de esperança. Ao passo que, mais ao leste, para uma parcela significativa dos entrevistados, tudo aquilo era visto com ceticismo, temor e descrença; e não só por razões ideológicas (relativas à queda do socialismo), mas também por questões econômicas e sociais (tendo em vista o grave risco do desemprego em massa, bem como os temíveis colapsos e convulsões nas relações sociais já estabelecidas). De sorte que, o que salta disso tudo (ou destas distinções ‘afetivas’ ou ‘desafetivas’ com as tais ocorrências) é o impacto que se percebe na ação dos sentimentos no teor das lembranças; ou melhor, em como a posição de cada sujeito, em relação aos fatos a serem lembrados, influencia, substancialmente, nos processos de consolidação e de reconstrução das referidas memórias.

No estudo, Annette Bohn e Dorte Berntsen indagaram aos alemães (outrora ocidentais e orientais) sobre fatos políticos e triviais, tais quais, quem estava à frente dos governos, nas duas Alemanhas, ou ainda qual foi a data em que se deu a ‘queda’ do muro, além de qual dia da semana este fato havia ocorrido; entre outras perguntas mais corriqueiras. Como saldo, as pesquisadoras puderam perceber que, dentre os entrevistados que tinham impressões negativas de tal ocorrência (grupo formado, predominantemente, por indivíduos da então Alemanha Oriental) os detalhes dos dados e a fidelidade das recordações eram muito superiores, em relação ao grupo que se ‘lembrava’, afetivamente, daquela “quinta-feira, 9 de novembro de 1989”. Com esta pesquisa ainda se demonstra que os sujeitos que reagiram negativamente à queda se recordavam de datas, fatos e que também foram capazes de citar uma série de desdobramentos do referido acontecimento. Também puderam notar que as ‘memórias’, neste grupo de entrevistados, eram desprovidas de quaisquer tons afetivos, dito de outro modo, os relatos eram mais ‘racionais’, mais ‘frios’, mais ‘calculados’, menos ‘valorativos’. Por outro lado, entre os sujeitos que detinham impressões favoráveis ao evento, seus relatos eram permeados de ‘imagens’, ‘sons’, ‘cheiros’, ‘gostos’ e ‘sentimentos’ das ocorrências narradas; contudo, como apontam as pesquisadoras, nas tais ‘construções’, dentre os ‘entusiastas’ da ‘queda do muro’, foi notória a presença de ‘respostas prontas’, bem como a percepção de diversos ‘paralogismos’ (raciocínios falsos, mesmo que feitos sem má-fé, por falta da efetiva consciência dos equívocos promovidos por tais elaborações). Em suma, alguns dos conteúdos nestas ‘construções’ decorriam de dados do campo da ‘ficção’, no sentido do ‘não ocorrido’, pois não correspondiam às realidades dos fatos percebidos na tal quinta-feira.

Diante de tais quadros, Bohn e Berntsen deduziram que as “lembranças-relâmpagos” são resultantes de um complexo processo de assimilação dos eventos que, de muitos modos, podem ser influenciados tanto pelo estado emocional, ou pela condição mental, quanto pela

posição de distanciamento ou de aproximação do sujeito em relação ao fato. Disso tudo, surgem outras questões a serem pensadas: por quais razões os testemunhos históricos realizados por sujeitos que, em relação aos fatos, reagem positivamente e demonstram afetividade, como visto, não conseguem reconstruir tão bem os detalhes ou tão fielmente os eventos ocorridos? Por quais razões, com o passar do tempo, as recordações tendem a cair no esquecimento?

Nestes casos, e não só para as pesquisadoras citadas, as hipóteses mais recorrentes partem da seguinte linha argumentativa: nos acontecimentos ‘positivos’, em geral, não existe a necessidade de se resolver conflitos, superar problemas ou lidar com crises; logo, o cérebro não é exigido nas funções de armazenar detalhes ou de reter novos aprendizados. E é por isso que, em partes, se percebe a inserção de ‘dados alheios’ aos ‘eventos rememorados’; pois, somando a ‘falta de detalhes retidos’ com a afetividade em relação os fatos narrados, quando da descrição animada e passional destas experiências, mesmo que involuntariamente, surgem ‘novos elementos’ ou ‘novos dados’ que são assimilados às memórias nessa ‘reconstrução’, o que resulta no falseamento, na distorção ou na adulteração das memórias autênticas. Por outro lado, diante de acontecimentos ‘negativos’, e tendo em vista a necessidade de resolução dos conflitos, de problemas ou crises, o aparato neurológico se encontra, com o mais alto afínco, na realização otimizada das funções de reter todos os tipos de informações; incluídos os mínimos detalhes, bem como no registro das experiências, a título de aprendizado; por isso, em relação aos fatos ocorridos, na (re)construção das memórias de cunho desafetivo, é possível notar uma maior fidelidade e muito mais riqueza nos detalhes narrados.

Desta forma, ressaltando a função da ‘linguagem’, não só para as ‘memórias-histórias’, ainda nos cabe a ressalva de que, ao longo da evolução da humanidade, e bem antes da consolidação do ‘mundo’ enquanto espaço ‘civilizado’, nota-se que ao vivenciarmos as maiores adversidades nos encontramos diante de momentos cruciais em que se fez possível a atualização de passos fundamentais rumo à consolidação da nossa espécie. Como exemplo, podemos nos lembrar das teses que apontam para o surgimento da ‘linguagem articulada’ no período em que, após atividades geológicas catastróficas para a vida na Terra, quando da ocorrência de uma das maiores extinções em massa que se tem registro, e naquilo que hoje se chama de África, sobraram cerca de 10.000 *homo sapiens*; a título de toda a população humana sob a superfície do planeta³⁰². Então, diante deste ambiente inóspito, ao ter de lidar

³⁰² JOURNEY OF Life – Humans (A Aventura da Vida – Humanos). Direção: Miles Barton. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de Steve Leonard. Reino Unido: BBC. 1 episódio de série em TV (60min), son., color.

com novas e impensáveis situações, separados em grupos familiares, ao redor do continente africano, o ‘desenvolvimento da linguagem’ surgiu (nos moldes apontados por Rousseau, mas bem longe do norte da Europa, para que se pudesse transmitir e promover ‘ajuda’, quer seja entre os membros dos próprios grupos, quer seja entre os mais distintos grupos remanescentes) a fim de que pudessem trocar as experiências adquiridas durante a superação destes novos desafios. Do mesmo modo, na transposição dos percalços, no decurso das trilhas dos *homo sapiens*, para se conseguir recordar das dificuldades contornadas, ou ainda, para que se pudessem transmitir tais conhecimentos, tanto a ‘memória’ quanto a ‘linguagem’, nos caminhos para a criação do arcabouço biológico e cultural humano, tiveram papéis decisivos ao longo da sobrevivência e da consolidação de nossa espécie ou mesmo de nossa ‘condição’.

Dito isso, evidentemente, tanto a ‘linguagem’ quanto a ‘memória’, bem como a ‘arte’, deverão ser encaradas como elementos, substancialmente, responsáveis para a consolidação de tudo o que nós somos, enquanto sujeitos, enquanto espécie, enquanto sociedades. Porém, as ‘memórias’ (com todas as suas peculiaridades, perceptíveis desde os campos da neurociência, ou das ciências da mente, bem como em todos os labirintos da sua condição de memória histórica), sem sombra de dúvidas, constituem-se como ‘tramas narrativas’ que nos permitem não apenas organizar impressões, cheias de dúvidas ou (in)certezas, a respeito das nossas próprias realidades ou de nós mesmos; mas, para além de tudo isso, ainda se mostram como uma forma de inteligência multifacetada e singular que nos permite a constante (re)construção tanto de ‘nós mesmos’ quanto do ‘mundo’. A respeito dessas faculdades, Robert Jaffard, Diretor do Laboratório de Neurociências Cognitivas da Universidade de Bordeaux, assim elucida:

A memória é uma função “inteligente”. Permite que seres humanos e animais se beneficiem da experiência passada para resolver problemas apresentados pelo meio. Proporciona aos seres vivos diversas aptidões, desde o simples reflexo condicionado até a lembrança de episódios pessoais, e a utilização de regras para a antecipação de eventos. Essa diversidade baseia-se no tripé aquisição, armazenamento e emprego das informações. [...] debateu-se intensamente a possibilidade de a memória ser considerada uma função unitária ou ser decomposta em diferentes sistemas. Rejeitada de início pelos cientistas, a ideia de que podem existir várias formas ou tipos de memória hoje afinal se impôs. As atuais teorias sobre a natureza dessa fragmentação estão próximas das que foram defendidas por filósofos como Maine de Biran ou Henri Bergson no século XIX.³⁰³

Ou seja, e como se aponta ao longo destes debates, desde muito antes do advento desses estudos mais contemporâneos, ‘as memórias’, por diversas perspectivas, já

³⁰³ JAFFARD, R. A diversidade da memória. *Mente e Cérebro – Edição Temática – Em busca da memória*, p. 16-21, 2009.

despertavam tanta atenção quanto se mostravam cruciais ao desenvolvimento das relações dos seres humanos. Então, se hoje as pesquisas de Joe Z. Tsien³⁰⁴, que visam mapear a superfície cerebral em busca dos neurônios responsáveis por tais funções (e os mecanismo pelos quais os tais estímulos se transformam, neurologicamente, em ‘dados’, digo, em ‘lembranças’), ou mesmo se as investigações de Miguel Nicolelis e Sidarta Ribeiro³⁰⁵, em busca dos ‘códigos neurais’, tem em vista o desenvolvimento de novas gerações de ‘inteligências artificiais’, como exemplo, na construção de computadores e de robôs, ou até mesmo de novas formas de se observar a mente humana, de nenhum modo, estes avanços poderiam ser aplicados para se forjar uma ‘memória total das realidades’. Não ao menos para uma memória saudável.

Então, tais intentos jamais poderiam ser convergidos para a consolidação de uma ‘memória arquivística’, como se fossem atualizados para contrariar as palavras de Pierre Nora, ou para que dessem conta da “constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que”, nestes casos, seria, enfim, “possível de ser lembrado.”³⁰⁶ Tais pesquisas não buscam consagrar uma ‘memória patológica’ cunhada por uma sociedade marcada pelo ‘produtivismo arquivístico’, na qual os vestígios, além de serem sacralizados, se constituiriam como arquivos perfeitamente aptos “para reter toda a secreção voluntária e organizada de uma memória não mais perdida”, sendo muito mais que o saldo (mais ou menos intencional?) “de uma memória vivida.”³⁰⁷ Pois, mantendo a saúde das memórias e tirando os maiores proveitos de tais pesquisas, ao nos lembrarmos, mais uma vez, das lições de Nora, ainda ressaltamos que nos caberiam todos os exercícios (falíveis) desta (re)construção, para a (im)possível perpetuação das funções das ‘memórias’, quer seja no sentido de “escapar da história, de parar o tempo, de bloquear o trabalho do esquecimento ou de fixar um estado das coisas.”³⁰⁸ Posto que, e ainda nos campos das pesquisas nas neurociências, também ficam cada vez mais comprovadas as teses de que a capacidade de (re)construir essas narrativas, logo, de se consolidar e de acessar as memórias, ou em outros termos, que as condições de uma memória, verdadeiramente, saudável não tem a ver tão somente com a aquisição, o armazenamento e o emprego das informações, mas, sobretudo, com o esquecimento.

Acerca destas matérias, inevitavelmente, nos lembramos do trágico caso de Irineu Funes, como magistralmente descrito por Jorge Luis Borges, com os percalços da vida de

³⁰⁴ TSIEN, J. Z. O código da memória. *Scientific American Brasil*, Edição Especial – Neurociências, nº. 40, p. 38-45.

³⁰⁵ NICOLELIS, M. A. L.; RIBEIRO, S. Em busca do código neural. *Scientific American Brasil*, nº 56, jan., p. 39-47, 2007.

³⁰⁶ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez, 1993, p. 15.

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ Ibidem.

Funes, O memorioso; ficção que também encontra a sua contrapartida na realidade, como se pode perceber com os registros da vida de Jill Price (caso raro dessa disfunção³⁰⁹), que junto com Bart Davis escreve a obra *A mulher que não consegue esquecer – Relatos da síndrome de hipermemória*³¹⁰. Contudo, sobre ‘o esquecimento’, são edificantes e substanciais as lições de Jacy Alves de Seixas, seja em sala de aula, seja nas demais exposições das suas problematizações, ao abordar as teses de vários dos autores que, até aqui, já foram citados; mas, principalmente, de Ricoeur, com a sua obra *A Memória, a História e o Esquecimento*³¹¹.

Enfim, até então (por razões previamente declaradas, mas, sobretudo, aos seus modos demonstradas) mediamos não só com os conceitos mais ‘clássicos’ de memória, tais quais os de Le Goff, que a apresenta como uma “[...] propriedade de conservar certas informações, que remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”³¹²; bem como não deixamos de nos atentar para o quanto, na historiografia, o vértice de maior interesse, acerca das ‘memórias’, se inscreve nas faculdades (e nas possibilidades) das ‘linguagens’; como ressalta, por exemplo, Maurice Halbwachs³¹³, ao tratar do aspecto social, sobretudo do caráter de aparato culturalmente consolidado e (re)utilizado no seio de uma coletividade, que se estabelece a partir destas ‘linguagens’ ou das ‘histórias-memórias’. Ainda assim, é por tudo isso que, neste trecho da pesquisa, buscamos trazer para o foco dos debates algumas questões que se levantam de outras áreas que nem sempre são (re)visitadas, quando das elucidações acerca das memórias históricas. Por mais que, como se quis demonstrar, estes estudos, nos campos das ciências da mente, corroborem para muitas destas teses que, há tempos, já foram formuladas em estudos filosóficos, historiográficos, literários, sociológicos e afins, quando da problematização das referidas memórias, suas naturezas e suas condições.

Contudo, no saldo de tais debates, insistimos na nossa predileção por abordar as memórias (e não somente mediante as investigações historiográficas, mas também como

³⁰⁹ Destaca-se, oportunamente, que acerca de tal ‘raridade’ (ou deste quadro de ‘hipermemória’) encontramos outro exemplo desta síndrome na figura de Sean Colon; como apresentado na série *Unforgettable*, da CBS. Ademais, tendo em vista os trabalhos de Gary Marcus, faz-se saber que, ao menos tendo em vista as memórias de Jill Price, estas condições, de memória acima da média, nas dimensões de aquisição, armazenamento e acesso de dados mnemônicos, enfim, só se efetivam em relação às memórias autobiográficas. Posto que, diante dos fatos sociais que gravitam para além da sua própria vida, como demonstrado em alguns dos estudos de Marcus, as memórias da ‘mulher que não consegue esquecer’, na realidade, apresentam as mesmas capacidades de uma ‘memória média’, igualmente sofrendo das mesmas interferências (sejam as alterações, sejam as distorções) encontradas nos demais sujeitos e em suas memórias sociais.

³¹⁰ DAVIS, B.; PRICE, J. *A mulher que não consegue esquecer – Relatos da síndrome de hipermemória*. São Paulo: Arx, 2010.

³¹¹ RICOEUR, P. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 423-512.

³¹² LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 419.

³¹³ HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

projetos de subjetividades e de coletividades, em suma), de mediarmos com tais células antropológicas, sempre, como sínteses de tempo e espaço; suporte e sentido; memória individual e coletiva; tradição e projeto; acaso e intenção; esquecimento e lembrança; como também já foi definido por Le Goff. Ou seja, tratamos de tudo isso sem nos desviarmos do quanto, ainda, não somente os suportes (ou as relíquias), mas também as próprias memórias, ou as sínteses desses elementos, enquanto narrativas, (re)construções ou (anti)projetos, por via de regra, são metáforas mútuas, rotas cruzadas em direção ao passado, vívidas e dúbias fontes de conhecimento; como também já foi dito por Lowenthal. Claro, sem deixar de ressaltar o quanto as memórias nunca poderão ser abordadas como uma reflexão pronta do passado, mas sim como reconstruções seletivas e ecléticas baseadas em ações subsequentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais nós delineamos, simbolizamos e nos consolidamos no mundo.

Apontamentos que, de modo geral, nos fazem relembrar das teses de Lacan, e da sua ampliação do ‘mundo’, para além dos campos do ‘imaginário’ e do ‘real’ (dicotomia que, por tantas vezes, já foi aprofundada por Althusser e por seus debatedores ou comentadores). Posto que, as (de)formações das ‘memórias’ estão ligadas também às (des)funções das ‘oralidades’, da ‘imaginação’, dos ‘meios de comunicação’ e de tudo o mais que ‘simboliza’, e pelos os quais ‘simbolizamos’, todas as nossas condições de seres humanos; em constante (re)construção e (re)significação. Então, mais uma vez nos lembramos do que já disse Lacan, e nos apropriamos da sua ‘dilatação’ dos mundos, a partir dos campos do ‘simbólico’, bem como nos lembramos do que já disse Victor Leonardi, acerca de como a ficção possibilita a mediação com “aspectos da história política e cultural do Brasil que outras formas de ‘aproximação do real’ ainda não haviam possibilitado.”³¹⁴ Enfim, como síntese, nos valem das meditações que são possíveis a partir do mote que, praticamente, já virou um dito popular atribuído à Jacques Lacan: “a verdade só pode ser dita nas malhas da ficção”; muito embora, ao menos de minha parte, ainda prefira me filiar às lições de Silvio Da-Rin, que muito bem diz que: “Não existe método ou técnica que possa garantir um acesso privilegiado ao real”.

Diante disso, me lembro também da sabedoria professada pela personagem (de não-ficção) Estamira, que no fim do documentário diz: “[...] tudo que é imaginado existe; é real.”³¹⁵ E por ser imaginado, logo, vivido, indubitavelmente, é real; no entanto, nem tudo o que é real foi imaginado para ser vivido. E até por isso tantas facetas da ‘realidade’ nos soam

³¹⁴ LEONARDI, V. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1996, p. 309.

³¹⁵ ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Filme documentário em longa-metragem que, brevemente, acompanha a vida e os dramas de uma brasileira, trabalhadora no aterro sanitário de Jardim Gramacho. Brasil: Zazen Produções Audiovisuais (Distribuição: Riofilme), 2004. 1 filme em DVD (121min), son., color.

como sendo muito mais absurdas do que as mais desvairadas das fantasias, ou ficções. Além do mais, em relação às obras de Ronaldo Correia de Brito, acerca da memória e da temática sertaneja, estas tais ‘células antropológicas’ ocupam uma posição de inegável destaque, bem como, as confluências das suas fronteiras se apresentam, com maestria e singularidade, em toda a pluralidade dos suportes (teatro, cinema e literatura) e das fontes (memórias, ficções, não-ficções ou mesmo das metaficções historiográficas; por mais que as suas obras literárias não sejam motivadas por essa busca de ‘quase-verdades’, e, de fato, se encontrem, totalmente livres, nos campos ficcionais das artes); como se percebe na somatória das suas realizações.

“Transponho de volta a fronteira dos Inhamuns, as terras secas que há muitos anos se cobriam de pastos, nação dos jucás. O sertão dos bandeirantes paulistas situava-se nas serras ou além delas, em florestas atlânticas onde eles grilavam os índios, procuravam ouro, pedras preciosas, e caçavam animais de pele rara. O sertão é o Brasil profundo, misterioso, como o oceano que os argonautas temiam navegar. Chega-se a ele acompanhando o curso dos rios, perdendo a memória do litoral. [...] O sertão é anterior ao descobrimento. Já se fundara em Creta, no culto ao touro e na arte de domar a rês. Também se fizera sentir na Arábia das Mil e Uma Noites e em Israel, com o legado da Escritura Sagrada. O Oriente e o Ocidente se juntaram nos desertos de cá. Mouros e judeus mesclados na Ibéria continuaram se misturando com outras raças de gente, gerando a estirpe sertaneja. A Galileia e os restos da família ficam para trás, às minhas costas. Quando vim, atravessei pelo meio da noite. Engolia um tranquilizante a cada quilômetro. Faço o caminho inverso, numa manhã de sol. O mundo reluz após vinte e um dias de chuva, tempo em que me encolhi indeciso, esperando que o avô morresse, mas ele não quis morrer. Preferiu continuar vivo, empestando o mundo com seu cheiro podre.”

(Ronaldo Correia de Brito, 2009)

3 MÍSTICAS E SERTÕES EM MEIO ÀS GLOBALIZAÇÕES: OLHARES E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ARTES DE RONALDO CORREIA DE BRITO

3.1 Prelúdios para (re)leituras, alegorias e metaforizações

Antes de abordarmos o conjunto da obra de Ronaldo Correia de Brito³¹⁶, reforçamos que o estudo em curso não se consolida a partir de uma intermediação de cunho biográfico com a sua trajetória³¹⁷. Por mais que, ainda assim, se faça bem mais que necessário mencionar que o referido autor, desde muito cedo, dentre os seus pares e nos seus espaços mais próximos, passou a se destacar não apenas como dramaturgo (ou teatrólogo), mas também como contista (ou ficcionista), bem como documentarista (ou cineasta; roteirista para televisão e cinema), além de médico e psicanalista. Com tal universalismo e com tamanha regionalidade, nota-se esse homem totalmente inserido no contexto sertanejo, não apenas no tocante à sua vida, mas, igualmente, naquilo que nos remete à sua arte. E, com o passar do tempo, também foram acrescidas as dimensões e as experiências (bem como as repercussões e os desdobramentos) relativos aos espaços alcançados, tanto pelo autor quanto por suas obras. Assim sendo, nos campos literários, desde o final da década de 1980, Ronaldo Correia de Brito já circulava com seus contos; e, como exemplos, podemos nos lembrar de *As Noites e os Dias*³¹⁸, *Faca*³¹⁹ e *Livro dos Homens*³²⁰. Ao longo de sua jornada artística, antes de ser agraciado com um dos maiores prêmios literários do Brasil, o *Prêmio São Paulo de Literatura* de 2009 (com o seu romance de estreia, *Galileia*³²¹); Ronaldo tanto já havia escrito peças de teatro para crianças (*O Baile do Menino Deus*³²², *Bandeira de São João*, *O Pavão Misterioso* e

³¹⁶ Como já foi mencionado (e referenciado) anteriormente, na presente pesquisa, como arcabouço primordial das nossas fontes, trabalharemos com as seguintes obras literárias de Ronaldo Correia de Brito: *O Livro dos Homens*, *Faca* e *Galileia*; além de textos elaborados para peças de teatro, sobretudo as que foram concebidas para o público infantil, a saber: *Arlequim de Carnaval*, *Pavão Misterioso* e *Baile do Menino Deus*; bem como as obras cinematográficas: *Lua Cambará*, longa-metragem de ficção (narrativa que também foi adaptada para os campos da dança, com diversas montagens no referido nicho de espetáculos), e os documentários: *Caboclinhos* (obra realizada para a TV Universitária), *Brincadeira de Mateus* (também realizado para a TV Universitária) e *Maracatus* (documentário realizado para a TV BBC), além de *Cavaleiro Reisado* e *Brincadeira de Reisado* (obras realizadas para o cinema).

³¹⁷ Pontos que foram brevemente abordados ao longo das páginas 15-17, da presente dissertação.

³¹⁸ BRITO, R. C. de. *As Noites e os Dias*. Recife: Ed. Bagaço, 1996.

³¹⁹ Idem, *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

³²⁰ Idem, *Livro dos Homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005.

³²¹ Idem, *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

³²² Musical que é uma das montagens mais produzidas em território nacional, com texto e letras das canções escritas por Ronaldo Correia de Brito e Assis Lima, além das músicas compostas por Antônio Madureira. Cf. BAILE DO MENINO DEUS. In: Notícias: Baile do Menino Deus, 23 a 25 de dezembro, no Recife. *Baile do Menino Deus*. Disponível em: <<http://bailedomeninodeus.com.br/site/?p=324>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

Arlequim de Carnaval), como também já havia escrito peças para públicos adultos (*O Reino Desejado*, *Retratos de Mãe*, *Malassombro*, *Auto das Portas do Céu* e *Os Desencantos do Diabo*). Mas, para além dos palcos, Ronaldo Correia de Brito também se consolidou como autor de roteiros de ficção e de documentários, e ainda como produtor de filmes para a televisão e para o cinema. Como exemplos, podemos citar *Lua Cambará*, longa-metragem de ficção; *Caboclinhos* e *Brincadeira de Mateus*, documentários realizados para TVs Universitárias; *Cavaleiro Reisado* e *Brincadeira de Reisado*, documentários produzidos para o cinema; e *Maracatus*, documentário produzido para o canal londrino de televisão, BBC.

Como fica claro, neste circuito multimídia, as suas artes (e a sua figura) se fizeram notar, cada vez mais, para além dos sertões; alcançando desde os recônditos ares nordestinos até o eixo Rio de Janeiro – São Paulo (ou Sul – Sudeste), e muito mais. Pois além de ter as suas obras inseridas nas mais distintas regiões do Brasil, as mesmas também passaram a circular nas teias (e não somente nas narrativas) que ‘conectam’ e ‘consolidam’ a ‘aldeia global’. Todavia, ainda cabe ressaltar que, nesta dissertação, não pretendemos desvendar as tramas das narrativas construídas em sua literatura, em seu teatro ou no seu cinema. Acima de tudo, de nossa parte, busca-se apresentar, transdisciplinarmente, possíveis (re)leituras a partir das referidas obras. E, como já ficou claro, mediando com a presente constelação por um viés epistemológico (ou até mesmo hermenêutico); mesmo que sem a diminuição dos espectros éticos e políticos que se apresentam desde o início desta pesquisa. Afinal, foi por isso que trouxemos várias considerações firmadas por outros autores, em outras perspectivas de problematização, a partir de outras áreas do conhecimento, mas com amplas conexões e com vastas afinidades aos temas abordados nos presentes debates. Isso tudo por conta da intenção de se atualizar as pautas e as temáticas sobre as quais, por hora, se escreve; através da paralaxe do real. E, oportunamente, buscamos apresentar os pontos tomados para as mencionadas correlações que, enfim, se consolidarão para além de questões hermenêuticas; e amplamente inspiradas na contemporaneidade do sertão, inscrito na periferia da globalização.

Acerca destas constelações, e como mencionado, dialogamos com o estudo de Antônio Fernando de Araújo Sá³²³. Nestes termos, para além do que já foi apresentado³²⁴, retomaremos tal diálogo ao nos lembrarmos das linhas em que o autor trata da escrita de Ronaldo Correia de Brito, em *Galileia*, obra que ele escolhe para a mediação com este sertão globalizado: “[...] fatos e ficções entremeados, o sertão imemorial, em uma fusão entre o oriente e o ocidente, é

³²³ SÁ, A. F. de A. *O Sertão globalizado em Galileia, de Ronaldo Correia de Brito*. In: Anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/57.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

³²⁴ Consoante aos debates apresentados nas *Considerações iniciais*, p. 17-18, da presente dissertação.

representado muito mais próximo do mito do que da história.”³²⁵ Aliás, ressalta-se que tal dinâmica se apresenta não só em *Galileia*, bem como nos conjuntos mais abrangentes das artes de Ronaldo Correia de Brito. Em outros sentidos, e para além do caráter místico e mitológico (que se estabelece a partir das tradições mouras, judaicas e cristãs ou mesmo ameríndias e africanas) que trataremos a seguir, ainda a respeito das leituras de Sá, acerca das narrativas de Brito, existem outros pontos cruciais que julgamos salutar trazer das considerações do pesquisador citado; pois, por um lado, destacamos a sua constatação de que: “Como a história e a literatura nascem do labirinto da criatividade e da invenção, o que é necessário evitar é o reducionismo simbólico tão comum nas análises idealistas da história cultural.”³²⁶ Deste modo, e a respeito do caráter ‘inventivo’ da narrativa historiográfica, e sem nos lançarmos nos mais insondáveis abismos, como não seria nenhuma novidade, ainda ousar acreditar que esta ‘inventividade’ ou as tais semelhanças, no caso da ‘filiação’ (ou dos labirintos da criatividade e da invenção) existente entre a ‘ficção’ e a ‘não-ficção’, de fato, tudo isso se consolida na mesma medida em que ambas (‘ficção’ e ‘não-ficção’) se assemelham aos outros ‘inventos’ atualizados em qualquer sorte de ciência, incluídas as suas tecnologias, frutos da mesma árvore da ‘criatividade’ e da ‘invenção’ humana. Por mais que ao pensarmos nestes termos, e como já foi dito, não reafirmaremos as teses da ‘ciência do *Dasein*’ (ou quaisquer propostas semelhantes); tampouco assemelharemos histórias à estórias.

Em relação aos apontamentos de Sá, sem sombra de dúvida, também vemos (mesmo que não com ‘os mesmos olhos’) tantos pontos e convergências a saltar das obras de Ronaldo Correia de Brito; e, certamente, comungamos de tantas observações acerca do ‘sertão’ ou das necessidades de se evitar o mencionado “reducionismo simbólico tão comum nas análises idealistas da história cultural.” Entretanto, para além de compartilharmos de inúmeras impressões e interpretações, tanto dos ‘Sertões’ quanto dos ‘sertões de Ronaldo Correia Brito’, tendo em vista os argumentos apresentados por Antônio Fernando de Araújo Sá, de nossa parte, não identificamos, na escrita labiríntica de Brito, “a superação da dicotomia campo-cidade”. Principalmente ao nos lembrarmos dos seus contos e das linhas traçadas na sua dramaturgia; e seus cenários emoldurados pelos elementos pertencentes aos meios mais tradicionais, mas já em constante contato com as novidades trazidas pelos processos da globalização. Claro, tratando disso sem nos desviarmos das lições que podem ser depuradas a

³²⁵ SÁ, A. F. de A. *O Sertão globalizado em Galileia, de Ronaldo Correia de Brito*. In: Anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, p. 3. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/57.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

³²⁶ Ibidem, p. 3.

partir da tese de doutoramento do professor João Marcos Alem, que assim media com estas pautas:

De fato, quando se pensa a ruralidade desde que se consolidou a modernização no campo e ainda mais agora, industrialmente rediviva, pode-se afirmar que a modernidade no Brasil não se esgota na generalização do urbano em oposição ao rural e, por extensão, do moderno em oposição ao tradicional, uma vez que uma categoria incorpora a outra, deixando de ser termos excludentes. Enfim, essa polêmica esgotou-se. Pensar a modernidade mal resolvida no Brasil pode até permanecer como ponto unificador da crítica à formação social brasileira, mas tornou-se inútil uma das mais antigas dicotomias que orientaram as análises da sociedade brasileira. A ruralidade, tal como se apresenta hoje, por força de suas práticas e representações contemporâneas, torna-se um componente da modernidade, não apenas em termos de um efetivo *continuum*, ou ainda de *coexistência do 'ultramoderno' com o 'ultra-arcaico'* [...].³²⁷

Em sua pesquisa sobre a ‘nova ruralidade brasileira’, tratando da oscilação ‘caipira – *country*’, neste universo ‘rural’, João Marcos Alem se reporta aos debates assentados nas teses de Antônio Cândido, acerca de tal ‘efetivo *continuum*’³²⁸, que se estabelece na consolidação de novas experiências a partir das experiências já atualizadas; ou mesmo de Florestan Fernandes, ao tratar da coexistência do ‘ultramoderno’ e do ‘ultra-arcaico’³²⁹; como consequências diretas daquilo que se observa tanto nos campos abordados na referida tese de doutoramento, quanto na presente dissertação de mestrado. Então, para prosseguirmos, ainda nos valeremos das lições de João Marcos Alem, com as quais, sobre o tema, pode-se ler que:

Porém, e aqui o contradito tem um sentido forte, constata-se um paradoxo entre práticas e representações dominantes. Em certa medida, a particularidade do *rural* enquanto **representação** parece não se deslocar da oposição rural-urbano, mesmo quando reelaborada. Por mais que se concretize a interseção entre cidade e campo, evidenciando a supremacia da estrutura social inclusiva sobre a suposição de dois mundos historicamente cristalizados, certos sujeitos sociais recuperam simbólica e ideologicamente a construção social do rural enquanto categoria distintiva de uma economia, uma cultura, uma *communitas* estruturada como grande unidade singular de identidade, a comunidade de interesses do *homem do campo*. Ou seja, por mais que as relações sociais dominantes evidenciem a existência de classes, frações de classes e grupos sociais singulares constituídos como totalidade social, reconstrói-se a dualidade rural-urbana, como se esta fosse uma dimensão insuperável da formação social brasileira, remetida ao plano de um *imaginário* perpétuo.³³⁰

Neste sentido, esclarece João Marcos Alem que a noção de ‘imaginário’, ao longo da pesquisa da qual recortamos o trecho citado, remete a “[...] um plano simbólico ampliado, com agentes e linguagens múltiplos, um plano polissêmico criativo, que se constitui para além

³²⁷ ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 22.

³²⁸ CANDIDO, 1987 apud ALEM, J. M. op. cit., p. 22.

³²⁹ FERNANDES, 1976 apud ALEM, J. M. op. cit., p. 22.

³³⁰ ALEM, J. M. op. cit., p. 23.

das representações e ideologias puramente reprodutivas da cultura.”³³¹ De tal sorte que, no conjunto das obras abordadas nesta dissertação, ‘o sertão’, de Ronaldo Correia de Brito, também se consolida por meio das mais marcantes tradições da literatura sertaneja e, nestes limites, ainda conserva a tal dicotomia campo-cidade, por mais que, como já repetido ao longo do texto, tendo em vistas as ‘diferenças ontológicas’ apresentadas entre ‘o sertão tradicional’ e o ‘sertão periferia da globalização’, nas artes de Ronaldo, funcionaria melhor o uso do plural, ou seja, seria mais acertado dizer acerca dos seus ‘sertões’. Contudo, retomando a pauta da ‘dicotomia campo-cidade’, nota-se como a mesma se faz presente, ao longo dos seus contos, por exemplo, quando as comitivas levam o gado (ou outros produtos rurais) até a cidade, para a comercialização. E tais dinâmicas também alcançam o referido romance, *Galileia*, no qual as relações campo-cidade também se dão de formas mais contemporâneas, mas não menos marcantes, por mais que, de fato, estas ‘oscilações’ surjam como um pano de fundo das tramas com as quais o autor tece este forro em que o sertão é bordado nas periferias da globalização. Pois, por um lado, ao longo das obras de Ronaldo, de modo autoral e mesmo que sem os teores ‘românticos’ de outrora, estes aspectos ainda materializam as essências destes sertões tradicionais que são cristalizados nos mitos e nas tradições seculares sertanejas, bem como são pontuados por críticas, do autor e das suas personagens, ao próprio ‘universo sertanejo tradicional’, de modo bem particularizado ou até mesmo polêmico. Porém, a tal ‘dicotomia campo-cidade’, principalmente em *Galileia*, a nosso ver, tanto não desaparece quanto é exponenciada aos limites da dicotomia ‘sertão-globalização’. De sorte que a periferia do mundo globalizado é caracterizada nas dinâmicas inerentes aos estágios mais críticos que, hoje, alcançam os ‘sertões’. Encarados tais ‘entes’ não só como recortes espaços-temporais, tampouco apropriados apenas em suas dimensões de categoria do pensamento social ou enquanto campos para as atualizações das suas condições ontológicas, alegóricas e imateriais.

Contudo, neste recorte ou, para usarmos os termos de Žižek, com ‘os parênteses’ que aqui lançamos (a partir da paralaxe do real), nos colocamos diante das possibilidades de intermediação com ‘os sertões’, de Ronaldo Correia de Brito, por meio da ‘teoria das representações sociais’. E, como dito ao longo do estudo em curso, identificamos (sob os auspícios de uma ‘visão em paralaxe’) tanto nos campos ‘racionais objetivistas’ quanto nos campos ‘antirracionalistas subjetivistas’ as fontes comuns de um ‘impulso moral na busca pela verdade’ (mesmo que ‘tal verdade’ possa ser, cada vez mais, encarada de forma plural, quer seja no ‘universo científico’, quer seja no ‘universo popular’); ou até mesmo, em maior

³³¹ ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 23.

monta (ou com maior responsabilidade), por conta dos problemas decorrentes dos usos (e dos abusos) ancorados nas linguagens, sobretudo nos conceitos e nos demais pilares das estruturas das comunicações sociais (ou mesmo das matrizes das referidas ‘verdades sociais’). Além do mais, inicialmente, salientamos que o nosso modo de experimentar, de atualizar e de pensar ‘as artes’ se aproximaria, muito mais, de uma perspectiva de ‘conceito aberto’, como proposto pelo neowittgensteinianismo; por mais que (assim como na solução entre as tensões percebidas entre ‘objetivismos e subjetivismos’ nós não as resolvemos com a adoção de um dos polos), também neste caso, nos valeremos, em partes, das possibilidades decorrentes tanto da ‘arte enquanto representação’, quanto da ‘arte enquanto expressão’; sobretudo para leituras metafóricas das obras de Brito, a fim de avançarmos com esta pesquisa. Logo, para tanto (por meio das paralaxes cabíveis), problematizaremos (mesmo que minimamente) acerca destes movimentos, pois, aqui, faz-se necessário traçarmos os referidos ‘pontos de fuga’.

Então, mais uma vez nos valeremos das lições absorvidas nos apontamentos de Clifford Geertz, principalmente nos aspectos em que o mesmo elucida acerca da ‘qualidade’ ou da ‘natureza’ de ‘inscrição’ que se revela a partir da atuação dos pesquisadores que promovem os seus estudos nos campos das relações sociais, sobretudo nos campos culturais. Aliás, nestes universos, por mais que Geertz saliente ‘as suas divergências’, o autor da obra *A interpretação das culturas*³³² ressalta também a sintonia com as elaborações de Paul Ricoeur. Nestes termos, ao abordar ‘a metáfora textual’, nas ‘inscrições dos antropólogos’, Geertz avança a partir das bases lançadas com a teoria semiótica de Ricoeur, por mais que, de nossa parte, ao nos apropriarmos de ambos, oportunamente, tanto não enveredaremos pelos campos da semiótica, quanto não teremos a pretensão de promover estas metáforas como quaisquer modalidades, condições ou capacidades especiais (ou superiores) de um instrumento interpretativo que dê conta das construções sociais ou dos significados consolidados (ou constituintes do que se entende) como cultura ou sertão. Salientando que, aqui, tal manobra se consolida, apenas e tão somente, como uma escolha dentre as demais que seriam possíveis.

Dito isso, ainda nos parece salutar ressaltar que a ‘metáfora textual’ se consolida como uma figura recorrente ao longo das manifestações (sejam mais racionais, sejam mais emotivas) que se fazem perceber como matrizes determinantes do “pensamento ocidental”. Com o passar dos séculos, os mais variados métodos foram construídos com o intuito de alcançar ‘os significados’ dos textos (e não só dos textos) por meio de tais estratégias. E nos campos em que a presente pesquisa se estrutura, indubitavelmente, percebemos o papel de

³³² GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Dilthey e as suas elaborações a fim de dar um ‘uso científico’ para a ‘interpretação’ ou para a hermenêutica; porém, como já mencionado ao longo desta dissertação, nossas vias interpretativas tanto não aspiram pela condição de um estatuto ‘científico’, quanto não buscam ‘desvendar significados dormentes ou ocultos’, quer seja nas realidades sociais, quer seja nas obras de Ronaldo Correia de Brito, por mais que, inegavelmente, este trabalho se consolide com claras tonalidades (e intenções) hermenêuticas. Claro, até por isso buscamos abordar (mesmo que brevemente) os deslocamentos teóricos e conceituais com que se consolidam estas vias, pontuando acerca das querelas entre as matrizes mais, ou menos, estruturalistas; obviamente, tentando não nos aprofundar nos abismos que surgem das guinadas possíveis a partir dos movimentos de ‘desconstrução’ ou de ‘análise de discurso’.

Assim sendo, tateando do modo mais heterodoxo, quanto o possível, nestes quadros em que ‘autores’, ‘obras’ e ‘públicos’ (em suas dimensões de sujeitos e sociedades) promovem tais dinâmicas concebidas como ‘práticas’, ‘circulações’, ‘apropriações’ e ‘recepções’ – matrizes fundamentais à ‘teoria das representações sociais’ –, parece-nos impossível deixar de perceber como as nuances da própria historicidade destes conceitos, ou dos métodos aplicados aos mesmos, dimensionam as efetivas condições, concepções, funções ou situações de tais textos, logo, de quaisquer ‘metáforas textuais’ possíveis. Nestes horizontes, Paul Ricoeur consolida as suas colaborações nos campos das interpretações e dos estudos dos textos, sobretudo nas abordagens das práticas sociais, por meio de noções, tais quais, ‘inscrição’, ‘plasticidade’, ‘reinterpretação contínua’ e ‘polissêmica’; como vetores concorrentes para tais fins³³³. Contudo, como aponta Geertz, as possibilidades das metáforas textuais se fazem notar, com ampla ressonância, nos campos da Antropologia (e não por acaso; tendo em vista tanto a via de ‘inscrição’ da interpretação do antropólogo, quanto por conta de como o suporte textual se consolidou como o veículo mais usual em tais instâncias); assim, o autor ainda menciona que, no limite, um antropólogo (enquanto intérprete da realidade que pesquisa) não poderia fazer muito mais do que interpretar as práticas e as relações sociais que estão no foco da investigação, resguardadas as devidas proporções, tal como um texto é lido, compreendido e interpretado. No entanto, também salienta Geertz que tais procedimentos não são limitações impostas tão somente aos ‘antropólogos alheios ao cenário cultural em estudo’, pois, de fato, o mesmo se aplicaria aos pesquisadores que nelas consolidam as suas vidas e as conhecem, por assim dizer, “pelo lado de dentro”. De toda sorte, tais interpretações (polissêmicas, continuadas e assimétricas) ainda fazem saltar um dos

³³³ RICOEUR, P. The model of the text: meaningful action considered as text. *Social Research*, n. 38, 1971, p. 529-562.

pontos-chaves desta questão; aliás, uma espécie de “faca de dois gumes”, que por um lado corta pelo viés teórico e por outro por uma perspectiva ética. Pois, na dimensão teórica, lança luz acerca da ‘plasticidade’, da ‘fluidez’ ou mesmo da ‘condição polissêmica’, que há de se destacar diante das ‘representações’ e, sobretudo, de suas relações com a alteridade; por outro lado (do qual oportunamente padecemos um tanto menos), ainda implica na esfera ética, por conta de como o tal interprete inscreve o seu discurso a partir da ação de falar por outros.

Neste sentido, e como mencionado de passagem, mediamos com tudo isso sem nos esquecermos de como esta ‘intertextualidade’, ou os ‘contextos dos textos’, materializados como suporte das ‘metáforas’, também podem ser atualizados para além dos limites estritos da própria textualidade, em outros termos, ressaltamos o quanto as metáforas podem abarcar as demais ‘práticas culturais’ e as ‘representações’ que as mesmas consolidam nos cenários socioculturais, bem como, o quanto estas ‘metáforas’ ainda podem se consolidar para além das fronteiras do que se concebe como o ‘texto’ (propriamente dito), ou seja, por meio de outros suportes. Acerca destes debates, ou para além das ‘fronteiras dos suportes’, principalmente tendo em vista a repercussão das lições de Paul Ricoeur e os aspectos do ‘conflito interpretativo’ e do ‘significado intersubjetivo’ que se apresentam ao longo das teses de Ricoeur e de Clifford Geertz, ou mesmo na Antropologia (e ainda mais ao levarmos em conta os aspectos da Cultura Visual), remetemos o leitor aos apontamentos de Robert Charles Ulin, em estudo acerca das teorias ricoeurianas³³⁴. Ademais, e retornando aos apontamentos de Geertz³³⁵, nota-se que ao longo da sua obra *A interpretação das culturas*, sobretudo no capítulo em que se trata da questão da *Ideologia como sistema cultural*, ao abordar a viabilidade das metáforas o autor não deixa de ressaltar o quanto se faz perceber que, dentre outras questões (e não desde hoje), ‘as metáforas’ encontram-se em xeque, por mais que não tenham deixado de manter as suas inserções operacionais. Nestes termos, as metáforas tanto têm sido acrescidas por outros modos de ‘inscrição’, através de ‘trocas’ e ‘hibridismos’, bem como, preteridas por vias que não se sustentam a partir de qualquer modalidade de interpretações (ou buscas) por ‘essências’. De tal sorte que, na opinião comungada em círculos de pesquisadores materialistas, esta escolha é passível de críticas que oscilam entre os extremos do risco de se cair nos abismos do ‘idealismo’ ou mesmo nas ‘interpretações literais’ (e isso, geralmente, por conta da perda do “Fio de Ariadne”); ou ainda por conta de tais estratégias não abarcarem, em suas teias teóricas e metodológicas, as tramas das materialidades e das condições em que se consolidam a atualização dos discursos que estarão

³³⁴ ULIN, R. C. Remembering Paul Ricoeur: 1913-2005, *Anthropological Quarterly*, n. 78, v. 4, 2005, p. 885-896.

³³⁵ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 117-125.

sob o foco metafórico. Buscamos superar tais obstáculos ao longo das problematizações do capítulo anterior. Entretanto, ainda em meio às críticas cabíveis aos nossos esforços e escolhas, também existem os pesquisadores que apontam para o fato de que tal ‘simplificação textual’ (atualizada em pleno oceano de práticas, circulações e demais manifestações na esfera cultural) apresenta certa tendência a deixar escapar nuances, significados ou elementos que também teriam a sua importância. Mas, afinal, qual seria ‘a rede’ capaz de alcançar todo tipo (e todas as formas) de significados, ideias, interpretações ou todas as impressões possíveis?

Desta forma, abordaremos as possibilidades tanto da ‘arte enquanto expressão’, quanto das vias metafóricas como ‘estratégias de interpretação’, sem nos prendermos (ou nos fecharmos nos casulos depositados) nas teias lógicas em que se poderia deduzir que: ‘o conto *Lua Cambará*’ exprime ‘a modernidade’ “se e só se” ‘o conto’ referir-se ‘ao tal período histórico’ e *Lua Cambará* possuir ‘a modernidade’ metaforicamente. Pois, no limite, tanto estas são apenas e tão somente as nossas interpretações e escolhas, quanto a ‘validade lógica de qualquer raciocínio’ se encontra, por assim dizer, ‘contaminada’ pelas ‘fissuras da linguagem’ (posto que a matemática nada mais é do que uma forma de linguagem, e não uma ‘ciência’). Além do mais – e por tudo o que já foi exposto – cá estou atualizando as tais interpretações como a ocupação de um *ethos* e como um jogo de valores (ou de especulação) que, de fato, busco realizar do modo mais racional e crítico (com as melhores balizas teóricas e metodológicas que foram possíveis consolidar); entretanto, tais esforços são muito mais que suspeitos, parciais e provisórios. Assim, tenho isso tudo em mente, bem como levo em conta o fato de que os textos e as demais práticas culturais se consolidam na formulação das matrizes e das identidades, tanto subjetivas quanto intersubjetivas, de indivíduos e de sociedades; do mesmo modo, as metáforas (vias performáticas e de naturezas efêmeras e residuais) protagonizam um papel inegável nas condições e nas posições dos atores histórico-sociais.

E, nestes movimentos, como já declarado, abordaremos a expressão ‘mística do sertão’ como uma síntese do que pode ser compreendido a partir da intermediação com os sertões quando os mesmos são elevados, em sua condição, a uma natureza ‘divina’ ou ‘espiritual’; ou até mesmo por conta de como o conteúdo desta causa ou desta instituição (sertão) consegue despertar, no autor ou no leitor, respeito e devotamento. Contudo, e conforme é apontado por Eduardo Guerreiro Brito Losso³³⁶, também nos inspiraremos nas elaborações de Theodor

³³⁶ LOSSO, E. G. B. Adorno e Scholten: mística e teoria da literatura. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações e Convergências*. São Paulo, USP, 2008. Disponível em:

Adorno que (influenciado por Walter Benjamin), em suas considerações sobre a literatura moderna, ainda trata de certa ‘mística da linguagem’ que alcança os ‘textos profanos’ como se os mesmos fossem ‘sagrados’. Estratégia cuja virtude ética estaria, por assim dizer, na promoção da “salvação” daqueles que se enxergam como “sujeitos sem esperanças”. No entanto, obviamente, nestes termos não ampliaremos, radicalmente, este abismo melancólico com que se atualiza a presente pesquisa (no qual quanto mais elementos são trazidos para a mesma, ao contrário do principal intento, ainda maior se faz perceber o tal ‘buraco’); pois, neste sentido, apenas faremos ecos a estas perspectivas (que ainda são pouco estudadas) e que se projetam a partir das referidas teses de Theodor Adorno. Noções que foram materializadas, principalmente, por meio de cartas trocadas entre Adorno e o outro grande interlocutor destas discussões, a saber, o historiador da cabala e amigo de Walter Benjamin, Gerschom Scholem.

3.2 Luas, mitos e tradições: no sertão dos Inhamuns e numa Galileia globalizada

Desde o início, e por razões que pretendemos abordar ao longo destes trechos, ao menos como nos parece, são notórios os elementos da existência de uma ‘mística’ nos sertões (tradicionais e contemporâneos) atualizados nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Muito embora ainda seja necessário destacar o quanto este termo, ‘mística’, se apresenta como uma expressão dotada de muitos sentidos e amplitudes, mas, frequentemente, com aplicações ancoradas no campo do ‘esotérico’, seja no que se refere ao ‘belo’ (ou à ‘alma do belo’) ou ao ‘êxtase’; seja em experiências místicas e tudo o mais que se desdobre das ideias de Deus (ou de Deuses). Entretanto, mediante a ‘amplitude do termo’, Betty Friedan encontra na referida expressão, ‘mística’, o caminho para denunciar uma espécie de discrepância entre ‘a realidade da vida das mulheres’ e uma ‘imagem’ (gerada e reforçada, cada vez mais, com estratégias da comunicação social, incluída a ‘propaganda’) a partir da qual as mulheres, de um modo geral, se moldam e são moldadas por conta do que decorre desta “cisão esquizofrênica”, denominada de ‘mística’; como amplamente debatido e problematizado na obra *Mística Feminina*³³⁷. Ademais, ainda julgo oportuno ressaltar que, tendo em vista a ‘amplitude’ da expressão em voga, Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de Filosofia*, apenas e tão somente

<http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/055/EDUARDO_LOSSO.pdf> acesso em: 14 nov. 2012.

³³⁷ FRIEDAN, B. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

aborda, direta ou indiretamente, as noções de ‘mística’ ao longo de uma série de verbetes, tais quais: *alienação; alma bela; América; amor; belo; deificação; Deus; duração; especulação; evidência; experiência; êxtase; extensão; inefável; matemática; mito; pitagorismo; pré-lógico; romantismo; silêncio; sintérese; sociedade; Sturm und Drang*, ou “tempestade e ímpeto”; *supra-ente; terceira vida; transcendência; união e valor*. E, sobretudo, em consonância os seus aspectos divinos, o autor também elabora acerca da ‘mística’ nas definições apresentadas no verbete ‘misticismo’; colocado este, de início, como “toda doutrina que admita a comunicação direta entre homem e Deus.”³³⁸ Assim, no campo do divino e das deificações, Abbagnano ressalta que a inserção do ‘misticismo’ no pensamento ocidental tem a sua origem nos textos de Dionísio, o Aeropagita, com inspiração nos trabalhos do neoplatônico Proclo; e, oportunamente, destacamos o quanto suas implicações são vastas, ou mesmo vagas, e fluidas.

Dito isso, cabe evidenciar que, nessa pesquisa, trilharemos por caminhos semelhantes aos que foram percorridos por Betty Friedan, ao adotar o termo de modo autoral, para problematizar temas de interesse particular; assim, aqui me refiro à ‘mística’ tanto a partir da perspectiva de uma ‘mística’ inscrita nas teses de Adorno, quanto na repercussão de como os mitos sertanejos são apropriados através da elevação dos mesmos aos patamares místicos; ou nas intermediações em que estes ‘panteões’ se encontram assentados em ‘oratórios’ e ‘pedestais’, com suas ‘memórias’ acomodadas em genuínos ‘relicários’. Sem quaisquer prejuízos, nesse sentido, para a efetivação de uma ‘mística sertaneja’ nas obras de Ronaldo Correia de Brito, por mais que esta ‘mística’, em particular, se atualize com práticas que superam os padrões românticos ou os arquétipos construídos ao longo das experiências e das tradições artísticas anteriores, por exemplo, nas que são revitalizadas por ‘movimentos armoriais’ (e dito isso não só por conta da extrapolação da dicotomia ‘erudito’ e ‘popular’, neste ‘sertão periferia da globalização’), sobretudo pela forma que as representações atuais, de tais recortes espaços-temporais, se atualizam sem a pretensão de ‘frear’ a contemporaneidade de uma realidade sertaneja globalizada. Assim, a áurea desta mística sertaneja, inscrita na periferia do mundo globalizado, nas artes de Ronaldo Correia de Brito, também se consolida nas relações estabelecidas com os tradicionais entes do sertão que são dotados de uma natureza divina ou espiritual. Principalmente por termos em vista as situações em que o conteúdo destas causas (ou destas instituições), no caso, os ‘sertões’, despertam respeito e devotamento, tanto do autor (e das suas personagens) quanto de seu público (nos mais

³³⁸ ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 671.

variados suportes). E, uma vez mais, acrescentamos que o tal ‘respeito’ e o referido ‘devotamento’ se consolidam com as mais altas intensidades, nos mais distintos movimentos.

Então, se a princípio a ‘dúvida’ lançada a partir das possibilidades de não alcançarmos qualquer mística sertaneja nos retratos contemporâneos de Brito, como dito, se atualizou a partir da hipótese da ‘morte do rural’ ou da ‘morte do sertão’, de fato, isso não se deu de modo gratuito ou meramente eletivo. Pois, também ao longo do que se apresenta por meio dos seus contos, do seu romance, das suas peças de teatro ou das suas obras para o cinema, este autor multimídia, de muitos modos, consolida os contornos do estágio atual da ‘agonia sertaneja’, por meio de um quadro grave que retrata a (falta de) saúde tanto do ‘sertão’ como daquilo que se entende, tradicionalmente, como ‘rural’. Afinal, e como podemos supor, uma das sentenças de morte do ‘rural’ e dos ‘sertões’, em certas medidas, decorre do estado de ‘quase morte’ (ou do estado avançado de degradação) dos próprios biomas naturais em que os mesmos se desenvolveram, criaram suas raízes, deixaram suas memórias e, lamentavelmente, hoje definham. Obviamente, dizendo isso sem negar o papel da ‘urbanização’ (ou da pressão provocada pelo aumento das populações das cidades) e, por certo, entendendo tais contextos enquanto processos de expansão das fronteiras agrícolas, com a derrubada da vegetação nativa, a fim da ampliação dos pastos para os rebanhos ou mesmo para o aumento das áreas plantadas, seja para o abastecimento de gêneros alimentícios, seja por conta das apostas ‘da monocultura da vez’; quer seja a soja; quer seja a cana; quer seja o eucalipto; quer seja o que for mais rentável. Ou seja, de fato, para além das relações culturais, endêmicas destes ‘sertões’ (ou do referido ‘rural’), tão mais que ‘ameaçados de extinção’ (e, cada vez mais, vivenciados enquanto periferias da globalização); diante destes elementos, da ‘morte do rural’ ou da ‘morte do sertão’, mesmo que sem determinismos, mas, com papéis determinantes, nos saltam as vistas os estágios atuais da degradação do cerrado, do pantanal ou mesmo dos processos de desertificação do semiárido ou do agreste nordestino. E sem deixar de falar dos riscos que sofrem também as próprias bacias hidrográficas, ao longo de todo o interior do Brasil (com a expansão das dezenas de usinas hidrelétricas), e, de modo geral, como tudo isso acaba por agravar os quadros terminais percebidos tanto no sertão quanto no universo rural³³⁹.

³³⁹ Estes quadros, que são tão graves quanto se agravam, a cada estação, de fato, são delimitados por questões diversas e, também, são abordados por pesquisadores dos mais variados campos do conhecimento, bem como por cineastas e por jornalistas. Assim, cada qual aos seus modos, demonstra-se que ‘a morte’ ou ‘o declínio’, tanto do sertão quanto dos sertanejos, se apresenta quer seja nos processos de desertificação das áreas da savana brasileira ou mesmo nas novas ‘marcas históricas’ das estiagens e dos problemas acarretados pela seca, bem como na condição, calamitosa, dos atingidos pelas barragens das usinas hidrelétricas que se espalham pelo norte e nordeste. De tal sorte que, como exemplos, podemos citar trabalhos realizados por pesquisadores dos campos da química, a saber, *Estudo do processo de desertificação na Caatinga: uma proposta de educação ambiental*. Cf. ARAUJO, C. de S. F.; SOUSA, A. N. de. Estudo do processo de desertificação na Caatinga:

Todavia, e mesmo que já não nos caiba um ‘não’ como resposta para a pergunta “seria possível, neste processo, encontrarmos uma mística sertaneja nas obras de Ronaldo Correia de Brito?”; ou seja, por mais que a ‘ausência’ (já afastada) de tal ‘mística’ nas obras de Brito não seja um reflexo da decadência (ou mesmo da morte) daquilo que se entende como ‘sertão’ ou como ‘rural’, ainda é peculiar observar que, dentre os elementos que constituem esta ‘mística sertaneja’ (nas artes do autor em estudo), um dos temas mais recorrentes venha a ser, justamente, a tensão entre ‘a vida’ e ‘a morte’. Ou ainda, que o próprio elemento ‘morte’ se faça tão presente, de modo recorrente, como um tema central em suas narrativas. Por exemplo, na série de contos *Livro dos homens*, das treze histórias publicadas, onze apresentam como fios narrativos centrais ‘as tensões entre a vida e a morte’. Ademais, dos outros dois contos que não trazem, diretamente, a dicotomia entre ‘vida’ e ‘morte’ como ponto central, em um deles, a saber, em *Cravinho*³⁴⁰, ao longo de seus desdobramentos nota-se o constante relato da ‘morte’ e do ‘preparo’ (culinário) de um porco. Nestes termos, em maior sintonia, tal conto ainda remonta às problematizações apresentadas por Walter Benjamin nos dramas da ‘morte do narrador’³⁴¹. De outro lado, na segunda exceção que confirma ‘a regra morte’, em *A peleja de Sebastião Candeia*³⁴², retrata-se a vida de um homem, de idade avançada, e patriarca de uma família de ‘brincantes’, de mestres nas tradições dos sincretismos religiosos do local, cujas funções (de preparo e de preservação dos processos) serão passadas aos filhos; futuros responsáveis pela escolha, pela derrubada e pela condução do ‘mastro’ fundamental para a realização de um rito que visa, com a adoração de uma ‘Virgem’ e com as danças e os cantos populares, prolongar o sono do ‘Dragão-Serpente’, para que se possa evitar ‘o fim do mundo’.

Assim, ainda em relação aos tais quadros apresentados, dentre os elementos mais recorrentes nas narrativas publicadas no *Livro dos homens*, podemos citar, em primeiro plano: ‘as tradições patriarcais’; ‘o universo feminino’; ‘as tensões entre o universo feminino e as tradições patriarcais’; ‘as tensões entre o passado e o presente’ (frequentemente

uma proposta de educação ambiental. *Ciência & Educação (Bauru)*, Bauru, v. 17, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000400013&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 26 dez. 2012. Igualmente, dando continuidade, encontramos trabalhos de geógrafos, tal qual a pesquisa intitulada *Solo e processo de desertificação no sertão paraibano*. Cf. TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I. de. Solo e processo de desertificação no sertão paraibano. *Cadernos do Logepa*, v. 6, n. 2, p. 101-114, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/viewFile/10862/6956>>. Acesso em 26 dez. 2012. E, já por fim, também cabe a menção do programa exibido pela Rede Record acerca de um “Sertão deprimido”, no qual abordam os dramas, mais que contemporâneos (e de certos modos invisíveis), que se abatem sobre a vida (já bem mais que castigada) dos sertanejos. SERTÃO DEPRIMIDO. *Repórter Record*. São Paulo: Rede Record de Televisão, 21 de novembro de 2011. Programa de televisão.

³⁴⁰ BRITO, R. C. de. Cravinho. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 124-132.

³⁴¹ BENJAMIN, W. O Narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

³⁴² BRITO, R. C. de. A peleja de Sebastião Candeia. In: _____. op. cit., p. 56-64.

materializadas com a polarização entre fatos ocorridos na ‘infância’ e na ‘vida adulta’); mas, também, em grande destaque e com alguma reedição, notam-se as dicotomias ‘entre o secular e o divino’; ‘entre o sagrado e o profano’, bem como, mesmo que em narrativas pontuais, ‘entre o popular e o erudito’ ou até mesmo ‘entre a ciência e a religião’. Aliás, ‘a chuva no sertão’ é outro ponto que, não raramente, também se faz presente ao longo das narrativas assentadas na obra citada; e reforça um aspecto, mesmo que velado, de ‘realismo fantástico’, evidente nas obras de Brito (atualizado sem os abusos e sem as unidimensionalidades da ‘fantasmagoria’). Neste sentido, ainda ressalta-se que as estruturas de tal universo sertanejo, no *Livro dos homens*, também se dá por meio de uma ‘arquitetura opressiva’ (ou bem mais que rústica) como matriz de forma, textura e tom das edificações levantadas ou dos móveis construídos sobre os solos do sertão; e em tramas que se consolidam na temática do ‘êxodo’ que, de modo frequente, é acompanhado de algum tipo de retorno involuntário ou de qualquer forma de resgate de algo ou de alguém que tenha sido abandonado, no passado, nos sertões.

Deste modo, a grande maioria dos contos traz como cenário o ‘interior’, geralmente ‘rural’, mas também ‘citadino’; ou seja, com todas as tradições ‘vizinhas do campo’ ainda presentes no cotidiano das ‘pequenas cidades’. Nestes termos, elementos como ‘o engenho’; ‘os armazéns’ e ‘os paióis’ (queimados até o chão, quando da necessidade de se combater, radicalmente, as pragas trazidas pelos ratos); bem como ‘os currais’; ‘os rebanhos’; ‘os cavalos’; ‘as comitivas’ e ‘a lida com as atividades do campo’ também são temáticas recorrentes neste livro de Ronaldo Correia de Brito; e reconfiguram os legados que são apresentados desde os cenários sertanejos mais tradicionais. Porém, nos contos *Livro dos homens*³⁴³ e *O que veio de longe*³⁴⁴, encontra-se (de modo mais evidente) os traços de todo o tradicionalismo sertanejo, recorrente desde as narrativas consagradas ao longo dos séculos passados, seja na literatura, seja no cordel, seja no cinema, seja no teatro. Dito isso, faz-se saber que no primeiro e no último dos contos, no *Livro dos homens*, podemos identificar elementos que, como regra, não se repetem nas demais narrativas que compõem a referida publicação; posto que, ao longo de todo este livro, o ‘sertão’ narrado já é, em maior volume, caracterizado como aquele cenário que servirá de matriz para a consolidação de um ‘universo sertanejo’, cada vez mais, representado como periferia de um ‘mundo globalizado’.

Então, mais uma vez, nos amparamos nas lições de João Marcos Alem para (re)pensar acerca destas transformações que, para usar as expressões de Antônio Cândido e de Florestan

³⁴³ BRITO, R. C. de. Livro dos homens. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 158-173.

³⁴⁴ Idem, *O que veio de longe*. In: _____. op. cit., p. 6-14.

Fernandes, consolidam este efetivo *continuum* atualizado na correlação entre o que pode ser lido como ‘ultramoderno’ e aquilo que nos remete às vivências de um cenário ‘ultra-arcaico’:

De outro ângulo, a experiência da nova ruralidade brasileira em parte também pode ser apreendida a partir do conceito de *configuração* formulado por Norbert Elias, cujo significado referencia padrões flexíveis de relações sociais, nos quais os agentes estão ligados por dependência recíproca e *cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões*, no caso tensões entre sujeitos da produção simbólica que buscam ter a primazia na definição do que deve ser a ruralidade contemporânea [...]. Mas a configuração neo-ruralista não é apenas uma invenção intencional dos “jogadores” da indústria cultural no seu mercado precípua. Construção simbólica referenciada em práticas sociais de certos sujeitos da sociedade agrária, a configuração enquanto expressão de formas específicas de sociabilidade pressupõe o *habitus* de classe desses sujeitos.³⁴⁵

E é claro que as análises realizadas pelo professor João Marcos Alem se ligam diretamente aos quadros em que as experiências de um ‘estilo *country*’ imprimem as suas marcas para além do campo (outrora território dos ‘caipiras’), bem como se fazem presentes nas feiras realizadas para alavancar o agronegócio, chegando até aos mercados da música e da moda; enfim, com os seus alcances ancorados nos ‘estilos de vida’ que ultrapassam a própria ‘vida no campo’. Contudo, tais reflexões ainda nos valem para que possamos refletir acerca destas inscrições sertanejas contemporâneas, na periferia do mundo globalizado. Deste modo, ampliando o entendimento do conceito de *habitus*, João Marcos Alem ainda ressalta que:

Uma das primeiras formulações do conceito de *habitus* encontradas na obra de P. Bourdieu coloca-o como: *As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidade associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente* (Bourdieu, 1983: 61). Em torno deste conceito Bourdieu aponta de que forma o processo social se interioriza nos indivíduos fazendo confluir as estruturas objetivas da ordem social e as práticas dos sujeitos, *condição da construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade*. Suas formulações podem ser chamadas de uma **teoria da prática**. *A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um habitus - entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações* (Idem: 65).³⁴⁶

³⁴⁵ ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 17-18.

³⁴⁶ Ibidem, p.17.

Discussões e escolhas que se ligam, especificamente, aos esforços e às estratégias consolidadas ao longo dos capítulos anteriores, quando nos referimos aos fatores reciprocamente influenciáveis das forças e dos polos da ‘subjetividade’ e da ‘objetividade’. Porém, dito isso, e retomando os temas apresentados na obra de Ronaldo Correia de Brito, acerca dos elementos desta ‘globalização’ ou dos aspectos ‘ultramodernos’ deste sertão, são recorrentes, ao longo da maior parte dos contos publicados em *Livro dos homens*, e podem ser citados, aqui, os seguintes exemplos: na estória *Brincar com veneno*³⁴⁷, nota-se a presença da rádio BBC que era ouvida não só em tempos de guerra; cabendo ainda o destaque para o papel do rádio que tanto servia de meio de comunicação para trazer as novelas, quanto na hora de compor o fundo musical, com um *blues*, para acirrar as tensões vividas pelo casal protagonista da referida trama. E, no mesmo conto, também sobre a globalização, vale lembrar a lenda indiana que o ‘marido’, por vezes, fazia questão de rememorar à sua ‘esposa’, na vã tentativa de aplacar a sua amargura, ao buscar convencê-la da sua atual condição. Por outro lado, em *Mexicanos*³⁴⁸, para além do título, a ‘globalização do sertão’ se encontra presente nos elementos relativos à ocupação remunerada de um dos personagens, outrora funcionário de um banco, depois representante comercial de uma marca de cigarros industrializados; bem como em um *réquiem*, de Mozart, entoado no rito fúnebre que serve de pano de fundo para a referida narrativa. Ao passo que nos contos *Rabo de burro*³⁴⁹ e *Cravinho*³⁵⁰ o tom desta globalização, no primeiro caso, é dado através do cinema e da música estadunidense, presentes na ‘alma do local’; e, no segundo conto, o ‘sertão globalizado’ também se atualiza pela ‘presença’ da televisão, ligada durante a disputa de um grande prêmio de fórmula-1, que era transmitido a partir das ruas do Principado de Mônaco; bem como pelo padrão comportamental da juventude retratada na narrativa, seres conhecidos, vulgarmente, como ‘ratos de shoppings’ ou como ‘aficionados por dispositivos móveis’ (e pelas demais ‘bugigangas eletrônicas’), ou seja, a tal “geração Y”. Todavia, de *Cravinho*, ainda saltam outros traços do sertão globalizado, tanto pela menção de duas “cantadoras de coco” com passagem pela Bélgica, França e Holanda, quanto a partir das constatações de um professor que, para os seus alunos (os tais jovens da ‘geração Y’), o tutor promove aproximações entre as atuações dos ‘Mateus’ (personagens das ‘brincadeiras de Reisado’) e de elementos do teatro indiano, do *kabuki* ou mesmo da ópera chinesa; porém, para si, e estarecido, o

³⁴⁷ BRITO, R. C. de. Brincar com veneno. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 40-54.

³⁴⁸ Idem, Mexicanos. In: _____. op. cit., p. 86-98.

³⁴⁹ Idem, Rabo de burro. In: _____. op. cit., p. 100-107.

³⁵⁰ Idem, Cravinho. In: _____. op. cit., p.124-132.

professor encontra naquele sertanejo que dá vida à Cravinho, o Mateus em questão, uma conexão com um grupo de atores do teatro tradicional japonês, a saber, um *Onnangata*, classe de atores especializados na representação de papéis femininos.

Entretanto, e como já foi dito, por mais que no *Livro dos Homens* se percebam os traços destes cenários em que o sertão é inscrito como periferia do mundo globalizado, mesmo ao longo destes contos, na referida obra, ainda se encontram evidências das tradições sertanejas (e não apenas nordestinas), seja no referido ‘Reisado’ (como em *Cravinho*); seja no ‘Maracatu’ (como no conto *Qohélet*³⁵¹); seja na ‘devoção por Padre Cícero’ (como em *Milagre em Juazeiro*³⁵²); seja no ‘Congado’ (como em *Maria Caboré*³⁵³); obviamente, tudo isso sem deixar de tratar das raízes indígenas (como no conto *O amor das sombras*³⁵⁴) ou mesmo africanas (como no referido *Maria Caboré*). Na realidade, o autor busca abarcar as nuances destes sincretismos que não apenas são típicos, bem como tipificam os sertões, para além da região nordeste ou do tal polígono das secas. Igualmente, ao longo da mencionada obra, também ficam evidentes os traços tanto da hibridização quanto da miscigenação³⁵⁵ deste sertão; cenário em que a cultura é uma planta com raízes transcontinentais, cujas tradições europeias (com as matrizes de um imaginário herdado do passado ibérico, e suas místicas

³⁵¹ BRITO, R. C. de. Qohélet. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 24-39.

³⁵² Idem, Milagre em Juazeiro. In: _____. op. cit., p. 66-84.

³⁵³ Idem, Maria Caboré. In: _____. op. cit., p. 146-157.

³⁵⁴ Idem, O amor das sombras. In: _____. op. cit., p. 108-123.

³⁵⁵ Nas perspectivas de Ronaldo Correia de Brito, e para além do que se encontra atualizado no *Livro dos homens*, outros aspectos desta ‘miscigenação’ também são tratados ao longo de diálogos e de análises atualizadas por Adonias, no romance *Galileia*. Como exemplo nos lembramos dos seguintes trechos de uma conversa entre o seu tio Salomão e o personagem-narrador: “[...] Diz que a moral sertaneja não permitia os deslizos com as negras, porém muitos fazendeiros assumiam a paternidade dos filhos bastardos. Não me atrevo a lembrar que o nosso avô Raimundo Caetano não fez o mesmo com os filhos de Tereza Araújo. – Temos o sangue mesclado desde a Península Ibérica – continua. – Orgulho-me disso, mas os portugueses teimam em esconder a mistura. Eles não se envergonham de terem sido comerciantes de escravos, mas tentam apagar os sinais da presença negra em Lisboa. Do lado de cá, deitavam e rolavam com as negras, sem qualquer pudor. Na terrinha, Deus nos acuda que é promiscuidade! Herdamos a falsa moral deles, também.” Cf. BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 114-115. E ainda acerca deste tema, mas por uma perspectiva cabocla, tendo em vista o sangue nativo da *Terra Brasilis*, peculiar é a passagem em que Adonias fala com seu primo, Ismael, descendente da etnia indígena dos kanela, acerca das raízes da morte do sertão e da estrutura genética do povo sertanejo: “[...] Insisto na sua origem, mas ele finge que não escuta. Comove-se com o discurso. Fala das famílias aparentadas e compadres, que tomavam posse da terra, levantavam casa de taipa e passavam os dias no campo. As mulheres se escondiam dentro de casa. Os machos pastoravam as reses, construíam currais, perseguiam e matavam os índios. E também se matavam, sobretudo pela posse da terra, para criar mais gado. – Os primeiros fazendeiros matavam os índios, derrubavam árvores e pagavam os caçadores por cada mil periquitos ou papagaios que eles caçassem. Mas faziam isso para garantir os rebanhos e a lavoura. Eles não sabiam as consequências da destruição, como os fazendeiros de hoje. Agiam por ignorância. – Esse é o discurso mais careta que já escutei, Ismael. Em nome dos parentes que o rejeitam, você se orgulha até do massacre dos índios. Esquece que é um deles? – Os índios foram incorporados. – Foram dizimados. Inventaram a história de que os machos aceitaram o sacrifício porque os brancos casariam com as fêmeas e, assim, a raça seria preservada. Isso é mentira! Escondemos a barbárie da colonização, os massacres, e criamos atenuantes românticas. Propagamos a perfeita mistura de raças – falei em tom debochado, como um político discursando. Começava a perder a paciência com Ismael.” Cf. Ibidem, p.16-17.

cristãs, judaicas e mouras) dão frutos que vão desde a adoção dos sobrenomes e das crenças, até mesmo a adoração das árvores genealógicas ou à exaltação das passagens bíblicas e da menção às histórias das novelas de cavalaria medieval, ou dos mais variados mitos e heróis d'além-mar (relativos às matrizes culturais citadas); bem como na consolidação de um 'povo sertanejo', constituído na forja dos genes de ancestrais africanos, americanos e europeus. Contudo, nas obras de Brito (para além do citado *Livro dos Homens*), estes temas costumam ser atualizados com as tonalidades dos conflitos, dos distúrbios, dos esfacelamentos ou das tensões inerentes aos tais imaginários e dos inegáveis confrontos entre estas visões de mundo consolidadas a partir de matrizes tão distintas; logo, são inevitáveis as representações das disputas e dos choques de valores entre os grupos citados. Assim sendo, Ronaldo Correia de Brito retrata as tradições do sertão narrando os dramas decorrentes do escravagismo, dos preconceitos (sociais e étnicos), bem como das misérias provenientes das secas, das contendidas por terra, quer seja entre os sertanejos (e os fratricídios), quer seja entre os índios e os 'brancos' (ou os índios e os 'pardos'; e os famigerados genocídios), sempre com o trágico por temática e, não raramente, com uma linguagem que se aproxima da narrativa cinematográfica.

Aliás, ainda é peculiar observar que no conto *Eufrásia Meneses*³⁵⁶ Ronaldo relata a angústia de uma mãe que, aos seus modos, busca livrar o seu filho, Davi, de uma vida opressiva e da presença do pai, bem como da rígida condição existencial da qual não se escapa no sertão. Sobre isso, também nos cabe a lembrança de que o primeiro título do romance *Galileia* foi *Davi entre as feras*³⁵⁷. E, em muito, 'o descontentamento materno', 'a proteção em relação ao filho' (Davi) e 'o êxodo rural'; associados ao 'abandono do lar sertanejo', são elementos que migram de *Eufrásia Meneses*, no *Livro dos homens*, para o referido romance *Galileia*. Em verdade, estas migrações (ou a transposição de elementos narrativos entre as duas obras) não param por aí; pois, sem sombra de dúvida, os traços deste 'sertão contemporâneo' (representado como periferia do 'mundo globalizado') também são temas marcantes do romance citado, e encontram os seus germes nas narrativas apresentadas no *Livro dos homens*. Obra em que os contos de Brito, na ampla maioria, destoam tanto dos cenários e das tradições sertanejas, cantadas por Gonzagão, quanto das referências

³⁵⁶ BRITO, R. C. de. Eufrásia Meneses. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p.16-23.

³⁵⁷ Acerca desta transformação, acessamos as próprias considerações de Ronaldo Correia de Brito que, para a Livraria Saraiva, em entrevista, assim aponta: "[...] No caso de *Galiléia* (Alfaguara), por exemplo, não se chamava assim. Concebi o romance para o personagem Davi. Então se chamava *Davi entre as feras*. Depois fiquei mais dois anos com o livro, reescrevendo, e mudei completamente. Davi morreu o personagem, cresceu Adonias, cresceu Ismael e o romance passou a se chamar *Galiléia*. [...]". Cf. BRITO, R. C. de. Entrevista concedida ao *SaraivaConteúdo*. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10330>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

encontradas ao longo dos séculos XIX e XX, ou mesmo das narrativas do próprio Ronaldo Correia de Brito materializadas no livro *Faca*³⁵⁸, bem como em suas peças teatrais, nas quais se percebem os sertões mais tradicionais. E, uma vez mais, nos apropriaremos das linhas de João Marcos Alem para esclarecermos que (resguardadas as devidas proporções), aqui, também chamamos de ‘sertões tradicionais’ ou mesmo de ruralismo ou de ruralidade clássica

[...] a configuração cultural da sociedade agrária escravocrata, onde estão as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira, configuração na qual *os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dídivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravidão, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias* (destaque do autor da tese) (Sales, 1994: 26) [...].³⁵⁹

Dito isso, e levando em conta os demais pontos que já foram previamente abordados, lembramos que Ronaldo Correia de Brito, no conto *Livro dos homens*, apresenta uma narrativa que é ambientada nestes cenários ‘mais tradicionais’ e com uma das personagens mais recorrentes da obra musical do “Rei do Baião”, a saber, ‘o vaqueiro’ (ou ‘o boiadeiro’)³⁶⁰. Mito que é trocado na sua lida com o gado e na dura vida dos habitantes das savanas, em quadros em que o sertão é muito mais do que aquele ‘ente’ cativo de um imaginário do interior rural; e que no máximo sai em visita aos lugarejos e às cidades dos seus

³⁵⁸ BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

³⁵⁹ ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 13.

³⁶⁰ Um mergulho (ou mesmo um rápido caminhar) nas obras de Luiz Gonzaga ressalta o quanto o “Rei do baião”, junto com Humberto Teixeira, buscou retratar o cotidiano do sertanejo nordestino. Assim, temas como ‘a seca’, ‘a saudade da terra’, ‘o êxodo’ e ‘a lida com a vida rural’ são recorrentes em sua obra. Universo que, sobretudo, aborda estes pontos de vistas (ou essas visões de mundo) a partir de um ‘eu lírico’ que pode ser definido, claramente, como ‘o sertanejo’ e não raramente como ‘o boiadeiro’. Cenários e situações que ficaram ainda mais claros (ou ainda mais frescos, na memória), ao longo do ano de 2012, data em que se comemorou, de tantos modos, o centenário de nascimento de Gonzaga. Por ocasião, em diversos programas de televisão, ou mesmo por meio de outras mídias, sejam as mais contemporâneas ou as mais tradicionais, Paulo Wanderley Thomás da Silva (reconhecido como o maior colecionador de objetos que remetem ao “Rei do baião”, além de grande conhecedor da vida de Luiz Gonzaga do Nascimento; filho de Januário José dos Santos e de Ana Batista de Jesus), mencionou que, no fim, quando das dores que o aproximavam da morte, por sua vez, Gonzaga ‘aboioou’ (como fazem os boiadeiros, na lida com o gado) ao invés de gemer. Fato que, sem dúvida, bem poderia ser confundido com qualquer impulso ficcional, dada a ‘beleza’ ou as ‘tonalidades românticas’ do mesmo; porém, estes relatos também são confirmados por funcionários do hospital em que Luiz Gonzaga faleceu. Por exemplo, Maria Socorro, enfermeira do hospital Santa Joana, localizado na região central do Recife, menciona o fato nos seguintes termos: “Seu Luiz estava muito agitado. Já estava muito tempo preso no hospital. Ele que era um homem livre. Então, eu perguntei a ele: ‘Seu Luiz, o que o senhor precisa para ficar calmo?’ Ele prontamente respondeu: cantar”. Assim, ela menciona que depois de ‘perguntar aos demais pacientes’ se haveria ‘algum problema’ com o fato do “Rei do baião” fazer aquilo que mais havia lhe dado prazer na vida, enfim, a enfermeira lhe disse: “Seu Luiz, o senhor pode cantar” e Maria Socorro salienta que, neste momento, “Ele soltou um aboio. Foi a coisa mais linda do mundo. Um som forte, como ele era, mas triste”. Após o aboio, a enfermeira recorda que ele ainda disse: “Vocês não me levem a mal. Sinto muitas dores e gosto de aboiar quando deveria gemer”. Cf. É CHEGADA A HORA DE PARTIR. In: Perfil: Do fim para o início. *Do Sertão à Lua nos Tons da Sanfona – Centenário de Luiz Gonzaga*. Disponível em: <http://www1.folhapse.com.br/cms/opencms/fohapse/pt/Hotsite-LuizG/Do_fim_para_o_inicio/A_hora_de_partir.html>. Acesso em: 26 dez. 2012.

arredores ou, ainda mais excepcionalmente, viaja aos grandes centros para escoar os produtos nativos; colhidos com o suor semeado sobre a terra. Na referida narrativa (que, perceptivelmente, destoa da maioria das linhas apresentadas ao longo da obra citada); dois primos viajam até uma cidade grande a fim de negociar o gado de sua família e dos seus vizinhos. Entretanto, eles são vitimados pelas artimanhas e pela ganância de um ‘homem de negócios’, e acabam envolvidos numa trama de acontecimentos que, por um lado, corrói toda a quantia negociada na venda das cabeças de gado e, ainda pior, coloca em xeque ‘a liberdade’, ‘a vida’ e ‘a honra’ (termos indissociáveis aos sertanejos). Trama cujo desfecho, inevitavelmente, se dá com as mãos decididas de quem empunha o cabo da sentença; e com o sangue de um ímpio que escorre pelo fino fio da justiça, decretada no golpe seco de uma faca sertaneja. Trago um trecho que ilustra esse tradicionalismo do sertão, que surge de forma singular ao longo do conto publicado como *Livro dos homens*; aliás, título homônimo à obra:

[...] Os vaqueiros tocavam os rebanhos das fazendas perdidas nos interiores, para vender nas cidades cheias de comerciantes e vícios. Sinceridade, coragem e generosidade, marcas de ferro no coração sertanejo, nada valiam para esses mercenários. Não cumpriam a palavra, mentiam, trapaceavam. Falavam bonito, maneiroso, empulhando os sertanejos rudes, homens de pouca conversa e negócios ligeiros. [...].³⁶¹

Então, a respeito de tal debate, oportunamente, volto às teses de João Marcos Alem:

[...] Diluída pela modernização tal como se deu no Brasil depois dos anos 30, é preciso ressaltar que os traços da *ruralidade clássica* têm persistido, mas são problemáticos para permitir reelaborações simbólicas até o ponto de reverter rituais antigos e inovados das culturas rústicas e rurais em reprodução de práticas hegemônicas, quando não em pura ideologia. [...] Identificar e diferenciar práticas e representações ruralistas em uma sociedade que se manteve agrária até três ou quatro décadas do século XX implica, quase sempre, fazer escolhas em certas fontes e excluir outras, tantas elas são. Quase todos os produtos materiais e intelectuais da experiência histórica desse longo tempo são expressivos da ruralidade ou a refletem de algum modo; a ruralidade recobria toda a cultura. Sabemos que, enquanto perdurou, essa definição histórica da totalidade social no Brasil condicionou o conteúdo das fontes literárias, históricas e sociológicas, bem como as interpretações possíveis delas derivadas. A ruralidade ganhou uma certa dimensão de mito de criação e origem das coisas e dos bens culturais.³⁶²

Mais adiante pretendo retornar aos elementos daquele universo sertanejo contemporâneo, e seus limites de periferia do mundo globalizado, sobretudo ao nos determos nas cores mais vivas da contemporaneidade do sertão que Ronaldo Correia de Brito retrata no seu romance *Galileia*. Porém, ainda para avançarmos nesta delimitação da mística sertaneja,

³⁶¹ BRITO, R. C. de. Livro dos homens. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 160.

³⁶² ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 28-29.

nas muitas artes de Brito, ao retermos o foco no ‘universo sertanejo tradicional’, por hora, julgamos oportuno abordar o posfácio publicado no livro de contos *Faca*; assinado por Davi Arrigucci Jr.³⁶³. Então, sobre o tema que dá título ao livro, bem como ao tratar dos aspectos gerais da referida obra, com precisão que tomamos emprestada, assim argumenta Arrigucci:

A estrutura dramática e cortante dos contos – a faca não é apenas um motivo reiterado no conjunto das histórias, mas o gume a que tende a prosa lacônica com aquela sua alma agreste à maneira de Graciliano ou com o toque de poesia fantasmagórica à semelhança de Juan Rolfo –, se transforma em estrutura episódica e aberta da novela. Nesta [fazendo menção à *Lua Cambará*], a complexidade é maior sob todos os aspectos; no desenvolvimento do enredo, a tendência à aventura romanesca dá espaço maior ao elemento fantástico, já presente em algumas das narrativas curtas, como, até certo ponto, em “Redemunho”, e certamente em “Faca” e “Inácia Leandro”, mas quase sempre restrito ao poder de um objeto ou ao retorno fantasmal de um ser. [...] a faca funciona como um objeto mágico e simbólico: é uma metonímia do crime que transpassa o tempo com a memória viva do sangue derramado e por ele se restitui o fio do enredo acontecido, mas é também o poder da maldição sob os olhos cobiçosos e cheio de medo dos ciganos que a encontram depois de tantos anos. O punhal se torna, pois, portador do mito, como o detalhe que traz simbolicamente consigo o todo da trágica história. Em “Inácia Leandro”, o morto que retorna da figura do andarilho, marcado pela cicatriz de sua vida pregressa, para lutar na defesa de Inácia, lembra o motivo tradicional do espectro errante, que é marca de “Lua Cambará”. [...] o fantástico se expande pelo sopro do imaginário popular, cuja força poética transfigura o corte seco da observação realista que com ele alterna e com que se talha, na novela e nos contos, o instante do ato que define o drama humano. Evitando tanto o documento bruto quanto a pura fantasia, o texto da novela tende a uma combinação difícil de realismo com alegoria.³⁶⁴

Desta forma, e pelo o que já se encontra exposto, daqui por diante, ao tratarmos de outras questões que envolvem esta mística do sertão de Ronaldo Correia de Brito, em suma, poderemos encontrar no conjunto da obra do produtor cultural – e não em vias de contraditórios, por mais que, ainda assim, percebam-se alguns pontos claramente opostos – elementos que, tendo em vista o universo sertanejo, se ligam ora à apologia e à veneração, ora à crítica e ao distanciamento. Pois, de um lado, nota-se um discurso de devoção, de admiração, de respeito e de identidade para com o mencionado recorte geográfico-cultural (ou espaço-temporal), no qual se percorre um caminho de valorização das tradições culturais que (ainda) sobrevivem nos sertões (mesmo que nas memórias dos sertanejos). Porém, em outros momentos (por muitas vezes com tons que se consolidam com bem mais que contundência ou para além das polêmicas), destacam-se trechos em que ficam claramente demarcados os teores de crítica social, ou mesmo de distanciamento afetivo e comportamental, nas relações das personagens com o universo em análise, sobretudo por parte de Adonias, em *Galileia*. Todavia, e como não poderia deixar de ser, ainda se faz notar, em meio ao tal contexto,

³⁶³ ARRIGUCCI JR., D. Tempo de espera. In: BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p.171-181.

³⁶⁴ Ibidem, p. 177-178.

narrativas salpicadas pelo contato profundo com o sagrado, e também com flertes viscerais com o profano; de onde saltam elementos tradicionais do universo sertanejo. Jogos que se percebem ‘na vida’ e ‘na arte’, e não só nas obras de Ronaldo Correia de Brito ou não só nos sertões de filmes e livros.

E, seguindo destes pontos, apenas como dados complementares, ainda cabem as menções de que, por regra, os contos de Ronaldo Correia de Brito se resolvem, na média, entre uma dezena e pouco mais de uma dúzia de páginas. Como exceções, podemos citar *Milagre em Juazeiro*, em *Livro dos Homens*; e *Lua Camará*³⁶⁵, em *Faca*; pois, o primeiro é escrito com cerca de vinte páginas e o outro com quase trinta. Mas, daqui por diante, nas intenções de abordar a mística sertaneja que se apresenta ao longo das obras de Brito, e tendo em vista o universo trazido pelo livro *Faca*, e por conta da excelência daquilo que se encontra no pós-fácio de Davi Arrigucci Jr., de fato, lançaremos mão, por meio de paráfrases ou de citações diretas, das considerações que lá estão apresentadas. Entretanto, concentraremos estes nossos empréstimos, tomados do referido texto de Arrigucci Jr., para tratar daquilo que se atualiza no conto *Lua Camará*; assim, para além de tratar desta narrativa, pretendemos fazer um breve balanço acerca de tal mitologia sertaneja e de suas várias adaptações artísticas.

a) *Lua Camará – tragédias e barbáries, num retrato sertanejo da modernidade*

No presente estágio do estudo, tendo em vista a intenção de atualizarmos uma interpretação metafórica que retrate elementos da modernidade, a partir do referido mito sertanejo, partiremos da seguinte reflexão: em quais dimensões (ou condições) se consolida(m) o(s) corpo(s) de *Lua Camará*? Mito sertanejo, nativo da região do Inhamuns (no estado do Ceará) e que traz consigo uma série de vestígios, de valores e de tramas universais que aqui serão abordados, sobretudo, através dos relatos assentados (e inspirados) nos trabalhos de Ronaldo Correia de Brito; autor que materializa as suas obras com dimensões líricas e em instâncias antropológicas e psicanalíticas. Então, como dito, para tratar do que se apresenta na referida narrativa, pretendemos fazer um breve balanço acerca desta mitologia sertaneja. Assim sendo, cabe ressaltar que *Lua Camará* é mais uma daquelas histórias de interior, sobre assombração. Aliás, eu mesmo, no ‘fim das férias da minha vida’, por volta dos

³⁶⁵ BRITO, R. C. de. *Lua Camará*. In: _____. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 139-169.

meus 15 anos, e aqui mesmo no cerrado mineiro, em meio aos acampamentos que fazíamos nas fazendas de familiares ou de conhecidos, quantas vezes, também já escutei os relatos de ‘cortejos’, de ‘caravanas’ ou de ‘procissões’ fantasmagóricas que singravam por aquilo que ainda sobrava do cerrado. E aí daqueles que não desmontassem os seus acampamentos, pois, se estes estivessem no caminho das ‘almas penadas’, obviamente, a sentença eterna seria a de “juntar-se ao grupo”; e vagar, sem descanso, pelos cafundós deste sertão-cerrado.

Em verdade, há de se destacar que tais relatos não eram proferidos somente pelos peões, pelos caipiras ou pelos nativos daquele universo rural (ou sertanejo), já que, por diversas vezes, os sujeitos urbanizados eram aqueles que se incumbiam da missão de professar a fé nas tais assombrações. Neste sentido, e por conta dos modelos consolidados na ‘expansão para o oeste’, atualizada no Brasil, não raramente, as tais ‘almas penadas’ eram delineadas pelas imagens de bandeirantes, de negros, de índios e dos demais personagens da ‘colonização’ do cerrado brasileiro. Contudo, *Lua Cambará* é um mito fantasmagórico nativo dos sertões dos Inhamuns, e traz consigo os traços característicos daquela região; por mais que tal lenda ainda se consolide como uma narrativa brasileira de claras ressonâncias a um imaginário universal. Pois, ‘a lua’ (como alegoria e arquétipo da alma feminina) é algo que, inevitavelmente, nos remete, em primeiro plano, a figura e aos (des)encantos de *Lilith*; ademais, e consoante à todo rancor ou à cólera da personagem, materializada na narrativa consolidada como tradição oral do local, mesmo com todas as nuances do bem sabido sertão, também é impossível não rememorarmos dos fatos relativos às tragédias vividas por *Medeia*.

Nesta versão sertaneja nordestina, em uma sociedade profundamente machista e truculenta, um coronel violenta sexualmente uma escrava; e disso, em uma noite de amplo luar, nasce Lua. Mais uma mulher, mais uma mestiça, mais uma bastarda, mas com uma beleza inigualável, que na última vontade do pai é reconhecida como filha; de sorte que, para se locupletar das riquezas herdadas, ela tende a negar as suas raízes africanas. Assim, Lua (Cambará como o pai e o senhor das terras) passa a reproduzir todos os desatinos e a perpetrar todos desmandes dignos de um coronel latifundiário; tortura os negros, derrota e mata os seus parentes, subjuga a tudo e a todos que se encontram entre ela e os seus desejos; tornando-se, ao final do século XIX, a figura mais poderosa dos sertões do Ceará. Assim sendo, e sob a inspiração das teses de Nietzsche, por meio do que aqui chamaremos de ‘vontade de poder negativo’, Lua Cambará, levando a sua loucura até as últimas consequências, consolida as motivações de seu destino desaventuroso, cuja sina não terminaria nem mesmo ao final de sua vida. No desfecho da narrativa, de tantas matrizes universais (dentre elas os aspectos da alma feminina, contemporaneamente representada na obra de Darren Aronofsky, a saber, em *Cisne*

*Negro*³⁶⁶, de sorte que a subjetividade feminina, ou o arquétipo *animus*, acaba possuído pelas trevas do inconsciente e sucumbe diante das forças opressivas; tanto dos desejos mais inconfessos, quanto das mais vis distorções promovidas pelas práticas das sociedades patriarcais); enfim, Lua Cambará conquista tudo, menos o seu verdadeiro e único amor. E é disso que decorre a maldição que lhe acompanhará por ‘toda a vida eterna’. Além do mais, este mito sertanejo revela também os aspectos de um Brasil mestiço que, de muitos modos, se ressentido, sente vergonha de si (e nega a si) mesmo; cujo desfecho se encontra na procissão de almas penadas que vagam, sem descanso, no cortejo fúnebre desta ‘imperatriz sertaneja’. Assim, a lenda de *Lua Cambará* trata da trajetória de uma déspota de um latifúndio, no final do período escravagista, cujos feitos, em vida, somam-se às narrativas de uma ‘nunca morte’. Numa região dominada por conflitos e por mitos, em um cenário em que os senhores das terras são também os senhores da lei e os sujeitos que definem os caminhos das vidas e das mortes alheias; mesmo que não possuam qualquer domínio sobre as suas próprias mortes.

E, como já foi mencionado, tal ‘lenda’ transposta dos sertões dos Inhamuns, por Ronaldo Correia de Brito, até o momento, já foi reproduzida, de muitos modos e por vários suportes, ao longo dos últimos quarenta anos. Acerca da cronologia de *Lua Cambará*³⁶⁷, podemos resumir que: em 1970, Ronaldo escreveu a sua primeira versão do mito, na forma de conto; em 1975, com base neste conto, a estória foi transformada em roteiro de cinema, por Ronaldo Correia de Brito e Assis Lima. Então, entre os anos de 1975 e 1977, com direção de Horácio Carelli e de Ronaldo Correia de Brito, a trama de *Lua Cambará* foi filmada em bitola de super 8; com Avelina Brandão no papel-título. Em 1977, *Lua Cambará* estreou no cinema, com música de Antonio Madureira, gravada pela orquestra Romançal; e é daí que se estabelece a forte parceria entre Antonio Madureira, Ronaldo Correia de Brito e Assis Lima. Desta produção cinematográfica, uma versão em vídeo foi veiculada na televisão, a partir de 1978, e a trilha musical de *Lua Cambará* foi gravada em disco por Antonio Madureira, Assis Lima e Ronaldo, em 1990. Neste mesmo ano a Produtora Sopro-de-Zéfiro encenou a ópera balé *Lua Cambará*, com coreografia de Zdenek Hampel, e com Cecília Brennand no papel-título; ao lado de um corpo de bailarinos formado por Maria Eduarda Gusmão, Beth Gaudêncio, Mônica Barroso, Valéria Medeiros, Márcia Rocha, Adriana Farias, Luis Roberto,

³⁶⁶ BLACK SWAN (Cisne Negro). Direção: Darren Aronofsky. Filme de ficção em longa-metragem que retrata a vida de uma bailarina no intercurso de ser escolhida para interpretar os papéis de Cisne Negro e de Cisne Branco em montagem da peça, O Lago dos Cisnes, de Tchaikovsky. Estados Unidos: Protozoa Pictures; Phoenix Pictures; Cross Creek Pictures; Dune Entertainment; Fox Searchlight Pictures, 2010. 1 filme em DVD (108min), son., color.

³⁶⁷ LUA CAMBARÁ. In: Versão Cultural. *De Recife, Lua Cambará faz duas apresentações no SESC Pinheiros*. Versão Cultural. Disponível em: <<http://versaocultural.blogspot.com.br/2011/07/de-recife-lua-cambara-faz-duas.html>>. Acesso em 16 mar. 2011.

Robson Duarte, Tony Luz e também com a participação de Rubem Rocha Filho. Nesta montagem, Beth Gaudêncio concebeu os figurinos e também produziu uma série de quadros inspirados no enredo do espetáculo. Entretanto, para além destas experiências atualizadas nos palcos, a trama voltaria para as telas; pois, em 1991, a ópera balé seria filmada para TV, por Marcelo Pinheiro e Lírio Ferreira. E, em 2001, Rozemberg Cariry refilmaria a lenda de *Lua Cambará*, em bitola de 35mm, com Dira Paes e Chico Dias atuando nos papéis principais; com o título de *Lua Cambará – Nas escadarias do palácio*³⁶⁸. Por fim, no ano de 2003, o conto foi reescrito e editado no livro *Faca*³⁶⁹, publicado pela Cosac & Naify; e em 2010, uma nova encenação da ópera balé, com música ao vivo, foi montada por professores e por alunos do projeto Aria Social, comemorando os 20 anos da primeira versão do espetáculo de dança.

Desta forma, diante de tal universo multimídia (ou desta multiplicidade de meios artísticos), o meu primeiro contato com as obras de Ronaldo Correia de Brito aconteceu através do filme, *Lua Cambará*³⁷⁰; certamente veiculado por alguma televisão pública, mas não me arrisco a dizer se estadual, no caso, Rede Minas; ou se nacional, seja pela Rede Brasil ou pela Cultura. Todavia, acerca da produção cinematográfica, assim aponta Karla Holanda:

Os anos de 1979 (até meados de 1980) tem a produção dominada pelos filmes em Super 8, com raras investidas em 16mm, tendo à frente diretores como Régis Frola (*A poesia Folclórica de Juvenal Galeano*, 1971), Jeferson Albuquerque Jr. (*Noite dos penitentes*, 1976), Pedro Jorge de Castro (*Chico da Silva*, 1976), Ronaldo Correia, Francisco Assis Lima e Horácio Carelli (*Lua Cambará*, longa-metragem de ficção, 1976) [...].³⁷¹

Ao passo que as considerações de Fernão Ramos e Luiz Felipe Miranda (que, infelizmente, esqueceram-se da figura de Horácio Carelli), se dão nos seguintes termos: “Dessa época foi marcante *Lua Cambará* (1977), longa de ficção em super 8, dirigido por Francisco de Assis Lima e Ronaldo Correia [...].”³⁷² E ainda acerca da referida produção cinematográfica, bem como sobre a variedade dos seus suportes, ou mesmo pelo seu denso teor narrativo, é assim que Arrigucci Jr. abre e, em partes, desenvolve o seu formidável pós-fácio; publicado junto aos contos de Ronaldo Correia de Brito, no já mencionado *Faca*:

³⁶⁸ LUA CAMBARÁ – Nas escadarias do palácio. Direção: Rosengberg Cariry. Filme de ficção em longa-metragem adaptado a partir da lenda sertaneja dos sertões dos Inhamuns. Brasil: Caricy Produções Artísticas, 2002. 1 filme em DVD (94min), son., color.

³⁶⁹ BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

³⁷⁰ Obra que no livro *Documentário nordestino, mapeamento, história e análise* é datado como sendo de 1976; ao passo que na *Enciclopédia do Cinema Brasileiro* a sua datação é de 1977.

³⁷¹ HOLANDA, K. *Documentário nordestino – mapeamento, história e análise*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 122.

³⁷² CEARÁ. In: RAMOS, F.; MIRANDA, L. F. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 107.

Faz mais de vinte anos, conheci “Lua Cambára”, a última das narrativas deste livro, numa versão cinematográfica em super 8. O filme era tosco, mas deixava entrever uma história romanesca e poética, vazada na fala de um narrador tradicional, eco de outras vozes do sertão de Inhamuns, no Ceará. A mistura do histórico com o fantástico num conflito familiar vincado pela aspereza da terra e os desmandos dos homens logo me chamou a atenção. [...] Agora é “Lua Cambará” que retorna em sua forma inicial de novela, reelaborada decerto muitas vezes ao longo de todos esses anos, como os contos que a acompanham neste volume, voltados, também eles, sobretudo para o drama familiar sertanejo na mesma região cearense de Inhamuns, onde se formou o ficcionista.³⁷³

Então, retornando aos cordões umbilicais entre as minhas pesquisas e as experiências ou as práticas culturais do sertanejo em questão, ainda bem me lembro de que a segunda aparição do autor de *Lua Cambará*, em minha vida, também se deu por meio da televisão. Desta vez, com a inclusão de sua simpática figura, mais uma vez através de um canal de televisão das redes públicas, no caso, por conta da Rede Minas, em uma edição do programa *Imagem da Palavra*³⁷⁴; no qual Ronaldo Correia de Brito, já vencedor do *Prêmio São Paulo de Literatura*, apresentava o seu romance *Galileia*. Por ocasião, entre os momentos da entrevista, foi mencionada a referida ficção cinematográfica, a saber, *Lua Cambará*, da qual eu me recordava e com a qual busquei novos modos de dialogar. Assim, voltando as nossas atenções às considerações de Davi Arrigucci Jr., sobre este conto, ainda pode-se ler que:

Será então a fatalidade a única coisa capaz de quebrar os grilhões da existência submetida, conservadoramente, ao sufoco ou ao eterno retorno do impasse? Pois, não será, a região o mundo bloqueado que pode estar em qualquer parte? O drama concentrado ganha força simbólica geral, de modo que o sertão tende a virar mundo, como palco de contradições e conflitos humanos em sua dimensão mais ampla: o tempo da natureza é realmente uma extensão do sentimento problemático do tempo travado da existência que pressupõe o mundo moderno. Na realidade, é o vasto mundo que vai até o mais fundo do sertão. E nesse espaço de isolamento, o tormento reina despótico, crescendo, em pleno silêncio, com a força da natureza e a rudeza do raro convívio, como se vê em “Lua Cambará”. [...] a sombra da escravidão ronda ainda o drama familiar, marcado pela truculência; a heroína mestiça, dúplice desde o nome, é o fruto de uma violação: sua mãe, Negra Maria, é vítima do potentado local, Pedro Francelino de Cambará, senhor da terra, do poder político e de seus dependentes. “Herdeira de punhal na cintura”, Lua Cambará recebe, como filha única, a herança do latifúndio e do mando; reprime com crueldade seu lado negro para cumprir, tirânica, um destino demoníaco de desmandos e punir com violência sanguinária quem lhe barra o desejo ou não aceita sua paixão. Acaba como uma imagem alegórica da terra madrastra que castiga os homens quando bem quer. No fim, solitária e estéril, amaldiçoada, se transforma no fantasma sem repouso da imaginação popular, conforme sua aparição inicial: a beleza de seu corpo dentro da rede, que assombrava os homens em vida e os encadeia mesmo depois de morta, está pronta para virar xilogravura num folheto de cordel.³⁷⁵

³⁷³ ARRIGUCCI JR., D. Tempo de espera. In: BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 173.

³⁷⁴ BRITO, R. C. de. *Imagem da Palavra*. Belo Horizonte: Rede Minas, 08 de junho de 2010. Programa de televisão.

³⁷⁵ ARRIGUCCI JR., D. op. cit., p. 177 e 180.

Honestamente, nos valeremos destas linhas e destes apontamentos de Davi Arrigucci Jr. por conta de que, com as nossas palavras, acerca do ‘sertão tradicional’ de *Faca*, e da escrita de Ronaldo, apenas e tão somente faríamos ecos às construções tão bem calibradas do pesquisador citado. Logo, tendo em vista o texto que dá desfecho ao livro acima mencionado, por fim, seguiremos com algumas paráfrases para, mais adiante, construirmos os nossos saldos acerca desta parcela da ‘mística sertaneja’ na obra de Ronaldo Correia de Brito. Autor que Arrigucci classifica como um narrador que se mostra esquivo, com prosa de feitio seco e sempre depurada – estratégias de quem busca exprimir muito com pouco. Assim, Arrigucci ainda salienta que Ronaldo Correia de Brito atribui um peso decisivo ao ‘tempo da espera’, a ponto de convertê-lo num fator estrutural de suas narrativas; com tramas que revelam esse peculiar sentimento do tempo que tende a inscrever os eventos narrados na duração da história natural, pontuada pela morte. Deste modo, a voz do narrador moderno, que busca o registro irônico e crítico dos fatos, dá vazão às reminiscências das tradições orais, dos narradores anônimos ou ancestrais, que se atualiza no retorno periódico da morte ou mesmo na temporalidade da natureza; em suas condições, em suas sanções. Logo, o modo de concepção de tempo, das narrativas orais, é incorporado às estruturas dos temas e das tramas nas escritas dos contos de Ronaldo Correia de Brito; com os tais pontos se transformando em um princípio artístico, para além do aproveitamento de um ritmo integrado à própria matéria (ou temática) trabalhada por suas ficções. Fatos que Arrigucci enxerga como consequência da penetração do olhar (e, de fato, eu completaria com a participação das ‘memórias’) do ficcionista em relação aos temas tratados, nas buscas das possibilidades formais que estes possam apresentar³⁷⁶.

Nestes termos, Davi Arrigucci Jr. ainda aponta para os fatos de que tal resultado, referindo-se ao tempo da natureza e ao tempo da espera, caracteriza-se como uma espécie de condenação à recorrência, como uma volta ao mesmo (ou como diria a metáfora de Nietzsche, como um ‘eterno retorno’), que conduz e condena os destinos narrados e funciona como um princípio de materialização das narrativas. Logo, apesar dos riscos inerentes à monotonia, tais procedimentos possibilitam ao autor promover cortes incisivos no desfecho das tramas, laconicamente contadas desde as primeiras linhas. Porém, tal espera (ou a tal temporalidade narrativa), na escrita de Ronaldo Correia de Brito, ainda permite que, de um modo geral, os segredos dos destinos que os contos guardam, primorosamente, não sejam desvelados até o derradeiro momento ou ação. Assim, o teor vital da espera mostra-se tanto com

³⁷⁶ ARRIGUCCI JR., D. Tempo de espera. In: BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 174-175.

complexidade, quanto com força suficiente para vencer a última barreira de palavras e se lançar, vivamente, na alma do leitor. Recursos que criam vínculos estreitos entre o caráter e o destino; de tal sorte que, como se percebe diante das obras de Brito, as suas personagens de caráter forte, nas mais variadas narrativas, tendem a viver experiências semelhantes, que voltam sempre à tona³⁷⁷.

Em alguns dos melhores relatos, em que se destacam mulheres fortes e solitárias, abandonadas a si mesmas em seu encerramento, como em “Cícera Candóia” e “Inácia Leandro”, a espera, ao assimilar o movimento cíclico, somente acumula a substância negativa das noites e dos dias nos gestos ritualísticos da existência comum, até o desfecho fatal, quando o crime ou o motivo romanesco da vingança retornam com a sua periodicidade sinistra para cortar os nós cegos da vida familiar. Algo parecido se poderia dizer de “Lua Cambará”. [...] a observação rápida da paisagem regional, dos costumes e do ambiente, sem traço de pitoresco e sem afirmação propriamente regionalista, liga-se ao fundo histórico do próprio argumento, que se vincula à memória da escravidão e se casa, por sua vez, à fantasia romanesca, para constituir essa espécie de saga nordestina que é “Lua Cambará”.³⁷⁸

Dito isso, é a partir daqui que pretendo retomar a mediação com a seguinte questão: sobre quais dimensões (ou condições) se consolida(m) o(s) corpo(s) de *Lua Cambará*?³⁷⁹ Para tanto, esclareço que busco estruturar esta análise a partir do pensamento trágico de Nietzsche³⁸⁰, no intuito de fazer uma leitura do mito sertanejo *Lua Cambará*, como uma metáfora que se aproxima, de tantos modos, das estruturas (simbólicas e materiais) da própria modernidade. Neste sentido, cabe ressaltar que a filosofia trágica de Nietzsche é uma forma de atualização do saber (seja do pensamento, seja da atitude ética) que tem sua fundação na filosofia da ‘afirmação da vida’, e se projeta sobre um modo de vida ‘alegre’, que defende a alegria de viver; uma alegria incondicional com a vida, com a realidade; uma espécie de ‘aprovação jubilatória da existência’, com seus bons e maus bocados, nos termos do que se encontra apresentado em sua obra *A Gaia Ciência*³⁸¹. Ademais, ressalta-se que, por Nietzsche,

³⁷⁷ ARRIGUCCI JR., D. Tempo de espera. In: BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p. 174-175.

³⁷⁸ Ibidem, p. 176-177 e 179.

³⁷⁹ Admite-se que, quando do lançamento de tal pergunta, as minhas intenções visavam efetuar um aprofundamento, muito maior, nas discussões que perpassam as transformações (não apenas conceituais) do que se vive e do que se entende como ‘corpo’ e ‘sujeito’. Assim, entre outros esforços e outras estratégias, pretendia relacionar as recentes descobertas acerca de como a ‘mente’ é dependente do ‘corpo’ em sua constituição, ao ampliar os debates sobre as dualidades, muitas vezes improdutivas e desnecessárias, entre a ‘razão’ e a ‘sensibilidade’; logo, por todos os modos possíveis, avançar com os esforços da derrubada dos muros que as separam. Igualmente, ainda pretendia problematizar acerca dos desdobramentos de tais inovações como vetores dos processos de transvaloração das noções e das práticas niilistas negativas, reativas e passivas, com a consolidação dos pressupostos de um novo projeto de sujeito (e de corpo) nos moldes de um ente consolidado como um ‘sujeito-corpo-mente’; prelúdio para o que Nietzsche denomina de ‘além-do-homem’.

³⁸⁰ Elementos que, aqui, serão abordados a partir das lições absorvidas na obra de Roberto Machado, *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Cf. MACHADO, R. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³⁸¹ NIETZSCHE, F. W. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

encontra-se uma filosofia desenhada com expressões artísticas ou, mais precisamente, construída com metáforas e com formas poéticas. Trata-se de uma filosofia que não é estruturada segundo um modelo de racionalidade científico-filosófica, não se trata de um padrão de pensamento que busca alcançar “a verdade”, de forma racional ou lógico-causal; mas sim, como já foi dito, é uma forma (tão racional quanto sensível) que se atualiza de modo poético, ou poético-filosófico, na busca de se interpretar as realidades. Obviamente, modelo que nos inspira e que procuramos nos apropriar, pelas vias mais razoáveis, em meio a todas as atualizações que, neste estudo, promovemos através da paralaxe do real. Neste caso, as linhas em que Nietzsche ‘fala por Zarathustra’ se apresentam como ‘o ápice’ desta *poíesis* filosófica; quer seja em sua dimensão poética ou por tudo o que nos remete aos domínios do trágico.

Nestes termos, seja por conta das inspirações de Nietzsche, seja por meio dos resultados alcançados, por exemplo, com as pesquisas mais contemporâneas nos campos das neurociências (ou das suas vizinhanças), destaco a premissa de que, na realidade, ‘nós não habitamos os nossos corpos’; em outros termos, por tudo, já não nos parece fazer sentido qualquer reedição das teses de Platão, de Santo Agostinho, de Kant ou mesmo das premissas de Miguel Nicolelis, de que ‘nós somos as nossas mentes’ (ou as nossas ‘almas’), e os nossos corpos são ‘prisões’ ou ‘invólucros’ para o nosso ‘verdadeiro eu imaterial’. Em suma, esclarecemos que ‘nós somos os nossos corpos’ (incluídos os nossos cérebros e as nossas mentes; que, aliás, não se equivalem e nem se confundem), posto que nós apenas somos o que somos (ou seremos o que podemos ser) a partir dos nossos corpos. Uma vez que, como já apontado, por exemplo, tanto por Friedrich Nietzsche quanto por Antônio Damásio, o corpo é a essência da nossa existência, o corpo é bem mais do que um mero suporte (ou mesmo uma reles ‘prisão’) para tudo o que, na visão de racionalistas e idealistas, nós ‘verdadeiramente somos’. Então, se de modo simplório, e mesmo que não inadvertidamente, o viés “reducionista materialista” (ou o entendimento da “Teoria da Identidade”) atribui uma “coincidência” entre o ‘cérebro’ e a ‘mente’, e por mais que não possamos anuir com tais proposições, parece-nos ficar cada vez mais claro que, sim, a ‘mente’ e o ‘corpo’ tem mesmo uma ligação indissolúvel e, sobretudo, insuperável. Posto que as realidades que nos cercam, ou os mundos com os quais interagimos e nos integramos, bem como as relações que estabelecemos ao longo das nossas vidas, por tudo, jamais poderiam ser mediadas ou atualizadas apenas e tão somente através dos pensamentos, da razão ou das palavras. Em outros termos, nada nos seria ‘possível’, ‘efetivo’ e ‘atual’ sem a vivência ou sem experimentação. Logo, há de se encarar o corpo não apenas como um suporte de exercício de

poder (ou do biopoder político), mas sim como uma parcela significativa de vida (ou mesmo da Vida), condição que se encontra materializada em cada corpo e não só em corpos humanos.

Dito tudo isso, ao traçarmos uma genealogia de tais proposições, “do corpo como invólucro” ou como “prisão da alma/da mente”, chegaríamos aos preceitos formulados por Platão, que menciona que “o corpo é a prisão da alma [...] enquanto tivermos corpo e nossa alma se encontrar atolada em sua corrupção jamais poderemos alcançar a verdade que almejamos.”³⁸² Contudo, não poderíamos nos esquecer das contribuições medievais, modernas ou até mesmo contemporâneas que forjam as estruturas desta ‘árvore genealógica’ do discurso e das práticas de abominação e desprezo ao corpo. Então, como exemplo, lembramos de Descartes, em trechos significativos deste debate: “[...] reconheci que eu era uma substância cuja essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material”³⁸³; passagem em que se percebe o matemático promovendo uma dissociação (ou tratando da independência) entre a mente e o corpo. Práticas que também foram recorrentes nas obras de Kant e que são reformuladas, com alta tecnologia, pelo neurocientista Miguel Nicolelis, que considera o corpo como um ‘invólucro’ a ser superado, formatando um novo dualismo, mais contemporâneo e mais sofisticado que o cartesiano, em prol da liberdade do ‘eu verdadeiro’, no caso, da ‘mente’ (ou do ‘cérebro’)³⁸⁴. Contudo, e por conta de seus intentos mais fundamentais, Nietzsche busca fundar a sua filosofia de um modo que dê conta da real importância (ou do papel decisivo) do corpo, na consolidação do conhecimento e de uma postura ética. Assim, lemos deste filósofo da afirmação da vida, ao lançar suas palavras aos desprezadores do corpo, que: “[...] Eu sou todo corpo e nada além disso; e alma é somente uma palavra para alguma coisa no corpo. [...] Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria. E por que o teu corpo, então, precisaria logo da tua melhor sabedoria?”³⁸⁵

Em linhas gerais, Nietzsche elabora uma filosofia que se apresenta como uma das críticas mais eloquentes tanto ao pensamento ‘metafísico idealista-transcendental’, quanto ao modo de interpretação e formatação ‘racional-idealista’ das realidades, cujo enfrentamento de paradigma remete à matriz socrático-platônica; ou seja, ao pensamento que se desenvolveu a partir do século V a. C.; literalmente, aos germes ancestrais das noções de “Verdade”. Segundo Nietzsche, a filosofia platônica foi a responsável pela secularização de uma

³⁸² PLATÃO. *Fédon*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1996, 66b, p. 67.

³⁸³ DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 38-39.

³⁸⁴ Cf. NICOLELIS, M. *Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebros e máquinas e como ela pode mudar nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³⁸⁵ NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 51.

perspectiva dualista da realidade que moldou, de forma decisiva (e funesta), boa parte da história do pensamento ocidental. Emoldurando, decisivamente, os esforços reflexivos, de elaboração ou interpretação, nos limites estreitos das oposições alma/corpo, bem/mal, essência/aparência, ideia/matéria, superior/inferior, verdadeiro/falso³⁸⁶. A crítica de Nietzsche à metafísica, enquanto ‘teoria dos dois mundos’ (*Zweiwelltentheorie*), visa, portanto, denunciar a precariedade (ou mesmo a ilegitimidade) deste discurso que postula a ascendência de um ‘mundo ideal’ sobre o ‘mundo concreto’; aliás, o único mundo que realmente sabemos que existe. A denúncia dos “pés-de-barro” deste discurso, que foi apropriado, consagrado e tornado instrumento de poder e de dominação pelo monoteísmo atualizado no pensamento judaico-cristão, e cuja herança, ainda hoje, se faz evidente mesmo na ciência mais sofisticada (como se percebe desde as elaborações de Miguel Nicolelis até mesmo às premissas de ‘Um Universo Elegante’, de matriz harmônica e simétrica), é atualizada na filosofia de Nietzsche, mediante o esclarecimento do ‘caráter ficcional’ desta hierarquização das esferas da realidade.

E Nietzsche considera tal estrutura ficcional porque, longe de se constituir enquanto uma verdade absoluta e inquestionável, como pretendem os partidários de tais dualismos, o fato é que, como indicado em sua obra, esta compreensão não passa de uma interpretação da realidade, que tão somente é fruto de valorações morais e parciais, muito bem delimitadas; bem como fornece um indício fundamental acerca da precariedade da saúde e da falta de capacidade de afirmação da vida e de “amor à terra”, por parte dos seus defensores. Posto que, para Nietzsche, é ilegítimo, pois impossível, qualquer postulado, qualquer ideia ou qualquer pensamento puramente abstrato, ou seja, desvinculado da efetividade, da corporeidade, da materialidade. Esta é a orientação que fundamenta a *Genealogia da Moral*³⁸⁷ nietzscheana, ou seja, a denúncia da fragilidade, da perfídia e também da astúcia de uma das mais poderosas interpretações da(s) realidade(s), que se apoia na força coercitiva de uma moralidade escrava, para ocultar a natureza e a condição, genuína, das suas origens; a saber, de como as suas entranhas são prenhes da impotência, traduzida na infidelidade à terra e no asco ao presente e ao corpo. Neste sentido, nota-se que tal desvalorização ultrapassa a ‘materialidade’ e também se faz presente, de muitos modos, no menosprezo ao ‘acontecimento’, ao ‘evento’, à ‘ação’, ao ‘presente’, ao ‘instante’, que perdem os seus valores naturais e também perdem terreno para as artificialidades atualizadas por estratégias idealistas decorrentes do ‘planejar’, do

³⁸⁶ Perspectiva dualista da realidade que encontra na doutrina das ideias platônicas a sua ‘justificação metafísica’, na medida em que esta doutrina apresenta ‘o mundo das ideias’ como o local das essências verdadeiras de tudo o que existe, ou seja, da verdadeira realidade puramente inteligível. Este panorama é apresentado como o *lócus* de um estatuto ontologicamente superior ao mundo das aparências sensíveis, cuja inferioridade se explica pela sua natureza maculada, pela incerteza, pela pluralidade e obscuridade; logo, pela impossibilidade da verdade.

³⁸⁷ NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral* – uma polêmica. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

‘idealizar’, do ‘abstrair’, do ‘projetar’. E, como já mencionado por Bergson, fatos que alcançam as suas formas, inclusive, nas proposições metafísicas malpostas que acossam a percepção da temporalidade, engessando o ‘tempo’ a partir dos limites do ‘espaço’. Pois, cada vez mais, ‘pensar’ e ‘falar’ se torna mais importante do que ‘fazer’ e ‘viver’, por conta desta ‘supervalorização das ideias’ e da ‘negação da corporeidade, da efetividade, da atualidade’.

Obviamente, nestes termos, o que Nietzsche busca (de modo plural, dinâmico e provisório) é a subversão da lógica platônica, aquela que supervaloriza a ‘alma’ ou o ‘pensamento’ e menospreza o ‘corpo’; pois, no modelo socrático-platônico o que é valorizado é o pensamento racional, não-contraditório, causal e fixo. Formas de se mediar com as realidades que em nada se aproximam dos modos de se pensar (e de se fazer) da arte, seja na dança, na música ou mesmo na própria vida, em suas esferas naturais. E nesta filosofia, em que se propõe a afirmação da vida, tendo em vista as premissas de que a mente (ou o pensamento) não originam nenhum aspecto fundamental da realidade, uma vez que as nossas relações se dão, primeiramente, através dos nossos corpos (canais primordiais para as nossas existências) nota-se a incessante busca de se trazer para a linguagem os movimentos dos corpos (ou, dito de outros modos, os gestos cotidianos) e suas contradições. Pois, trazendo o corpo para a linguagem, ou ainda, remetendo a linguagem ao domínio do corpo, em verdade, traríamos também as suas contradições e assimetrias, já que o corpo é natureza, e tudo o que é natural é assimétrico; já que o corpo é vivo e “tudo o que é vivo, necessariamente, é contraditório”, como dito por Viviane Mosé, ao longo da palestra *O que pode o corpo?*

Em suma, nesta mesma ocasião, ainda expõe a mencionada poeta e filósofa:

A linguagem separa, mas o corpo junta. Então, na verdade, a minha primeira relação com o conhecimento é uma relação física. Depois que eu sou tomada de alguma perplexidade eu ganho um movimento que vai ser traduzido em linguagem. Essa tradução em linguagem é necessária e boa, mas é menor do que a sensação. Então, como fazer para que o meu pensamento seja mais intenso? A solução é demorar nas sensações sem palavra. É preciso valorizar o não dito. [...] O que você vive, o que você sente, não tem nome, necessariamente. [...] Pensar é um gesto que nasce do corpo. Não nasce da cabeça. Quando o pensamento nasce do próprio pensamento ele é produto da racionalidade [...]. Temos que pensar os limites da racionalidade, entender como ela se mostra apenas e tão somente como uma negociação: eu te dou um código, você me dá outro? Troca de códigos? E a vida vai embora... Outra coisa é entender que quaisquer gestos, com desdobramento, consciência, experiência abrem outras perspectivas.³⁸⁸

Desta forma, ressalta-se que o pensamento se organiza a partir das mesmas balizas com que o corpo se organiza, salientando, uma vez mais, que o corpo não é um mero suporte

³⁸⁸ MOSÉ, V. *Café Filosófico* – O que pode o corpo? Campinas: CPFL Cultura, 23 de novembro de 2009. Programa de televisão.

para as demais categorias antropológicas ou existenciais; e isso para além do que pode ser humano ou do que poderemos encontrar nos limites do “além-do-homem” (ou do “super-homem”). Logo, a forma como o corpo percebe/experimenta/vivencia o mundo se materializa nas formas de como nós organizamos o espaço, ou como nós nos organizamos no espaço; fato que também salta da premissa de Damásio que, invertendo Descartes, diz que “sinto, logo existo”. E ao longo de suas obras, claramente, diz Nietzsche que “[...] só acreditaria num deus que soubesse dançar [...]”³⁸⁹; além do mais, ainda aponta que “[...] apenas na dança eu sei como contar a parábola das coisas mais elevadas [...]”³⁹⁰; sobretudo, deixa claro o quanto considera como “[...] desperdiçado todo dia em que não se dançou [...]”³⁹¹. Nietzsche ainda reforça que há de se “[...] dançar com os pés, com as idéias, com as palavras e preciso acrescentar que também se deve dançar com a caneta [...]”³⁹²; de fato, o filósofo da afirmação da vida elevou a dança ao patamar de ‘elemento fundamental’ para a ‘transvaloração dos valores’. Encarando a dança como um exercício de afirmação da vida, da plenitude do corpo, da supremacia do ‘momento’ (ou do ‘presente’) ante as noções de ‘eternidade’ ou de ‘futuro’.

Então, numa teia de eventos na qual a dança se equivale à vida, e em que a vida se equivale ao tempo, tal elemento passa a ser vivenciado como ação, sobretudo como ação ética e política; logo, tais vetores dão formas e sentidos aos contornos dos nossos mundos, das nossas realidades. Destarte, a dança é entendida como vida, a dança é interpretada como movimento, materializada como ação, como exercícios éticos e políticos. E uma vez que o que vivemos é a consequência da somatória de todas as nossas ações atualizadas enquanto civilização (ou humanidade), que se cristalizam como consequências dos nossos gestos, das nossas relações com o corpo, com os sentidos, com as emoções, com as razões; enfim, há de se conceber um ‘novo mundo’, um ‘novo corpo’ ou mesmo ‘novos valores’ e ‘novas relações’ (subjetivas e intersubjetivas) a partir das nossas ‘novas ações’, da somatória de todas as nossas ações. Principalmente das ações cotidianas ou ainda da ‘condição’ dos corpos, vividos e entendidos não mais como um ‘suporte’ de sentidos, de sensações ou de razões; mas sim como a parcela irredutível de cada um de nós enquanto ‘seres’, enquanto ‘sujeitos’, enquanto ‘formas existentes’, para que possamos, de fato, ‘existir’; a partir da recuperação dos nossos gestos e não pela promulgação de ‘certas consciências’. Ou seja, um ‘novo tempo’ e ‘novos paradigmas’ seriam, de fato, possíveis através da valorização do corpo, da precedência do

³⁸⁹ NIETZSCHE, F. W. *O eterno retorno* (1884-1888). In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 444.

³⁹⁰ Idem, *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 125.

³⁹¹ Ibidem, p. 251.

³⁹² Idem, *O crepúsculo dos ídolos* – ou a filosofia a golpes de martelo. Curitiba: Hemus, 2001, p. 54.

presente e da afirmação da vida. Em suma, tais movimentos possibilitariam a compreensão do devir como a materialização dos presentes; como as configurações possíveis para cada um dos presentes (que começam com a experiência de cada agora), na plenitude do corpo, na máxima vontade de potência que afirme a vida; superando, a cada instante, as agruras de existir, mas, sobretudo, superando as noções socrático-platônica-cristãs do ‘corpo como prisão da alma’ e da ‘vida verdadeira’ como qualquer forma pretensa de vida imaterial, etérea, suprassensível...

E, nestes quadros, de acordo com o filósofo Roberto Machado³⁹³, o conceito de niilismo, em Nietzsche, é um termo passível de, no mínimo, quatro definições; a saber: o niilismo negativo; o niilismo reativo; o niilismo passivo (que também são amplamente abordados por Gilles Deleuze) e o niilismo ativo. Assim, tanto ‘o niilismo’ quanto ‘a vontade de potência’ (ou ‘a vontade de poder’) interagem neste percurso de ‘afirmação’ ou de ‘negação’ da vida. Uma vez que, ainda de acordo com os apontamentos de Roberto Machado, para além das possibilidades dos niilismos, ‘negativo’ e ‘ativo’, a própria ‘vontade de poder’ tanto pode ser ‘afirmativa’ (quando ‘afirma a vida’) quanto ‘negativa’ (por consequência, quando ‘nega a vida’). Em suma, através de determinadas tomadas de posicionamentos (ou de avaliações), com as decisões mais ‘afirmativas’ (e éticas³⁹⁴) ou mais ‘negativas’ (e levianas) é que se percebe, ao longo dos tempos, um número cada vez menor de sujeitos vivendo verdadeiramente, ou seja, ‘afirmando a vida’; ao passo que as civilizações se sucedem, tal qual miríades de estrelas, com os meios tecnológicos mais variados e os valores morais mais distintos e deturpados e, de tantas maneiras, atualizam os mais diversos modos de se negar ou de se menosprezar a vida; nas suas dimensões de ‘presente’, nas suas condições de ‘corporeidade’ e nas melhores atualizações das suas ‘sensibilidades e racionalidades’. Então, valorizam o que jamais haveria de ter mais valor do que a própria vida, ou mesmo desvalorizam toda a Vida, ou a Vida em sua máxima plenitude, em nome dos tais ‘objetivos superiores’; quer seja por meio da redenção, do progresso ou quaisquer vias que os valham.

De tal sorte que, nestes debates, ainda cabem as menções de que a ‘negação da vida’, ou esta ‘vontade de potência negativa’, atualizada em favor de valores pretensamente superiores à vida, quando consolidada na ideia de ‘redenção’, conforme as teses de Nietzsche e de seus comentadores, também pode ser interpretada como ‘niilismo negativo’. E este

³⁹³ MACHADO, R. C. de M. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³⁹⁴ Sobre esta postura ‘ética’, nos amparamos nas leituras que Roberto Machado realiza das obras de Gilles Deleuze, e que podem ser sintetizadas, com as palavras do próprio Roberto Machado, nos seguintes termos: “[...] Ético, porém, é preciso sublinhar, não quer dizer necessariamente moral. Utilizo o termo no sentido que lhe dá Gilles Deleuze, ao considerar que, enquanto a moral se funda em valores transcendentais ou superiores à vida, como o bem ou o dever, a ética avalia as condutas tomando como referência ‘leis da natureza’, ‘normas de vida’ ou ‘modos de existência’ imanentes, que dizem respeito à força, à intensidade, à potência.” Cf. MACHADO, R. C. de M. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 133.

niilismo, evidentemente, tem as suas raízes mais profundas na filosofia racional/conceitual grega (ou nos germes da filosofia e da razão ocidental), no caso, no pensamento socrático-platônico; e alcança, também, o cristianismo (uma espécie de ‘platonismo para as massas’). Neste sentido, o ‘niilismo negativo’ se caracteriza pela desvalorização da vida diante dos valores que são tomados como superiores à própria vida, ou seja, a ‘negação da vida’ ou a ‘negação do presente’, promovida pela ‘vontade de potência negativa’, se dá em favor de uma ‘vida eterna’ ou de uma ‘eternidade’ alcançável ‘após a morte’; e esta é a matriz genuína das práticas atualizadas por meio da ‘moral do escravo’. Por outros lados, nota-se que o ‘niilismo reativo’ também é uma proposta de desvalorização da vida, mas não em relação à ‘eternidade’, e sim em face ‘ao que nos reservaria o futuro’. Este tipo de niilismo, da modernidade, se faz perceber pela desvalorização de tais ‘valores superiores à vida’, como um movimento que dá continuidade ao afastamento do pensamento racional dos limites ancestrais que foram formulados pela metafísica. Ou seja, nota-se no ‘niilismo reativo’ o combate às ideias de ‘eternidade’, ‘fé’, ‘crença’ ou da própria ‘metafísica’, de uma maneira geral. Pois, por muitos modos, sabe-se que a modernidade (período em que se ‘positiva o tempo’, em que se consolida a ‘história’ como ‘ciência’) é o momento do amadurecimento desta condição de ‘fora de moda’ de noções como, por exemplo, ‘eternidade’ ou ‘redenção’ (ou, como já dito, do próprio conjunto formado pela metafísica). Por mais que, de vários modos, certas inflexões idealistas também sejam percebidas como os germes ou os pressupostos da proposta moderna de ‘progresso’ (elemento que, não raramente, é encarado de modo contínuo ou continuado, nos termos conjugados, por vias racionais e materiais, da ‘redenção’ ou da ‘eternidade’).

Neste sentido, e antes de abordarmos ‘a terceira’ possibilidade de leitura mencionada do ‘niilismo’, ou seja, antes de consolidarmos a construção de uma ponte que pretendemos estabelecer entre as metáforas que aqui se atualizam, digo, tendo em vista a apropriação do ‘niilismo’ com um ‘elo’ para se pensar a modernidade, em *Lua Cambará*, e a pós-modernidade, em *Galileia*; ressalto o quanto é peculiar (pra se dizer o mínimo) a posição de Nietzsche, sobretudo neste contexto (do trágico e da afirmação da vida) em relação ao recorte espaço-temporal que (geralmente) se convencionou chamar de “pós-modernidade”. Principalmente a partir da acepção de ‘niilismo passivo’. No entanto, e por mais que seja claro, julgo que ainda é necessário ressaltar que as críticas e os apontamentos de Nietzsche se voltam ao seu tempo (ou ao nosso tempo), no caso, à modernidade (ao mundo moderno, que se apresenta em oposição ao mundo antigo, a saber, ao mundo grego). Mais especificamente, e ao menos como podemos entender, Nietzsche fala diretamente ao homem moderno; e não somente ao sujeito dos séculos XVIII-XIX, não somente ao homem da revolução francesa, da

filosofia de Kant, do Iluminismo. Com outras palavras, Nietzsche se lança, ferozmente, contra os arquitetos do movimento intelectual e antropológico que buscou romper com a ‘eternidade’ e com a ‘metafísica’, ou seja, Nietzsche fala, sobretudo, aos autores da “morte de Deus”; desconstruindo todo o arcabouço apologético destes preceitos que, dentre outros modos, são percebidos na criação do ‘tempo-positivado’ ou na ‘história enquanto ciência’, mas que, por outros lados, também acabam por cunhar noções idealistas, tais quais, a de ‘progresso’ ou a de ‘comunismo’. Assim, cada qual aos seus modos, aqueles dois tipos de niilismo se atualizam na negação da vida, seja por um viés idealista-emotivo que se estabelece no limite da negação do presente, em prol da ‘redenção’, na ‘eternidade’; seja por um viés idealista-racional que se consolida nos termos da negação do presente, em prol do ‘progresso’, no ‘futuro’.

Nestes quadros, o ‘niilismo ativo’, genuinamente, é o ‘niilismo do trágico’; daquele que, para Nietzsche, vivencia tal condição tanto como a ‘negação’ dos ‘valores terrenos’, do progresso, quanto dos ‘valores supraterrâneos’, da redenção. Em outras palavras, é o sujeito que abdica ‘da projeção’ (tanto dos ‘valores futuros’ quanto dos ‘valores eternos’), afirmando ‘a vida’ e ‘o instante’, potencializando cada um dos seus atos com que, na somatória, serão consolidadas as suas trajetórias de vida. Logo, o niilista ativo é aquele cuja ‘vontade de poder afirmativo’ atinge o grau máximo de potência ao se conciliar com a ideia do “Eterno Retorno”. E tal postura ética é materializada, sobretudo, nas diferenças de perspectivas que podem ser efetivadas em relação às realidades; posto que tais distinções se inscrevem nos fatos de que ‘a vontade humana’ (a ‘vontade de potência’ ou a ‘vontade de poder’) podem ser ‘afirmativas’ ou ‘negativas’; em face das relações estabelecidas com cada uma das nuances (ou dos vetores) que constituem “a vida como ela é”. Ou seja, ‘uma mesma realidade’ poderá levar à consolidação das mais distintas ‘vontades de poder’, que tanto pode ser ‘afirmativa’, quanto pode ser ‘negativa’; pois tanto podem levar à ‘alegria’ quanto à ‘tristeza’. Em suma, do abismo da superação daqueles dois tipos de niilismos, quais sejam, ‘o da moral do escravo’, ou ‘o niilismo negativo’; e ‘o da modernidade’, ou ‘o niilismo reativo’, tanto é possível considerar que ‘nada vale a pena’ (ou tem valor) na vida, perspectiva cristalizada pelo viés do ‘niilismo passivo’; ou mesmo que ‘nada na vida tem mais valor, a não ser a vida em sua máxima intensidade’, o que se atualiza com o ‘niilismo ativo’; ou com as palavras de Nietzsche que “[...] nada tem valor na vida, a não ser o grau de potência”. Assim sendo, tal sujeito tanto pode ser ‘o esgotado’, ‘o exausto’ ou ‘o triste’, como o ‘niilista passivo’, ou pode efetivar o trágico no sentido da negação dos valores terrenos (do futuro) ou supraterrâneos (da eternidade), ou seja, a questão trágica pode gerar duas posturas éticas, duas atitudes existenciais: tristeza (nos niilismos negativo, reativo e passivo) ou alegria (no niilismo ativo).

De acordo com Nietzsche, para aqueles que optarem pela via mais saudável de se encarar este pensamento abissal e trágico, a vida se transformará; consolidada na leveza sobre-humana do riso, ou ainda, na leveza do riso sobre-humano. Como se percebe no caso do Jovem Pastor, em sua postura (trágica), materializada no ato de morder (e de decepar) a cabeça da “serpente negra e pesada” (metáfora que simboliza tudo aquilo que nos sufoca, que nos tira a vontade, que aumenta o pesar e que – vagarosamente – nos mata de tristeza, com as práticas dos ‘niilistas passivos’). Pois, esta mordida, este ato ou esta decisão trágica faz com que a vida deixe de ser opressiva; por conta da superação deste monstro que se encontra alojado (ou que se percebe entalado) na garganta dos niilistas passivos. E tal atitude trágica, consolidada na superação dos niilismos negativo e reativo, transformaria os sujeitos passivos, desesperados e sem alegria, em niilistas ativos; que seriam tomados de uma alegria trágica, na reconciliação com a metáfora ética do “Eterno Retorno”. E, amparado pelas lições de Roberto Machado, é isso o que nos parece saltar da visão enigmática em que o Pastor se transforma, ao morder a cabeça da serpente negra e pesada, passando a sorrir, ou melhor, a rir alegremente.

Avançando com tudo isso, ao caminharmos para o fim desta sessão (e retomando estes pontos do niilismo passivo, e seus desdobramentos, no item seguinte), poderemos nos ater ao papel central do ‘tempo’, enquanto ‘presente’, quer seja a partir da física ou do conceito ético de “Eterno Retorno”, quer seja em quaisquer outras dimensões alcançáveis, tanto através das noções do trágico, quanto das perspectivas de vida afirmativa ou da alegria de se viver plenamente a vida. Posto que, consoante ao conceito de ‘tempo’ que imputam a Platão, qual seja, “o tempo como a imitação móvel da eternidade”, e por conta de tudo o que propõe Nietzsche, ou do pouco que já foi ventilado acerca desta dicotomia entre as filosofias de Nietzsche e de Platão, pode-se conceber que o filósofo grego enxergava no tempo uma condição de ‘imitação’, de ‘simulacro’ ou de ‘cópia’ daquilo que costuma ser compreendido como a eternidade. Disso, obviamente, vislumbra-se uma condição de superioridade da eternidade em relação ao tempo. Posto que o tempo, ou a temporalidade, seria uma imagem ou um reflexo de um modelo muito mais grandioso e perfeito, ou seja, a própria eternidade. Desta forma, pelas perspectivas propostas por Nietzsche, sem dúvida, isso cristalizaria uma desvalorização do tempo em face àquilo que representaria a eternidade, como essência da vida. Nestes termos, nos cabe ainda a lembrança do quanto, no cristianismo (ou nas demais matrizes monoteístas), a eternidade é algo atemporal, algo bem mais que metafísico (no sentido idealista-transcendental) que se alcançaria como uma “graça” para aquele que conseguisse permanecer “bom”, para quem fosse “virtuoso” ao longo de sua ‘não-vida’.

Noutros termos, a eternidade cabe aos que se anulam como niilistas negativos; está reservada aos que desvalorizam a vida, em face aos valores que são tomados como superiores à mesma.

Em contrapartida, se o Iluminismo e as suas crias condensam aquilo que, por exemplo, Machado e Deleuze interpretam como sendo o ‘niilismo da modernidade’ ou como o ‘niilismo da morte de Deus’ (ou seja, o ‘niilismo reativo’), em *Lua Cambará*, encontramos uma contundente metáfora da modernidade nas experiências atribuídas à figura desta ‘anti-heroína’, que ao ser condenada a vagar eternamente, como uma alma penada, não alcançou a ‘redenção’ do ‘niilismo negativo’, com a negação da sua vida, em prol de uma vida eterna; mas também não gozou do ‘progresso’, do ‘niilismo reativo’, com a riqueza material cristalizada na herança de seu pai; um coronel dos sertões dos Inhamuns. Neste conto em que se nota uma espécie de caricatura do “Eterno Retorno”, entretanto, apresentada como uma maldição; Lua Cambará, cuja corporeidade é marcada pela ‘vontade de potência negativa’, não alcançou, após a morte, nem a ‘redenção’ que, por exemplo, os séquitos de escravos buscam ao final de suas ‘não-vidas’ (sejam tais escravidões atualizadas por questões étnicas, sociais ou morais); tampouco, ao decorrer da sua ‘vida encarnada’, por meio do ‘progresso’, ou dos caminhos possíveis pelo ‘niilismo reativo’, com as suas ‘projeções de futuro’ (pré-condições ‘da existência do *Dasein*’ e da situação de ‘ciência da historiologia’), Lua Cambará jamais conseguiu alcançar o gozo que se pretende usufruir no pior tipo de ‘devir’, por estas experiências em que se busca atualizar ‘a vida’, porém, negando o único momento em que se vive, ou seja, o presente. Pois, ao menos como nos parece, Lua Cambará, diferentemente de Zaratustra, não diria em seu último suspiro: “Era isso a vida? Pois muito bem! Outra vez!”³⁹⁵

b) Mitos, místicas e dramas do contemporâneo – ecos dos pilares da modernidade

Assim, dando desfecho ao presente capítulo, abordaremos os focos narrativos que se apresentam na obra *Galileia*³⁹⁶, romance premiado de Ronaldo Correia de Brito. E, para tanto, retomaremos os pontos lançados no tópico anterior, sobretudo a partir das leituras do conceito de ‘niilismo passivo’, encarado, aqui, como ‘o niilismo da pós-modernidade’; bem como das perspectivas do trágico, mais uma vez, a partir das teses de Nietzsche. Deste modo, pelos meandros do campo em análise, também poderemos notar os discursos de conflito entre o

³⁹⁵ NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 318.

³⁹⁶ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

mundo sertanejo e o mundo globalizado, no qual o espaço geográfico do sertão é acossado por dinâmicas, por práticas e por valores que migram da aldeia global até alcançar os limites do interior rural; mas não de modo pacífico, por vias em nada arrefecidas ou mansas. Acerca destes pontos, e como já dito outrora, tais contornos são apresentados desde a obra *Livro dos Homens*. E como exemplos deste sertão contemporâneo, inscrito como periferia do mundo globalizado (nas artes de Ronaldo Correia de Brito) também poderemos identificar nas formas mais, ou menos, polêmicas estes traços quer seja através da já mencionada fusão entre o que costuma ser considerado como ‘o erudito’ ou ‘o popular’, tal qual pode ser lido neste trecho de *Mexicanos*: “Quando desceram o caixão para dentro da cova enlameada, minha prima Lúcia começou a cantar a ‘Lacrimosa’, apesar da chuva forte abafando os seus agudos e da extravagância de um Réquiem de Mozart no meio daquela gente inculta [...]”³⁹⁷; ou ainda, e com outros aspectos (não menos polêmicos), encontraremos estas tensões, entre os valores e as práticas do mundo globalizado e do mundo sertanejo, por exemplo, nesta passagem que está em *Galileia*, e é protagonizada por Adonias, personagem-narrador do referido romance:

Prossigo entre campos de futebol de areia, margens comuns em estradas do Brasil. Rapazes se atacam em cima de uma bola, índios de tacape arrasando o inimigo. Cidades pobres, iguais em tudo: nas igrejas, nas praças, num boteco aberto às moscas. No posto rodoviário, um guarda federal espera a oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator. Mulher em motocicleta carrega uma velha na garupa e tange três vacas magras. Dois mitos se desfazem diante dos meus olhos em um só instante: o vaqueiro macho, encourado, e o cavalo das histórias de heróis [...] Imagino a casa dos meus avós derrubada por tratores, dando lugar a uma rodovia. O barulho forte das máquinas e as luzes dos faróis me deixam a impressão de que estou noutro planeta. Mas não estou. O sertão continua na minha frente, nos lados, atrás de mim. O asfalto fede. Já chorei por causa dessa ferida preta, cortando as terras. [...] Onde estão os caminhos abertos pelos antigos, os que elegeram essa terra para morar, trazendo rebanhos e levantado currais? Procuro o rio Jaguaribe e ele é apenas um leito de areia, lembrança adormecida de águas que se recolhem na seca, e transbordam renascidas na estação das chuvas.³⁹⁸

Desta obra, destaco ainda a profundidade dos espectros psicanalíticos na construção das personagens e no desenvolvimento da trama, bem como o apelo mítico e místico, quer sejam dos elementos do universo sertanejo, quer sejam das matrizes judaico-cristãs (ou mesmo mouras); sobretudo a aguda inscrição deste recorte espaço-temporal, digo, do sertão, retratado como periferia de um modo globalizado; ou seja, de como são abordados, ao longo deste romance, os estágios atuais, por assim dizer, ‘decadentes’, ‘conflitantes’ ou bem mais que ‘suspeitos’ e, em determinados pontos, ‘superados’ das matrizes supracitadas. Assim, ainda é possível mencionar que, em hebraico, *Galileia* (גליל, que nos soaria como *Hagalil*) é

³⁹⁷ BRITO, R. C. de. *Mexicanos*. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 87-88.

³⁹⁸ Idem, *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 8.

um nome que pode significar ‘a província’, ‘o círculo’ ou mesmo ‘o distrito’, mas também soa como ‘o iluminado’; e nos remete, diretamente, aos registros do *Antigo Testamento*; livro que, com as suas singularidades, é comungado entre às referidas tradições monoteístas. Ademais, inegavelmente, a referida ‘província’ também surge como o palco das narrativas atribuídas ao messias do cristianismo, em sua vida, suas obras, suas pregações e o seu ministério de figura ‘iluminada’. Porém, *Galileia*, neste romance, é o nome da fazenda de Raimundo Caetano, o patriarca de uma família tradicional do sertão. Personagem que, desde o início da trama, é apresentado como um sujeito que está à beira da morte; e, como nos foi possível interpretar, Raimundo Caetano simboliza, sobretudo, a própria condição (de decrepitude) em que se encontra o universo sertanejo tradicional, bem como, e tratando destes pontos, mais uma vez, nos trouxe à tona as questões levantadas por Walter Benjamin; acerca da ‘morte do narrador’.

Nestes termos, a narrativa do romance se materializa pela interação (e pelos conflitos), sejam os atuais, sejam os do passado, que foram e que são vividos, principalmente, pelos personagens centrais da trama, a saber, os primos Adonias, Davi e Ismael. Entretanto, estas camadas narrativas se consolidam mediante a interação dos dramas individuais, da referida tríade, que são conjugados e consubstanciados com os percalços e os desatinos protagonizados pelo próprio ‘sertão’, com seus mitos e tradições, e também pelos demais membros desta família sertaneja. Entes que os três primos abandonaram em um passado distante e que os mesmos, por vezes, julgaram (e preferiram) nunca mais reencontrar. Assim sendo, para além deste misto de desejo inconfesso e de pesadelo compartilhado, todos os três personagens estão unidos pelos laços de sangue, na condição de netos biológicos de Raimundo Caetano; por mais que, em relação a Ismael, filho de um dos filhos do ‘patriarca moribundo’, no passado, o avô tenha assumido o mestiço (bastardo de seu filho), como se fosse mais um de seus próprios filhos. Então, os três forasteiros retornam ao sertão, de início, para o que seria uma festa e que, no entanto, se transforma (de modo arrastado) num funeral.

E como já mencionado, tantas outras vezes, nesta pesquisa não tenho a intenção de descer a fundo nas tramas desenroladas no romance; por um lado por ter os intuitos que, até aqui, busquei apresentar, do modo mais claro quanto me foi possível atualizar; igualmente, e como condição não menos determinante, opto por tais caminhos por julgar que a melhor forma de se alcançar as obras (e os seus conteúdos) se encontre na sua efetiva fruição estética. Em linhas gerais, não tenho vocação, nem crença, para com a ‘crítica artística’, seja a literária, seja qual for; por mais que, de fato, as mesmas ainda possam ser efetivadas por meio de outros estratagemas e com intenções distintas daquelas, clássicas, de ‘julgar’ ou de ‘decifrar’ a arte alheia. Assim, esta pesquisa se consolida, muito mais, com um viés ético-político, de

cunho epistemológico e hermenêutico, consolidado nos campos de um pensamento holístico, com amplo teor humanístico; de tal sorte que a mesma não se encerra a partir da leitura e da interpretação das teorias literárias ou das artes de Ronaldo Correia de Brito. Aqui, mantemos o foco, por vezes mais ou por vezes menos diretamente, mas de modo recorrente, nos quadros sociais, apurando os veios narrativos desta pesquisa a partir dos panoramas estéticos, éticos, políticos, sociais, epistemológicos, em suma, antropológicos e filosóficos decorrentes dos dramas do contemporâneo. Então, nestes exercícios de historicidade, na construção de uma pesquisa de fronteira, busco refletir acerca das ‘narrativas’ e acerca do ‘tempo’ (principalmente por aquele viés que Husserl chamou de ‘tempo fenomenológico’, porém, sem desviar o olhar que o ‘tempo cosmológico’ lança de volta, das profundezas do abismo); enfim, busco abordar o contemporâneo. Tudo isso a partir deste recorte espaço-temporal, deste ente, do sertão, retratado na periferia do mundo globalizado; e mesmo que isso não se dê por meio da leitura e da interpretação dos códigos e dos signos impressos nos contos, nas peças, no romance, nas linhas e nas entrelinhas que se atualizam nas tantas artes de Ronaldo Correia de Brito.

Entretanto, e ainda acerca de *Galileia*, ou tendo em vista os pontos que tanto interessam a esta pesquisa, inevitavelmente, ao reproduzirmos os ecos dos comentários já apresentados no posfácio, de *Faca*, assinado por Davi Arrigucci Jr., bem como, obviamente, parafraseando Antonio Gonçalves Filho, em texto publicado na quarta capa do referido romance de Ronaldo Correia de Brito, por hora, também nos compete destacar que a narrativa da obra em questão se estrutura de um modo cinematográfico; com uma escrita concisa e afiada. A partir da qual se consolida um mosaico composto por elementos da contemporaneidade, ou de um mundo globalizado, mas que também remonta às tragédias recontadas desde os tempos mais antigos, dos modos mais clássicos (desde os cenários gregos, passando pelos mitos que forjam a moral monoteísta, judaico-moura-cristã) até chegar às vias mais populares (das tantas tradições orais e das demais matrizes das culturas populares que proliferam sobre os solos sertanejos). Em suma, sobre os dramas que se desenrolam em *Galileia*, oportunamente, através de paráfrases, abordaremos os contornos destes ambientes apresentados ao longo da obra que tomamos como ponto de partida para as presentes problematizações, por meio das palavras do próprio autor, em entrevista a Antonio Gonçalves Filho³⁹⁹ e em contribuições para o projeto *Tiro de letra*, a respeito das formas da sua escrita⁴⁰⁰.

³⁹⁹ BRITO, R. C. de. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

⁴⁰⁰ RONALDO CORREIA DE BRITO. In: Como escrevo? *Tiro de letra*. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/como/RonaldoCorreiaDeBrito.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

Galileia seria um projeto maior, que na construção se aproximou das 500 páginas, mas acabou com menos da metade. E ao longo dos oito anos de trabalho, entre 2000 e 2008, o autor refletiu tanto acerca da sua obra, quanto acerca da mística e da metafísica sertaneja. Nestes termos, confessa que queria fazer um livro sobre ‘o choque de culturas’, sobre ‘os conflitos de gerações’; mas ainda se perguntava, afinal, depois de *Grande Sertão: Veredas*, que completou 50 anos, em 2006, e de *Vidas Secas*, o que mais poderia ser escrito sobre este universo? Enfim, numa resposta romanesca (dada por este autor que nunca teve uma visão romântica do agreste), a opção foi por um livro mais curto, tendo em vista a manutenção da tensão dramática; por mais que ele mesmo admita que tenha optado pelo romance a fim de alcançar mais espaço do que os seus contos já haviam lhe propiciado. Então, Ronaldo Correia de Brito decide, também, consolidar uma narrativa aberta, ou de final aberto, ou seja, que não termina com o referido romance; escolhendo, ainda, construir um ritmo narrativo próprio para cada um dos seus personagens. Nestes campos, também cabe a menção de que, nos processos da criação, o autor trabalhou com técnicas aprendidas no teatro, especificamente, o sertanejo multimídia escreveu *Galileia* com o suporte de uma proposta que costuma ser reconhecida como “memória de personagem”. E, ao apontar um exemplo, explica que no caso de Adonias (narrador-personagem do romance *Galileia*) havia uma caixa com aproximadamente quarenta páginas, de texto, com as suas ‘memórias’. Em contrapartida, ainda relata que o personagem Davi chegou a ter, nesta ‘caixa de memórias’, mais ou menos cem páginas. Aliás, como já havíamos mencionado antes, Davi, em *Galileia*, era um personagem tão importante que o primeiro tratamento deste exercício literário teve o título provisório de *Davi entre as feras*.

No mais, acerca das transições entre os sertões tradicionais e os seus retratos mais contemporâneos, tratando das tensões entre o universo patriarcal e as nuances de um mundo globalizado, nos quais as questões do feminismo ou mesmo do homoerotismo e da homoafetividade saltam à tona, como elementos das tais rupturas ocorridas nos campos da modernidade (aliás, ressaltamos que as tradições patriarcais; o universo feminino; as tensões entre o universo feminino e as tradições patriarcais são elementos marcantes ao longo da sua obra; e que estão realçados, sobretudo, neste romance); enfim, o autor ainda menciona que muitas vezes ele foi maltratado por conta de desmascarar a solução final de *Grande Sertão*, naquele desfecho milagroso de transformar Diadorim em mulher. Diante disso, de fato, em *Galileia* existe uma espécie de ‘acerto de contas’; e também havia, sem dúvida, um projeto de fazer uma leitura inteiramente contemporânea deste universo, dentro destas questões que são tão mais fortes, quanto atuais. Desta forma, o autor optou por uma construção narrativa consolidada a partir dos conflitos vividos entre um personagem que morou na Inglaterra,

outro que morou na França e um terceiro que viveu na Noruega; realidades que se contrapõem aos fantasmas de um mundo arcaico, ou de “quase-mortos”, tal qual o patriarca Raimundo Caetano, baluarte de um universo em que as mulheres buscam abandonar estas “periferias”.

Em outra entrevista, que também já foi abordada nesta pesquisa, Ronaldo Correia de Brito trata da condição das personagens femininas, ao longo do romance *Galileia*; aliás, e como mencionado anteriormente, situação que difere, por completo, do que se apresenta nos contos publicados em *Livro dos Homens*, com as suas ‘mulheres fortes’ e de ‘voz ativa’:

Praticamente todos os personagens são homens, quer dizer, as mulheres quase não falam. As únicas mulheres que falam são uma contadora de histórias, que diz apenas uma frase, e a outra personagem é um fantasma. As vozes femininas são ouvidas apenas por trás das paredes ou através da televisão, são vozes da televisão. No entanto, todo o romance é construído para celebrar uma epifania do feminino.⁴⁰¹

E como um bom exemplo desta ‘epifania do feminino’, sobretudo mantendo a escolha de me valer da própria obra, quando não da voz de seu autor para levantar os pontos a serem problematizados, julgo oportuno trazer uma passagem que ilustra, com primor, estes quadros:

Raimundo Caetano espera a morte ao meu lado, e brinco de quebra-cabeça com os sinais das mulheres. Procuo por eles onde meu avô reinou absoluto. Dez passos à minha frente uma arca descansa seu peso imóvel. Há quantos anos está ali? Desde que construíram a casa. Nunca olhei o que havia dentro, mas presenciei o avô retirando dela os apetrechos com que trabalhava o couro: sovelas, agulhas, facas, cordões, tábuas, régua e pedras de amolar. Raimundo Caetano era um exímio artesão. Ninguém bordava gibões e peitorais de vaqueiros mais bonitos que os dele. Trançava cordas, punha solado nas botas, remendava cabeçadas. Filigranas nasciam de suas mãos grossas de homem. Também nele convivia o feminino, camuflado nos gibões de couro.⁴⁰²

Por outros lados, e tendo em vista ‘a voz indireta’ da matriarca da família Rego de Castro, neste caso, a avó dos primos protagonistas, a saber, Maria Raquel; também nota-se a completa atualização dos intentos mencionados, outrora, por parte do autor deste romance:

[...] Na letra redonda e firme de Raquel, anotações escritas com caneta-tinteiro. Contas de manteiga, queijos e ovos, nomes de devedores e credores. Onde existe um espaço em branco a avó escreve. Entre os arabescos dos bordados, ela soma e multiplica números, como se não existissem outros papéis na casa. Datas de menstruação, aniversários, pensamentos, provérbios, charadas. E pequenos desenhos criados por ela, reproduções de bordados que o livro não traz impressas. Os álbuns se revelam dois diários. Guardada num envelope, uma flor seca e marrom, que teria sido um jasmim branco. Presente, talvez, do namorado Raimundo, numa noite de festa, quando entre eles ainda era possível ternura. Toco a flor com a ponta dos dedos, temendo desfazê-la. Levo o envelope ao nariz, aspiro, mas o perfume que um dia existiu se esvaíra. [...] Descubro uma avó que nunca conheci antes, fechada numa gaveta de fundo falso, protegida por armadilhas como a aranha por suas teias.

⁴⁰¹ BRITO, R. C. de. Entrevista concedida ao *SaraivaConteúdo*. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10330>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

⁴⁰² Idem, *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 211-212.

[...] E a foto que nunca vi igual, em nenhum dos álbuns da família. Raquel sentada numa cadeira, os joelhos dobrados para trás, os pés descalços apoiados nas pontas dos dedos. O vestido arregaçado nas coxas cobre apenas a metade das pernas. Raquel olha para frente, um riso aberto, os cabelos repartidos ao meio, presos atrás das orelhas. É tão linda a visão que meus olhos demoram a enxergar o avô logo atrás, vestindo um paletó claro, o pomo de adão sobressaindo no pescoço, o bigode fino, o riso de quem posa para foto. Por que a avó escondeu o retrato? Por que fez questão de aparecer de pés descalços, como as suas antepassadas jucás? O retrato impressiona por esse detalhe acintoso, como se os pés descalços rissem das pessoas que olham para eles. Nunca saberei o motivo de Maria Raquel ter escondido aquele instantâneo de felicidade apenas dela e de mais ninguém.⁴⁰³

Ademais, para além das vozes de Raimundo Caetano e Maria Raquel Rego de Castro, Adonias, em uma espécie de *déjà vu*; ainda se redime daquela visão que, no início do romance (e que já foi carregada para o corpo desta pesquisa) descrevia, nos limites dos conflitos entre as tradições do sertão e as dinâmicas da globalização, ‘dois mitos desfeitos num só instante’:

Duas mulheres tangem o gado numa motocicleta. A mesma cena que vi antes agora me parece graciosa. O poder masculino cede lugar ao feminino. Antônio buzina, aceno com a mão, elas também buzina e sorriem para mim. São bonitas. O que pensam dos homens? Com certeza já não se escondem na cozinha e nos quartos da casa, atravessam as salas, ganham os terreiros, as ruas, as cidades.⁴⁰⁴

E acerca da homoafetividade, legado de um *Grande Sertão: Veredas*, no qual a sexualidade ambígua dos personagens aflora no romance que trata, também, do amor de dois homens; para Ronaldo Correia de Brito, isso é encarado de forma natural, sobretudo poética. Confessa ainda que, como médico, ‘o momento daquela revelação’ foi como uma aula de anatomia patológica. Esclarece que teve, sim, um estranhamento muito grande. Explicando melhor o caso ele indica que não enxerga a ‘revelação’ como a ‘revelação do lado feminino’ de Diadorim; pois, para ele, a personagem continuaria sendo um “homem”. Afirma que não compreendeu a saída de João Guimarães Rosa, porém, na sua visão, *Grande Sertão* não é um romance homossexual, como alguns preferem afirmar. Ronaldo Correia de Brito acredita que tal romance é uma obra, de trama elaborada, cheia de poesia, de metáforas e de muita metafísica, que tem por enredo o amor entre dois homens: Riobaldo e Diadorim. Porém, dizer que se trata de um romance homossexual seria reduzi-lo a uma única possibilidade de leitura.

Todavia, em *Galileia*, ou para além destas ‘veredas possíveis’, das poesias e das poéticas atualizadas na interpretação destes sertões, desde os seus aspectos mais tradicionais até os seus quadros mais contemporâneos, de fato, a sexualidade é retratada, também, a partir da visão de quem, como médico, acompanha de perto o grave problema da exploração sexual infantil no Nordeste. Realidades que podem começar com as relações incestuosas, nos núcleos

⁴⁰³ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 214-215.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 227.

familiares, e que, não raramente, alcançam como cenário, para os tristes dramas, os postos de gasolina, à beira das estradas, onde meninos e meninas se entregam a caminhoneiros em troca de comida; tragédias que, de fato, atingem todo o Brasil. Então, por ocasião, na entrevista concedida a Antonio Gonçalves Filho, realizada no final de outubro de 2008, ainda menciona o autor (e psicanalista) que, a cerca de uma semana, havia atendido um garoto de 16 anos que se prostituía desde os 13; e diante de tais quadros conclui que, realmente, o personagem Davi, de *Galileia*, também poderia ser um daqueles meninos, que se prostituiu internacionalmente.

Indo além, ou descendo ainda mais neste abismo que não é só retórico e moral, e para além das nossas leituras que já foram apresentadas desde o início deste tópico, acerca do personagem Raimundo Caetano, Antonio Gonçalves Filho interroga o autor a partir da sua interpretação ‘da doença do patriarca’; apontando para a hipótese de que a mesma lhe soa como uma metáfora do “estado de deterioração moral de uma sociedade que não poupa ninguém, nem mesmo crianças”. E ainda salienta o entrevistador que o romancista escreve, em *Galileia*, que “a mesma infecção que destrói sua carne parece também arruinar a terra”; ressaltando, por fim, que, para além do referido romance, também se lembrava de como Saramago usou a ‘doença’ como metáfora e alegoria no *Ensaio Sobre a Cegueira*. Destarte, Antonio pergunta, diretamente, ao médico, de que maneira ele via a metaforização da doença?

Outro dia, lendo uma crônica de Manuel Bandeira sobre Novalis, percebi como a tuberculose foi realmente a metáfora do romantismo. Creio que a última tentativa de associar uma doença a uma determinada época foi a AIDS. Em Galiléia, a morte do patriarca está associada a uma premonição que o leva a construir para si e Maria Raquel dois túmulos, um ao lado do outro, a premonição de que nem o avanço da ciência e da técnica poderá impedir que a doença esteja ligada a uma idéia de castigo, de punição. A geração mais jovem parece mais distante desse estigma, livre desse ‘castigo’, mas a de Raimundo amarga o remorso – e ele, particularmente, por se alegrar quando o filho mais mimado pela mulher morre, um episódio bíblico tirado de Davi. Essa transgressão retorna como um possível castigo e optei pela Bíblia como poderia ter optado pelas histórias dos pacientes de Freud.⁴⁰⁵

E a respeito desta escolha pelas *Escrituras Sagradas*, ainda ao mantermos o foco nas fontes supracitadas, é peculiar observar como Ronaldo Correia de Brito elabora acerca das místicas derivadas da fé monoteísta, quer seja de matriz judaica, cristã ou islâmica, para a fundação do romance *Galileia*. No caso, Antonio Gonçalves Filho ressalta que os personagens do romance têm nomes bíblicos e que na caracterização dos sujeitos que desenrolam suas tramas neste sertão, periferia da globalização, por vezes, também são conservados alguns dos traços mais marcantes dos seus homônimos ancestrais; contudo, como regra, os personagens

⁴⁰⁵ BRITO, R. C. de. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

de *Galileia* representam a imagem inversa daquelas figuras do *Antigo Testamento*, dando como exemplo o próprio Davi que, nas palavras do entrevistador, “não corresponde ao que se espera de um ungido”. Enfim, o jornalista pergunta sobre as eventuais associações e a razão para as frequentes contraposições; ao passo que Ronaldo Correia de Brito esclarece que o batismo dos personagens da obra deriva de “uma história real”, cujo mote se consolida na recusa de um nome, no momento de um batizado. Em suma, o autor menciona que tal escolha nasceu da desaprovação de um nome judeu, por um “padre antissemita”; e que tais situações florescem nos solos culturais que o romancista descreve com as seguintes palavras:

Há no Ceará um orgulho muito grande de uma suposta ascendência judaica e, mais que isso, uma forte suspeita de que essa foi responsável por nossa herança moral. A força da cultura, a presença forte dessa moral judaico-cristã é notada desde os guardadores de rebanhos que viviam se matando nesse universo sertanejo. No romance, houve um cruzamento de histórias. Ismael é, sem dúvida, um proscrito, e a nudez de Davi remete muito à história do rei entrando nu em Jerusalém. Mas, no livro, ele é vítima de um incesto e ainda transfere parte de suas características para o patriarca Raimundo Caetano. Sempre vi, por exemplo, a relação do Davi bíblico com Jônatas como uma experiência homoerótica, algo como a relação de Aquiles e Pátroclo.⁴⁰⁶

Dito isso, ao voltarmos-nos para o que se lê no romance, e ainda sobre estas matrizes ou estas místicas sertanejas, trago uma síntese de duas passagens que ilustram os tais pontos:

Muitos judeus sefarditas que fugiram da Ibéria para a Holanda mudaram-se para Pernambuco na comitiva do conde Maurício de Nassau, e ali viveram a salvo de perseguições, com rua de comércio e sinagoga, até serem expulsos com os flamengos. A lei foi implacável com os judeus velhos e aqueles que, depois de convertidos ao cristianismo, judaizaram. Em poucos meses, a florescente comunidade judaica se desfez. Porém, nos interiores cearenses, contava-se como verdade inabalável que muitos cristãos-novos fugiram a essa expulsão, embrenhando-se sertão adentro, dando origem a dezenas de famílias com os sobrenomes Pinheiro, Nunes, Castro, Álvares, Mendes e Fonseca, embora afirmem que no mundo ibérico não se identificam judeus pelo sobrenome. [...] Alguns achados misteriosos excitaram os genealogistas da família. Nas ruínas da casa do monte Alverne, encontrou-se uma escultura talhada em um bloco de calcário, que ficou conhecida como a Pedra de Jacó. Uma figura humana masculina, com a cabeça coroada de folhas e frutos, olhava para baixo, com a expressão carregada de dor. Aos pés, a frase escrita em holandês – *Iacob Bem Ick Genaemt* –, que foi traduzida por *eu me chamo Tiago*. De onde veio, quem a trouxera, com que fim? A notícia correu os Inhamuns, foi cantada pelos poetas repentistas, causou controvérsias. Durante meses, a Pedra de Jacó recebeu visitas, até transformar-se em encosto de porta e depois ser esquecida. Na mesma casa arruinada também se encontraram restos de estruturas de cantaria em calcário. Fragmentos exibiam figuras antropomorfas e inscrições. Numa delas, em caracteres bem desenhados, estava escrito: *niet sonder Got, nada além de Deus*. Interpretou-se isso como um sinal dos céus para os filhos desgarrados do redil do Senhor, naquele mundo selvagem em que se cuidava apenas da salvação de bois, ovelhas e cabras. O destino dessas esculturas não foi melhor que o da Pedra de Jacó e de todos os monumentos sertanejos: o

⁴⁰⁶ BRITO, R. C. de. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

abandono. Para os Rego Castro, os achados arqueológicos confirmavam um passado sefardita e holandês, estabeleciam vínculos entre os pastores esquecidos e o restante do mundo civilizado.⁴⁰⁷

Então, e como já pode ter sido notado, mais uma vez, as narrativas de Ronaldo Correia de Brito fazem menção ao ‘monte Alverne’, cenário do conto *O que veio de longe*, publicado em *Livro dos homens*; com o qual problematizamos algumas questões acerca das memórias⁴⁰⁸. E, nestes quadros, e de acordo com as palavras de Antonio Gonçalves Filho, o autor “reúne os fragmentos da tradição oral e ergue uma catedral literária com os cacos da ruína sertaneja e da tragédia clássica”; aliás, ainda de acordo com o entrevistador, a partir deste mundo arcaico, de delírios incestuosos, o romance *Galileia* surge como uma resposta ao orgulho nordestino da heráldica sertaneja, de um regionalismo que defende uma cultura hierarquizada e hermética. Estratégias que Antonio Gonçalves Filho também reconhece na crítica que faz outro sertanejo literato, a saber, o pernambucano Raimundo Carrero. Por fim, ao ser interrogado acerca da sua relação com seus contemporâneos nordestinos, Ronaldo Correia de Brito menciona que é amigo de Carrero, porém, admite ter lido pouca coisa dele; ou seja, não reconhece a tal ‘proximidade’ atestada por Antonio Gonçalves Filho, tampouco admite que o seu romance surja como resposta ao ‘orgulho nordestino da heráldica sertaneja’ ou mesmo como ataque a ‘uma cultura hierarquizada e fechada’. A nosso ver, o autor vai um tanto mais longe ao mencionar que a crítica, por mais que passe pelo sertão, não é precisamente dirigida ao sertão:

Raimundo Caetano é um personagem real. Era um patriarca, que visitei como médico. Os filhos, netos e bisnetos rodeavam sua cama e notei que em cada um desses círculos se falava uma linguagem diferente. Os filhos vinham de avião particular, os bisnetos não largavam o laptop. Fiquei impressionado como esses círculos eram impenetráveis, como se houvesse uma guerra de morte entre eles. Quis justamente escrever um romance sobre essa relação, sobre a incomunicabilidade entre o mundo arcaico e o contemporâneo.⁴⁰⁹

E, também de acordo com Antonio Gonçalves Filho, em *Galileia*, Ronaldo aborda a austeridade sertaneja, por meio de críticas formais ao tratar da falta de curvas no mobiliário das casas do sertão; associando as linhas retas aos poderes masculinos que ditam as normas do desconforto e da tirania. Aspectos que, como já havíamos levantado anteriormente, também são abordados ao longo das obras de Ronaldo Correia de Brito e que, de fato, se

⁴⁰⁷ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 24; 27-28.

⁴⁰⁸ Consoante aos debates apresentados no capítulo *Considerações sobre caminhos e balizas para as intermediações com as obras de Ronaldo Correia de Brito*, discussões assentadas no item 2.4 - Os domínios e as fronteiras vivas entre as memórias, as histórias e as ficções; c) “*O que lembro tenho*”, p.110-122, da presente dissertação.

⁴⁰⁹ BRITO, R. C. de. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

tornam um dos traços marcantes na escrita deste autor multimídia, bem como surgem, com frequência notória, ao longo dos contos publicados no *Livro dos homens*. Neste sentido, o jornalista pergunta ao romancista qual seria o personagem que carregaria, mais que os outros, os traços desta cultura; ao passo que a resposta do autor aponta para Salomão como a representação do sertão: “Ele teve, por intermédio de Marina, uma paulista mais iluminada, a chance de escapar desse universo de brasões e ferros de marcar boi, mas é um personagem muito preso a esse mundo, a essas leis que se refletem na genealogia, no couro, nas paredes, nas portas.” Enfim, para ilustrarmos a força desta ‘representação’ encarnada no referido sujeito, julgo oportuno transportar do romance, para a pesquisa, mais um trecho que pode cumprir com tais intuitos:

[...] Arneirós falava na professora paulista, e que tio Salomão finalmente encontrara um interlocutor à altura dos seus conhecimentos. Foi ele quem forneceu os dados mais importantes sobre a família, abrindo as gavetas e os armários onde escondia seus tesouros. A tese da socióloga justificava o esforço de anos de pesquisa do tio, e o dinheiro gasto comprando livros e papéis velhos, sem valor aparente. As árvores genealógicas dos Rego Castro foram desenroladas diante de um colecionador orgulhoso dos seus achados, e de uma estudante deslumbrada, como se acabasse de avistar as terras do Novo Mundo. Os dois passavam dias e noites conversando, liam em voz alta, discordavam em vários pontos de vista, mas possuíam em comum o gosto pela pesquisa histórica e pelas ideias revolucionárias, desde que não ferissem o nacionalismo do tio [...].⁴¹⁰

Dito tudo isso, ao trazermos o foco, mais uma vez, para a tríade Adonias, Davi e Ismael, são inevitáveis as lembranças de que, Davi, pai de Salomão, em relação às tradições do povo judeu (e não somente tendo em vista os pensamentos e as práticas perpetradas por sionistas) é uma figura tão importante quanto Ismael, o primogênito de Abraão, posto que este se torna um personagem fundamental para a fé islâmica; sobretudo para o povo árabe. Claro, pensando nisso sem nos perdermos pelos labirintos e pelas interpretações conflitantes, que tratam não só das árvores genealógicas, bem como das rotas, das posses e das relações que foram construídas desde a “trajetória” de Abraão, como patriarca do monoteísmo (ou como condensador daquele tipo de “desamparo infantil”⁴¹¹ materializado como matriz, fundamental, do pensamento ocidental); e ainda, principalmente, sem nos atermos aos aspectos mais contemporâneos que envolvem os conflitos e os interesses dos povos e das nações judaicas e

⁴¹⁰ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 116.

⁴¹¹ Cf. FREUD, S. *O mal-estar na civilização*, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 25: “[...] Quanto às necessidades religiosas, parece-me irrefutável a sua derivação do desamparo infantil e da nostalgia do pai despertada por ele, tanto mais que este sentimento não se prolonga simplesmente desde a época infantil, mas é duradoramente conservado pelo medo ante o superior poder do destino. Eu não saberia indicar uma necessidade vinda da infância que seja tão forte quanto a de proteção paterna. [...] Podemos rastrear a origem da atitude religiosa, em claros contornos, até o sentimento do desamparo infantil. Talvez se encontre algo mais nisso, mas atualmente está envolto em névoas.”

islâmicas. Desta feita, ainda destaco que Adonias também é o nome de um dos filhos de Davi; figura que foi assassinada a mando de Salomão, o seu próprio irmão. Porém, no romance *Galileia*, Adonias é um personagem que assume não só a função de narrador, bem como, ao que nos parece, também traz muito da vida do autor para o referido romance. E, em busca de explicar melhor este ponto, esclareço que as semelhanças entre Ronaldo Correia de Brito e seu personagem-narrador ultrapassam as condições de ambos serem ‘médicos’, ‘nativos dos sertões dos Inhamuns’ e ‘radicados no Recife’, posto que os relatos das memórias de Adonias, por vezes, nos chegam como se fossem as próprias memórias do autor⁴¹² que estivessem, ao longo de *Galileia*, liricamente sendo desveladas, para a construção da primorosa narrativa.

Então, tendo em vista o desenrolar da trama⁴¹³, que trata de conflito de gerações e dos choques provenientes entre modos de vidas arcaicos e contemporâneos, Ronaldo Correia de Brito lança mão de Adonias para narrar o retorno de três parentes que foram viver em centros modernos, que foram correr o mundo, fugindo de um sertão que consideram como uma prisão sem paredes ou mesmo como a matriz das mais terríveis maldições de suas vidas. Contudo, e como dito, os primos voltam para *Galileia* a fim de visitar o avô; no princípio, a título de celebrar mais um ano de vida, mas, por fim, acabam por presenciar as transformações daquela festa de aniversário nos preparativos para o funeral de Raimundo Caetano. O patriarca de uma família sertaneja, que se constrói e que se destrói nos solos áridos do agreste nordestino, que consolidam suas vidas com os mesmos ângulos e com as mesmas quinas de uma arquitetura rústica, que se ergue sobre a terra seca. Clã nordestino, dos Rego Castro, que é marcado a ferro e fogo por passagens sombrias e confusas que, não raramente, estão fechadas em baús, em arcas ou mesmo atrás das portas e das janelas, quando não estão seladas, das janelas às portas, com tudo o que se guarda dentro de casas inteiras. Tramas que são consolidadas com os elementos ancestrais dos ‘adultérios’, da ‘violência’ e das nuances dos ‘dramas familiares’, que voltam a se abater sobre os primos Adonias, Davi e Ismael, bem como sobre os seus

⁴¹² Outro ponto que reforça essa impressão se faz presente no fato do personagem do conto Qohelét, assim como Ronaldo Correia de Brito, aprender a ler a partir dos textos sagrados da Bíblia. BRITO, R. C. de. Qohélet. In: _____. *Livro dos homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005, p. 24-39. Com se percebe, pelas palavras do próprio autor: “Aprendi a ler numa História Sagrada, que é uma seleta da Bíblia. Quando tinha sete anos, meu pai pediu que lesse em voz alta, para toda a família, um trecho da história de José do Egito. Foi a minha diplomação”. Cf. BRITO, R. C. de. *Galileia*. Editora Objetiva. Entrevista publicada, junto aos dados da obra vencedora do Prêmio São Paulo de Literatura de 2009, pela Editora Objetiva. Disponível em: <http://www.objetiva.com.br/site2011/livro_ficha.php?id=297>. Acesso em: 26 jan. 2012.

⁴¹³ Narrativa que, de fato, mesmo que tenha sido materializada sem a intenção de se caracterizar como uma “metaficção historiográfica”, por fim, traz consigo vários dos traços problematizados por Linda Hutcheon, que também elabora sobre como estas vias se atualizam por saber que “[...] rerepresentar o passado na ficção e na história é, em ambos os casos, revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo ou teleológico [...]”. Cf. HUTCHEON, L. *Poética do Pós Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 147.

parentes, a partir de um destino que parece acompanhar os desvios de caráter da ‘civilização’, desde muito antes dos estágios mais atuais, nos quais o sertão é inscrito como periferia do mundo globalizado. Enfim, e para além dos traços genealógicos ou culturais, que ligam (ou não ligam) os sertanejos aos confins do “velho continente europeu”, com as suas tradições imemoriais; de fato, nota-se este elo atemporal no espectro daquilo que se entende por trágico.

Assim sendo, aproximando este cenário sertanejo-globalizado, de Ronaldo Correia de Brito, aos contornos da filosofia trágica de Nietzsche, ou seja, daquela amálgama ‘do trágico’, ‘da alegria’ e da ‘afirmação da vida’, e tendo o ‘niilismo’ como ‘elo’ escolhido para sintetizar as metáforas da ‘modernidade’, em *Lua Cambará*; e da ‘pós-modernidade’, em *Galileia*; deteremos a nossa atenção em um dos capítulos da terceira parte do livro *Assim falou Zaratustra*. Especificamente, nos pontos em que Nietzsche trata *Da visão e do enigma*⁴¹⁴. Capítulo no qual se encontra uma das passagens mais significativas para estas questões (tanto no campo do poético quanto no campo do trágico); principalmente na medida em que Nietzsche narra os eventos relativos à figura da famigerada “serpente negra e pesada”. Trechos cujos desfechos apresentam Zaratustra sugerindo para que o Jovem Pastor morderesse a cabeça da serpente e a jogasse bem longe; logo, quando o referido pastor atualiza as palavras de Zaratustra, ao lançar longe aquilo que o sufocava, transformado, ele começa a rir, aliás, a rir como jamais alguém riu na face da Terra⁴¹⁵. Nestes termos, como sugere o próprio Nietzsche, podemos reeditar a seguinte pergunta: Quem é o Jovem Pastor? E, sobretudo, com os auspícios das teses de Machado, pensarmos sobre o que é esta negra e pesada serpente⁴¹⁶.

No capítulo *O Convalescente*⁴¹⁷, trecho igualmente importante para as questões do trágico, ou mesmo para as relações entre ‘o trágico’ e ‘a alegria’, Nietzsche diz, claramente, que o Jovem Pastor (“em cuja garganta se insinuou a negra e pesada serpente”) é o próprio Zaratustra: “O grande fastio que sinto do homem, isto penetrara em minha goela e me sufocava. E aquilo que proclamava o adivinho: ‘Tudo é igual. Nada vale a pena. O saber nos sufoca’.”⁴¹⁸ Além do mais, nesta referência ‘ao fastio, à náusea, ao nojo pelo homem’, para além dos ecos dos discursos tão mais descrentes quanto pós-modernos, nota-se a importante indicação de que a tal “serpente negra e pesada” simboliza aquilo que Nietzsche chamou de ‘niilismo’; ou seja, o que sufocava Zaratustra, o enchendo de náusea e horror, ou mesmo de descrença, de passividade, de inércia, de nulidade, de negação é aquele niilismo que Gilles

⁴¹⁴ NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 164-168.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 168.

⁴¹⁶ MACHADO, R. C. de M. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴¹⁷ NIETZSCHE, F. W. op. cit., p. 222-227.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 225.

Deleuze e que Roberto Machado chamaram de ‘niilismo passivo’ e que, por minha vez (e duvido que exclusivamente), ousou encarar como sendo o ‘niilismo da pós-modernidade’.

Nesta trama, inegavelmente, ressalta-se a figura do Adivinho, sujeito que toda vez que é apresentado transforma (ou busca transformar) Zaratustra; posto que este, invariavelmente, esmorece na presença do referido personagem. Em tais transformações, ou nesta adoção do comportamento do Adivinho, nota-se Zaratustra com as posturas de um ‘niilista passivo’, ou seja, com aquele niilismo que nos parece ser característico dos estágios liquefeitos ou pós-modernos. Neste caso, resta destacar que o Adivinho é um niilista que já superou os estágios ‘negativos’ e ‘reativos’ do niilismo; dito de outro modo é um sujeito que nega a vida para além das suas dimensões de ‘valores superiores à vida’ e para além da própria ‘negação de tais valores’, sobretudo ao dizer: ‘inútil foi todo o trabalho’, ‘tudo é vazio’, ‘tudo é igual’, ‘tudo foi’, ‘nada vale a pena’, ‘o saber nos sufoca’. Como ventilado outrora, a decisão (ou a perspectiva) tomada na superação do ‘niilismo da moral do escravo’, que nega o presente, em prol da eternidade; ou mesmo do ‘niilismo da modernidade’, que nega o presente, em prol do futuro, quando é atualizada sem a decisiva anunciação trágica da reconciliação com a ideia do “Eterno Retorno”, enfim, se dá por meio da perspectiva de que ‘a vida não tem valor’ ou de que ‘a vida não vale nada’. Nestes termos, o niilismo do Adivinho não é uma espécie de desvalorização da vida em relação à (ou em nome de) valores superiores; pois, neste aspecto, não existem valores pretensamente superiores à vida que motivem qualquer modalidade de “anulação”; quero dizer, não se trata de um niilismo cujos valores venham julgar a vida a partir de um ponto de vista superior, quer seja do tipo ideal-emocional, da “redenção”, ou do tipo ideal-racional, do “progresso”; ou seja, tal modalidade de niilismo é caracterizada pela desesperança, pela depressão, pela dor. Condições que também surgem, de forma contundente e recorrente, nas posturas de Adonias, na narrativa de Ronaldo Correia de Brito, *Galiléia*.

Ao longo da trama desenrolada neste romance que inscreve o sertão como periferia da globalização, Adonias, frequentemente, atesta o seu cansaço, a sua descrença, a sua apatia, o seu temor, o seu asco, a sua desesperança; a ponto de dizer, literalmente: “Está tudo perdido.” E, ainda acerca deste ‘niilista passivo’ ou deste sujeito que atualiza ‘o niilismo da pós-modernidade’, lembramos-nos das linhas do próprio romancista sobre o referido personagem:

[...] em *Galiléia*, acho que Adonias é um personagem bem pós-moderno mesmo, um personagem perplexo, ambíguo, sofrido, um personagem que vez por outra quer resvalar para um caráter duvidoso, mas no entanto ele é salvo pelo sofrimento, é um personagem que sofre, sofre, sofre. E a literatura se faz com sofrimento. Com

silêncio, com sofrimento. Acho que ele tem essa lição para a literatura, o seu sofrimento.⁴¹⁹

Sem dúvida, aqui também ouvimos os ecos daquilo que Theodor Adorno aborda em seus diálogos com Gerschom Scholem, conforme é debatido por Eduardo Guerreiro Brito Losso⁴²⁰, ao tratar das elaborações consolidadas a partir das influências de Walter Benjamin e materializadas ao longo das teses de Adorno sobre a literatura moderna, ao teorizar acerca de certa “mística da linguagem” que alcança alguns “textos profanos”, como se os mesmos fossem “sagrados”. Como dito, caminhos que se projetam para além da perspectiva de uma ‘mística sertaneja’ compreendida como a síntese do que pode ser vivido (ou representado) a partir da intermediação com os sertões quando os mesmos estão elevados, em sua condição, a uma situação de natureza ‘divina’ ou ‘espiritual’; ou até mesmo por conta de como o conteúdo desta causa ou desta instituição, ‘o sertão’, desperta respeito e devotamento, quer seja no autor, quer seja no leitor. Dimensões distintas cuja virtude ética se atualiza, como dito outrora, na promoção da “salvação” daqueles que se enxergam como “sujeitos sem esperanças”.

Entretanto, como previamente mencionado, não ampliarei, com isso, os abismos melancólicos a partir dos quais consolidamos esta pesquisa, ou seja, não descerei a fundo nas teses de Theodor Adorno, pois, retomarei, daqui, os debates já adiantados acerca do ‘niilismo’ e das convergências entre os aspectos ‘da alegria’ e ‘do trágico’, que se encontram nas teses de Nietzsche. De tal sorte, ressalto que o ‘niilismo passivo’ pode ser entendido como a própria “serpente negra e pesada” que sucede ‘o niilismo da morte de Deus’ (‘o niilismo moderno’); este que, por sua vez, toma o lugar do ‘niilismo da moral do escravo’. Esclarecendo que, neste exercício, interpreto ‘o niilismo passivo’ como sendo o niilismo da “pós-modernidade”; uma vez que “a serpente negra e pesada” simboliza este niilismo causado pela impossibilidade de suportar a ideia de que não haverá um aperfeiçoamento do homem ou da civilização, seja através ‘da redenção’, seja por meio ‘do progresso’. E as palavras do Adivinho, como mencionado, dão o tom da desesperança: ‘inútil foi todo o trabalho’; ‘tudo é vazio’; ‘tudo é igual’; ‘tudo foi’; ‘nada vale a pena’; ‘o saber nos sufoca’. Este é o niilismo no qual o homem aparece como um sujeito incapaz de amar, incapaz de ter desejos, incapaz de criar; é um sujeito estagnado, estéril, sem coragem, desesperado e sem propósitos. O niilista passivo é

⁴¹⁹ BRITO, R. C. de. Grandes entrevistas. *Tiro de letra*. Entrevista concedida a Rogério Pereira, publicada no jornal Rascunho, de novembro de 2011. Disponível em:

<<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/RonaldoCorreideBrito.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

⁴²⁰ LOSSO, E. G. B. Adorno e Scholen: mística e teoria da literatura. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações e Convergências*. São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/055/EDUARDO_LOSSO.pdf> acesso em: 14 nov. 2012.

alguém que não tem mais esperanças, quero dizer, já não tem mais ‘a primeira esperança’, depositada em Deus e na redenção, como professado pelos niilistas negativos; nem tem a esperança do aperfeiçoamento humano ou histórico, cristalizado na ideia de progresso, como promovido pelos niilistas reativos. Este é o niilismo do Adivinho, ‘o niilismo pós-moderno’.

Contudo, como já dito anteriormente, o ‘niilismo ativo’ é ‘o niilismo do homem trágico’ que, para Nietzsche, atualiza o niilismo tanto como ‘negação dos valores terrenos’, quanto como ‘negação dos valores supraterrêneos’; em outras palavras, é o sujeito que abdica tanto dos valores futuros quanto dos valores eternos, afirmando ‘o instante’, potencializando cada um dos atos com os quais consolida a sua vida. O niilista ativo é aquele cuja vontade atinge o grau máximo de potência ao afirmar o eterno retorno; e tudo isso se materializa nas diferenças de perspectivas, pois, tais distinções se inscrevem nos fatos de que a vontade de potência, por ser afirmativa ou negativa, poderá levar tanto à ‘alegria’ quanto à ‘tristeza’. E, retornando ao que já foi apresentado, através da superação dos primeiros niilismos, tanto será possível considerar que ‘nada vale a pena ou tem valor na vida’, bem como que ‘nada na vida tem valor a não ser a intensidade com que se vive’, ou seja, como exposto nas palavras de Nietzsche: “nada tem valor na vida, a não ser o grau de potência”. Assim, um sujeito que supera o niilismo negativo e o niilismo reativo tanto pode ser o esgotado, o exausto ou o triste, tal qual o niilista passivo, quanto pode efetivar o aspecto trágico da vida – no sentido da negação dos valores terrenos (e futuros) ou supraterrêneos (e eternos) – e, pela via trágica, efetivar a mais saudável dentre as posturas éticas (ou práticas) possíveis, abrindo mão da tristeza, do niilismo passivo e se agarrando à alegria, provocada pelo desejo do eterno retorno.

Nietzsche, por estes caminhos, aborda ainda a metáfora (bem mais polemizada do que, de fato, polêmica) acerca da “morte de Deus”; posto que o tal ‘niilismo reativo’, como dito, é aquele ‘niilismo da morte de Deus’ ou o ‘niilismo do progresso’. Ressaltando que tal afirmação (paradoxal e provocativa) não soa como uma ‘proposta’, nem como uma ‘profecia’ ou como um ‘presságio’; mas tão somente como uma ‘constatação’, como um ‘atestado de óbito’. Dito isso tendo vista os fatos de que a partir dos preceitos ‘racionalistas iluministas’, de tantos modos, cristalizados pelo afastamento ou até mesmo pela abolição da ‘eternidade’ e da ‘metafísica’, com os ideais e os valores modernos e burgueses, com a crítica aos valores absolutos, eternos e imutáveis (ou mesmo com a troca da ‘redenção, pós-vida’, pelo ‘progresso, pós-barbárie’), enfim, os homens teriam matado (ou se apartado de) Deus; como é poeticamente apresentado em *O homem louco* (ou, como também surge em outras traduções,

O insensato), na obra *A Gaia Ciência*⁴²¹. O progresso é uma ideia moderna, que nasce no século XVIII, mas já no século seguinte sofre, de Nietzsche, ataques ferozes acerca das tais noções de ‘perfectibilidade’, de ‘aperfeiçoamento’ ou de ‘aprimoramento’ da história. Movimentos tidos como ‘naturais’ ou mesmo ‘inevitáveis’ à humanidade, ao homem ou à civilização; e que, atualmente, os supostos “pós-modernos” tratam disso como uma das grandes invenções “da época”. E, acerca destas questões, podemos ler de Roberto Machado:

[...] Onde tem origem, segundo Nietzsche, a modernidade? Nos filósofos iluministas do século XVIII e sua crítica da tradição e da autoridade; na filosofia de Kant, que estabelece os limites do conhecimento e a impossibilidade de o homem conhecer o supra-sensível, a coisa-em-si; na ciência positiva, que se torna independente da teologia; na revolução Francesa e sua defesa das “idéias modernas” de igualdade, liberdade e fraternidade; na arte romântica que demonstra simpatia pelo que é sofredor, infeliz e doentio.⁴²²

E, ainda com as palavras de Roberto Machado, poderemos perceber claramente que:

[...] um dos grandes interesses do pensamento de Nietzsche para a nossa contemporaneidade, para a nossa atualidade, é ele ter previsto, com muita antecedência, a derrocada de uma espécie de otimismo moral. Me parece que Nietzsche sentiu, como ninguém, que o maior perigo que traz a ‘morte de Deus’, quer dizer, esse niilismo reativo, que quer colocar o homem no lugar de deus, é a ampliação do niilismo, é o aumento do niilismo, é a intensificação do niilismo. Uma ideia que Nietzsche diz, poeticamente, “o deserto vai crescer”. [...] Pois, considera-se que o homem não deu certo e se entristece com isso. O mais difícil de suportar na vida é a ideia de que não há esperança. A ideia de que não há esperança de eternidade futura, ou de tempo futuro, que venha corrigir o instante. E isso é muito difícil de suportar, e é isso que faz o pensador cair no niilismo passivo.⁴²³

De qualquer forma “o homem pequeno sempre existirá”, e é este um dos mantras do pensamento da ‘desesperança’; pois, não haverá um aperfeiçoamento da humanidade, no sentido de sua ‘plena realização’ ou ‘emancipação’. Logo, a grande dificuldade de um pensamento trágico, que ainda assim seja alegre, é afirmar que o “homem pequeno sempre existira” e, ao dizer isso, não tombar rumo ao ‘niilismo passivo’, no qual se faz presente a sentença de que ‘nada mais vale a pena’. Assim, Roberto Machado nos indica que foi para tornar possível uma perspectiva trágica que funcione como uma vacina contra a náusea, o nojo, o fastio, o sufoco, característicos do niilismo passivo, e a tristeza que isso tudo acarreta que, enfim, Nietzsche elaborou o pensamento materializado na metáfora ética do “Eterno Retorno”; figura que, na visão de Roberto Machado, é um pensamento trágico por excelência. Ainda destaca o filósofo citado que na obra de Nietzsche, *Assim falou Zaratustra*, repousa a

⁴²¹ NIETZSCHE, F. W. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, § 125, p. 147-148.

⁴²² MACHADO, R. C. de M. Deus, Homem, Super-homem. *Revista Kriterion*. v. 35, n. 89, Belo Horizonte, 1994, p. 21-22.

⁴²³ Idem, *Café Filosófico* – A alegria e o trágico em Nietzsche. Campinas: CPFL Cultura, 18 de outubro de 2008. Programa de televisão.

tríade fundamental dos conceitos de “super-homem”, de “vontade de potência” e de “eterno retorno”; sendo que é nesta última noção que encontramos os pontos que confirmam e validam tanto as possibilidades da ‘superação’ (ou da ‘alegria’ a partir do ‘trágico’), materializadas nas posturas de uma vida plena, consolidada nos limites do “além-do-homem”, ou do “super-homem”, bem como na ‘afirmação da vida’, por meio da plena consubstanciação de toda a amplitude da ‘vontade de poder afirmativo’, ou seja, por meio de uma postura efetivada com as dinâmicas propiciadas a partir do que se vive através do ‘nihilismo ativo’.

Desta forma, nas leituras que, assim como Roberto Machado, também faço das obras de Nietzsche, noto ao menos dois aspectos para a hipótese do “Eterno Retorno”, ou seja, um que se alcança pelo viés físico, mais precisamente astrofísico; e outro, mais nietzschiano, que salienta o caráter ético da referida metáfora (ou hipótese). No campo da física é necessário destacar que o tempo se apresenta como algo que, assim como já abordamos anteriormente, difere das teses que são apresentadas por Platão (e que são reelaboradas e revisitadas por todos os pensadores inspirados pelo platonismo), ou seja, a temporalidade cósmica (ou ‘o tempo cosmológico’, das teses de Husserl; bem como ‘o tempo como duração real’, de Bergson) não tem início, logo não terá fim (e muito menos chegará a termo nos moldes de um “apocalipse”, de um “juízo final” ou de qualquer outra forma de “parusia”). Neste aspecto, confesso aqui a minha inclinação e o meu grande interesse pelas teses do *Universo Eterno*⁴²⁴, tema que abordo em estudos esparsos e que pretendo aprofundar noutros campos mais densos e propícios ao referido debate. Porém, retomando as ideias pertinentes ao presente trecho, e já apresentadas outrora, ‘o tempo’, para Nietzsche, não é aquela ‘imitação móvel da eternidade’, como para Platão, ou seja, o tempo não sucede a eternidade, tampouco será, derradeiramente, sucedido pela eternidade, após “o final dos tempos”; enfim, Nietzsche não dá seguimento nas teses de que só quando ‘o tempo’ terminar é que terá início, efetivamente, ‘a eternidade’.

⁴²⁴ Nestes campos, como desdobramento daquela (já considerada como ‘clássica’) noção de ‘big bang’, tomada como o início do universo, aponta Mário Novello, em sua obra *Do big bang ao universo eterno*, uma síntese desta ideia, de *Universo Eterno*, e dos seus aprofundamentos: “[...] Nesse cenário, o momento singular, caracterizado por uma condensação máxima pela qual o Universo passou há uns poucos bilhões de anos, é identificado como o “começo do Universo” e não permite análise ulterior. Em oposição, no cenário não singular, o Universo não tem um “começo” separado de nós por um tempo finito em nosso passado; aquele momento de condensação máxima nada mais é que um momento de passagem de uma fase anterior para a atual fase de expansão. No modelo cosmológico do Universo eterno, nesses cenários não singulares, dá-se um passo a mais, ao procurar uma explicação racional para a expansão do volume total do Universo. Dito de outro modo, trata-se de retirar o limite que os cientistas se impuseram arbitrariamente, no século XX, rumo à análise do que teria ocorrido antes do momento de máxima condensação, produzindo aquele estado único, especial, a partir do qual o volume total do espaço aumentaria com o passar do tempo cósmico, exibindo uma expansão. O presente livro, baseado no artigo de 2007 e em uma série de conferências que realizei ao longo de 2007 e 2008, introduz o leitor não especialista à seguinte questão: o Universo teve um começo em um tempo finito, ou ele é eterno?” Cf. NOVELLO, M. *Do big bang ao universo eterno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p. 18.

Deste modo, no que se alcança pelo pensamento de Friedrich W. Nietzsche, tal questão é colocada, com as palavras de Zaratustra, nos seguintes termos: Se o tempo não tem início nem fim, será que passado e futuro se contradizem? Zaratustra afirma que “não” e ainda aponta para a circularidade do tempo, nestes campos do ‘tempo cosmológico’ ou do ‘tempo como duração real’. E, é claro, aqui nos relembramos do que é vivido por *Caim*⁴²⁵, de José Saramago, que se inspira nas mesmas matrizes de pensamento para, aos seus modos, dizer praticamente o mesmo. Contudo, nesta discussão, o que mais importa para Nietzsche é o aspecto ético do eterno retorno, principalmente pela perspectiva trágica, que dá base e conteúdo para a sua filosofia de vida afirmativa, ou para a sua filosofia da afirmação da vida. Então, temos que o que importa, efetivamente, é viver como se cada instante do tempo (ou como se cada instante da vida) fosse retornar eternamente; ou seja, se ‘o momento’, ou se ‘o instante’, retornará eternamente, o ‘exercício de viver’ tem de ser um exercício de ‘afirmação da vida’, de dar a força, dar o peso, de dar a potência e a intensidade necessária a todos os momentos vividos.

Logo, a esta altura dos debates, ainda nos compete ressaltar que, pelo modo de Nietzsche interpretar o seu tempo (ou mesmo o nosso tempo), o ‘homem moderno’, bem como, nos arriscamos a dizer, o ‘sujeito pós-moderno’, ou dito de outros modos, todos os sujeitos que atualizam as mais variadas formas de ‘sofrimento’ possíveis, através dos referidos niilismos, ou seja, todos que não afirmam a vida, ou que exercem a sua vontade de potência de modo negativo, por meio dos niilismos negativo, reativo ou passivo, aos seus modos, atualizam suas existências de forma fugidia, sem peso, sem força. Para Nietzsche, a afirmação do instante (e da vida) é a manifestação do próprio amor pela vida, com o máximo de intensidade, ou seja, com o amor ao fato, amor ao acontecimento, especificamente, e consoante às teses de Nietzsche, com “*amor fati*”. Então, o “Eterno Retorno” se faz presente no pensamento de Nietzsche como uma metáfora, enunciada poeticamente, dando as costas para as convenções racionais-filosóficas, atualizada de forma não tradicional, tal qual sua filosofia; e, como diz Roberto Machado, bem pode ser lida como uma nobre mentira poética.

E, com clara inspiração nas lições de Roberto Machado, nos deparamos com uma belíssima fala que nos remete ao “Eterno Retorno”, encontrada em entrevista publicada pela Folha de São Paulo, em 2000, quando Federico Fellini, ao comentar sobre Pina Bausch, diz:

Assisti “1980” de Pina Bausch do início ao fim e por mim poderia continuar. Me vi imediatamente levado por uma certa simpatia, parceira da graça, e senti o sopro de uma brisa (*allegro*) vindo ligeira do palco. Era o mesmo prazer, o mesmo

⁴²⁵ SARAMAGO, J. *Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

entusiasmo, o mesmo milagre da minha primeira vez no circo, assistindo aos irmãos De Filippo, ou à aparição devastadora de Totó ou a “*Chorus Line*” ou ao “Arlequim Servidor de Dois Patrões” de Strehler ou ao “*Grand Guignol*” no colo do meu tio. O que Pina Bausch nos conta no palco e na platéia é um teatro que libera todas as inibições, é uma festa, um jogo, um sonho, uma correspondência, uma memória, uma visão, um ritual. É um conforto, que se destrói doce e insidiosamente, porque o que a gente quer é que toda essa harmonia, toda essa leveza, todo esse encantamento não acabem jamais e que a vida seja assim...⁴²⁶

Enfim, este ‘retorno eterno’ não pode ser entendido como mera repetição, não deve ser vivenciado como uma condenação, pois, enquanto ‘metáfora ética’, para a afirmação da vida, ou como um caminho para a efetivação de uma postura alegre, diante de um pensamento trágico, o “Eterno Retorno” se consolida, sobretudo, por meio do improviso, da dança, da supremacia do presente, da valorização do corpo e da afirmação da vida. Realidades em que cada um de nós teremos de superar as intempéries da vida através das respostas possíveis, elaboradas a partir das nossas experiências e das nossas aspirações. Indo além, ‘afirmar a vida’, ‘potencializar os gestos cotidianos’ e ‘os momentos’ é também atuar no mundo com originalidade; e para isso é preciso aprender a conviver com a frustração ou, ainda mais radicalmente, para vivenciar o “*amor fati*” é necessário sentir-se seguro para romper com as barreiras, para superar as adversidades. Nestes termos, pode-se concluir que a ética, aqui, é esta ‘atitude’; ou que para sermos éticos, primeiro, temos de ser ‘corpo’, posto que tal ‘atitude’ nos exige um corpo. Não como um suporte, não como um invólucro, bem mais do que como uma essência. Um corpo como o pressuposto essencial para todos os níveis de relações: consigo mesmo, com o mundo e com os demais sujeitos; como diz Viviane Mosé⁴²⁷.

De tal sorte, poderemos nos distanciar das aflições vivenciadas por Adonias e que, de fato, já foram vividas, tantas vezes, não só pelos personagens de Ronaldo Correia de Brito, assim como por mim mesmo e por tantos outros “eus”; e que podem ser bem materializadas com as seguintes passagens: “O impulso poético brocha, falo uma tolice e desligo. [...] Sou sempre assim, não vou além do impulso. [...] Custa a minha alegria frágil, ameaçada pelo perigo que desejei correr. [...] Tudo fugaz, carregado de culpa [...]”⁴²⁸ Aliás, situações que imprimem suas marcas nos gestos de Adonias e em seu corpo, tais quais podem ser lidas aqui:

[...] Nunca mais fecharei meu peito, nem deixarei que a ansiedade me cegue. Juro por São Gonçalo, o santo que carregam dançando, numa folia de violas e pandeiros. Passam por mim, me arrastam, sigo o cortejo. [...] Gosto da música alta, dos cheiros, da agitação festiva. [...] O cortejo de dançarinos dá outro giro. Um rapaz me enlaça a

⁴²⁶ FELLINI, F. Depoimentos: Federico Fellini. *Folha de São Paulo*. Entrevista, original, sem informações disponíveis, texto traduzido por Arthur Nestrovsk e publicado em 27 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2708200004.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

⁴²⁷ MOSÉ, V. *Café Filosófico* – O que pode o corpo? Campinas: CPFL Cultura, 23 de novembro de 2009. Programa de televisão.

⁴²⁸ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 227-228.

cintura e oferece aguardente. Bebo no gargalo da garrafa, um gole, dois, três. Ele me ensina os passos do bailado. Tento acertar a coreografia, mas não consigo. [...] A embriaguez cessa de repente. Sem a chance de partir, tudo parece sombrio e feio; o coração se tranca, a boca amarga. Os dançarinos passam cantando e arrancam o Santo dos meus braços. Tento alcançá-los, mas eles desaparecem. Sinto-me sozinho. [...] Até bem pouco tempo, o mundo em volta de mim era compreensível e amável. Agora, seu significado me foge por completo.⁴²⁹

Assim, como se buscou elucidar, uma atitude de ‘vontade de potência afirmativa’, bem como a ‘atualização do presente’, por meio do que se efetiva com a ética de um niilismo ativo, com o necessário peso em cada um dos gestos cotidianos, uma postura ética que nos reconcilie tanto com *Gaia*, quanto com a ideia de eterno retorno, enfim, poderá fazer com que esta construção metafórica, ou poética, de retorno eterno, seja o derradeiro remédio para o niilismo do sofrimento. A superação do niilismo da modernidade, bem como a superação do niilismo da pós-modernidade pode estar neste antídoto cuja dimensão máxima se encontra inserida não na busca de ‘uma verdade’, atemporal, cosmológica ou ontológica (haja vista, inclusive, o proeminente papel de Nietzsche como crítico destes arcabouços morais e ideológicos, deste bem sabido impulso por tal busca ancestral pela própria noção/função da Verdade), mas sim como uma hipótese que pretende lançar luz sobre o desafio ético deste eterno retorno. Um pensamento trágico, por excelência, que se mostra capaz de potencializar a vontade humana a este grau máximo de afirmação da vida, em tudo o que foi; que é e que será. Em suma, o “Eterno Retorno” se faz notar como este “peso mais pesado sobre sua ação”.

Uma tarefa digna de um sujeito que se consolida para além dos limites daquele “homem”, “moderno” ou “pós-moderno”, que nasceu como o fruto da negação da vida, como o fruto da elevação dos valores (pretensamente) superiores à própria vida. Uma tarefa digna de um sujeito que se consolida como um “super-homem”, que se encontra na superação dos ideais e das intempéries da realidade, e não só pela transvaloração dos preceitos socráticos-platônicos-cristãos, mas, sobretudo, na consolidação de uma existência que seja, e até mesmo para além dos limites da filosofia de Nietzsche, manifestada por uma vida afirmativa, na qual a vontade de potência seja atualizada, afirmativamente, na consolidação deste sujeito que se encontra “além do homem”, ou seja, para além dos niilismos passivo, reativo ou negativo. Uma tarefa digna de uma nova vida, de um novo tempo, de um novo corpo; efetivada na vida de um sujeito saudável, que se reconcilie com *Gaia*, que se reconcilie com a natureza, tanto com a natureza de sua ‘mãe’, quanto com a sua própria natureza de ‘sujeito-corpo-mente’; cujo habitat é ‘o presente’. Uma tarefa digna de um “super-homem” ou de um sujeito que se faz presente, em cada instante da sua própria existência, afirmando eticamente a vida, com a

⁴²⁹ BRITO, R. C. de. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 235-236.

atitude de um “novo homem”, que vive o presente como superação e a fruição do devir; com a coragem de falar, assim como falou Zaratustra: “Era isso a vida? Pois muito bem, outra vez.”

“Quando a tecnologia e o dinheiro tiverem conquistado o mundo. Quando qualquer acontecimento em qualquer lugar e a qualquer tempo se tiver tornado acessível com rapidez. Quando se puder assistir, em tempo real, a um atentado no ocidente e a um concerto sinfônico no oriente. Quando tempo significar apenas rapidez online. Quando o tempo, como história, houver desaparecido da existência de todos os povos, quando um esportista ou artista de mercado valer como grande homem de um povo. Quando as cifras em milhões significarem triunfo – então, justamente então – reviverão como fantasma as perguntas: Para quê? Para onde? E agora?”

A decadência dos povos já terá ido tão longe, que quase não terão mais força de espírito para ver e avaliar a decadência simplesmente como: Decadência.

Essa constatação nada tem a ver com pessimismo cultural, nem tampouco, com otimismo... O obscurecimento do mundo, a destruição da terra, a massificação do homem, a suspeita odiosa contra tudo que é criador e livre já atingiu tais dimensões que categorias tão pueris, como pessimismo e otimismo, já haverão de ter se tornado ridículas.”

(Martin Heidegger apud Antônio Abujamra, 2011)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes termos, encontra-se demonstrado o *modus operandi* na nossa intermediação com os bem sabidos objetos culturais, bem como, também foram delineados os contornos dos campos encarados como a ‘mística do sertão contemporâneo’, de Ronaldo Correia de Brito; universo cultural e obras de arte cujo lirismo e contemporaneidade são tão notórios quanto primorosos. Parâmetros e elementos que (mais, ou menos, diretamente) nos apropriamos, também, para problematizar acerca dos dramas do contemporâneo. Então, em partes, a partir destes pontos buscamos tratar de algumas controvérsias, dentre as várias incongruências, relativas aos decretos e aos postulados que se propõem (se não ideologicamente, cada vez mais ‘sensologicamente’) com o que se define nos limites de uma experiência pós-moderna. E, como exposto, ao longo das obras de Ronaldo Correia de Brito (e, sobretudo, pelos nossos modos e por nossas escolhas de ‘como intermediar’ com as mesmas) pudemos perceber uma série dos sintomas daquilo que pode ser compreendido como as crises das modernidades.

De tal sorte que a presente dissertação, obviamente, foi ‘contaminada’ por todo um universo ‘pré-textual’ (que, inevitavelmente, foi carreado para a pesquisa), mas, mesmo assim, buscamos abordar, sobretudo, os objetivos centrais destacados na mesma (claro, estes que seriam os mais possíveis de se alcançar com uma dissertação), quais sejam, interpretar o universo sertanejo de Ronaldo Correia de Brito, a fim de perscrutar os cenários construídos por meio das suas mais distintas obras, em busca da sua mística sertaneja; bem como, atualizar os debates decorrentes de tais esforços, principalmente em seus aspectos teóricos e epistemológicos. Exercícios interpretativos com os quais alcançamos, ou como se procurou demonstrar, um sertão contemporâneo inscrito como periferia da globalização. Além do mais, depurou-se ainda que as atuais crises de paradigmas que se abatem sobre o nosso contemporâneo (e que se imputam, por vezes, por razões muito mais ideológicas, no sentido político-econômico, do que teóricas e conceituais), de fato, são tão presentes ao nosso tempo, quanto foram contemporâneas de pensadores, tais quais, Jean Jacques Rousseau ou mesmo Friedrich Wilhelm Nietzsche, quer seja pela perspectiva da crítica à razão, quer seja pelo viés da crítica à linguagem, ou mesmo pela denúncia de um tipo de compulsão, materializada de tantos modos, nas buscas infrutíferas pela deidade convergida nos panteões da Verdade. Debates que também nos inspiram desde as problematizações mais vizinhas às nossas linhas, e que são formuladas por Jürgen Habermas; mas que, aos seus modos, ainda são encontrados ao longo de todas as fases do período que se costuma entender como sendo a Idade Moderna.

Assim sendo, sem extrapolarmos as problematizações propostas, ou melhor, acima de tudo por ter em vista uma série de pontos a serem retomados em esforços futuros, oportunamente, tanto lançamos pautas a serem revisitadas, quanto buscamos projetar as mais intensas luzes sobre as questões que aqui foram abordadas (sejam as centrais, sejam as periféricas). Mas, ainda assim, creio que seja (des)necessário mencionar que as forças que mais me motivaram, bem como os mais intensos vetores que me motivam, pelas trilhas acadêmicas, podem ser consolidados a partir da seguinte hipótese: a democracia liberal, para além do capitalismo (e da globalização), é a questão mais pontual referente ao processo de emancipação política do nosso contemporâneo. Como esboçado por Alain Badiou, no prefácio da edição italiana de *Metapolitica*: “Hoje o inimigo não se chama império ou capital. Chama-se democracia.”⁴³⁰ E, assim, também é possível perceber, na fala de Slavoj Žižek, outras facetas da referida matéria:

O que atualmente impede o questionamento radical do próprio capitalismo é precisamente a *crença na forma democrática da luta contra o capitalismo*. A posição de Lênin contra o “economicismo” e contra a política “pura” mostra-se crucial hoje, no que diz respeito à atitude dividida em relação à economia na esquerda (ou no que dela restou): por um lado, “os políticos puros”, que abandonam a economia como espaço de luta e intervenção; por outro, os “economicistas”, fascinados pelo funcionamento da economia global, que excluem qualquer possibilidade de intervenção política apropriada.⁴³¹

Então, nestes cenários culturais (políticos, econômicos e sociais), com as nossas preocupações e com estas interpretações transdisciplinares, ficou claro que, por um lado, buscou-se, aqui, encontrar (e, como pude demonstrar, de fato, encontramos habilmente desenhada) uma mística sertaneja nas obras de Ronaldo Correia de Brito. Elementos que são consolidados por meio de seu cinema, de sua literatura, de seu teatro e de sua figura de homem das artes, de forma geral. Mística materializada para além das capacidades de “salvação”, pela literatura, para aqueles que já se consideram sem esperança; como proposto por Adorno, ao reconhecer uma modalidade de “mística da linguagem” em textos “profanos”, ao teorizar, com a inspiração de Benjamim, e em diálogos com Scholem, aspectos ainda pouco estudados acerca da literatura moderna. Ademais, e com notória excelência literária (ou com uma relevância histórico-social proporcional às dimensões líricas e estéticas), nota-se esta mística sertaneja nas obras de Ronaldo Correia de Brito, em cores vivas e em expressões contundentes, nas quais o sertão se inscreve como periferia de um mundo globalizado, a partir

⁴³⁰ BADIOU, A. *Prefazione all'edizione italiana*, In: _____. *Metapolitica*. Nápoles: Cronopio, 2002, p. 14, tradução nossa.

⁴³¹ ŽIŽEK, S. *Sobre a prática e a contradição – Mao Tsé-Tung; apresentação por Slavoj Žižek*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 14.

das várias tensões entre o universo sertanejo (em suas dimensões tradicionais) e a realidade compartilhada (quando, de fato, tal ‘realidade’ é compartilhada) nas esteiras da aldeia global.

Relações conflituosas a partir das quais se percebe uma série de aspectos da globalização acossando o regionalismo rural do sertão; bem como uma gama de patologias (metaforizadas a partir das noções dos niilismos negativo, reativo e passivo) e de sintomas sintetizados, aqui, como os dramas do contemporâneo ou mesmo como os motes das crises das modernidades. Cenários em que se notam, sobretudo, as tradições patriarcais; o universo feminino; as tensões entre o universo feminino e as tradições patriarcais; as tensões entre o passado e o presente (frequentemente materializadas com a polarização entre fatos ocorridos na infância e na vida adulta); mas, também, em grande destaque e com alguma reedição, notam-se as dicotomias entre o secular e o divino; entre o sagrado e o profano, bem como, e mesmo que em narrativas pontuais, entre o popular e o erudito ou até mesmo entre a ciência e a religião. Neste sentido, ainda ressalta-se que a estrutura de tal universo sertanejo, nas obras de Brito, também se consolida por meio de uma arquitetura opressiva (ou bem mais que rústica) como matriz de forma, textura e tom das edificações levantadas e dos móveis construídos sobre o solo sertanejo; e com as tramas que se efetivam na temática do êxodo, que, de modo frequente, é acompanhado de algum tipo de retorno involuntário ou de qualquer forma de resgate de algo, ou de alguém, que tenha sido abandonado no passado, no sertão.

E, como dito, diante de tudo isso é que surgiu a tentação de abordarmos tais questões inerentes aos dramas do contemporâneo, ou mesmo de tratarmos de alguns destes aspectos cotejados das crises das modernidades, principalmente, a globalização, as crises de identidade e as tensões entre o universo masculino e o universo feminino, mediados a partir dos elementos condensados nos traços encontrados no sertão de Ronaldo Correia de Brito. Temas que serão mais bem elaborados, com mais tempo, com mais espaço, com menos dificuldades e com as pautas devidamente seccionadas, ao longo da vida acadêmica; com outras narrativas.

Todavia, por outros lados, e por menos (ou mesmo por mais) que já se tenha dito, também acredito que se mostre tão precoce quanto bem mais que carente de guarida qualquer proposição que se sustente a partir de toda e qualquer sorte dos prefixos que antecedem o termo ‘modernidade’, sobretudo os de ‘hiper’ ou de ‘pós’; principalmente, por conta do que se incute (política e economicamente) nos discursos que forjam os mesmos. Pois, em verdade, de todas as nuances da contemporaneidade, nos parece muito mais razoável identificar, no seio do nosso contemporâneo ou na modernidade, todas as aporias e tantas propostas não atualizadas desde os brados inaugurais dos movimentos que desfraldaram os primeiros baluartes da dita e repetida, quando não acossada e demolida modernidade; ou do mundo

moderno. Tudo isso a ser encarado não como fracassos, mas sim como crises. Panoramas e aporias que, no nosso entender, poderiam ser atualizados e superados junto com as soluções necessárias às resoluções de tais conflitos e dos temas relativos aos mencionados dramas do contemporâneo.

Entretanto, sobre as temáticas desta pesquisa, e voltando aos tópicos materializados no universo sertanejo de Ronaldo Correia de Brito, ao longo das próximas linhas, ainda nos dedicaremos a realizar um último balanço acerca desta mística do sertão contemporâneo. Neste sentido, por termos em vista os temas abordados desde as primeiras páginas da pesquisa (e partindo das ideias e dos intentos que já foram apresentados e que serviram muito mais do que como um pano de fundo), julgamos salutar propiciar, desde as considerações iniciais, alguns debates acerca dos campos teórico-metodológicos nos quais se estruturaram o presente estudo. Aliás, e ultrapassando as notícias do que já foi debatido nos capítulos anteriores, ou a fim de se deixar este desfecho tão mais claro quanto o possível; explícito, por fim, que buscamos muito mais do que atualizar os debates acerca de teorias e de paradigmas, sobretudo, com nossos esforços teóricos e metodológicos procuramos nos posicionar, em meio aos diversos referenciais (tanto os já habituais, quanto os mais que necessários), para a efetivação de tudo aquilo que se pretendia fazer, bem como de tudo o que, de fato, eu deveria fazer; e, claro, tendo em mente o que poderia ser feito nesta dissertação, por conta do tempo.

Então, busquei apresentar, da melhor forma, os caminhos pelos quais abordei as necessárias discussões teóricas, conceituais e metodológicas inerentes às escolhas e os modos de nos apropriarmos dos bem sabidos objetos culturais. Pautas em que também tive a intenção de contemplar, mesmo que brevemente, considerações acerca das confluências e das discrepâncias entre as ficções, as não-ficções e as memórias – hajam vistas as particularidades da natureza narrativa de Ronaldo Correia de Brito –, claro, além de tecer as considerações cabíveis sobre o que entendemos (e consolidamos) como *poíesis* historiográficas. Em suma, estes foram alguns dos tópicos, dos temas e das constelações que, nas sessões mais densas, foram engrossadas com as necessárias considerações intempestivas de um não-historiador⁴³²

⁴³² Devo admitir que no início da pesquisa me via muito mais como um “não-historiador”; e, claro, muito por conta disso encontrei tantas dificuldades ao mobilizar os meus intentos e os meus conhecimentos prévios quando das ações de conciliar tudo isso com as reais possibilidades e as efetivas necessidades que se apresentaram para a conclusão deste estudo. Entretanto, e ainda que eu reconheça as visíveis deficiências da minha formação acadêmica, sinceramente, me sinto um tanto menos “não-historiador”. Contudo, tendo em vista a intenção de seguir com as narrativas historiográficas como suportes para os meus pensamentos e para as minhas demais poéticas, obviamente, ainda que como um praticante daquilo que entendo e vivo como antropologia filosófica; enfim, ingresso, ao final do mestrado, no curso de graduação em história; principalmente tendo em vista as intenções de avançar na pós-graduação, rumo ao doutorado. E, assim sendo, pretendo enfrentar menos dificuldades nestes novos processos, ao longo destas novas pesquisas. Aliás, sem duvidar que as dificuldades serão intrínsecas e necessárias à todas as esferas e à todas as etapas da vida; ainda

acerca das narrativas historiográficas, ou daquilo que considero como os dramas dos sujeitos contemporâneos e os exercícios historiográficos, neste presente supostamente pós-histórico. Discussões que foram seguidas das análises e das elaborações acerca deste cenário cultural, logo, político e social, que interpretamos partir das sínteses dos elementos alcançados nas obras de Ronaldo Correia de Brito; sobretudo no romance *Galileia*, e no conto *Lua Cambará*.

Feito isso, então pudemos identificar, no conjunto das realizações do autor em estudo, ao menos três vetores que se relacionam para constituir a contemporaneidade da sua obra, em outros termos, notam-se ao menos três pilares fundamentais nos limites em que se cristalizam as formas e as dimensões da sua mística sertaneja. Sendo que com um desses vetores busca-se a valorização dos elementos tradicionais da cultura sertaneja, sendo este de cunho nitidamente afetivo; ao passo que o segundo vetor surge no discurso do autor a fim de demonstrar os conflitos decorrentes dos choques entre o universo da globalização e o universo constituído pelos valores nativos do sertão. Cabendo ainda ressaltar que, por regra, a confluência destes dois vetores (e os seus choques) se encontram mais presentes na sua literatura e nas peças para o teatro que são pensadas, sobretudo, tendo em vista um público formado por adultos; ou, de modo geral, estes dois vetores se encontram, predominantemente, nas narrativas mais autobiográficas e naquelas em que se percebe, com formas mais bem demarcadas, aspectos do que costuma ser compreendido como ‘trágico’. Ao passo que, nitidamente, o terceiro vetor pode ser identificado como um esforço, por parte deste sertanejo dotado da arte do discurso, a fim de tentar transferir para as futuras gerações, ao menos, um retrato do tradicionalismo sertanejo; mas, com sorte, também lançar as sementes necessárias para que o sertão não se transforme apenas em memórias empoeiradas (ou em bem menos do que lembranças a serem apagadas pelo tempo). Assim, notamos a predomínio deste terceiro vetor tanto nas suas obras documentais para a TV e o cinema, quanto em suas peças teatrais (e as suas decorrentes adaptações para a literatura), tendo em vista um público mais jovem, ou até mesmo infantil. Claramente, assim fica caracterizado o esforço do autor em preservar a experiência sertaneja para as gerações futuras, levando o sertão (com seus documentários em televisões públicas, nacionais e internacionais) para além dos limites do nordeste brasileiro ou, até mesmo, se não para o mundo inteiro, para várias das aldeias do tal mundo globalizado; vulgo ‘aldeia global’.

Desta feita, e para além deste mergulho, prazeroso, nas artes de Ronaldo Correia de Brito, e por mais que tenhamos buscado manter o foco narrativo deste estudo neste tema

assim, com o ingresso na graduação (para aprender o bêabá), no mínimo, pretendo enfrentar dificuldades de naturezas distintas às quinas com as quais topei (e como pode ficar muito mais que claro ao longo deste texto) na escrita desta dissertação.

central, ainda assim, tanto os nossos esforços anteriores, quanto boa parte dos estudos futuros, sem dúvida, abordam as dinâmicas da globalização, como regra, ao partirmos dos picos das crises da modernidade (e da problematização das variáveis das ideias do capitalismo como o “ismo” vencedor, pretendo herdeiro de uma hegemonia supostamente forjada com o “fim da história”). Assim, neste ponto do presente esforço, mesmo que de passagem, é inevitável pontuar que, possivelmente, o maior epicentro para as minhas inquietações se encontre na concepção de uma democracia de mercado⁴³³ como a “panaceia para todos os males das sociedades políticas contemporâneas”; ou seja, desta ideia que “é dada” como a única solução ao alcance das mãos das hóspedes e das atrizes, institucionais, nas crises das modernidades. Neste sentido, caminhando para o fim deste debate, tenho em mente a seguinte questão: seria então a democracia liberal o obstáculo atual para a emancipação política coletiva e individual? Pois é com este viés que costumo buscar (para além das narratividades acadêmicas) mediações possíveis para a atualização destas questões que se ligam às crises da modernidade.

Por certo, tratamos destes pontos sem nos esquecermos das sábias lições de Perry Anderson⁴³⁴, por mais que muitos se esqueçam, facilmente, de toda a contundência das mesmas. E não obstante ao fato de tantos se esquecerem (ou sequer tomarem conhecimento) de que o próprio Francis Fukuyama já disse – por exemplo, quando no centro da *Roda Viva*⁴³⁵ – que não quer ser lembrado como o homem que atestou “o fim da história”, mas sim como aquele que previu a implementação da democracia (de mercado, obviamente!) por todo o mundo globalizado; atualmente, com toda a aridez deste ‘deserto do real’, ainda nos são reservadas absurdas surpresas, tais quais, as condensadas na oportunidade de lermos (em uma edição especial que tratava das “questões mais pertinentes de 2010”), daquele mesmo sujeito, um texto intitulado como: *History Is Still Over*⁴³⁶. Publicação na qual o referido autor, amnesicamente, preceitua, ou dá como prognóstico, a ditadura da democracia liberal como a única plataforma político-econômica viável para a civilização; desde “o fim do longo século XX” até “o final dos tempos”. Fatos e fontes que nos fazem relembrar das considerações de Žižek, que em seu artigo *How to beginning from the begin* assim se expressa acerca do tema:

⁴³³ Pois, mediante a máxima “*consumo; logo existo*”, cada vez mais, há de se ter condição ou capacidade econômica não só para se *consumir* e se inserir na *sociedade de consumo*; mas, sobretudo, há de se ter capacidade econômica, inclusive, para se *consumir direitos*, até mesmo aqueles que formam o rol dos direitos denominados de *fundamentais*, incluídos os *direitos humanos*.

⁴³⁴ ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

⁴³⁵ FRANCIS FUKUYAMA. *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 16 de setembro de 2006. Programa de televisão.

⁴³⁶ FUKUYAMA, F. *History Is Still Over*. *Newsweek*. Issues 2010, New York, December 2009-February 2010, p. 12-15, Dez. 2009. Número especial.

Embora seja fácil rir da idéia de Francis Fukuyama do “fim da história”, hoje a maioria é fukuyamista. O capitalismo liberal-democrata é aceito como a fórmula finalmente encontrada da melhor sociedade possível. Tudo que se pode fazer é torná-lo mais justo, tolerante e por aí afora. E uma pergunta simples, mas pertinente, surge aqui: se o capitalismo liberal-democrata é, senão a melhor, mas a menos pior das formas de sociedade, por que não simplesmente resignar-nos a ele de um modo maduro, ou mesmo aceitá-lo sem restrições?⁴³⁷

Nestes termos, no nosso modo de entender, e aqui não somos vozes isoladas⁴³⁸, com as atuais estratégias, defender ou proferir quaisquer sentenças com as noções de pós (trans, super, hiper, ultra, etc.) quando aliadas às noções de modernidade, sustentando, entre outros pontos, a premissa de que a modernidade fracassou em seus propósitos (de emancipação e esclarecimento), em suma, se equivaleria ao mesmo de dizer que viveremos, eternamente, na barbárie; mesmo que esta seja conceituada de democracia liberal. Já que, por um lado, ao nos lembrarmos do início dos ideais iluministas, apropriados pelo positivismo, é de conhecimento geral as razões pelas quais anunciaram que, na modernidade, a civilização poderia caminhar rumo ao progresso ou à barbárie; bem como, por outros lados, a partir de uma visão não menos iluminista, mesmo que mais à esquerda de tal síntese progressista, apontavam para o quanto, na modernidade, caberia à civilização caminhar rumo ao comunismo ou à barbárie. Logo, se atestam os fracassos da modernidade, por esta não ter completado, totalmente, os seus objetivos de emancipação e esclarecimento; ou por conta das falhas em seus propósitos mais fundamentais (e para além das incoerências de se tentar enxergar no “presente” algo que seria “posterior ao presente”), enfim, se nos encontramos em outro momento histórico, ou até mesmo em uma condição pós-histórica, que uns chamam de pós, outros de hiper, mas que também enxergamos como ‘o niilismo da pós-modernidade’, de fato, por tudo isso, nos parece que com tais denominações, e com as tentativas de se evitar alardes (ou a fim de se arrefecer as inconformidades), estas ideologias (deslocadas aos limites das sensologias) apenas maquiariam a real condição de barbárie ou de decadência, decorrente dos fracassos modernos.

Ademais, e por exercício de clareza, nos compete deixar bem evidenciado que não enxergamos como sendo plausível qualquer intento de diagnosticar o presente como barbárie; por mais que, de fato, enquanto ‘civilização’ não tenhamos alcançado, nem de longe, como regra, qualquer espectro de um ‘progresso qualitativo’, tampouco a igualdade possível de uma realidade socioeconômica decorrente das ideias de comunismo, ou das emancipações políticas

⁴³⁷ ŽIŽEK, S. How to begin from to beginning. *New Left Review*, London, n. 57, May / June 2009, p. 53, tradução nossa. Artigo disponível na base de dados New Left Review, 2009. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?view=2779>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

⁴³⁸ Dentre os críticos da pós-modernidade (e as suas variantes), rapidamente, podemos citar Boaventura de Souza Santos, Slavoj Žižek, Perry Anderson e Jürgen Habermas, como autores que orientam nossas reflexões.

propostas e vivenciadas no anarquismo, para que, assim, se pudesse pacificar a existência humana e, enfim, nos transportássemos, coletivamente, do Reino da Necessidade para o Reino da Liberdade⁴³⁹. Aliás, e mesmo que tal cenário, bem mais que utópico, fosse atualizado, indubitavelmente, esta ocorrência jamais poderia ser experimentada (ou problematizada) como ‘a derradeira’ ou como um ‘prólogo para o fim da história’, e não só por conta de que “o homem pequeno sempre existirá”; mas, sobretudo pelo o que nos adverte Linda Hutcheon, se referindo ‘ao passado’, tanto na ‘ficção’ quanto na ‘não-ficção’, mas, oportunamente, nos apropriaremos destas lições para pensarmos sobre ‘o futuro’, ao termos a noção exata do quanto as narrativas historiográficas não devem “ser conclusivas ou teleológicas.” Todavia, ainda nos parece muito menos possível diagnosticar, no contemporâneo, as tais superações da modernidade, em suma, por decorrência de supostos fracassos – mesmo que propostos com aquelas noções de ‘continuidade’ – do referido período/movimento histórico (e dos seus ideais); nos quais não só restariam suprimidas as possibilidades das atualizações das longas ou das metanarrativas, de esclarecimento e de emancipação; mas, sobretudo, num cenário em que o tal momento experimentado, “após o ocaso da modernidade”, surgiria com o peso de uma sentença (ou de algo que se aproxima da noção) de um presente-eterno⁴⁴⁰; a partir das matrizes impostas por qualquer um destes prefixos seguidos do conceito subvertido de modernidade.

Com outras palavras, ou insistindo ainda mais, é claro que concordamos com boa parte (ou mesmo com a maioria esmagadora) dos sintomas lançados pelos teóricos das ‘x-modernidades’⁴⁴¹, pois, evidentemente, nos parecem claras as situações de esfacelamento das relações sociais, da mutação (cancerígena, ou seja, patológica) dos valores ou da inegável instabilidade de pressupostos que, outrora, foram (ou pretendiam ser) lançados como certezas coletivas. Concordamos também com o diagnóstico da depressão em massa, bem como com o teor de tudo o que se desdobra da sensação de vazio, das crises (ou das ausências) de identidades, dos conflitos existenciais; e ainda ficam bem mais que claras todas as nuances desta condensação espaço-temporal que, de muitos modos, todos nós experimentamos contemporaneamente. Neste sentido, também seria bem mais que impossível não concordar com a incompletude dos projetos iniciais da modernidade. Contudo, mesmo que concordando

⁴³⁹ Nos termos que se fundamentam às críticas ao *progresso quantitativo* por parte dos teóricos e dos pesquisadores da *Escola de Frankfurt*, por exemplo, Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

⁴⁴⁰ Como dito outrora, noções formuladas a partir de uma apropriação comprometida e irresponsável dos postulados de filósofos tais quais Hegel e Marx, através do qual buscavam atestar o *fim da história* para além de qualquer limite teleológico; condenando o século XXI à uma espécie de *presente contínuo*, porém, subvertendo toda e qualquer leitura crítica da noção criada por Norbert Lechner, ou mesmo da metáfora ética, de Nietzsche, acerca do Eterno Retorno.

⁴⁴¹ Hajam vistas tantas ondas, modas, modos e demais motes pós-ultra-hiper-trans-super, logo, “x”-modernos.

com os referidos (e patentes) sintomas levantados, em absoluto, não nos parece possível anuir com os diagnósticos propostos por Jean-François Lyotard, por Gilles Lipovetsky, por Francis Fukuyama, dentre outros sujeitos que, aos seus modos, se mostram bem mais que correligionários das teses do crítico literário Hayden White, ou das apropriações deturpadas de tais teses, a partir das quais prolatam as sentenças (definitivas) de que “é tudo ficção”. Como se ficção pudesse, de qualquer modo, vir a ser a única possibilidade dentre as vias de narrativas; e, a partir disso, tanto ditam sobre o “fim da história” (ou do início de uma “era pós-histórica”), quanto tecem estas tramas que, aos seus modos, se assemelham a genuínos “contos da corochinha”, de onde promulgam as lendas, materializadas como “leis”, de que o capitalismo (como “ismo” vencedor) é, enfim, o fim (do sem fim) da nossa linha de tempo.

Além do mais, também não se pode deixar de considerar as razões pelas quais, em várias e vastas medidas, inegavelmente, ainda gravita neste conjunto de assertivas aquelas premissas de que o atual presente (absolutamente liberal; supostamente democrático e que, sobretudo, ainda é um ‘presente negado’, por conta das várias práticas sociais niilistas, negativas, reativas ou passivas) se consolidaria com a sentença que surge, definitivamente, na única possibilidade político-econômico-social para toda e qualquer via de ‘futuro’; ao redor de todo o mundo globalizado e para ‘todo o sempre’. Igualmente, nos parece que o que difere, de fato, nosso presente, seja daquele do início do século passado, seja de um pouco mais atrás, em suma, é o incremento de tecnologia que faz com que o tempo escoe mais rápido e os espaços sejam mais curtos. Mas, ainda assim, deixamos de efetivar as nossas vidas por modos muito semelhantes aos que se atualizavam antes; ou seja, ainda nos organizamos, no tempo e no espaço, tendo em vista, por exemplo, os três pilares citados outrora, como fundamentos da modernidade; a saber: a família patriarcal burguesa, o Estado nacional e o mercado liberal.

Assim sendo, ao levarmos em conta os aspectos, inegáveis, dentre os mais reverberados do nosso contemporâneo, especificamente, a globalização, o feminismo, as transformações das relações de gênero, a psicanálise e os seus impactos nos paradigmas estabelecidos desde a elaboração até alcançar a interpretação do conhecimento, pontos que surgem com o estatuto ‘das rupturas’, nos discursos dos que apostam na ‘pós-modernidade’; diante disso, serenamente, e por meio de uma analogia também fundada na anatomia ósseo-muscular, me parece que, ao invés das referidas ‘rupturas’, os atuais processos estariam muito mais para ‘inflamações’, ‘estiramentos’ ou ‘distensões’; ou até mesmo para ‘fraturas’, do que, de fato, para as mencionadas rupturas, em sua condição de ‘rompimento’, propriamente dita. E é claro que há de se ressaltar que até mesmo as tais ‘fraturas’, preservando as matrizes da analogia, poderiam ser identificadas como ‘fraturas incompletas’; hajam vistas as efetivas

‘fendas’, ‘falhas’ ou ‘fissuras’, que são mesmo tão gritantes quanto inegáveis; porém, ainda não poderemos deixar de notar ‘a continuidade’ ou ‘o prolongamento’, bem como os demais aspectos, que também julgamos evidentes, a respeito do quanto (e de como), mesmo numa estrutura que não se faz notar em sua ‘integralidade’ ou ‘plena saúde’, ainda assim, mantêm presentes e atuantes as suas ‘forças de sustentação’ ou as ‘barras de tais prisões’, de modo semelhante àquilo que já havia sido observado antes. Aliás, e a título de pergunta retórica, algum dia, na modernidade (ou em qualquer outra etapa da ‘civilização’), a ‘estrutura social vigente’ já foi, por assim dizer, ‘íntegra’ e ‘saudável’, absoluta ou completamente?

Todavia, indubitavelmente, notamos o quanto a própria noção de “fratura” também é recorrente ao longo de debates, atualizados pelo viés ‘pós-moderno’, acerca do nosso contemporâneo; no entanto, dentre os conteúdos já acessados, até o momento, e tendo em vista esta discussão acerca ‘das fraturas’ e ‘dos sujeitos contemporâneos’, um dos pensamentos que mais me chamaram a atenção (e com os quais me filio), sem dúvida, encontram-se nas linhas de Eduardo Grüner. Especificamente na publicação de um texto que materializa a sua fala em uma palestra, proferida em uma “mesa redonda” acerca de duas das minhas matrizes mais estimadas (ou prediletas), a saber, *Filosofia e Ensaio*. O título do trabalho é *Estamos todos malucos... O sujeito moderno e a falha geológica*; pelo qual, como se faz notar desde o ‘resumo’, o autor busca abordar os conflitos que se fazem cada vez mais presentes entre aqueles modelos de “Sujeito Pleno”, do ‘*cogito cartesiano*’; e uma espécie de “não-sujeito”, fruto do pensamento ‘pós-moderno’, cuja certidão de nascimento se funda nas críticas das razões do primogênito. Então, como nos propusemos fazer (e como consideramos ser um panorama claro e inegável), tendo em vista as tais “oposições contemporâneas”, ainda nos cabe ressaltar e resgatar as mais variadas correntes de autocríticas, inerentes à própria modernidade, que se notam desde os seus germes (ou mesmo, acrescentaria, muito antes da aurora da Idade Moderna) e que nos permite pensar num outro sujeito; um sujeito trágico, um sujeito falho, um sujeito que, sem dúvida, “é produto da violenta história que o faz nascer.”⁴⁴²

Assim, dentre outras passagens que ilustram, claramente, as nossas perspectivas autorais, tendo em vista a referida explanação de Eduardo Grüner, ainda é possível ler que:

O *sujeito* que daí surge, “produzido” por essa *crise* cultural (que, para voltar para nossos exemplos, pode ter adquirido dimensões históricas apocalípticas, como foi o caso dos “ameríndios” ou os “afro-americanos”) não pode senão ser, ele mesmo, um sujeito *fraturado*. Desse *reconhecimento* de uma fratura estrutural se deve partir para teorizar, para criar hipóteses, para conjecturar, e – o mais difícil – para *atuar*.⁴⁴³

⁴⁴² GRÜNER, E. Estamos todos malucos... O sujeito moderno e a falha geológica. *Cadernos Espinosanos / Estudos sobre o século XVII*. São Paulo, n. 17, jul./dez., 2007, p. 43.

⁴⁴³ Ibidem, p. 57.

Entretanto, tendo em vista a preferência por mediar com as referidas “transformações” (ou as mencionadas “inflamações”) ao encará-las como “crises”, ao invés de enxergá-las como efetivas “rupturas”, ainda creio que seja necessário explicitar este ponto um pouco melhor. Posto que, ao pensarmos acerca da condensação espaço-temporal, e as novas sensações do escoamento acelerado do tempo, bem como do encurtamento das distâncias; enfim, nos parece que as tais perspectivas atuais derivam, sobretudo, do incremento de tecnologia. Efetivamente, dos pontos principais que, inclusive, são caracterizados como dois dos maiores sintomas, dentre os mais marcantes da globalização, o desenvolvimento de ‘transportes mais eficazes’ e a ‘revolução das telecomunicações’ ou as ‘revoluções digitais’⁴⁴⁴.

Além do mais, observadas as questões homoeróticas, homoafetivas ou as demais variações das relações de gênero (que hoje são compreendidas, de modo controverso, dentro de uma perspectiva clínica como “anatomia patológica”⁴⁴⁵), no fundo, estas nuances são tão presentes, quanto são antigas na história da civilização (e não só nas matrizes ocidentais), bem como, aos seus modos, se efetivam em diversas espécies animais, e não somente entre primatas. Pontos que, talvez, nem mesmo as psicanálises (ou as neurociências) consigam desvendar ou lançar a derradeira luz. E, obviamente, ao dizer isso não tenho a intenção de atribuir às tais “condições” (homoeróticas ou de reformulações de gêneros) quaisquer teores patológicos (a serem “tratados”, como desvios ou doenças), nem tampouco ousar negar as

⁴⁴⁴ A tal sensação de ‘aceleração (ou de escoamento acelerado) do tempo’, por meio de várias pesquisas, sejam estas mais, sejam estas menos recentes, se faz perceber, cada vez mais, atrelada à quantidade de informação que é administrada ao longo de um período de tempo. Diante disso, inevitavelmente, nos lembramos das linhas de Nietzsche, em *Assim falou Zaratustra*, ao dizer que “[...] Todos vós, que amais o trabalho desenfreado [...], o vosso labor é maldição e desejo de esquecerdes quem sois.” Ademais, neste cenário, entendido o ‘trabalho’ para além do ‘trabalho socialmente útil’, ao ser tomado como qualquer modalidade de esforço intelectual ou físico, com o qual um sujeito se imprime no cenário social, tendo em vista, principalmente, as futuras gerações (mesmo que fora do mercado de trabalho), nos soa ainda mais aterradora a menção de que, para cada sujeito-digital, ao longo de 2007, foi gerada (na rede mundial de computadores) uma quantidade de informações proporcionais à uma galáxia, tendo em vista a relação “um estrela por bit de informação, para cada sujeito conectado”. O que faz esta proposta/percepção de ‘aceleração do tempo’ alcançar, cada vez mais, valores inimagináveis; porém, mediante as relações sociais, resguardadas as distâncias tecnológicas e culturais, ainda assim, as vemos muito próximas das que já foram vividas a séculos atrás. Cf. AGÊNCIA FAPESP. *Quanto cabe de informação no mundo?* Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/13441>>. Acesso em 15 jul. 2012.

⁴⁴⁵ Como outrora já foi mencionado, pelo próprio Ronaldo Correia de Brito, ao se referir à tal “revelação de Diadorim”, ao final da obra de João Guimarães Rosa, que se mostra, por fim (ou milagrosamente), como uma ‘mulher’; porém, para o literato e psicanalista, como tratado anteriormente, a personagem ainda continuaria sendo um ‘homem’. Nuances e relações que se dão entre o que é ‘biológico’ e o que é ‘psicológico’, em suas mais variadas esferas ‘culturais’, que possibilitam ainda que, por exemplo, um indivíduo que seja ‘homem’ ao nascer, mas que se perceba com o gênero psíquico ‘feminino’ e que se encontre como ‘heterossexual’, em relação à sua orientação sexual; enfim, possa ser considerado como uma ‘mulher heterossexual’. Como, entre outros meios, é detalhado a partir do Projeto de Lei Complementar nº 122, acerca da identidade de gênero e da orientação sexual. Fatos que, sem dúvida, se dão em meio a tudo o que nos é contemporâneo, mas, se fazem presentes para além do que é vivido na crise da modernidade, aliás, não é exclusividade de *homo sapiens*; a não ser por conta de todo o viés de requinte e elaboração cultural, exemplificados no processo de normatização.

reais mudanças nas relações de gênero e nos avanços ocorridos nas buscas por uma ‘igualdade’, já gritada junto com as bandeiras (desbotadas e esfarrapadas) da ‘fraternidade’ e da ‘liberdade’⁴⁴⁶. Porém, me parece que, se muito, isso tudo só surge como uma tentativa de se atualizar os discursos que já são tão contemporâneos (e contraditórios) quanto a própria modernidade e os seus valores; bem como as suas práticas e as suas instituições nos são contemporâneas e são contraditórias. Inclusive nos aspectos em que se notam os feminismos.

Pois, tendo em vista as dinâmicas destes movimentos, de fato, até poderíamos encarar como pontos de ‘ruptura’, tanto o dia 8 de março de 1857, quanto a inclusão do voto feminino nas práticas (supostamente) democráticas, desde os meados da década de 1930 (a partir dos países anglo-saxônicos), ou ainda as possibilidades das mulheres adentrarem as academias (brasileira, francesa, etc.) de letras. Contudo, observados os eventos na ‘longa duração’, o fato é que, mesmo hoje, as jornadas de trabalho das mulheres, notoriamente, ainda são maiores do que as dos homens (tendo em vista a ‘dupla função’, ‘no lar’ e ‘no mercado de trabalho’), e não obstante aos pontos de que, no referido mercado de trabalho, em relação aos homens que realizam as mesmas funções (e às vezes com formação profissional inferior às das mulheres), absurdamente, elas ainda recebem salários, perceptivelmente, menores. Pautas que se tornam ainda mais aviltantes quando o foco é direcionado ao grupo das ‘mulheres e negras’, cujos rendimentos, em média, chegam a ser metade daqueles que são pagos às ‘mulheres e brancas’.

Em suma, obviamente, não poderemos nos ater a estes temas (que voltarão à tona em outras narrativas), porém, nos termos deste estudo, e já por fim, ao tratar ainda de outra questão central da pesquisa, nos parece que, contemporaneamente, ainda são enormes as razões que inspiraram as inquietações de Santo Agostinho ao dizer: “O que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu o sei; se quero explicá-lo a quem me pede, não sei.” Do mesmo modo, ainda são abissais todas as lacunas que surgem diante das patentes necessidades de se repensar, sobretudo, as matrizes conceituais de termos, tais quais, ‘memória’, ‘narrativa’, ‘tempo’ e também do ‘espaço’; posto que este, em verdade, não tem se comprovado como algo indivisível ao infinito, como se propõem desde os clássicos. Como resta muito claro a partir das tantas e tantas teses e hipóteses construídas no alto da colina da física contemporânea, tais como, as que definem que a teoria das cordas, e as denominadas triangulações dinâmicas causais, não preveem átomos de espaço-tempo, mas sugerem outras maneiras pelas quais distâncias suficientemente curtas poderiam ser indivisíveis; ou ainda que os átomos de matéria são as menores unidades indivisíveis de compostos químicos,

⁴⁴⁶ Pensamos nisso, inclusive, ao nos lembrarmos da recente manifestação ocorrida em Paris, contra as propostas de reconhecimento civil das relações homoafetivas; no berço da revolução que impulsionou a Modernidade.

analogamente, os hipotéticos átomos de espaço também seriam as menores unidades indivisíveis de distância⁴⁴⁷; ou ainda naquilo que pode ser encontrado nas linhas de Bergson:

A realidade, tal como a percebemos diretamente, é um pleno que não cessa de se inflar e que ignora o vazio. Tem extensão, assim como tem duração; mas essa extensão concreta não é o espaço infinito e infinitamente divisível com que a inteligência se brinda como um terreno no qual construir.⁴⁴⁸

Igualmente, e tendo em vista todas as constelações que, até aqui, já foram formuladas para os debates acerca dos temas ou dos conceitos de narrativas, dos tempos e dos espaços; encarados como *ethos* fundamentais à necessária ‘ocupação’ e ‘atuação’, sobretudo do contemporâneo; uma vez mais, como já apontado por Bergson, nos reaparecem fortes, e, acima de tudo, extremamente pontuais as lembranças acerca de mais uma das suas lições; quando o autor comenta sobre a necessidade de radicalizarmos em nossos entendimentos, a fim de esclarecermos os fatos e de clarearmos as vias em busca da compreensão ‘do tempo’:

Faltava então avançar. Não bastava afastar o obstáculo. De fato, empreendemos um estudo das funções psicológicas, depois o da relação psicofisiológica, depois o da vida em geral, sempre procurando a visão direta, suprimindo assim problemas que não concerniam às coisas mesmas, mas sim à sua tradução em conceitos artificiais. Não retraçaremos aqui uma história cujo primeiro resultado seria mostrar a extrema complicação de um método aparentemente tão simples [...]. Mas, uma vez que começamos por dizer que havíamos pensado antes de tudo na precisão, terminemos fazendo notar que a precisão não podia ser obtida, a nosso ver, por nenhum outro método. Pois a imprecisão é normalmente a inclusão de uma coisa num gênero excessivamente vasto, coisas e gêneros correspondendo, aliás, a palavras que preexistiam. Mas se começamos por afastar os conceitos já prontos, se nos brindamos com uma visão direta do real, se subdividimos então essa realidade levando em conta suas articulações, os conceitos novos que de um modo ou de outro teremos de formar para nos exprimir serão desta vez talhados na exata medida do objeto: a imprecisão só poderá nascer de sua extensão a outros objetos que eles abarcam igualmente em sua generalidade, mas que deverão ser estudados neles mesmos, fora desses conceitos, quando se quiser conhecê-los por sua vez.⁴⁴⁹

Lições que, evidentemente, podem ser aplicadas para além das buscas por entendimento sobre o ‘tempo’. Sábias lições que se fossem recepcionadas, praticadas ou apropriadas em todas e quaisquer modalidades de conhecimento, sejam os científicos, sejam os que precedem e que ultrapassam as dimensões da ‘ciência’; em muito, nos renderiam bons frutos. Não só ao oxigenarem e ao atualizarem tantas ideias (não raras milenares, com outras tantas formuladas há muitos séculos) fundadas a partir de outros (e ultrapassados) pretextos e barreiras tecnológicas ou ideológicas; ideias inauguradas há séculos e cerceadas por todos os lados. Ideias e conceitos contidos por rígidas fronteiras materiais e imateriais. Então, diante da

⁴⁴⁷ BOJOWALD, M. Relatos de um Universo oscilante, *Scientific American Brasil*, São Paulo, n. 78, nov. 2008, p. 31-32.

⁴⁴⁸ BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente*: ensaios e conferências. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 109.

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 25.

necessidade de radicalizar e de inovar, tendo em vista a superação dos tantos paradoxos ou de quaisquer crises de paradigmas, assim, tornar-se-ia possível supor que a partir das noções advindas de pressupostos, tais quais, ‘o realismo dependente de modelo’; finalmente, seríamos capazes de assumir, de uma vez, a complexidade das relações e a multiplicidade de abordagens das tramas (e dos dramas) de tudo aquilo que, em conjuntos, por via de múltiplas narrativas, constituem as perspectivas possíveis de quaisquer temporalidades ou, ainda, de qualquer abordagem do Real; como também aponta Edgar Morin e seu pensamento complexo.

Realidades (advindas da matriz do realismo dependente de modelo) que, de fato, nem da maneira mais remota abriria pretexto (ou margens de intertextos) para discursos que possam buscar respaldo e fundamentos para teses, tais quais: “o Real é uma ficção”; ou ainda, de que “daqui por diante o Real assume uma única dimensão, uma só via, não só para hoje, mas como para todo o sempre, por conta do ‘ismo’ vencedor ter sido o capitalismo”; ou também, “a realidade no contemporâneo se forma nos terrenos do fracasso da modernidade, então, não existe mais espaço para as longas narrativas de esclarecimento e emancipação; para os contrários; para as utopias; para as metanarrativas”. Pois, sobretudo, nos parece claro que se legitimar enquanto pensador (ou cientista) é efetivar cada pesquisa do modo mais ótimo quanto os melhores que sejam os possíveis de se atualizar as investigações; e também por meio das escritas e dos métodos mais calibrados para os casos e os campos em estudo; a fim de se alcançar os maiores vestígios possíveis do que se entende por quase-verdade, e para além dos tropos. Coletando as mais diversas e a maior quantidade possível de tais ‘vestígios’, ao desvendarmos os desenhos formados pelas fibras do Real, a partir da leitura dos rastros de tudo o que se pode ser alcançado no desenrolar das tramas e dos dramas inscritos nas ditas realidades⁴⁵⁰. Tudo isso, quer seja ao investigarmos o tempo, as narrativas, a história; quer seja ao estudarmos sobre as memórias, sobre o esquecimento, sobre as obras literárias; quer seja ao pensarmos sobre as perspectivas possíveis das realidades, e sobre quão inacessível sempre nos foi e será o Real, ou sobre qualquer outro tema que possamos, de fato, preferir pesquisar.

Nessas linhas finais, também ressalto que nos parece claro que qualquer bom projeto civilizatório, para o que se pode alcançar após a modernidade, passa pelo amadurecimento de uma razão dialógica, de uma razão argumentativa, nos limites da teoria do agir comunicativo. Por processos que privilegiem o presente, que resgatem os pesos dos gestos cotidianos,

⁴⁵⁰ Lições consolidadas a partir das obras edificantes de uma série de autores, alguns já citados, mas outros ainda não; tais quais: Carlo Ginzburg, Boaventura Sousa Santos, John Stuart Mill, Newton da Costa, Slavoj Žižek, Stephen Hawking, Theodor Adorno, entre outros que se convencem da impossibilidade de construirmos ciências, ou alargamos os limites (ao debatermos sobre os fundamentos e os horizontes) das mesmas, a partir das perspectivas idealistas transcendentais ou das matrizes tão ideais quanto totalizantes, que buscam cunhar significados e conceitos rígidos sobre o Real, as Realidades, as Verdades e tudo o mais desta Igreja da Razão.

sobretudo, que valorizem os corpos e as naturezas de um sujeito-mente-corpo, que se reconcilie com *Gaia*, que se enxergue como parte de um todo, em que cada corpo, antes de ser sujeito, tem muito mais do que uma série mofada (e, por vezes, tão não-efetivas quanto uma estante de letras frias, recitadas como matrizes) de deveres, morais ou de direitos; sejam civis ou naturais. Para muito além dos limites do “consumismo” que surge da ideia do capitalismo como o único “ismo”. Cujo “ismo” do vencedor é este do “consumo, logo, existo”; no qual o melhor (e o maior) direito é o de “comprar” e o de “vender”; a fim de se consolidarem como ‘estantes e prateleiras’, ao se definirem a partir de ‘marcas’, ‘modelos’ e ‘produtos’ que dizem ‘quem somos’, ‘o que somos’, ‘onde estamos’, ‘aonde vamos’ e o que “(não)seremos”⁴⁵¹.

Pois, como dito, de todas as nuances da contemporaneidade, nos parece muito mais razoável identificar no seio do nosso contemporâneo, ou na modernidade, todas as aporias e tantas propostas não atualizadas desde os brados inaugurais dos movimentos que desfraldaram os primeiros baluartes da dita e repetida, quando não acossada e demolida modernidade, ou do mundo moderno. Tudo isso a ser encarado não como fracassos, mas sim como crises. Panoramas e aporias que, no nosso entender, poderiam ser atualizados e superados junto com as soluções necessárias às resoluções de tais conflitos e dos temas relativos aos mencionados dramas do contemporâneo. Oportunamente, ao dizermos isso nos lembramos da pergunta de Davi Arrigucci Jr., interrogação lançada ao pensar nos dramas de Lua Cambará: “Será então a fatalidade a única coisa capaz de quebrar os grilhões da existência submetida, conservadoramente, ao sufoco ou ao eterno retorno do impasse?” E também nos lembramos de como, por tudo o que apontam os estudos mais contemporâneos, a linguagem articulada, entre outros tantos avanços consolidados ao longo da evolução da humanidade, e tão fundamentais para a consolidação do ‘mundo’ enquanto espaço ‘civilizado’, aparenta ter sido efetivada num dos períodos em que passamos por crises agudas e grandes adversidades; aliás, percalços enfrentados não só por nossa espécie, mas também por toda a vida no planeta. Com

⁴⁵¹ Como também abordado por Zygmunt Bauman em seu conceito (que, em inglês, circula como *intetity kits*; e que nos chega, na tradução com o termo) de identikit: “O mercado põe à disposição uma ampla gama de ‘identidades’, das quais pode-se escolher uma. Os reclames comerciais se esforçam em mostrar em seu contexto social as mercadorias que tentam vender, isto é, como parte de um estilo de vida especial, de modo que o consumidor em perspectiva possa conscientemente adquirir símbolos da auto-identidade que gostaria de possuir. O mercado também oferece instrumentos para ‘construir identidade’ que podem ser usados diferencialmente, isto é, que produzem resultados algo diferentes uns dos outros e que são assim ‘personalizados’, feitos ‘sob medida’, melhor atendendo às exigências da individualidade. Através do mercado, podem-se colocar juntos vários elementos do ‘identikit’ completo de um eu. A mulher pode aprender como se expressar de forma moderna, liberada, desembaraçada ou como uma dona de casa razoável, séria, cuidadosa; pode-se aprender a ser um magnata impiedoso, autoconfiante, empreendedor, ou um camarada amável, calmo, ou um macho de físico exuberante, ou uma criatura sonhadora, romântica, sedenta de amor – ou qualquer mistura de algumas ou todas essas imagens [...] A incerteza quanto à viabilidade da identidade autoconstruída e a agonia de procurar confirmação são assim evitadas.” Cf. BAUMAN, Z. *Vida para Consumo: A Transformação das pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 216-217.

isso pretendo dizer que quando nos encontramos diante dos momentos mais cruciais, por vezes, é possível a atualização de passos fundamentais rumo à consolidação das superações.

Nestes termos, pensando na superação dos niilismos negativo, reativo e passivo, e me lembrando do quanto, cada um de nós, ao longo das nossas vidas, podemos atualizar todas e quaisquer vias destes tipos de niilismo, e não de modo linear ou evolutivo; enfim, transpondo esta meditação, do campo do ‘sujeito’ (incompleto e em constante transformação), e ao pensarmos nos âmbitos das ‘sociedades’ (que, inevitavelmente, também se efetivam com as mesmas características de incompletude e de mutação constante); sobretudo tendo em vista a superação dos estágios atuais da modernidade, em suma, me parece o que pode vir depois da modernidade surgirá, na melhor das hipóteses, com os ares de uma espécie de ‘maturidade’; ou, na pior das hipóteses, com as nuances da inevitável ‘mortalidade’. Atributos que, quando mencionados (ou, sobretudo, efetivados), não se aplicam apenas e tão somente à Razão, mas sim ao próprio projeto civilizatório; ou seja, não só à modernidade. Tento explicar melhor o ponto; pois, principalmente ao nos lembrarmos do quanto, no cristianismo (ou nas demais matrizes monoteístas), a eternidade é algo atemporal, algo bem mais do que metafísico (no sentido idealista-transcendental), no qual se alcançaria, de um lado, o paraíso, como uma ‘graça’, para aquele que conseguir permanecer ‘bom’, para quem for ‘virtuoso’, ao longo da ‘vida’; e, de outro lado, nota-se o inferno, como a danação eterna, para quem percorrer os caminhos opostos; de fato, nos termos apresentados, não penso na ‘maturidade’ como uma espécie de ‘redenção’, mas tão somente como uma interação mais saudável (e mais natural) ‘com o tempo’, como uma ‘ressignificação’ e na devida ‘reconciliação’ com ‘o corpo’, bem como a partir de um processo de amadurecimento ‘da razão’; ou, como já dito, nos termos de uma razão dialógica. Ou seja, pensamos nisso sem recair nos preceitos de Hegel, de Kant ou de Descartes, nem tampouco ampliando o deserto por meio dos niilismos pós-modernos, modernos, muito menos ao darmos vazão aos apelos (provocados pelo “desamparo infantil”) materializados nas morais dos escravos. Em suma, quando trato da polarização, ‘mortalidade’ e ‘maturidade’, de fato, penso em como uma ‘guinada afirmativa’ permitiria à civilização evitar os ocasos que se anunciam, de tantos modos, desde os cenários que se desenham com a insuficiência dos recursos naturais (principalmente a água potável); bem como dos amplos problemas provocados pelos desequilíbrios ambientais, ou mesmo tendo em vista os quadros, cada vez mais agudos e graves, que se constroem em torno do tema (in)segurança alimentar⁴⁵².

⁴⁵² Outros aspectos destas questões, nos eixos biológicos e antropológicos, ainda são tratados por Slavoj Žižek, no já referido ensaio *How to Begin from to beginning*; publicado pela *New Left Review*, em meados 2009.

Assim, é bem mais que claro que também pensamos nisso tudo a partir dos elementos que saltam desde as perspectivas da “morte do narrador”, de Walter Benjamin; bem como das palavras de Ronaldo Correia de Brito, acerca da postura de Raimundo Caetano, e a sua “premonição de que nem o avanço da ciência e da técnica poderá impedir que a doença esteja ligada a uma idéia de castigo, de punição”. Principalmente, refletindo a respeito do quanto estas ‘percepções da morte’ se dão, de modos distintos, na “geração mais jovem” que “parece mais distante desse estigma, livre desse ‘castigo’”, nas palavras de Brito. Pois, se não por conta da medicina, de modo geral, com a sua ‘engenharia’ que prolonga a vida (ou melhor, que retarda a morte); bem como da genética, que aponta para as possibilidades de outras ‘engenharias’, que tanto buscam evitar as doenças, quanto, à passos largos, avançam (cada vez menos hipoteticamente) por terrenos muito mais próximos dos limites da ‘imortalidade’; porém, sem maiores dúvidas, o sonho (imoral) de ser imortal, cada vez mais, se aproxima das nossas realidades (por mais que os tons de ficção científica ainda sejam tão mais que claros) a partir dos avanços da engenharia robótica, e das possibilidades de interfaces ‘mente- máquina- mente’. Mas, seja como for, tais cenários, em muito, ao menos para mim, se assemelham à tal ideia de ‘mortalidade’; pois são tão mais que notórios os tons mórbidos e antinaturais (ou patológicos) das tais construções, quanto estas posturas, de covardia e negação à natureza, já denunciada por Nietzsche, chegariam ao ponto extremo, talvez nunca imaginado; pensando isso desde os cenários supostamente favoráveis, até o quadro indiscutivelmente catastrófico.

Pois, como já foi dito, a nosso ver, o *ethos* saudável para o desenvolvimento de qualquer projeto civilizatório se encontra no limiar da ‘natureza’ e da ‘técnica’, ou seja, o local no qual a ‘humanidade’ se faz (e, no processo, não se desfaz) como ‘seres humanos’, como ‘animais sociais, culturais e políticos’, se encontra na justa medida de um inalcançável ‘meio termo’, que, ainda assim, sempre deve ser pretendido, mesmo que nunca completamente materializado; porém, que também pode ser atualizado como um efetivo ‘cambalear’ na busca de tal ‘ponto de equilíbrio’. Sendo tais trilhas percorridas, neste eterno ‘cambalear entre os extremos’, sem se aproximar demais (e muito menos nos enraizarmos) nos tais polos. Sempre em busca da justa medida, entre o ‘biológico e o social’, entre ‘a pulsão e a razão’, entre ‘o instinto e a moral’, entre a ‘natureza e a técnica’. Como já repetido, temos convicção para crer que as tais buscas serão tão contínuas, quanto incompletas, porém, tanto estas podem ser as mais saudáveis (e melhores) ou as mais patológicas (e piores), ou seja, tais buscas também poderão encontrar os seus ambientes mais salubres e mais funcionais, mesmo que não seja, jamais, num determinado ponto fixo, derradeiro ou imutável; bem como podem se afundar, cada vez mais, nos abismos da deterioração física, ética, moral e

cultural, que ultrapassaria qualquer dimensão do trágico. Alcançando, enfim, o definitivo teor catastrófico, talvez jamais imaginado, porém, para o qual a metáfora ética do “Eterno Retorno”, tal qual já debatido, por Nietzsche, e ventilado nesta pesquisa, surge como antídoto.

Pois a imagem de um ‘retorno eterno’ não deve ser entendida como mera repetição, não deve ser vivenciada como uma condenação, pois, enquanto ‘metáfora ética’, para a afirmação da vida, ou como um caminho para a efetivação de uma postura alegre, diante de um pensamento trágico, o “Eterno Retorno” se consolida, sobretudo, por meio do imprevisto, da dança, da supremacia do presente, da valorização do corpo e da afirmação da vida. Nos termos do que nos inspira Federico Fellini, ao comentar das suas impressões de Pina Bausch:

O que Pina Bausch nos conta no palco e na platéia é um teatro que libera todas as inibições, é uma festa, um jogo, um sonho, uma correspondência, uma memória, uma visão, um ritual. É um conforto, que se destrói doce e insidiosamente, porque o que a gente quer é que toda essa harmonia, toda essa leveza, todo esse encantamento não acabem jamais e que a vida seja assim...⁴⁵³

Realidades em que cada um de nós teremos de superar as intempéries da vida através das respostas possíveis, elaboradas a partir das nossas experiências e das nossas aspirações. Indo além, ‘afirmando a vida’, ‘potencializando os gestos cotidianos’ e ‘os momentos’, atuando no mundo com originalidade; aprendendo a conviver com a frustração ou, ainda mais radicalmente, vivenciando o “*amor fati*”. Estes são os caminhos necessários para sentir-se seguro para romper com as barreiras, para superar as adversidades. Nestes termos, repetimos que a ética, aqui, é esta ‘atitude’ e que para sermos éticos, primeiro, temos de ser ‘corpo’, posto que tal ‘atitude’ nos exige um corpo. Não como um suporte, não como um invólucro, bem mais do que como uma essência. Um corpo como o pressuposto essencial para todos os níveis de relações, desde os debates interiores promovidos pelas multidões de almas, até as mais incontroláveis relações com o mundo e com os demais sujeitos. Indiscutivelmente, esta é uma tarefa digna de um sujeito que se consolida para além dos limites daquele “homem”, “moderno” ou “pós-moderno”, que nasceu como o fruto da negação da vida, como o fruto da elevação dos valores (pretensamente) superiores à própria vida, ou da sentença entristecida de que nada na vida tem valor, ou de que está tudo perdido. Uma tarefa digna de um sujeito que se consolida como um “super-homem”, que se encontra na superação dos ideais e das intempéries da realidade, e não só pela transvaloração dos preceitos socráticos-platônicos-cristãos, mas, sobretudo, na consolidação de uma existência que seja, e até mesmo para além

⁴⁵³ FELLINI, F. Depoimentos: Federico Fellini. *Folha de São Paulo*. Entrevista, original, sem informações disponíveis, texto traduzido por Arthur Nestrovsk e publicado em 27 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2708200004.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

dos limites da filosofia de Nietzsche, manifestada por uma vida afirmativa, na qual a vontade de potência seja atualizada, afirmativamente, na consolidação deste sujeito que se encontra “além do homem”, ou seja, para além dos niilismos passivo, reativo ou negativo. Uma tarefa digna de uma nova vida, de um novo tempo, de um novo corpo; efetivada na vida de um sujeito saudável, que se reconcilie com *Gaia*, que se reconcilie com a natureza, tanto com a natureza de sua ‘mãe’, quanto com a sua própria natureza de ‘sujeito-corpo-mente’; cujo habitat é ‘o presente’. Uma tarefa digna de um “super-homem” ou de um sujeito que se faz presente, em cada instante da sua própria existência, afirmando eticamente a vida, com a atitude de um ‘novo sujeito’, que vive o presente como superação e a fruição do devir; com a coragem de falar, assim como disse Zaratustra: Era isso a vida? Pois muito bem, outra vez.⁴⁵⁴

⁴⁵⁴ Por fim, cabe esclarecer que, neste fôlego final, ‘a repetição’ de trechos já apresentados ao longo de sessões anteriores tanto cumpre a função de sintetizar os argumentos e as teses formuladas anteriormente, bem como, principalmente, se dão por conta de dimensões mais poéticas e estilísticas, relacionando-se com as noções de ‘eterno retorno’, tão mais que fundamentais aos pontos apresentados no estudo e em consonância às estratégias adotadas na dissertação. Enfim, reforço que tenho total consciência do quanto ‘a repetição’ dos trechos, reeditados nas considerações finais, ou mesmo os próprios ecos, provocados por ‘aliterações’, ‘assonâncias’, ‘paronomásias’, são escolhas estilísticas que, por vezes, cumprem o papel das figuras de linguagens, bem como demarcam as idiossincrasias do processo dissertativo; ao menos nas escolhas e na atualização das estratégias argumentativas assumidas no texto. Assim, tal cenário se constrói de modo consciente (e por conta e risco devidamente calculados), e com o máximo da honestidade intelectual que me é possível, ou com a mesma intenção das prolepses, das perguntas retóricas, das ironias e de tudo o mais que lanço mão; mesmo sabendo que nem sempre esses recursos funcionam, ou colaboram com a construção dos meus textos ou minhas ideias...

FONTES DE PESQUISA

Obras literárias

BRITO, R. C. de. *As Noites e os Dias*. Recife: Ed. Bagaço, 1996.

_____. *Arlequim de Carnaval*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. *Baile do Menino Deus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. *Bandeira de São João*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003.

_____. *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. *O Livro dos Homens*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2005.

_____. *O Pavão Misterioso*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2009

Audiovisual

LUA CAMBARÁ. Direção: Horácio Carelli e Ronaldo Correia de Brito. Filme de ficção em longa-metragem com roteiro de Ronaldo Correia de Brito e Assis Lima, novela adaptada a partir da lenda sertaneja dos sertões dos Inhamuns. Brasil, 1977. 1 filme em super8.

LUA CAMBARÁ. Direção: Marcelo Pinheiro e Lírío Ferreira. Ópera balé em longa-metragem adaptada partir da lenda sertaneja dos sertões dos Inhamuns; obra também inspirada nas leituras de Ronaldo Correia de Brito e Assis Lima, filmada por Horácio Carelli e Ronaldo Correia de Brito. Brasil, 2001. 1 filme em DVD (45min), son., color.

LUA CAMBARÁ – Nas escadarias do palácio. Direção: Rosengberg Cariry. Filme de ficção em longa-metragem adaptado a partir da lenda sertaneja dos sertões dos Inhamuns. Brasil: Caricy Produções Artísticas, 2002. 1 filme em DVD (94min), son., color.

BRITO, R. C. de. *Imagem da Palavra*. Belo Horizonte: Rede Minas, 08 de junho de 2010. Programa de televisão.

Entrevistas e conteúdo acessados pela rede mundial de computadores (internet)

BRITO, R. C. de. Entrevista. *Casa das Musas*. Entrevista concedida a Lívio Oliveira. Disponível em: <http://www.casasmusas.org.br/entrevista_ronaldo_brito.htm>. Acesso em: 06 jul. 2010.

_____. Entrevista. Galileia. *Editora Objetiva*. Entrevista publicada, junto aos dados da obra vencedora do Prêmio São Paulo de Literatura de 2009, pela Editora Objetiva. Disponível em: <http://www.objetiva.com.br/site2011/livro_ficha.php?id=297>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. Entrevista. Uma viagem ao mundo arcaico. *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Antônio Gonçalves Filho. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509ASP004>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

_____. Entrevista. *Saraiva Conteúdo*. Entrevista concedida ao Saraiva Conteúdo. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10330>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

_____. Entrevista. *Tiro de letra*. Entrevista concedida a Rogério Pereira, publicada no jornal Rascunho, de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/RonaldoCorreiaDeBrito.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

RONALDO CORREIA DE BRITO. In: Como escrevo? *Tiro de letra*. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/como/RonaldoCorreiaDeBrito.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

Jornais/Revistas

- Bravo!

- Carta Capital
- Cult
- Folha de São Paulo
- O Estado de São Paulo
- Piauí
- Veja

REFERÊNCIAS

Artigos, Dicionários, Dissertações, Livros e Teses

Artigos, Ensaaios e Trabalhos apresentados em eventos acadêmicos:

ARAÚJO, C. de S. F.; SOUSA, A. N. de. Estudo do processo de desertificação na Caatinga: uma proposta de educação ambiental. *Ciência & Educação (Bauru)*, Bauru, v. 17, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 dez. 2012.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

BARBAS, H. *O Sublime e o Belo – de Longino a Edmund Burke*. 2002. Disponível em: <http://helenabarbas.net/papers/2002_Sublime_H_Barbas.pdf>. Acesso em 15 jul. 2012.

BARROS, J. D'A. Os Campos Históricos na Atualidade – diálogos interdisciplinares, novas possibilidades teórico-metodológicas e projeções para o futuro. In: *Revista do Mestrado de História*, Vassouras, v.10, n°11, 2008, p. 119-139.

BOJOWALD, M. Relatos de um Universo oscilante, *Scientific American Brasil*, São Paulo, n. 78, p. 30-35, nov. 2008.

BOHN, A.; BERNTSEN, D. Pleasantness bias in flashbulb memories: Positive and negative flashbulb memories of the fall of the Berlin Wall among East and West Germans. *Memory & Cognition*, vol. 35, n. 3, 2007, p. 565-577.

BROWN, R.; KULIK, J. Flash bulb memories. *Cognition*, vol. 5, n. 1, p. 73-99, 1977.

CASTRO, M. A. de. Poética. *Vidya – ficção, história, poéticas*, Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, v. 19, n. 33, p. 215-236, jan./jun. 2000.

_____. Poética e *poíesis*: a questão da interpretação. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, v. 2, p. 317-340, dez. 1999.

CLÜVER, C. Inter textus/ Inter artes/ Inter media. *Aletria: revista de estudos de literatura*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 14, p. 11-41. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_14/ale14_cc.pdf>. Acesso em 16 dez. 2008.

CLÜVER, C.; DINIZ, T. F.; REIS, E. L. de L. Editorial. In: *Aletria: revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 14, p. 7-8. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_14/ale14_ed.pdf>. Acesso em 16 dez. 2008.

DA COSTA, N. C. A. Transcrição da entrevista com o Prof. Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa – Águas de Lindóia, 12 de outubro de 1991. História da Ciência (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). Entrevista realizada por: Eliane Morelli Abrahão. Disponível em: <<http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/enewton2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

FERREIRA, G. H. 11 de setembro, entre memórias e ficções. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 1, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-12.

_____. Entre luzes, sombras, cores e texturas: A poesia audiovisual de Cao Guimarães – Andarilho, um poema impresso em fotogramas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POESIA E DRAMATURGIA EM HOMENAGEM A FEDERICO GARCÍA LORCA, 1, 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Grupo de pesquisa: A dramaturgia poética de Federico Garcia Lorca e outras dramaturgias da Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 1-12.

FUKUYAMA, F. History Is Still Over. *Newsweek*. Issues 2010, New York, December 2009-February 2010, p. 12-15, Dez. 2009. Número especial.

GREENBERG, D. President Bush's false "flash bulb" memory of 9/11/01. *Applied Cognitive Psychology* 18, p. 363-370, 2004.

GRÜNER, E. Estamos todos malucos... O sujeito moderno e a falha geológica. *Cadernos Espinosanos / Estudos sobre o século XVII*. São Paulo, n. 17, jul./dez., 2007, p. 43-57.

HAWKING, S.; MLODINOW, L. A (esquiva) Teoria do Tudo, *Scientific American Brasil*, n. 102, nov. 2010, p. 25-26.

JAFFARD, R. A diversidade da memória. *Mente e Cérebro – Edição Temática – Em busca da memória*, p. 16-21, 2009.

LECHNER, N. El presente continuo. *Nexos*, Ciudad de México, n. 118, 1987, p. 45-52.

LESTIENNE, R. O cérebro não é uma máquina. *Mente e Cérebro*, Edição Especial – Cérebro, muito além da "máquina perfeita", n.º. 34, p. 07-11.

LOFTUS, E. Memory distortion and false memory creation. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry & the Law*, vol. 24, n. 3, 1996, p. 281-295.

LOSSO, E. G. B. Adorno e Scholten: mística e teoria da literatura. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações e Convergências*. São Paulo, USP, 2008. Disponível em:

<http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/055/EDUARDO_LOSSO.pdf> acesso em: 14 mar. 2011.

MACHADO, R. C. de M. Deus, Homem, Super homem. *Revista Kriterion*. v. 35, n. 89, Belo Horizonte, 1994, p. 21-32.

MALDONATO, M.; DELL'ORCO, S.; ANZOISE, I. Desvendando a Mente Estética, *Scientific American Brasil*, n. 90, nov. 2009, p. 78-80.

MARQUES, J. O. A. Rousseau, Rameau e o Ensaio sobre a origem das línguas. In: *I Jornada de Estudos J.-J. Rousseau. Departamento de Filosofia da USP, 24 a 26 de março de 2010*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/ensaio.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

NICOLELIS, M. A. L.; RIBEIRO, S. Em busca do código neural. *Scientific American Brasil*, n.º 56, jan., p. 39-47, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez, 1993, p. 7-28.

NORONHA, G. C. de. *O sertão como espaço do político ou o oeste de Minas é o que chamam de sertão?* In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1306978517_ARQUIVO_comunicacaoAnpuh.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.

POLLAK, M. Memória e identidade social In: *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº. 10, Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

RICOEUR, P. The model of the text: meaningful action considered as text. *Social Research*, n. 38, 1971, p. 529-562.

SÁ, A. F. de A. *O Sertão globalizado em Galileia, de Ronaldo Correia de Brito*. In: Anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR. Disponível em: <http://www.cielli.com.br/downloads/57.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SALDIVA, P.; VORMITTAG, E. Check-up de São Paulo. *Scientific American Brasil*, nº 95, abr., p. 28-39, 2010.

SEIXAS, J. A. de. Os Campos (In)elásticos da Memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A. de; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 59-77.

TSIEN, J. Z. O código da memória. *Scientific American Brasil*, Edição Especial – Neurociências, nº. 40, p. 38-45.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I. de. Solo e processo de desertificação no sertão paraibano. *Cadernos do Logepa*, v. 6, n. 2, p. 101-114, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/viewFile/10862/6956>>. Acesso em 26 dez. 2012.

ULIN, R. C. Remembering Paul Ricoeur:1913-2005, *Anthropological Quarterly*, n. 78, v. 4, 2005, p.885-896.

WHITE, H. Teoria da literatura e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 21-48.

ŽIŽEK, S. How to begin from to beginning. *New Left Review*, London, n. 57, p. 43-55, may/june 2009. Artigo da base de dados de New Left Review, 2009. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?view=2779>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

Dicionários, Enciclopédias e Léxicos:

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RAMOS, F.; MIRANDA, L. F. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

Dissertações e Teses:

ALEM, J. M. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CLARK, N. P. *Faca-face de um feminino sertanejo – Impressões do regionalismo contemporâneo em Ronaldo Correia de Brito*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Brasília, no Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, no Programa de Pós-Graduação em Literatura, no ano de 2011.

NORONHA, G. C. de. *Viagem aos sertões enunciados: conphigurações do oeste de Minas Gerais*. 2011. 390f. Tese (Doutorado em História)-Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Livros (referenciados em sua totalidade ou na especificidade de seus capítulos)

ADDISON, J. *Essays Moral and Humorous also Essays on Imagination and Taste*. Edinburgh: William and Robert Chambers, 1839.

ADORNO, T. W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *La Actualidad de La filosofía*. In: _____. *Actualidad de La filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991, p. 135-204.

_____. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p.15-45.

AGAMBEM, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

AGEL, H. *Estética do Cinema*. São Paulo: Cultrix, 1982.

ANDERSON, P. *A Crise da Crise do Marxismo – Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *Teoria, política y historia: Un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ARBOUSSE-BASTIDE, P.; MACHADO, L. G. Ensaio sobre a origem das línguas – Introdução. In: ROUSSEAU, J-J. *Coleção - Os Pensadores*, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 247-256.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

_____. *La Politique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1995.

ARRIGUCCI JR., D. Tempo de espera. In: BRITO, R. C. de. *Faca*. São Paulo: Ed. Cosac & Naif, 2003, p.171-181.

BADIOU, A. *Metapolitica*. Nápoles: Cronopio, 2002.

BAUMAN, Z. *Vida para Consumo: A Transformação das pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

BARROS, J. D'A. Teoria da História - Volume 1: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1996.

BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente: ensaios e conferências*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDET, J-C. *O que é cinema?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

BLOCH, M. *Apologia da História: ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2003.

BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Paipurs/Editora da UNICAMP, 1993.

BURKE, P. *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

- CARROLL, N. *Filosofia da arte*. Lisboa: Edições Texto & Gráfica, 2010.
- CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARTIER, R. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- _____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romance na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- DAMÁSIO, A. *O Erro de Descartes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DA-RIN, S. *Espelho Partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azaugue Editorial, 2004.
- DAVIS, B.; PRICE, J. *A mulher que não consegue esquecer – Relatos da síndrome de hipermemória*. São Paulo: Arx, 2010.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DOSSE, F. *História em Migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.31-59.
- FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FONTANA, J. *História depois do fim da história*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FREUD, S. *O Mal-Estar na Civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FRIEDAN, B. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. *Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: UNESP, 2001.

GLEISER, M. *Criação imperfeita: cosmos, vida e o código oculto da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

HAWKING, S.; MLODINOW, L. *The Grand Design*. New York: Bantam Books, 2010.

HEIDEGGER, M. Temporalidade e historicidade. In: _____. *Ser e tempo*. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 1009-1091.

HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HOLANDA, K. *Documentário nordestino – mapeamento, história e análise*. São Paulo: Annablume, 2008.

HUSSERL, E. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, sd.

HUTCHEON, L. *Poética do Pós Modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JAMESON, F. *A Cultura do Dinheiro – Ensaio sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KANT, I. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas: Papirus, 2000.

KOYRÉ, A. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEMINSKI, P. *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEONARDI, V. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1996.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOFTUS, E. Tricked by memory. In: JEFREY, J.; EDWALL, G. (Org.). *Memory and History: Essays on recalling and interpreting experience*. New York: University Press of America, p. 17-29, 1994.

LONGINO, D. *Do Sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACHADO, R. C. de M. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, Análise de gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1997.

MARROU, H-I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAPOLITANO, M. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papyrus, 2005.

NICOLELIS, M. A. L. *Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebros e máquinas e como ela pode mudar nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, F. W. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Considerações Extemporâneas*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 267-271.

_____. *Genealogia da moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

_____. *O crepúsculo dos ídolos – ou a filosofia a golpes de martelo*. Curitiba: Hemus, 2001.

_____. *O eterno retorno* (1884-1888). In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 443-450.

_____. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999, p. 51-60.

NOVELLO, M. *Do big bang ao universo eterno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

PERNIOLA, M. *Contra a Comunicação*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2006.

PLATÃO. *Fédon*. In: _____. Coleção - Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1996, p. 55-126.

POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

PRADO JR., B. A força da voz e a violência das coisas. In: ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 7-94.

RANCIÈRE, J. *La méésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

REIS, J. C. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RICOEUR, P. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e Narrativa – Volume 1: A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

RORTY, R. *The Linguistic turn: essays in philosophical method*. The University of Chicago Press: Chicago, 1992.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. In: _____. *Coleção - Os Pensadores*, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 215-320.

_____. Discurso sobre as Ciências e as Artes. In: _____. *Coleção - Os Pensadores*, Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 165-214.

_____. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SARAMAGO, J. *Caim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOURIAU, E. *A correspondência das artes*. São Paulo, Cultrix, 1983.

TEIXEIRA, F. E. *Documentário no Brasil: tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1981.

TRAGTENBERG, M. Introdução à edição brasileira: a atualidade de Max Weber. In: WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. XII-L.

WEBER, M. A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 107-154.

_____. Knies e o Problema da Irracionalidade. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 31-105.

WEINER, T. *Legado de Cinzas: Uma história da CIA*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ŽIŽEK, S. *A Visão em Paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Sobre a prática e a contradição – Mao Tsé-Tung; apresentação por Slavoj Žižek*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Obras em audiovisual

BLACK SWAN (Cisne Negro). Direção: Darren Aronofsky. Filme de ficção em longa-metragem que retrata a vida de uma bailarina no intercurso de ser escolhida para interpretar os papéis de Cisne Negro e de Cisne Branco em montagem da peça, O Lago dos Cisnes, de Tchaikovsky. Estados Unidos: Protozoa Pictures; Phoenix Pictures; Cross Creek Pictures; Dune Entertainment; Fox Searchlight Pictures, 2010. 1 filme em DVD (108min), son., color.

DONA HELENA. Direção: Dainara Toffoli. Filme documentário em longa-metragem que traça uma breve biografia sobre a vida da violeira Helena Meireles. Brasil: M. Schmiedt (Coprodução: Elástica; Distribuição: Europa Filmes), 2004. 1 filme em DVD (55min), son., color.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Filme documentário em longa-metragem que, brevemente, acompanha a vida e os dramas de uma brasileira, trabalhadora no aterro sanitário de Jardim Gramacho. Brasil: Zazen Produções Audiovisuais (Distribuição: Riofilme), 2004. 1 filme em DVD (121min), son., color.

FRANCIS FUKUYAMA. *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 16 de setembro de 2006. Programa de televisão.

HOW ART made the world (Como a arte fez o mundo). Direção: Robin Dashwood, Mark Hedgecoe, Ben McPherson, et all. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de Nigel Spivey. Reino Unido: BBC; Estados Unidos: KCET, 2005. 1 série em TV (300min), son., color.

JOURNEY OF Life – Humans (A Aventura da Vida – Humanos). Direção: Miles Barton. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de Steve Leonard. Reino Unido: BBC. 1 episódio de série em TV (60min), son., color.

LIFE – PRIMATES (Vida – Primatas). Direção: Marta Holmes. Roteiro: Paul Spillenger. Série de documentários produzidos para a televisão, com apresentação de David Attenborough e Oprah Winfrey. Reino Unido: BBC; Estados Unidos: Discovery Channel, 2009. 1 episódio de série em TV (50min), son., color.

MACHADO, R. C. de M. *Café Filosófico* – A alegria e o trágico em Nietzsche. Campinas: CPFL Cultura, 18 de outubro de 2008. Programa de televisão.

MOSÉ, V. *Café Filosófico* – O que pode o corpo? Campinas: CPFL Cultura, 23 de novembro de 2009. Programa de televisão.

SERTÃO DEPRIMIDO. *Repórter Record*. São Paulo: Rede Record de Televisão, 21 de novembro de 2011. Programa de televisão.

THE MATRIX (A Matriz). Direção: Andy Wachowski; Lana Wachowski. Austrália: Groucho II Film Partnership; Estados Unidos: Silver Pictures; Village Roadshow Pictures; Warner Bros. Pictures, 1999. 1 filme em DVD (136 min). son., color.

THE PERVERT'S Guide to Cinema (O Guia Perverso do Cinema). Direção: Sophie Fiennes. Filme documentário em longa-metragem apresentado por Slavoj Žižek. Reino Unido: Lone Star Productions; Amoeba Film; Holanda: Kasander Film Company; Áustria: Mischief Films, 2006. 1 filme em DVD (160min), son., color.

WHY WE Fight (Razões para a Guerra). Direção: Eugene Jarecki. Filme documentário em longa-metragem que aborda o fenômeno econômico e cultural da expansão do parque industrial bélico estadunidense. Estados Unidos: Charlotte Street Films; França: Arte; Reino Unido: BBC Storyville; Canadá: Canadian Broadcasting Corporation; Dinamarca: TV2 Danmark, 2005. 1 filme em DVD (98min), son., color.

Outros conteúdos acessados através da rede mundial de computadores (internet)

AIRDISASTER.COM. *American Airlines, 77, Washington, D.C, USA*. Disponível em: <<http://www.airdisaster.com/photos/aa77/2.shtml>>. Acesso em 15 jul. 2012

_____. *TAM Linhas Aeras, São Paulo, SP, Brasil*. Disponível em: <<http://www.airdisaster.com/photos/pr-mbk/3.shtml>>. Acesso em 15 jul. 2012.

AGÊNCIA FAPESP. *Quanto cabe de informação no mundo?* Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/13441>>. Acesso em 15 jul. 2012.

BAILE DO MENINO DEUS. In: Notícias: Baile do Menino Deus, 23 a 25 de dezembro, no Recife. *Baile do Menino Deus*. Disponível em: <<http://bailedomeninodeus.com.br/site/?p=324>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

É CHEGADA A HORA DE PARTIR. In: Perfil: Do fim para o início. *Do Sertão à Lua nos Tons da Sanfona – Centenário de Luiz Gonzaga*. Disponível em: <http://www1.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/Hotsite-LuizG/Do_fim_para_o_inicio/A_hora_de_partir.html>. Acesso em: 26 dez. 2012.

FELLINI, F. Depoimentos: Federico Fellini. *Folha de São Paulo*. Entrevista, original, sem informações disponíveis, texto traduzido por Arthur Nestrovsk e publicado em 27 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2708200004.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

LUA CAMBARÁ. In: Versão Cultural. *De Recife, Lua Cambará faz duas apresentações no SESC Pinheiros*. Versão Cultural. Disponível em: <<http://versaocultural.blogspot.com.br/2011/07/de-recife-lua-cambara-faz-duas.html>>. Acesso em 16 mar. 2011.

RONALDO CORREIA DE BRITO. In: Pavilhão Literário: Literatos do Ceará. *Singrando Horizontes*. Disponível em: <<http://singrandohorizontes.wordpress.com/2009/12/16/ronaldo-correia-de-brito-1950/>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

RELATÓRIO DO CONGRESSO ESTADUNIDENSE SOBRE OS ATAQUES DE 11/09/2001. *Relatórios decorrentes das comissões mistas de inquéritos instaladas no congresso nacional dos Estados Unidos, com a participação de membros e agentes da CIA e do FBI, durante a apuração dos eventos relativos às referidas ações*, 2007. Disponível em <<http://www.gpoaccess.gov/911/pdf/fullreport.pdf>>, <<http://www.gpoaccess.gov/911/index.html>>. Acesso em 06 dez. 2009.

SANTOS, W. M. Literatura Premiada. Disponível em:
<<http://walthermoreirasantos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2011.